



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2019



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas 2

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>Ciências humanas [recurso eletrônico] : características práticas, teóricas e subjetivas 2 / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências humanas: características práticas, teóricas e subjetivas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-885-4 DOI 10.22533/at.ed.854192312</p> <p>1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Ciências Humanas: características práticas, teóricas e subjetivas – Vol. II, coletânea de vinte e oito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades.

Os capítulos aqui organizados pautam distintos conteúdos que são ou que dialogam com as Humanidades. Isso, por si só, já demonstra o caráter plural e transdisciplinar dessa vertente do saber. Passando já para os capítulos, temos discussões sobre: migrações transnacionais, cultura política, gênero, identidade e representação presidencial, machismo e feminismo, colonização, plano diretor, espaço urbano, avaliação de cursos, assistência estudantil, agir comunicativo, saúde mental, aprisionamento, suicídio, maternidade, a realidade da Catalunha, estado, FUNAI, publicidade, adaptação e tradução, arte, literatura, religião, filosofia da religião e empresas. Todos estes que, de igual modo, merecem singular atenção.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS	
Patricia Bosenbecker	
DOI 10.22533/at.ed.8541923121	
CAPÍTULO 2	14
A CULTURA POLÍTICA DO VARGUISMO NO BRASIL E DO PERONISMO NA ARGENTINA: UM DIÁLOGO COM A OBRA “MULTIDÕES EM CENA” DE MARIA ROLIM CAPELATO	
Luiz Eduardo Pinto Barros	
DOI 10.22533/at.ed.8541923122	
CAPÍTULO 3	25
PERSPECTIVAS DE GÊNERO A PARTIR DA IDENTIDADE FEMININA NA REPRESENTAÇÃO PRESIDENCIAL DO BRASIL, CHILE E ARGENTINA	
Danielle Jacon Ayres Pinto Giuliana Facco Machado Yasmine Pereira Sensão	
DOI 10.22533/at.ed.8541923123	
CAPÍTULO 4	38
MACHISMO E FEMINISMO NA INTERNET: ANÁLISE DA PÁGINA “DESQUEBRANDO O TABU”	
Carolina Pinaffi Valerio Alvaro Marcel Palomo Alves	
DOI 10.22533/at.ed.8541923124	
CAPÍTULO 5	49
ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (1900-1960)	
José Carlos dos Santos Astor Weber	
DOI 10.22533/at.ed.8541923125	
CAPÍTULO 6	62
CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	
Renan Rosso Bicca José Leonardo de Souza Castilho Magali Nocchi Collares Gonçalves Maria Elaine dos Santos Leon Maria de Fátima Schimidt Barbosa Ariadne Costa Leal	
DOI 10.22533/at.ed.8541923126	

CAPÍTULO 7	70
AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A RELAÇÃO ESPAÇOS PÚBLICOS X SHOPPING CENTERS NA DISPUTA PELA TITULARIDADE DE ÁGORAS CONTEMPORÂNEAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA – CEARÁ	
Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8541923127	
CAPÍTULO 8	82
AVALIAÇÃO DE RISCOS EM AEROPORTOS REGIONAIS: ESTUDO DE CASO NO AEROPORTO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, GOIANÁ, MG	
Geraldo César Rocha Edinaldo Muller Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8541923128	
CAPÍTULO 9	88
CRUZAMENTO DE DADOS COMO FERRAMENTA DE PROSPECÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO EM ÁREAS URBANAS	
Rubem Porto Jr Beatriz Forny Beatriz Paschoal Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.8541923129	
CAPÍTULO 10	99
AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHAREL EM GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL	
Angel Nascimento Santos Ricardo Ribeiro Alves Djulia Regina Zieman Jéssica Alves da Motta Júlia Gama de Simão	
DOI 10.22533/at.ed.85419231210	
CAPÍTULO 11	106
AS TENDÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ANOS 2000: A PARTICULARIDADE DA UPE	
Fernanda Eduarda Silva Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85419231211	
CAPÍTULO 12	116
O AGIR COMUNICATIVO NO CONTEXTO DAS AÇÕES BI-SETORIAIS: A RODA SOCIALIZADORA NO CENÁRIO DO GRANDE BOM JARDIM	
Emanoel Márcio da Silva Rodrigues Cleide Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.85419231212	
CAPÍTULO 13	128
O PAPEL DO CAPS III NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL DE BOA VISTA – RORAIMA	
Daniela Cristina da Silva Melo	

Aliã da Silva Carvalho
Janaine Voltolini de Oliveira
Ilderson Pereira Silva

DOI 10.22533/at.ed.85419231213

CAPÍTULO 14 135

PERFORMANCE DE CORPOS APRISIONADOS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE COM HIV/AIDS

Isabella Beatriz Gonçalves Lemes
Cássia Barbosa Reis

DOI 10.22533/at.ed.85419231214

CAPÍTULO 15 143

REFLEXÕES SOBRE O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA

Carla Dornelles da Silva
Sales Gama da Silva

DOI 10.22533/at.ed.85419231215

CAPÍTULO 16 151

REALIZANDO VALORES ATRAVÉS DA MATERNIDADE

Simone Guedes Alves Gomes dos Santos
Veridiana da Silva Prado Vega

DOI 10.22533/at.ed.85419231216

CAPÍTULO 17 155

CATALUÑA INDEPENDIENTE: ¿UTOPIA O REALIDAD?

Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo Morais

DOI 10.22533/at.ed.85419231217

CAPÍTULO 18 166

ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA

Pedro Henrique Chinaglia
Waleska Cariola Viana

DOI 10.22533/at.ed.85419231218

CAPÍTULO 19 184

OS TERENA DE MATO GROSSO DO SUL E A CARTEIRINHA DA FUNAI: DE SIGNO MATERIAL DA TUTELA À RESSIGNIFICAÇÃO

Patrik Adam Alves Pinto
Victor Ferri Mauro

DOI 10.22533/at.ed.85419231219

CAPÍTULO 20 198

EXPRESSÃO CORPORAL A PARTIR DA VIVÊNCIA NA TRILHA DO CERRO DO JARAU

Maria Elisabeth Valls de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.85419231220

CAPÍTULO 21	203
A PUBLICIDADE E O PÚBLICO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE NA TELEVISÃO	
Kewlliane Fernandes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85419231221	
CAPÍTULO 22	213
A CANÇÃO E SUA VERSÃO: PROCEDIMENTOS DE ADAPTAÇÃO/TRADUÇÃO NAS CANÇÕES DE DESENHOS DE PRINCESAS DO ESTÚDIO DISNEY	
Viviane Alves Melo Almada Edson Carlos Romualdo	
DOI 10.22533/at.ed.85419231222	
CAPÍTULO 23	242
LIVRO DE ARTISTA E O UNIVERSO DAS PALAVRAS: MIRA SCHENDEL E TORRES GARCÍA	
Priscilla Barranqueiros Ramos Nannini	
DOI 10.22533/at.ed.85419231223	
CAPÍTULO 24	255
A PERSPECTIVA FEMININA EM LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS E MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ	
Evellyn Freitas Bibiano Joana de Fátima Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.85419231224	
CAPÍTULO 25	269
A(S) CIÊNCIAS(S) DA RELIGIÃO E A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO CIENTÍFICA E AUTÔNOMA SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO	
Eduardo Marcos Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.85419231225	
CAPÍTULO 26	275
O CARDEAL JOSEPH RATZINGER E A CRÍTICA A ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	
Bruno Fernandes Mamede	
DOI 10.22533/at.ed.85419231226	
CAPÍTULO 27	289
SUA EMPRESA PODE ESTAR DOENTE	
Sandra Oliveira Ferrão Vanderlei Souto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.85419231227	
CAPÍTULO 28	297
O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: A PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	

FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

Rafael Silveira da Mota
Jaison Marques Luiz
Veronice Camargo da Silva
Mauricio Aires Vieira
Rafael Silveira da Mota

DOI 10.22533/at.ed.85419231228

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	304
ÍNDICE REMISSIVO	305

PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

Patrícia Bosenbecker

Bolsista FAPESP, pós-doutoranda em sociologia/
UFSCar

São Carlos/SP

<http://lattes.cnpq.br/9872024376579917>

RESUMO: No desenvolvimento de uma pesquisa histórico documental, os pesquisadores enfrentam desafios específicos, como diferentes sistemas de arquivos, documentos, caligrafias e idiomas estranhos e todo um conjunto que exige paciência e atenção. Numa pesquisa sócio-histórica, a própria conjuntura de pesquisa fornece um repertório que pode auxiliar os pesquisadores no desenvolvimento das análises, pois ao refletir sobre conceitos como capital social, redes migratórias, empreendedorismo e migrações transnacionais é preciso observar as relações de cada base conceitual com as possibilidades históricas. Se em níveis mais práticos da pesquisa, a experiência histórica pode contribuir para ampliação de métodos e técnicas, em termos conceituais faz-se necessário um “pensar historicamente”, ou seja, incorporar uma compreensão de eventos e de atores como integrantes de um processo amplo, gradual, permeado de transformações e percalços. Neste capítulo, trataremos de alguns pontos essenciais de uma análise

narrativa sócio-histórico, construída a partir um caso específico de empreendedorismo transmigrante, que teve por base uma pesquisa histórica, centrada em uma família de imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: imigração, empreendedorismo, sociologia histórica.

PERSPECTIVES OF HISTORICAL SOCIOLOGY IN THE CONTEXT OF TRANSNATIONAL MIGRATIONS

ABSTRACT: In developing a historical documentary research, researchers face specific challenges, such as different archival systems, documents, handwriting and foreign languages, and a whole set that requires patience and attention. In a socio-historical research, the research conjuncture itself provides a repertoire that can assist researchers in the development of analyzes, because when reflecting on concepts such as social capital, migratory networks, entrepreneurship and transnational migrations, it is necessary to observe the connections of each conceptual base with the historical possibilities. If at more practical levels of research, historical experience can contribute to the expansion of methods and techniques, in conceptual terms it is necessary to “think historically”, that is, to incorporate an understanding of events and

actors as part of a broad, gradual process, permeated by transformations and mishaps. In this chapter, we will address some essential points of a socio-historical narrative analysis, built on a specific case of transmigrant entrepreneurship, which was based on historical research, centered on a family of German immigrants established in Rio Grande do Sul, in mid from the 19th century.

KEYWORDS: immigration, entrepreneurship, historical sociology.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos migratórios formam um amplo e complexo conjunto de pesquisa tanto na História como na Sociologia. Conceitos como redes migratórias, capital social, empreendedorismo, transnacionalismo, etnicidade, entre outros, são geralmente utilizados por pesquisadores de ambas as disciplinas. Contudo, uma abordagem sócio-histórica apresenta desafios peculiares aos jovens pesquisadores. Um exemplo é como avaliar laços binacionais em redes sociais de imigrantes alemães no Brasil do século XIX, antes da solidificação dos estados nações contemporâneos. Ou ainda como organizar fontes documentais históricas a partir de questões e categorias sociológicas em programas de computador pouco conhecidos ou apreciados por historiadores. Se em níveis mais práticos da pesquisa, a experiência histórica pode contribuir para ampliação de métodos e técnicas, em termos conceituais faz-se necessário um “pensar historicamente”, ou seja, incorporar uma compreensão de eventos e de atores como integrantes de um processo amplo, gradual, permeado de transformações e percalços. Tais processos precisam evidentemente considerar o fator tempo como pressuposto analítico e, assim, acompanhar a longa passagem do tempo e a própria existência de outros tempos, de outras temporalidades.

Neste capítulo, discutiremos os principais problemas e dificuldades decorrentes de uma pesquisa sócio-histórica, isto é, uma pesquisa documental histórica e a construção de uma análise narrativa, a partir da análise de redes sociais imigrantes no extremo sul brasileiro, na segunda metade do século XIX e início do XX, pesquisa desenvolvida em minha tese de doutorado, defendida no primeiro trimestre de 2017 (BOSENBECKER, 2017). A tese propunha a investigação de um grupo específico de empreendedores, denominados transmigrantes, alicerçados em uma rede migratória, que também foi investigada no trabalho, bem como da formação e desenvolvimento de suas empresas a partir de uma base transnacional de laços e vínculos entre Brasil e Alemanha. Foi efetuado um recorte multigeracional e elaborado um estudo de caso de uma família de empreendedores, assim, o objeto empírico eram três gerações da mesma família, que foram responsáveis pela construção de quatro fábricas e uma grande empresa colonizadora no sul do Rio Grande do Sul. Dessa forma, ao estudar o papel do capital social dos empresários na construção de suas empresas

e, por conseguinte, avaliar as suas redes, a tese buscou investigar a temporalidade da construção de grandes empresas familiares e os jogos de capitais ao longo do tempo.

A base conceitual considerou que os grupos transmigrantes possuem quadros de referências pluri-locais, nos quais em termos locais, regionais e nacionais dos países de origem, acolhimento e ainda outros países que poderiam ter influência na vida dos migrantes era possível identificar incorporações, de intensidades diferentes, que marcavam o cotidiano desses indivíduos e, especialmente, caracterizavam as suas decisões econômicas e que, conseqüentemente, estavam concretizadas nos negócios construídos. Assim, pressupunha-se uma forma adaptativa de inserção na sociedade local e a manutenção de laços entre países de acolhimento e origem.

2 | OS EMPREENDEDORES TRANSMIGRANTES

Considerando a família pesquisada como um grupo de empreendedores transmigrantes, definimos o conceito de migrante como aqueles imigrantes que dependem de múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras internacionais em seu cotidiano e, assim, configuram suas identidades, recorrendo a mais de uma nação como ponto de referência (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995, p. 48). A perspectiva do empreendedorismo migrante é relativamente nova nas Ciências Sociais, mas sua ocorrência não está circunscrita aos dias atuais. Nos estudos migratórios e nos desenvolvidos por sociólogos econômicos, a preocupação com trabalhos em perspectiva histórica é relativa às condições dos imigrantes para sustentarem um empreendimento transnacional, pois “os meios que tinham ao dispor para o conseguirem eram bastante escassos em comparação com aqueles de que hoje em dia dispõem os imigrantes” (PORTES, 2004, p. 74). Isso quer dizer que há uma questão de densidade e de complexidade nos movimentos contemporâneos, influência latente da ideia de globalização, do capitalismo e do mundo moderno, em função das novas tecnologias nos transportes e nas telecomunicações (PORTES, 2004; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281). A questão é assim resumida pelo professor da Universidade da Califórnia, Min Zhou (2004, p. 1054, tradução nossa):

Historicamente, os movimentos de ida e volta entre os países emissores e receptores têm sido um fato da vida para muitos grupos de imigrantes. O que é novo no transnacionalismo contemporâneo é que a escala, a diversidade, a densidade e a regularidade desses movimentos, e as conseqüências socioeconômicas que provocaram, são incomparáveis com os fenômenos do passado, graças aos voos a jato, aos serviços telefônicos e de fax, a internet e outros meios de comunicação e de transporte de alta tecnologia, mas sobretudo a reestruturação da economia mundial, juntamente com a globalização do capital e do trabalho.

A observação de Zhou precisa ser matizada, pelo menos em dois sentidos gerais. O primeiro deles relativo às tecnologias atuais em comparação com o mundo passado e, o segundo, em relação a quem teria oportunidade, em perspectiva histórica, de manter laços e relações transnacionais. Com relação à primeira questão, é necessário buscarmos uma nova abordagem nos termos da sociologia histórica. Assim, não é prudente comparar as conversas mantidas em tempo real pela internet nos dias de hoje com as antigas cartas, ou as viagens de algumas horas de avião com aquelas que levavam semanas em navios. Aqui, é preciso deixar que o tempo tenha suas próprias especificidades. Cartas trocadas entre grandes comerciantes de outrora puderam manter sólidos negócios tanto quanto ligações de celulares mantidas diariamente nos dias de hoje influenciam instituições financeiras mundo afora. A questão é compreender as especificidades e as temporalidades, ou seja, perceber que a carta recebida de outro grande industrial alemão no início do século XX era importante e, simbolicamente, precisa ser avaliada pela força, pressão ou surpresa que tinha em seu contexto e, assim, por seus significados. Em suma, “as diversas temporalidades não devem ser consideradas como envoltórios objetivos dos fatos sociais” uma vez que “são o produto de construções sociais que asseguram o poder de uns (sobre o presente ou futuro, sobre si próprios ou sobre os demais) e levam os outros à desesperança” (CHARTIER, 2010, p. 68).

O que é importante, portanto, nesse tipo de pesquisa histórica, é analisar a manutenção e a construção desses laços transmigrantes, que já eram fatores substanciais nas grandes ondas de migrações transatlânticas no final do século XIX e início do XX (LEVITT, DEWIND, VERTOVEC, 2003, p. 569). A perspectiva histórica, dessa forma, contribui para destacar o valor do conceito, pois aponta para conexões previamente negligenciadas pelos pesquisadores (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281).

A segunda questão que mencionamos é a de que, mesmo em tempos passados, “muitos grupos de imigrantes” já viviam conforme uma perspectiva transnacional, indo e vindo. A afirmativa não parece ser exata. Os estudos dirigidos por Alejandro Portes revelam que as atividades transnacionais não se tornaram a principal forma de adaptação econômica dos imigrantes, pelo contrário, apenas uma pequena minoria, por exemplo, tornou-se empresário transnacional, o que revela novamente a importante “posição “canônica” da teoria da imigração, que acentua a assimilação dos imigrantes pela sociedade anfitriã.” Isso significa que “o transnacionalismo não constitui o modo de adaptação normativo” (PORTES, 2004, p. 84), pois apenas um pequeno grupo de empresários de origem imigrante depende efetivamente das relações constituídas em termos transnacionais (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003).

Nesse sentido, os estudos apontam que o empreendedorismo transmigrante

é um projeto “sobretudo de homens com firme inserção na estrutura familiar – homens com instrução, bons relacionamentos, e uma sólida implantação no país de acolhimento” (PORTES, 2004, p. 88). Entretanto, mesmo aqueles imigrantes envolvidos em práticas transnacionais as realizam com considerável variação de tipos, formas e alcance (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003; PORTES, 2004; LEVITT, 2001). Assim, não é possível esperar ou estabelecer uma prática universal. Zhou (2004) resume a questão ao afirmar que a compreensão dessas escalas e formalidades passa pela adoção de perspectivas de análise que ultrapassam a vida imigrante no país de acolhimento, ressaltando o processo de criação e manutenção de relações sociais multifacetadas entre sociedades de origem e acolhimento, nas quais a intensidade dos intercâmbios interessa aos estudiosos. Por um lado, pode ser encontrado um conjunto maior de práticas nos países de acolhimento ou no de origem, ou em ambos. Porém, não se diminuiu o entendimento das práticas transmigrantes se um indivíduo mantiver relações econômicas de escopo transnacional e nenhuma atividade comunitária com seu país de origem ou ainda se viver efetivamente no país de acolhimento, mas manter recursos, contatos e relações com outras pessoas que estão longe (LEVITT, 2001).

Assim, alguns “Indivíduos cujas práticas transnacionais envolvem muitas arenas da vida social podemos dizer que se envolvem em práticas transnacionais ‘abrangentes’, enquanto outros que participam de apenas algumas, são mais ‘seletivas’.” (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC; 2003, p. 569-570, tradução nossa). Desse modo, um indivíduo pode manter atividades transnacionais seletivas, quer dizer, restringi-las a uma esfera da vida social, enquanto que outros indivíduos podem acumular práticas sociais transnacionais em muitas arenas da vida social, mantendo práticas abrangentes (LEVITT, 2001, p. 198). Todavia, mesmo quando limitada, essa experiência transnacional deve ser investigada porque o ponto central é desvelar se existe uma via alternativa de adaptação política, social e/ou econômica na sociedade de acolhimento, em comparação com os modelos assimilacionistas (PORTES, 2004, p. 89; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 284). Para esses autores, um empresário transmigrante pode manter relações transnacionais em termos econômicos, garantindo sucesso ao seu empreendimento, e não manter atividades transnacionais em outras dimensões, resultando, ainda assim, em um caso de adaptação econômica bem-sucedida no país de acolhimento.

Por outro lado, os comportamentos e as decisões econômicas, como a abertura de uma empresa, por exemplo, estão imbricados nas relações sociais (GRANOVETTER, 2007). Isso significa que existem recursos disponíveis, embora escassos, no interior de redes de relações que podem auxiliar a atingir os objetivos econômicos ou outros objetivos, de determinados grupos ou indivíduos. Contudo, a disposição desses recursos não é igualitária entre os membros de uma rede ou

grupo. Assim, captar, gerenciar ou acessar tais recursos depende da capacidade de cada integrante da rede, como a chave para obter maiores benefícios para os projetos ou objetivos econômicos individuais (PORTES, SENSENBRENNER, 1993). Nesse sentido, a obtenção desses recursos escassos depende do capital social de determinado indivíduo.

3 | PENSAR HISTORICAMENTE NA SOCIOLOGIA

Recursos escassos, redes migratórias, atividades transnacionais, entre outros termos que estamos usando, são aspectos conceituais recentes em termos teóricos. A questão aqui é como pensar possibilidades históricas sem comprometer a análise, uma vez que precisamos lidar com outros tipos de fontes de pesquisa e outras realizadas perdidas no tempo, isto é, devemos estar cientes do papel exercido por diferentes temporalidades. A preocupação não é somente com o tratamento das fontes documentais históricas, mas também em produzir uma interconexão entre conceitos e formas, no sentido de aproveitar as possibilidades de análise. Nossa opção foi recorrer a uma análise narrativa. Entretanto, há diferentes concepções e formas de utilizar as narrativas como método de análise na sociologia histórica. Larry Griffin apresenta uma definição mais abrangente para “narrativa”:

Narrativas são construções analíticas (ou coligações) que unificam um número de ações e acontecimentos passadas ou contemporâneos, que poderiam ter sido vistos como discretos ou díspares, em um todo coerente relacional que dá sentido à e explica cada um dos seus elementos e é, ao mesmo tempo, constituída por ela (McCullagh 1978; Abbott 1990; Griffin 1992). Narrativas são feitas de material bruto de sequências da ação social, mas são, do início ao fim, definidas e orquestradas pelo narrador para incluir uma particular série de ações em uma ordem temporal específica para um propósito específico. (GRIFFIN, 1993, p. 1097, tradução nossa).

As explicações narrativas estão baseadas em uma conectividade sequencial e no desdobramento da ação, isto quer dizer que uma forma de explicar uma determinada ocorrência é dada pelo entendimento do que causa determinada ação. Na narrativa, isso pode ser realizado pela sequência das ações na própria trama narrativa e pela ligação desta em um conjunto de ações (GRIFFIN, 1993, p. 1097). No interior de uma investigação sociológica, a dinâmica da narrativa proporciona um entendimento sobre a interação entre agência e estrutura (ABRAMS, 1982; SEWELL, 2005). A maior parte das explicações sociológicas são comparativas e generalizantes, mas não temporais, enquanto as narrativas apresentam lógicas construtivas e explicativas temporais, nas quais as explicações assumem a forma de um desdobramento (GRIFFIN, 1993).

Em meu trabalho, utilizei um tipo particular de narrativa, a narrativa de caso único, ou *single-case narrative* (ABBOTT, 2001), procedimento caracterizado pela

delimitação do caso em si ao redor dos indivíduos investigados. Uma das dificuldades centrais desse método encontra-se na delimitação das fronteiras ao redor deste tema central (veja discussão em ABBOTT, 2001, p. 141 e seguintes).

O uso da narrativa, nesse sentido, dá-se como método de análise para o estudo de processos históricos, e não como descrição histórica. A sociologia histórica, embora seja tratada comumente como um subcampo da Sociologia, é melhor definida como uma abordagem. Ainda na década de 1960, Charles Tilly (1988) apontava para o ressurgimento do pensamento e para a pesquisa histórica na Sociologia. A preocupação com o futuro da história na sociologia manteve-se em seus trabalhos. O autor sempre defendeu uma sociologia histórica ampliada, na qual as análises sociológicas pudessem ser historicizadas, ou seja, amparadas no tempo e no espaço.

Tilly propunha que as relações sociais existentes no passado e os seus resíduos tinham condições de constranger as relações sociais futuras, por meio de processos que gerariam conexões ao longo do tempo e em determinado espaço, contudo essas correlações não eram simples. Para o autor, os processos ocorrem em determinado lugar e tempo e afetam o próprio processo e a forma pela qual eles mesmos ocorrem. Desse modo, Tilly (1988, p. 710) procurou mostrar que “os processos sociais são dependentes do caminho. É por isso que a história importa”.

A sociologia histórica enfoca sequências, temporalidades e processos de mudança social. Possui uma postura metodológica que valoriza a pesquisa histórica, ou seja, um conjunto de materiais históricos (fontes documentais), enfatizando a temporalidade e salientando a complexidade, a partir da tendência de ver as estruturas sociais como resultados de combinações contingentes de processos e eventos (MONSMA, 2007). As principais preocupações dizem respeito às estruturas sociais e aos processos situados no tempo e no espaço, e, nesse sentido, perseguem sequências temporais em busca de consequências. Entretanto, não afasta de seus propósitos a compreensão das consequências das vidas individuais e das transformações sociais em cada local, percebendo os diversos ritmos que circundam as escolhas no passado, escolhas que criam, limitam e movimentam as possibilidades de mudança (SKOCPOL, 2004). Há, no entanto, diferentes arcabouços teóricos que definem temporalidade, eventos e sequências de eventos (veja, por exemplo, SEWELL JR. (2005).

Um referencial pertinente é o desenvolvido por Andrew Abbott (2001), que elabora a teoria de análise narrativa, a qual evidencia os *turning points* ou pontos de virada, em tradução livre. Abbott (2001), a partir de seus estudos sobre carreiras profissionais nos Estados Unidos, interessou-se pela sucessão de eventos no curso da vida, desenvolvendo ideias sobre encadeamento, ordem e convergência das histórias vividas evidentes no processo social. A implicação mais geral da concepção do autor mostra que o processo social poderia ser analisado a partir de trajetórias e

transições.

Trajatórias, nesse sentido, são sequências de eventos interdependentes em diferentes áreas da vida; já transições são, por um lado, diferentes estágios ao longo de uma trajetória que podemos considerar regulares e, por outro, cortes radicais, que redirecionam caminhos. Esse último tipo de transição é considerado pelo autor um ponto de virada, pois interrompe um padrão regular de dada trajetória, criando uma nova direção, um novo rumo e, dessa forma, desencadeia uma nova trajetória. As trajetórias têm como característica certa inércia, que remete ao seu caráter duradouro, incluindo pequenas transições, que não são apreciáveis como mudanças de direção na trajetória como um todo. Como narrativa, há um caráter de coesão que faz a trajetória ser tomada como linear. Um indivíduo pode experimentar uma sequência de vida como uma trajetória conectada à outra, com pontos de virada entre elas, isto é: uma trajetória, um ponto de virada, nova trajetória, outro ponto de virada e, assim, sucessivamente.

Para Abbott (2001), o conceito de pontos de virada é um conceito narrativo, porque tem como referência dois pontos no tempo e não apenas um. Isso significa que o que importa é a passagem suficiente de tempo para o novo curso, no qual se torna claro que a direção foi de fato alterada. Assim, o autor está tratando de mudanças ao longo do tempo. Já os pontos de virada podem ser percebidos a princípio como caóticos, ocasionados por uma transição irregular na trajetória. Contudo, o próprio ponto de virada é consequencial, uma vez que mudanças não ocorrem instantaneamente ou, em outras palavras, os processos sociais não tomam outra direção instantaneamente. Para ser percebido, esse ponto de virada somente fará sentido após ocorrer, quando uma nova trajetória for estabelecida. O ponto de virada é, portanto, um processo narrativo, que tem uma duração e uma extensão, “que leva tempo para acontecer” (ABBOTT, 2001, p. 258). Resta saber como o tempo pode ser definido no interior de um processo social.

Abbott (2001) acredita que a noção de tempo é local, no sentido de que ela é própria de um determinado lugar e um momento particular. Por outro lado, o tempo é relacional, pois “os presentes de uma pessoa não são de outra pessoa” (ABBOTT, 2001, p. 295). Dessa forma, o tempo também é indexado, pois agrupa uma multiplicidade de presentes sobrepostos, de modo que a temporalidade surge a partir da convergência de diferentes ritmos de vida e de diferentes graus de interação na vida social. A perspectiva de trajetórias e transições permite observar ainda a capacidade de adaptação a novas situações e a circunstâncias adversas, em que um ator social pode aproveitar oportunidades ou sofrer os reveses. Assim, desenhamos um quadro de pesquisa no qual o tempo é uma variável.

4 | PERCURSOS E OS DESAFIOS DA PESQUISA

Pensar sobre as possibilidades de análise também é refletir sobre as potencialidades da pesquisa. Gerir o material e tratar os dados ganha dimensões que são ao mesmo tempo criativas e desafiadoras. Recorte, objeto e fontes de pesquisa se alinham com a abordagem, formando um intenso percurso. Em nosso trabalho, propomos uma abordagem multigeracional, pesquisando três gerações de uma mesma família, a família Rheingantz, sendo que, em cada geração, tomaremos o chefe de família como principal indivíduo a ser avaliado, compreendendo desde a saída dos Rheingantz da Alemanha, no início da década de 1840, até o final da chamada Primeira República brasileira, em 1930.

A família Rheingantz foi um dos mais influentes e importantes grupos empreendedores de origem alemã do sul do Rio Grande do Sul. Ainda no terceiro quartel do século XIX, a família foi a responsável pela construção de casas comerciais, uma colônia agrícola e fábricas de chapéus, lã, algodão e aniagem. Esses negócios, que tinham por base a mão de obra imigrante, estavam centrados nas cidades de Rio Grande e Pelotas. O maior dos estabelecimentos foi um complexo fabril, que, embora tenha trocado diversas vezes de nome, ficou conhecido como Companhia União Fabril, erguida por Carlos Guilherme Rheingantz, pertencente à segunda geração do grupo, já nascida no país. A primeira fábrica foi fundada em 1873 e é considerada a primeira do Brasil no ramo de tecidos de lã. As fábricas permaneceram na família até o final da década de 1950, quando eram administradas pela quarta geração familiar, bisnetos do imigrante Rheingantz.

Em termos empíricos isso significou a construção de uma pesquisa binacional, com a exploração de dois campos diferentes, o brasileiro, já conhecido, e o alemão, inesperado. O primeiro passo era seguir os locais onde a família estabeleceu seus quadros de referência. No Brasil, a partir da experiência de pesquisa anterior, foi realizada uma coleta de documentos em três cidades, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, todas no Rio Grande do Sul, além dos dados obtidos em portais eletrônicos, como foi o caso da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. A partir dessa ferramenta, foi possível acessar jornais não só das cidades analisadas, como também da corte, e depois capital federal, Rio de Janeiro. Esses dados mostravam, entre outros dados, movimento dos portos, com idas e vindas dos pesquisados, e dos festejos e celebrações envolvendo os negócios da família. O problema aqui era a constante necessidade de testar grafias diferentes dos pesquisados, pois ferramentas de busca online nem sempre trazem todas as possibilidades que um nome estrangeiro pode conter. Assim, por exemplo, ocorreram 37 “dados encontrados” com a variação Reingantz (sem o h), o que evidencia um dos muitos percalços quando se pesquisa grupos imigrantes, exigindo cuidado do pesquisador.

Um grande conjunto de documentos foi coletado, entre antigas entrevistas de funcionários e administradores das fábricas, processos de inventário, criminais, cartas, bem como registros notariais e religiosos. Soma-se a este *corpus documental*, bastante significativo para uma pesquisa qualitativa, algumas fontes secundárias, como genealogias e biografias. Contudo, os arquivos pesquisados no Brasil também ofereceram desafios. Praticamente todos os inventários da segunda geração familiar não foram localizados, sendo impossível nessa geração constituir o perfil de sucessão e o grau de inserção nos negócios a partir da análise patrimonial dos membros familiares dessa geração. Embora, a maior parte da pesquisa tenha ocorrido em arquivos onde eram permitidas a pesquisa e fotocópias de documentos sem custos, havia coleções imprescindíveis que requisitavam de recursos financeiros para serem pesquisadas. Assim, mesmo que tenham sido poucas as cópias de documentos “compradas”, desembolsar dez reais por cada foto é um investimento muito grande para um pesquisador em início de carreira com uma bolsa de estudos individual.

O material coletado foi praticamente todo fotocopiado, isto é, fotografado e distribuído em pastas no computador. O segundo passo foi a transcrição dos documentos em arquivo *word*, mantendo as grafias originais, criando um banco de dados que respeitasse a organização dos arquivos e de suas coleções, maços e caixas. O objetivo era a utilização das fontes transcritas no programa NVIVO, que não é muito usado por historiadores. Com o aporte das metodologias informacionais, foi possível adaptar as fontes a ideia de pesquisa qualitativa da sociologia e do programa de computador. Mesmo assim, a dificuldade da elaboração de uma análise narrativa impossibilitou que todo o processo fosse realizado no referido programa.

Durante o processo de transcrição dos documentos para o *word*, a leitura do material coletado foi criando enredos que permaneceram na mente como trabalho permanente de reflexão e levando a pesquisa a seguir pistas não exploradas até a leitura daqueles documentos. Essa construção do texto em formato cronológico alimentou uma primitiva narrativa, que seria efetivamente construída algum tempo depois, efetivamente, quando a etapa de escrita começou. A primeira parte da tese, justamente a correspondente aos dados coletados e já processados ou pré-avaliados no Brasil, foi realizada na Alemanha, paralelamente aos trabalhos da bolsa sanduíche, realizada também com bolsa CAPES. Nessa fase, a tese ainda permanecia muito “histórica”, como diriam os sociólogos, isto é, o trabalho era mais descritivo, pois estava seguindo o percurso estritamente cronológico, e era necessário “sociologizar” a escrita. Com o retorno ao Brasil, o acréscimo teórico e empírico obtido no exterior e as releituras da parte já escrita, a tese ganhou outros contornos.

Já na Alemanha a pesquisa foi mais complexa, percorrendo não apenas a cidade ou região de nascimento do grupo imigrante, mas também as cidades onde estavam localizadas suas conexões econômicas, políticas e culturais. O desenho da

busca documental não respeitava assim a lógica da cidade natal como fator central da base de referência familiar, sendo necessário expandir o campo de pesquisa para grandes cidades. Entender as lógicas dos acervos alemães foi problema constante, especialmente pelas alterações administrativas ao longo do tempo. A pesquisa também precisava respeitar normas que delimitavam como o material poderia ser pesquisado e como seria copiado, pois a maioria das instituições não permitia que os próprios pesquisadores produzissem cópias. Era preciso, portanto, requisitar a cópia ao arquivo, mediante pagamento. Como o arquivo entregava a cópia era novo problema. Alguns arquivos ofereciam o serviço de fotografia dos documentos, enviando o material para um endereço fornecido pelo pesquisador, em outros, era possível receber a cópia no mesmo dia. O problema seguinte era entender o idioma e a escrita diferentes.

Uma das etapas da pesquisa, realizada na Alemanha, foi a conferência dos dados preliminares, especialmente, daqueles coletados no Brasil que faziam referência a eventos no exterior. Essa etapa embora não tenha produzido um significativo volume de material, foi extremamente importante para a pesquisa, pois possibilitou a visualização de uma realidade diferente, que destoava das imagens construídas no Rio Grande do Sul. A principal questão foi a descoberta das práticas religiosas diferentes para os familiares da Alemanha e para os do Brasil. No Brasil, a família inteira professava a religião católica, sem margem para dúvidas. Na Alemanha, toda a família professava a religião evangélica. Ou seja, a visita aos arquivos de cunho religioso, em diversas cidades, não era central para a pesquisa e requeria boa organização e orçamento com as viagens, isto é, foi preciso organizar e seguir um cronograma rígido, para buscar aspectos significativos o bastante para “montar” os quadros de referências multi-locais, embora na prática tais pesquisas façam mais parte do escopo da experiência do pesquisador, do que propriamente das páginas da tese.

O uso de fontes documentais históricas é corrente na sociologia, embora ainda pouco discutida na disciplina. A composição desses bancos de dados podem auxiliar em estudos comparativos, análises sócio-históricas e na discussão sobre métodos de pesquisa para esse tipo de documento (jornais, cartas, processos criminais, por exemplo) e no uso dos programas de computador nas pesquisas qualitativas e históricas. A coleta de fontes em arquivos, as fotocópias, o trabalho de transcrição ou digitação de todo o *corpus documental* e a construção do banco de dados perpassam a leitura do material com caligrafias difíceis e o conhecimento de outros idiomas, inclusive expressões não usuais, que podem comprometer a interpretação do material, requerendo não apenas as técnicas da paleografia, mas a percepção de outros tempos históricos na investigação.

Assim, ressalta-se a experiência de pesquisa, o percurso da investigação, no

qual são importantes o intercâmbio com outros pesquisadores, o conhecimento dos diversos tipos de fontes, dos arquivos, das escritas dos investigados e toda a gama de detalhes que remontam às especificidades da conjuntura da pesquisa. O desafio mais profundo foi, portanto, unir o trabalho sociológico de análise com o pensar histórico.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **Time matters**: on theory and method. The University of Chicago Press, Chicago, 2001.

ABRAMS, Philip. **Historical Sociology**. New York: Cornell University Press, 1982.

BOSENBECKER, Patricia. **Três gerações de empreendedorismo**: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre, PPG-Sociologia/UFRGS, 2017. 248p.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. *Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 2ª ed.*

GRANOVETTER, Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 6, n.º 1, Art. 9, jan./jun. 2007.

GRIFFIN, Larry J. Narrative, Event-Structure Analysis, and Causal Interpretation in Historical Sociology. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 5, p. 1094-1133, mar. 1993.

LEVITT, Peggy. Transnational migration: taking stock and future directions. **Global Networks**, v. 1, n. 3, p. 195-216, 2001.

_____; DEWIND, Josh; VERTOVEC, Steven. International Perspectives on Transnational Migration: An Introduction. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, Transnational Migration: International Perspectives, pp. 565-575, 2003.

MONSMA, Karl. **Narrativa como método**: estrutura, ação e evento na análise da mudança social. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, São Leopoldo, 2007.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 69, p. 73-93, out. 2004.

_____; SENSENBRENNER, Julia. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. **American Journal of Sociology**, v. 6, n. 98, 1993.

_____; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William J.. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. **American Sociological Review**, v. 67, n. 2, p. 278-298, ab. 2002.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

SEWELL, William H. Jr. **Logics of history**: social theory and social transformation. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SKOCPOL, Theda. A imaginação histórica da sociologia. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, SP, v. 9, n. 16, p. 7-29, 2004.

TILLY, Charles. Future history. **Theory and Society**, v. 17, p. 703-712, 1988.

VERTOVEC, Steven. Migrant Transnationalism and Modes of Transformation. **International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 970-1001, 2004.

ZHOU, Min. Revisiting Ethnic Entrepreneurship: Convergencies, Controversies, and Conceptual Advancements. **International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.

Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Brasília (DF), em 2017. O capítulo apresenta algumas reflexões da minha tese intitulada “Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz”, defendida em 2017, no PPG-Sociologia/UFRGS. A pesquisa de doutorado foi realizada com bolsa CAPES.

A CULTURA POLÍTICA DO VARGUISMO NO BRASIL E DO PERONISMO NA ARGENTINA: UM DIÁLOGO COM A OBRA “MULTIDÕES EM CENA” DE MARIA ROLIM CAPELATO

Luiz Eduardo Pinto Barros

Docente da disciplina de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, campus de Inconfidentes.

IF SUL DE MINAS GERAIS
Inconfidentes-MG

RESUMO: Na América do Sul dois países são as maiores potências, Brasil e Argentina. Por isso, estudar a história destes países é fundamental para compreender a dinâmica geopolítica da região. Principalmente a cultura política vivenciada em ambos os Estados. Por isso, este trabalho tem como objetivo analisar a propaganda política de um dos períodos políticos, econômicos, sociais e culturais mais relevantes do século XX nos dois países, sendo os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Juan Domingo Perón (1946-1955). A base para análise metodológica são os conceitos de cultura política ao estudar estes períodos fazendo um diálogo com a obra “Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo” que foi publicada em 1998 pela editora Papyrus e escrita por Maria Helena Rolim Capelato. Sem dúvida, obra de grandes reflexões para o debate político presente nestes países que ainda é relevante para ser tratado no mundo acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; superação do

passado recente; política interna

ABSTRACT: In South America two countries are the largest powers, Brazil and Argentina. Therefore, studying the history of these countries is fundamental to understand the geopolitical dynamics of the region. Mainly the political culture lived in both states. Therefore, this paper aims to analyze the political propaganda of one of the most relevant political, economic, social and cultural periods of the twentieth century in the two countries, being the governments of Getúlio Vargas (1930-1945) and Juan Domingo Perón (1946- 1955). The basis for methodological analysis is the concepts of political culture as they study these periods in dialogue with the book ““Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo” which was published in 1998 by the publisher Papyrus and written by Maria Helena Rolim Capelato. Undoubtedly, work of great reflections for the political debate present in these countries that is still relevant to be treated in the academic world.

KEYWORDS: Speech; overcoming the recent past; internal policy

A obra de Maria Helena Rolim Capelato é uma daquelas que permite ao leitor fazer várias reflexões sobre o papel da propaganda política

na sociedade contemporânea e compreender o grau de recepção da mesma em determinado contexto. No caso, a propaganda política está relacionada diretamente ao Estado e aos interesses daqueles que o conduzem. Os receptores são as pessoas que formam as chamadas grandes massas e que historicamente estiveram excluídas dos benefícios econômicos usufruídos por uma pequena elite.

Mas ao contrário do que se possa esperar de uma análise que generalize o potencial da propaganda como instrumento eficiente de alienação e que possa dar sustentação aos governantes de determinado país tendo grande apoio popular, Capelato nos mostra que isso não é tão simples. A propaganda só é mais um instrumento carregado de significados que estão inseridos num contexto em que as pessoas estão ansiosas por mudanças e se identificam com certas propostas devido a suas experiências pessoais e necessidades de suprir suas lacunas materiais na busca por melhores condições de vida.

Os objetos de estudo de Capelato foram os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. Vargas chegou ao poder por meio de uma revolução em 1930 e permaneceu na presidência do Brasil até 1945. Durante este período em nenhum momento foi eleito. Chegou a aprovar uma nova Constituição em 1934, incentivou um processo de industrialização, regulamentou sindicatos, combateu movimentos oposicionistas, estimulou a exploração do “sertão” do país e promoveu grandes transformações no Estado para que este tivesse maior papel nos rumos da sociedade brasileira. Já Perón chegou ao poder por meio de eleições ficando no cargo de presidente da Argentina entre 1946 e 1955, sendo que foi reeleito em 1951 para seu segundo mandato. Seu governo ficou marcado também pela regulamentação de sindicatos, a aproximação da classe trabalhadora, a luta contra as oligarquias “entreguistas”, a estatização de ferrovias, empresas de telefonia, petróleo, companhias de eletricidade e da melhoria na renda da população. A justiça social, com uma marca chamada de justicialismo, foi à prioridade do governo de Perón. Coincidentemente, Vargas e Perón foram depostos por juntas militares e retornaram ao poder “nos braços do povo” sendo eleitos pelo voto direto, mas faleceram ocupando o cargo de presidente. Vargas esteve à frente da presidência entre 1951 e 1954 quando cometeu suicídio no Palácio do Catete e Perón retornou a presidir a Argentina em 1973, mas teve uma gestão de apenas 9 meses devido ao seu falecimento em julho de 1974.

Os estudos de Capelato focam os períodos áureos de Vargas e Perón nas suas primeiras passagens pela presidência, mas enfatiza a diferença dos períodos de seus governos. A Era Vargas esteve em cena no período entre as duas grandes guerras mundiais quando o nazi-fascismo protagonizava sua ideologia em meio à tempestade econômica mundial das décadas de 1920 e 1930 e conseqüentemente colocando as teorias do Liberalismo em cheque. Neste âmbito o papel do Estado

ganhava relevância e diversas transformações institucionais tornaram significativas. Já a Era Perón surgiu após a Segunda Guerra Mundial e veio de encontro ao novo conflito ideológico mundial que entrava em cena, a Guerra Fria. Seu governo não se posicionou em direção ao Estados Unidos e nem a União Soviética mantendo certa “neutralidade”. Ao contrário de Vargas que fez a partir do Estado Novo, em 1937, um governo ditatorial, Perón não transformou sua presidência num regime de ditadura institucionalizada. Mas isso não o impediu de perseguir opositores de seu governo.

Maria Helena Capelato tende a recusar interpretações de que os governos de Vargas e Perón eram essencialmente “populistas”. Para ela, “os modelos e tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais”. E menciona que a “adesão das classes trabalhadoras ao populismo é interpretada tomando-se por base a estrutura social, sem se levar devidamente em conta elementos de ordem política e cultural”. Sendo assim, Capelato preferiu colocar em prática o método de pesquisa do historiador fazendo recortes específicos e analisando as particularidades nacionais. Isto porque, sua estratégia tem como objetivo se diferenciar dos fenômenos abordados de forma generalizada por alguns estudos da sociologia, economia e ciência política que impossibilitam a “recuperação do evento na sua plena historicidade” (CAPELATO, 1998, p.15).

Outro elemento importante da presente obra é a recusa em determinar os regimes varguista e peronista como totalitários. Citando Pierre Birnbaum, Capelato demonstra a revisão dos conceitos de “totalitarismo”. Apesar de situações totalitárias estarem associadas ao stalinismo, nazismo e fascismo, estes mesmos regimes se distinguem. Por isso, classificar um regime como tal é uma tarefa complexa. Ao referenciar Roberto Romano, a autora argumenta que a concepção de totalitarismo não se aplica aos países da América Latina. No caso sul-americano, mesmo nos governos autoritários de Brasil e Argentina, nas décadas de 1930 e 1940, o conceito de “totalitarismo” não se aplica. Neste caso, “somente em níveis ideais, propagandísticos ou em tentativas isoladas pode-se falar em totalitarismo” (CAPELATO, 1998, p.17).

Agora, tratando diretamente da obra de Capelato percebemos a influência considerável dos instrumentos utilizados pelo regime Nazifascista na aplicação da propaganda governamental nos governos de Vargas e Perón. Porém, tal feito ocorreu de forma peculiar de diferentes maneiras nos solos de Brasil e Argentina de acordo com suas realidades históricas. Capelato faz referência a Adolf Hitler que escreveu em seu famoso livro *Mein Kampf* a seguinte explicação: "A propaganda política busca imbuir o povo, como um todo, com uma doutrina.[...] A propaganda para o público em geral funciona a partir do ponto de vista de uma ideia, e o prepara para quando da vitória daquela opinião" (CAPELATO, 1998, p.21). Tal frase, editada em 1926, deixa clara a intencionalidade de quem produz e os resultados esperados.

E foi assim o desenrolar das ações no Brasil e na Argentina nos governos de Vargas e Perón.

No caso da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels foi o responsável por conduzir a propaganda do regime estando à frente do Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda. O objetivo era transmitir os ideais nazistas por meio da arte, livros, teatro, cinema, materiais escolares, imprensa escrita e o rádio. A utilização de símbolos que reforçavam a doutrina antissemita e a superioridade da raça ariana eram uma constante. Neste sentido, fazendo uma relação com o varguismo, os símbolos mais explorados estavam relacionados à bandeira brasileira. Capelato demonstra que associação entre “Pátria”, “Bandeira” e “Chefe” esteve relacionada à concepção religiosa do cristianismo ligada a Santíssima Trindade. Tais símbolos estavam espalhados em diversos objetos que referenciavam a imagem do presidente Getúlio Vargas. Já na Argentina, o “escudito” era a simbologia identificada aos ideais do peronismo. Inspirada no desenho do escudo nacional, esta representava a subordinação de um povo unido e organizado sob a tutela de seu chefe.

Essa exploração dos símbolos que projetavam nos objetos uma ideia defendida e que deveria ser compartilhada era algo necessário para a consolidação do sistema vigente tendo um campo fértil para desenvolver suas ações. E isso já pode ser observado no século XVIII no desenrolar dos acontecimentos da Revolução Francesa. Segundo Michel Winock, “uma convicção unia todos os pensadores pós-revolucionários: a de que um regime estável devia basear-se numa visão de mundo comum” (WINOCK, 2003, p.271). O mesmo autor aponta que esta visão seria compartilhada no decorrer do século XX pelas democracias liberais, mas com uma diferença, a defesa da pluralidade de ideias. No caso específico do socialismo soviético, Winock demonstra que Lenin fez da ideologia do partido único e do monolitismo um pensamento único a ser compartilhado por meio de uma propaganda política. Neste sentido, “uma nova sociedade fechada se institui, sobre um sistema de crenças radicalmente novo. Um tempo viria em que se denunciaria o marxismo-leninismo como a ideologia da camada dominante ou ‘nova classe” (WINOCK, 2003, p.271). Com estes exemplos de Michel Winock é perceptível a necessidade de propagação dos ideais varguista e peronista em suas respectivas sociedades, por toda a conjuntura de suas épocas, tendo em vista o rompimento com o passado recente propagado como uma revolução.

Isto porque, na obra de Maria Capelato é notável a semelhança entre os governos de Vargas e Perón de transmitir uma ideia de rompimento com um passado recente que foi prejudicial para o país. No caso da Era Vargas a ruptura ocorreu com a Revolução de 1930 derrubando a República Velha que durante décadas teve na liderança das grandes oligarquias a responsabilidade pelo atraso social e econômico do Brasil, além de um Estado falho nas suas ações, sobretudo, no caráter institucional.

Já a Era Perón também focava nas oligarquias “entreguistas” a culpa pela intensa desigualdade social na Argentina, o desamparo aos trabalhadores e a presença estrangeira, principalmente da Inglaterra, no usufruto dos serviços essenciais do país como ferrovias, redes de energia e exploração do petróleo. Os novos tempos eram representados a partir de 1943 quando ele participou ativamente do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) na derrubada do governo de Ramón Castillo que encerrou a *Década Infame*, iniciada em 1930 com um golpe de Estado e foi marcada por fraudes eleitorais, repressão aos opositores e corrupção generalizada. Sendo assim, a propagação destas ideias enfatizava a importância das ações que buscavam mudanças significativas. E neste caso, como é claro perceber na análise da autora, Vargas justificava a importância da estruturação do Estado brasileiro sendo esta a grande prioridade. O mesmo pode ser observado no caso de Perón ao priorizar a justiça social que ganhou o alçume de justicialismo. Porém, a própria autora deixa claro ser esta uma das diferenças entre o varguismo e o peronismo, as diferenças nas suas prioridades.

E se há um instrumento interessante para divulgar ideias, nada como o veículo de comunicação mais acessível para a população que na época era o rádio. Jean-Noel Jeanneney ao escrever um capítulo intitulado *A Mídia* na obra *Por uma história política* que é organizada por Rene Remond, menciona que a preocupação dos pesquisadores em compreender a influência política da televisão na sociedade contemporânea retomou o debate a respeito do impacto da radiodifusão quando este era até então o maior veículo de comunicação. Sendo assim, o autor aponta que “o rádio extrai toda a sua força, sobretudo em ondas curtas, do fato de não ligar para as fronteiras. Quando o totalitarismo se abate sobre um país, o rádio é uma fonte de liberdade íntima” (JEANNENEY, 2003, p.216-217). Maria Capelato salienta que o rádio foi considerado mais importante na Alemanha Nazista do que a imprensa escrita como veículo de propagação de ideias, tendo em vista a sua grande produção em escala e o poder aquisitivo da população para adquiri-lo. Na Itália Fascista de Benito Mussolini o rádio também teve a mesma utilidade, porém em menor grau de importância do que a imprensa escrita (CAPELATO, 1998, p.87).

Na Era Vargas o rádio foi essencial para propagação dos ideais políticos defendidos pelo governo. Tendo mais ênfase a partir do Estado Novo, o projeto era transmitir por meio da radiodifusão a consciência nacional indispensável à integração da nacionalidade e embalada pela propaganda do regime. Surgiu em 1931 a *Hora do Brasil*, reestruturada em 1939, e tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. Divulgava discursos e atos oficiais do governo, além de estimular as artes nacionais, o patriotismo e os grandes feitos do passado. O rádio passou a ser um instrumento controlado pelo Estado de forma incisiva, porém administrado pela iniciativa privada, principalmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

no final da década de 1930. E isto ocorreu num contexto em que o rádio se tornava popular não apenas pelo acesso comercial a baixo preço, mas também pelo prestígio dos ouvintes ao acompanhar as programações musicais, humorísticas, transmissões esportivas, o radiojornalismo e, principalmente, às radionovelas. Na Argentina, o rádio também foi um instrumento controlado pelo Estado depois do golpe de 1943, tendo em vista a sua grande popularidade e a existência de emissoras comerciais desde a década de 1920. Na campanha presidencial de 1945, o peronismo fez uso do rádio para conquistar seus objetivos eleitorais. Até então, as principais empresas de rádio, como as de jornalismo, não apoiaram Perón. A partir de 1947 houve forte pressão sobre estas que aos poucos apoiaram o peronismo. Maria Capelato enfatiza que a propaganda política no rádio foi maior em solo argentino do que no Brasil. E reconhecendo a importância do rádio, Perón deixava claro que os discursos radiofônicos em poucos minutos deixavam todos os argentinos informados das ideias e ações do peronismo. E neste processo sua esposa Eva Perón, uma atriz de rádioteatro com carreira consolidada, teve grande importância, sobretudo, no programa *Para um futuro melhor* que fazia propaganda da “Revolução de 1943”. Na ocasião, ela interpretava o papel de uma mulher do povo que conclamava os argentinos a apoiarem a revolução.

No caso da imprensa escrita houve um forte controle por parte do Estado tanto no varguismo quanto no peronismo. Os esforços para eliminar as vozes discordantes eram intensos e isto também teve reflexos nas estações de rádio. Com Vargas a criação do DIP reduziu a legalidade dos jornais críticos do Estado Novo regulamentando as atividades dos profissionais de imprensa, sendo que somente aqueles com registro poderiam exercer suas funções. Capelato enfatiza que os ideólogos antiliberais defendiam a absorção do privado pelo público, sendo que neste processo o jornalismo deveria ser totalmente controlado pelo Estado. A cooptação de jornalistas se deu através das pressões oficiais, mas também houve concordância de setores da imprensa com a política do governo. Na Argentina, a utilização da imprensa como propaganda também foi mais intensa do que no Brasil. Perón estimulou o controle por meio da “*Subsecretaría de Informaciones*” que era responsável pelas informações oficiais divulgadas. Para inibir as vozes discordantes, havia pressão sobre o fornecimento de papel. A autora utiliza como exemplo as páginas do *La Prensa* e *La Nación* que reduziram de 30 para 16, em seguida para 12 e finalmente para 6. Os proprietários dos veículos de comunicação que resistiam sofriam diversas formas de interferência como sabotagens, cortes de subsídios, suspensão de direitos e outras atividades consideradas ilícitas. Aos poucos o regime conseguiu o controle dos meios de comunicação.

Na obra de Maria Capelato é possível observar que o trabalho com imagens, ilustrações, desenhos, revistas e álbuns comemorativos foram mais abundantes no

peronismo comparado ao varguismo. Apesar da utilização de textos impressos, o peronismo se destacou mais pela iconografia do que pelo material impresso. Neste sentido, a exaltação do Estado Novo no varguismo foi bem mais modesta. Já a respeito das festas cívico-esportivas, ambas tiveram influência dos rituais grandiosos do nazi-fascismo, mas sem o mesmo brilho que ocorrera na Itália e na Alemanha.

O cinema também foi instrumento de propaganda do varguismo e do peronismo a fim de propagar ideias do regime. No caso brasileiro a preocupação era em demonstrar por meio das telas cinematográficas as qualidades do país como seus aspectos naturais e harmonia entre os brasileiros. O DIP estava atento aos filmes que pudessem retratar desigualdades sociais ou outros problemas estruturais existentes em solo nacional. Películas que tivessem relação com isso eram drasticamente censuradas. No caso do cinema argentino os roteiros retratavam os valores dos trabalhadores e busca pela justiça social. Os governos de Vargas e Perón fizeram grandes investimentos neste setor, porém sem o retorno esperado das bilheteiras. Afinal, o público não se contentou em assistir películas que no seu roteiro tivessem elementos com interferência do Estado. Este sem dúvida é um típico exemplo de que nem em todos os setores a recepção da propaganda política foi como se esperava por parte do regime. Ou seja, foi um grande fracasso. Maria Capelato demonstra que esta inspiração na utilização do cinema também veio do nazi-fascismo que muito fez uso da sétima arte para propagar sua doutrina. E esta influência veio do estilo hollywoodiano que cada vez mais ganhava terreno no cenário mundial do entretenimento. Especificamente nos casos de Brasil e Argentina, a entrada de filmes hollywoodianos era avassaladora e praticamente não sofreram com a concorrência das películas nacionais durante o peronismo e o varguismo. Outros setores como a música e a arquitetura também receberam investimentos estatais e da mesma forma aqueles que se demonstravam contrários ao governo sofriam as consequências da censura e do ostracismo.

A participação dos intelectuais também foi relevante para disseminação do varguismo e do peronismo. Segundo Capelato, os ideólogos do Estado Novo tentaram associar o movimento literário da década de 1920 com a revolução política do então governo. Neste processo ganhou terreno a figura de Cassiano Ricardo que tinha grande identificação com o regime. A questão da cultura popular e a busca da “brasilidade” fez dos literatos simpáticos ao Estado Novo consagrarem a tradição, os símbolos e os heróis nacionais. Citando Pimenta Velloso, a autora menciona que a herança modernista do regime foi bastante delimitada, tendo como participação o grupo denominado “verdeamarelismo”, que além de Cassiano Ricardo, tinha a participação de Menotti del Picchia e Plínio Salgado. Neste cenário a visão crítica de alguns modernistas sobre o popular e o nacional foi substituída por um ufanismo patriótico. Isto ocorreu num contexto em que foram criadas duas revistas, *Cultura*

Política e Ciência Política. A primeira tinha como função divulgar os estudos brasileiros encarregados de definir os rumos das transformações político-sociais no país. Já a segunda, difundia as ideias do Estado Novo. Grandes intelectuais como Cecília Meireles, José Lins do Rego, Oliveira Vianna, Manuel Bandeira, Gustavo Barroso, Gilberto Freire, Vinícius de Moraes, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré publicaram na *Cultura Política* que tinha no argumento de seus editores a definição de que as portas estavam abertas para publicação de qualquer intelectual independente de seu posicionamento ideológico. Porém, a autora menciona que durante o varguismo as publicações dos intelectuais não implicavam na liberdade para o exercício da crítica.

Já no peronismo, o então chefe de Estado defendia que por mais extraordinário seja o talento do escritor e do artista seus serviços devem estar em função do nacional e isto exigiria a renúncia do individual. E caso tal renúncia não for espontânea, seria necessária a intervenção superior do Estado. Houve reações por parte de artistas e intelectuais que não compactuavam com as ideias do regime e conseqüentemente sofreram sanções. Uma das características dos literários que atuaram ao lado do peronismo era a crítica ao momento anterior da “Revolução de 1943” e o cultivo dos valores que associavam o Estado ao bem comum. Além disso, retomavam temas relacionados ao gaúcho, ao telúrico, ao “criollismo” e à herança hispânica. Ao contrário do que ocorrera no Brasil, onde não houve grandes sinais de resistência no campo literário, na Argentina houve disputas intensas neste cenário. No entanto, a autora cita Félix Luna que aponta a questão cultural durante o peronismo algo mais atingido pelo tédio do que necessariamente pela perseguição, mencionando a ida de Júlio Cortázar para a Europa, em 1952, não por ser perseguido, mas sim pelo descontentamento com a produção oficial. Maria Capelato faz referência a Ernesto Gollari quando este analisou as novelas de cunho marcadamente político, no qual seus autores definem suas posições peronistas ou antiperonistas e salienta que o número de obras antiperonistas eram consideravelmente mais expressivas, revelando potencial oposição ao governo.

Quando o assunto tratado é a cidadania, a propaganda varguista enfatizou os valores relacionados ao trabalho. Da mesma forma a política peronista intensificou as organizações trabalhistas, porém diferentemente dos leques comunistas. Em ambos os regimes os trabalhadores eram colocados como sujeitos principais da nação, sendo que no varguismo estes eram colocados como merecedores dos privilégios da cidadania e do direito por viverem honestamente de suas atividades e se organizarem em seus sindicatos. Os malandros e comunistas ficariam a margem dos direitos sociais e da própria sociedade brasileira. Já na Argentina peronista as propagandas não enfatizavam os sindicatos, mas sim a justiça social promovida pelo regime superando a situação de abandono dos trabalhadores antes da chegada de

Perón a presidência. A propagação destas ideias para Maria Capelato não deve ser entendida como uma recepção passiva por parte dos trabalhadores, o que de certa maneira faz sentido. Afinal, para a autora a eficácia das propagandas dependeu das experiências vivenciadas e compartilhadas pelas pessoas, como já foi mencionado nos parágrafos anteriores. O regime teria tido eficácia na interlocução ao invés da manipulação. Seu posicionamento faz sentido e reforça a hipótese que o varguismo e o peronismo não se sustentaram apenas na opressão física e na eficiência da propaganda. Em síntese, seus discursos atingiam as experiências e os sentimentos pessoais.

Os temas da obra de Maria Capelato até aqui trazem uma reflexão sobre a opinião pública que instiga os historiadores. Segundo Jean-Jacques Becker, o historiador gosta de caminhar em um terreno seguro e este não é o caso da opinião pública. Isto porque, por se tratar de um fenômeno social aparentemente evidente, desenvolver uma análise sobre o pensamento de grande parte da população não é algo preciso por se tratar de diferentes realidades. Becker faz referência ao teórico alemão Wilhelm Bauer que opôs duas formas diferentes de opinião pública, a “estática” e a “dinâmica”. A primeira estaria ligada aos costumes, hábitos, usos, as tradições, a formação intelectual e moral recebida dos pais enquanto crianças e a educação daqueles que os ensinaram constituindo o topo de uma ideologia, os sistemas de ideias próprios de um determinado país. Jean-Jacques Becker denomina esta abordagem de Bauer como a história das mentalidades. Já a segunda, a “dinâmica”, é para o teórico a reação da opinião diante do acontecimento (BECKER, 1998, p.188). Sendo assim, fazendo uma associação com a teoria de Wilhelm Bauer, é perceptível que Maria Capelato levou em consideração a opinião pública “estática” para desenvolver seu apontamento sobre a recepção da população brasileira e argentina em relação aos elementos inseridos na propaganda política do varguismo e do peronismo.

Ao ter acesso a esta obra de Maria Capelato é notável como pode ser aplicada os estudos da cultura política, tendo em vista a possibilidade de observar os sistemas de representação produzidos por um determinado grupo político que detém em suas mãos a condução do Estado. Michel Winock faz referência a Louis Althusser como o primeiro a formular a teoria dos aparelhos nas estruturas sociais, no caso o “aparelho ideológico do Estado”. Para Althusser, os meios diversos de difusão de ideias (igrejas, exercito, escolas, imprensa, associações, etc.) são elementos dos aparelhos ideológicos do Estado conduzidos por uma classe dominante (WINOCK, 2003, p.285). O mesmo Michel Winock faz um contraponto da teoria de Althusser ao referenciar Robert Fossaert que substitui a expressão “Estado” para “embaralhamento do real”. Para este, “donde resulta que a expressão ‘aparelho ideológico do Estado’, tomado em sua pretensa generalidade, oferece uma representação errônea do real social”. Por isso, “ao lado dos aparelhos de Estado (governamental, militar,

diplomático, financeiro, etc.) devemos singularizar, em sua especificidade, os aparelhos ideológicos (igrejas, escolas, partidos, imprensa, associações, etc.) se quisermos compreender a formação e difusão das ideias correntes e concorrentes”. Partindo dessa concepção, também pode ser observado na obra de Maria Capelato o estudo de elementos que tem uma “voz própria”. Ou seja, não são passivos de opinião diante das incursões do Estado dirigente. Um exemplo observado nos parágrafos anteriores são os escritores literários brasileiros e argentinos. Muitos não demonstravam simpatia pelos regimes varguista e peronista, e mais especificamente no caso argentino houve resistências que foram muito bem salientadas pela autora. Outro exemplo que não foi mencionado até aqui é a resistência universitária, de professores e alunos, principalmente na Argentina.

No decorrer da obra, Maria Capelato aborda outros temas como as imagens de uma “nova democracia”, a relação entre líder e massa, a educação escolar, a redenção dos dois regimes, os mitos de salvação, dentre outros. Temas estes que provocam grandes reflexões e possibilitam estimular novas pesquisas sobre o varguismo e o peronismo e os seus reflexos nas sociedades do Brasil e da Argentina. A própria autora menciona os casos da herança peronista presentes nas duas eleições de Carlos Menem que governou a Argentina entre 1989 e 1999, sendo que neste intervalo de tempo ela publicou a presente obra estudada. Acrescento que esta herança peronista se faz presente no kirchnerismo iniciado em 2003 com o governo de Néstor Kirchner, tendo seu mandato encerrado em 2007, e continuado com sua esposa, Cristina Kirchner, que encerra seu mandato presidencial em 2015. Já o varguismo no Brasil, de acordo com a autora “é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda, mas também recordada, com nostalgia pelos trabalhadores que se sentiram dignificados ou beneficiados pela política do ‘pai dos pobres’”. E acrescenta que, “na atualidade constata-se que o espólio getulista foi fragmentado e liquidado pelos grupos políticos que dele quiseram se apoderar”. Neste acaso, faço questão de acrescentar os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda no Brasil e, sobretudo, os movimentos sindicais que tendem a buscar maiores espaços no cenário político quando questões parlamentares e decretos presidenciais se posicionam para interferirem nas leis trabalhistas.

Sendo assim, a obra *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo* mesmo depois de anos da sua primeira publicação merece ser constantemente lida e revisada pelos pesquisadores que debruçam esforços para compreender ou o governo de Getúlio Vargas, ou o governo Juan Domingo Perón, ou a cultura política a partir de algum objeto de estudo. Afinal, a obra de Maria Helena Rolim Capelato é um importante exemplo de como a cultura política pode ser aplicada. E, além disso, é fundamental para compreender os efeitos da propaganda política naqueles que a recebem, entendendo a importância do discurso propagado

relacionado às vivências pessoais para finalmente surtirem os efeitos esperados.

REFERÊNCIAS

BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública**. In: REMOND, Rene. **Por uma história política**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.185-212.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998

JEANNENEY, Jean-Noel. *A Mídia* . In: **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.213-232.

WINOCK, Michel. **As ideias políticas**. In: _____ 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 271-194.

PERSPECTIVAS DE GÊNERO A PARTIR DA IDENTIDADE FEMININA NA REPRESENTAÇÃO PRESIDENCIAL DO BRASIL, CHILE E ARGENTINA

Danielle Jacón Ayres Pinto

Professora Adjunta do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis – Santa Catarina. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea/GEPPIC. www.geppic.ufsc.br. E-mail: djap2222@yahoo.com

Giuliana Facco Machado

Mestranda em Gender and International Relations pela University of Bristol - Bristol – Inglaterra. Membro pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea/GEPPIC. www.geppic.ufsc.br. E-mail: giulianafacom@gmail.com

Yasmine Pereira Sensão

Mestranda em Estudos Sobre as Mulheres: As mulheres na sociedade e na cultura pela Universidade Nova de Lisboa – Lisboa – Portugal. Membro pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea/GEPPIC. www.geppic.ufsc.br. E-mail: yasminesensao@gmail.com

* Trabalho inicialmente apresentado e publicado pelos anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina da USP no ano de 2016. Para fins de publicação de capítulo foram feitas mudanças com o intuito de aprofundar o tema

RESUMO: Nesse texto temos por intuito demonstrar que é no cenário pós Consenso de Washington que candidatas como Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet pautam suas políticas e galgam a presidência de seus países. Partindo-se da premissa de que a identidade feminina é baseada nas

construções históricas de identidade de gênero nas estruturas de poder, busca-se analisar os primeiros mandatos das presidentas, com base nas concepções de feminilidade e masculinidade nessas estruturas, assim, questiona-se, para além das identidades femininas apresentadas, a influência do capital masculino político. O presente trabalho consiste em um estudo histórico-comparativo, do qual faz uso do método hipotético-indutivo, a partir de técnica de revisão bibliográfica, para seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: eixo ABC; gênero; estruturas de poder.

GENDER PERSPECTIVES FROM FEMALE IDENTITY IN THE PRESIDENTIAL REPRESENTATION OF BRAZIL, CHILE AND ARGENTINA

ABSTRACT: In this article our aim is to show that is in the scenario after Washington Consensus allowed candidates as Cristina Kirchner, Dilma Rousseff and Michelle Bachelet guide their policies and reach the presidency of their countries. Guiding by the premise that female identity is based on historical constructions of gender identity in the power structures, seeks to analyze the first mandates of presidents, based on femininity concepts and masculinity in these structures, as well, the question is to beyond

the women's identities presented, the influence of male political capital. This paper consists in a comparative historical study, which use hypothetical-inductive method and literature review technique for analyses.

KEYWORDS: axis ABC; gender; power structures.

INTRODUÇÃO

Formulado em 1989, o Consenso de Washington objetivava a apresentar medidas econômicas de cunho neoliberal em uma tentativa de reverter o processo de crise vivido pela América Latina. Privatizações de empresas estatais e maior abertura comercial por parte dos países latino-americanos eram algumas das medidas propostas para a resolução dos problemas na economia desses Estados. Os governos nacionais da região, em maior ou menor grau, seguiram as ideias do Consenso de Washington, entretanto, a partir dos anos 2000, as desigualdades sociais aumentam, bem como os problemas oriundos desse fato, é nesse contexto que ascende na América Latina governos de esquerda, que trazem as pautas sociais como centro de suas plataformas políticas e ações de governo.

Outro fator histórico importante para esta pesquisa é a redemocratização dos países latino-americanos, uma vez que as novas democracias asseguravam o direito de voto à mulher, assim como, em muitas foram criados mecanismos de cotas para garantir representatividade feminina nas esferas de poder, portanto a busca por maior equidade passa a ser realidade, ainda que em muitos desses Estados à lei não seja cumprida. Assim, aos poucos, as democracias na América Latina observaram o aumento da presença do gênero feminino na política. É neste cenário que candidatas como Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet pautam suas políticas e galgam a presidência de seus países.

As teorias das relações internacionais preocupam-se em como o poder opera nas relações entre Estados, instituições e pessoas e o que é preciso para sustentar essas relações, como já afirmava a teórica feminista Whitworth (2008, p.397). Assim, as teorias feministas nas relações internacionais entendem que examinar as configurações de poder é inevitavelmente falar sobre gênero, pois Estados e suas políticas, os nacionalismos e, assim sendo, o sistema internacional não são neutros de gênero, conforme afirma Halliday (2008). A teórica feminista, Butler (2010, p. 59), concebeu a noção de “performatividade de gênero”, segundo ela, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser”.

Com isso, partindo-se da premissa de que a identidade feminina é baseada nas construções históricas de identidade de gênero nas estruturas de poder, busca-se

analisar os primeiros mandatos das presidentes do eixo Argentina, Brasil e Chile, com base nas concepções de feminilidade e masculinidade nessas estruturas. Desta forma, questiona-se, para além das identidades femininas apresentadas pelas chefes de Estado, se a influência do capital masculino político se fez presente nas corridas presidenciais. Por conseguinte, o presente trabalho consiste em um estudo histórico-comparativo, do qual faz uso do método hipotético-indutivo, a partir de técnica de revisão bibliográfica, para seu desenvolvimento.

FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com uma visão moderna das Relações Internacionais a área consiste na ciência que estuda as relações e comunicações entre os Estados, indivíduos e os mais diversos grupos sociais para além das fronteiras (DE SOUSA; MENDES, 2008). O Sistema Internacional passou a considerar a inserção de novos atores nas Relações Internacionais a partir do que chama-se de terceiro e quarto debate, para além do Estado passou-se a considerar como atores as organizações internacionais, a sociedade, os movimentos sociais, não se trata aqui de realizar uma profunda explanação quanto a esses movimentos, mas é imperativo destacar a sua relevância para o presente estudo, assim, naquele período não só a Guerra Fria constrói um cenário intenso nas Relações Internacionais, mas outros fenômenos desafiavam as teorias convencionais como o processo de descolonização, a emergência do Terceiro Mundo e suas desigualdades, a vulnerabilidade econômica mundial projetada nos choques de petróleo e a ascensão da globalização.

O terceiro debate começa na década de 1980. É nesse contexto que os estudos Pós-colonialistas, influenciadas pelo marxismo, denunciam que o desenvolvimento do capitalismo e a naturalização da rigidez dos pressupostos adotados nas atividades científicas são “um movimento para silenciar e excluir formas alternativas de produção de conhecimento e reproduzir relações de dominação”, conforme Nogueira e Messari (2005, p.189), levando, posteriormente, a novas construções epistemológicas dentro das Relações Internacionais. Para Tickner e Sjoberg (2016) as teorias feministas entraram na disciplina no final dos anos 80 e começo dos anos 90, uma vez que para estas teóricas era preciso repensar a forma como as teorias eram criadas e principalmente rever a forma como os fenômenos políticos internacionais são estudados de forma a incluir as mulheres e suas experiências nas análises.

Sylvester (2001) afirma que as feministas tendem a ver aspectos da sociedade e como essas experiências impactam de forma positiva ou negativa a vivência das mulheres e outros grupos minoritários no sistema internacional. Essa inovação de abordagem decorre do fato de que o sistema anárquico de estados pensado por

outras correntes teóricas da disciplina, como o realismo¹, não conseguem entender dinâmicas complexas relacionadas a invisibilidade das mulheres e a subordinação de gênero na política internacional e na economia global.

São as feministas que trazem para as Relações Internacionais debates de gênero, pois assim como muitos pós-positivistas elas buscam examinar as relações entre poder e conhecimento e percebem que muito do que foi produzido na área era escrito por homens e referiam-se aos espaços públicos ocupados por homens (TICKNER; SJOBERG, 2016). Além disso, para Youngs (2004, p. 76), o feminismo das Relações Internacionais tem identificado o *mainstream* (ou *malestream*, como é chamado também pelas feministas mais críticas) da teoria das Relações Internacionais como um dos discursos que ajudam a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial que refletem em um desproporcional poder de controle e influência que os homens detêm.

De acordo com Sylvester (2001) as lentes feministas possibilitam dar visibilidade para as narrativas tradicionalmente ignoradas da política internacional, ou seja, para que o sistema internacional faça sentido quando analisado é preciso que seja estudado as relações de poder aparentes e não-aparentes. É por esta razão que Enloe (2014) questiona “onde estão as mulheres?”, pois para a autora esta pergunta revela que papéis as mulheres estão ocupando na arena internacional e se tratando de estadistas - como será abordado mais adiante - ocorre um maior espanto por mulheres estarem ocupando esse espaço tradicionalmente dominado por homens. Por isso, esta pergunta é tão fundamental para o feminismo nas Relações Internacionais, uma vez que possibilitou fossem questionadas estruturas de poder e consequentemente quem são as pessoas que estão à frente destas estruturas.

IDENTIDADE FEMININA: UM DEBATE CONCEITUAL

A partir dessas novas abordagens, gênero e o feminismo são inseridos no conhecimento científico das Relações Internacionais, no entanto, as perspectivas neoliberais divergiam das lutas pela igualdade de gênero e sua inserção no espaço público, expondo a divisão do trabalho nesse âmbito como sendo neutra de gênero.

O novo estilo de administração pública sabe-se inclusive em relação ao gênero, e valoriza habilidades tradicionalmente vistas como femininas, como as habilidades de comunicar-se, de desenvolver simpatia e de oferecer apoio. Trata-se também de

1 Corrente teórica que considera o Estado o principal sujeito da política internacional, de forma que seu objetivo principal é a sobrevivência, para tanto buscam atingir os interesses nacionais. Ainda com relação a esta corrente teórica, a busca pela maximização de poder, por parte dos Estados leva a ausência de paz, bem como um aumento pela busca da segurança, ademais disso, outra característica é com relação falta de um governo hierárquico mundial, pois no Sistema Internacional cada um dos países busca alcançar seus objetivos, levando em conta que esta teoria assume o caráter negativo da natureza humana, ou seja, o ser humano é mal e violento, assim a ordem internacional é considerada anárquica.

um estilo muito mais individualista do que o estilo antigo de se fazer administração pública, estando de acordo com as visões neoliberais sobre a vida organizacional. Dessa perspectiva, a ideia de espaços neutros oferece uma resolução aceitável para os dilemas em torno da igualdade de gênero. [...] Quanto mais a perspectiva neoliberal torna-se dominante, mais difícil é justificar uma medida de igualdade que não consista em aumentar as “escolhas” possíveis. A ideia de um local neutro de gênero é altamente aceitável por que é a única maneira de conciliar o princípio da igualdade de gênero com o quadro geral do pensamento neoliberal. Num espaço de trabalho neutro em relação ao gênero todos são livres para escolher, mas não como homens ou mulheres, mas como indivíduos [...]. Ao focar a criação de um espaço de trabalho neutro em relação ao gênero, as políticas de igualdade de gênero efetivamente reduzem a capacidade de o Estado contribuir com a igualdade de gênero na sociedade. (CONNEL, 2016, p.86-88).

Complementar as perspectivas apresentadas, as ciências Sociais e Humanas consideram diversas faces e dimensões para a compreensão do conceito de identidade, resultantes de processos históricos e mudanças sociais que influenciaram os estudos a respeito da temática, conforme Hall (2002), existiriam três tipos de identidade associadas aos sujeitos do iluminismo, sociológico e pós-moderno.

Este estudo considera a última definição, tendo em vista o recorte histórico aqui proposto, embora caiba ressaltar que a identidade do sujeito pós-moderno é um processo resultante das duas primeiras. De acordo com Hall (2002), o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, assim a identidade é construída e transformada pelos sistemas culturais e sociais em que estão inseridos, sendo assim definidas historicamente, não existe uma identidade individualizada, ela não é produto de um “eu” isolado.

A modernidade com o processo da globalização teve grande impacto sobre a construção da identidade cultural, segundo Giddens (1991, p. 37-8) “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter”. Segundo o antropólogo Roberto da Matta,

De todos os seres vivos, o homem é o único que tem a obrigação de fazer-se a si mesmo, de construir-se, de constantemente perguntar quem é, e qual o sentido da vida. [...] O homem tem de lutar pela vida, como todos os outros seres vivos, mas só pode realizar essa luta se sabe quem é: se tem identidade. Os animais não mudam [...]. Mas nós, humanos, vivemos a nossa sociedade e o nosso tempo. Somos acima de tudo maleáveis [...]. Por isso, precisamos de valores que nos definam e nos orientem. [...] Todos os homens têm uma identidade que recebem dos diversos grupos em que vivem. E cada sociedade busca fora e, sobretudo, dentro de si mesma, (na sua fantasia, nos seus mitos e ritos, crenças e valores) as fontes de sua identidade (MATTA, 1996, p. 35).

Dessa forma, nota-se que o desenvolvimento dos gêneros na construção de suas identidades são formados pelas relações culturais e sociais que encontram-se os sujeitos e suas subjetividades. Assim, a identidade feminina é uma construção histórica, construída socialmente por relações de poder que demonstram uma

dominação baseada na masculinidade, no qual houve uma ampliação dos conceitos a defini-la para que fosse possível a incorporação de novas funções sociais, sem perder sua principal identificação na sociedade, a maternidade, que insere-se no espaço privado, de acordo com Beauvoir (1949;1960); Rocha-Coutinho (1994; 2000).

Destarte, as questões de gênero demonstram o mundo como construído socialmente por relações de poder, atribuída por Sjoberg (2010), como padrões sociais e valores associados ao gênero masculino, sendo o problema inserir esses no espaço público, no qual discute-se as relações de poder entre Estados, a racionalidade desses e a autonomia política, sendo assim uma esfera de ação que define suas agendas. Sendo o Estado um importante meio de direcionar a sociedade na mudança de gênero e como arena de mudança, conforme Connell (2016).

Nesse sentido, na perspectiva construtivista, será a identidade que fará a diferença nas relações entre os agentes da estrutura. Ao ter identidade com o outro, o ator primário será capaz de entendê-lo como parte central de sua estratégia de inserção e participação no sistema internacional fazendo das demandas desse as suas, não num processo direto de interesses de Estado, mas em conjunto com as representações identitárias (JACON AYRES PINTO, 2016).

Dessa forma, ao ter-se três mulheres na representação máximo de três Estados centrais na região sulamericana, abre-se uma janela de oportunidade para que percepções identitárias distintas das tradicionais, calcadas na masculinidade, possam servir de amálgama para a construção de novas estruturas e novas relações de poder entre os atores do sistema em questão. Essa identidade com líderes mulheres pode afetar a estrutura tanto numa dinâmica política, com novas perspectivas de ação, mas principalmente, numa dinâmica de reconhecimento, fazendo com que o Estado amplie seu escopo de compreensão dos papéis de gênero na construção social do ente estatal tanto interna como externamente.

FEMINILIDADE E MASCULINIDADE

Dois tópicos de grande relevância, conforme Halliday (2008, p. 176-177), são referentes às mulheres e ao nacionalismo e o lugar dos direitos das mulheres na formulação das relações interestatais. Para o autor, os homens veem no Estado e nas ideologias que o legitimam um meio para reforçar o controle sobre as mulheres: exercido frequentemente via uma retórica de exaltação e respeito, ou através de políticas estatais que “melhoram” a posição da mulher.

De acordo com Carver (1996) as teorias *malestream* na prática são vistas como explicações gerais para fenômenos políticos e sociais. Para o autor a masculinidade utilizada nas interpretações de atores internacionais consistem na ideia que o universal se refere ao masculino, enquanto o feminino seria o outro.

Tickner e Sjoberg (2016) afirmam que as feministas das Relações Internacionais afirmam que características como força, racionalidade, independência e público são associadas à masculinidade, logo são vistas como parte da universalidade, enquanto características como fraqueza, emotividade, fragilidade e privado são algumas das atribuições ditas femininas. As outras ainda reiteram que homens e mulheres não necessariamente performam estes estereótipos o que possibilita que mulheres ajam de forma dita masculinizada e vice-versa (TICKNER; SJOBERG, 2016).

Conforme o autor Kenneth Waltz, em seu livro de 1959, *O Homem, O Estado e a Guerra*, a teoria das Relações Internacionais poderia ser categorizada em três imagens, neste trabalho considera-se somente a primeira, uma vez que a política internacional seria guiada pelas ações dos indivíduos (chefes de Estado e/ou Governo). Considerando que a imagem do indivíduo tomador de decisão influencia, tanto na arena doméstica como na internacional, é questionável o fato de que as mulheres não façam parte do cálculo de poder e conseqüentemente da imagem de chefe de Estado.

Esta dominação do masculino sobre o feminino acontece não só no parque infantil e nas eleições locais, mas também no centro das políticas internacionais (ENLOE, 2014, p.31). Conquanto que feminilidade é considerada o oposto da masculinidade, logo, a política não seria um lugar para mulheres, pois elas são “seres delicados e gentis” o contrário do que representa os jogos de poder intraestatal e interestatal. Para Hooper (1999) masculinidade e feminilidade não são fixas e ao longo dos séculos sofreram mudanças culturais. Para a autora atualmente o ocidente vive um modelo de Estado burguês que é influenciado (ao mesmo tempo que influencia) por um modelo protestante burguês racionalista de masculinidade, cujo modelo prega individualismo e liberdade. Em tese isso representaria igualdade por meio de governos democráticos, entretanto o que Hooper argumenta é que na prática os governos seguem reproduzindo o discurso de exclusão de minorias, com destaque a pautas relacionadas a conquistas de direitos por parte das mulheres.

Com isso, o Estado racional e provedor da soberania e segurança é masculino, assim como a guerra. Conquanto que, a diplomacia, por exemplo, seria o feminino, uma vez que ela representaria o mais suave, o frágil, os conceitos são usados para exemplificar a natureza das instituições e os meios utilizados pelas mesmas. Entre as suas muitas conseqüências questionáveis é o de reforçar a primazia da forma masculina em detrimento da feminina, dado que homens que vivem em um mundo perigoso são considerados os protetores naturais, enquanto as mulheres são quem necessitam de proteção (ENLOE, 2014, p.30).

É imperativo destacar que as noções de masculinidade e feminilidade não são idênticas ao longo de gerações, bem como não são excludentes, como a própria formação de identidade feminina sugere, essas noções são relacionais, sendo

construídas, afetadas e reproduzidas mutuamente. Assim como as guerras mudam, as relações de gênero mudam e os discursos de gênero também. Segundo Enloe (2014, p. 31) mulheres são marginalizadas ao menos (suportar o ridículo como “não feminina”) que elas possam, convincentemente, esconder-se em um estilo masculinizado particular de discurso e ação.

ANÁLISE DO DISCURSO DO EIXO ABC

A análise do discurso busca compreender as construções ideológicas presentes nos textos e imagens, tal discurso, enquanto construção linguística, se dá junto ao contexto social no qual o texto ou imagem é desenvolvido, ou seja, as ideologias são construídas por um contexto político e social, conforme expõem Charaudeau; Mainguenu (2012). Assim, a análise do discurso analisa também o contexto no qual a estrutura do discurso se encontra, Brandão (2004, p.46), ao discorrer sobre essa perspectiva do discurso afirma que ela é “uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da existência material das ideologias”, no entanto, é necessário destacar que o sentido do discurso não é fixo, dependerá do contexto, de sua forma de construção, da interpretação do receptor para a transmissão de determinada mensagem objetivada por parte do emissor.

Assim sendo, com relação ao eixo Argentina, Brasil e Chile (eixo ABC) as três presidentas aqui analisadas, Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet se lançam como candidatas em um contexto de crescentes demandas sociais por parte da população de seus países. Para fins deste artigo a primeira destas estadistas a ter a sua imagem estudada será Michelle Bachelet, seguida por Cristina Kirchner e Dilma Rousseff.

A carreira política de Michelle Bachelet iniciou-se ainda na juventude, quando, em 1970, começa sua militância no Partido Socialista. Por conta de seu ativismo contra a ditadura foi presa e torturada no ano de 1974 e durante os anos de 1975 a 1979 viveu no exílio. Ao retornar a seu país de origem inicia a trabalhar com serviços sociais. A partir dos anos 1990 ingressa na carreira pública, em organizações ligadas a saúde e inicia, na mesma década, seus primeiros estudos na área da Defesa. Em março de 2000 assume como ministra da Saúde do governo de Ricardo Lagos Escobar, com a pauta de aumentar o acesso à saúde para a população, ação essa que viria a ser uma de suas metas como presidenta de seu país. Já em 2002 é convidada a assumir o Ministério da Defesa e, assim, tornou-se a primeira mulher a assumir tal cargo político na América Latina. É em 2006, com um grande apoio da população chilena chega ao posto máximo da política do Chile: o de presidenta.

De acordo com Malta e Fonseca (2014) a população chilena, no começo dos

anos 2000, ansiava por um chefe de Estado que pudesse unir o país, uma vez que a ditadura de Pinochet havia dividido a população. É neste cenário que Michelle Bachelet é lançada como candidata a presidência do país, pois além de apresentar um programa de governo que permitiu maior acesso à saúde e a educação, ela era vista como capaz de proporcionar ao Chile maior concertação entre os diversos grupos políticos. Esta imagem de Bachelet foi popularizada, tendo em vista de que, conforme apresentado na seção anterior, a mulher por ser vista como delicada poderia, através do diálogo, trazer a paz necessária na esfera política e atender as demandas sociais do Estado chileno.

A trajetória de Cristina Kirchner, assim como a de Michelle Bachelet inicia ainda jovem, quando junto a Néstor Carlos Kirchner, seu futuro marido, passa a militar politicamente na Argentina. Na década de 1970, os dois se mudam para a província de Santa Cruz e passam a refugiar pessoas procuradas pela ditadura. No ano de 1989 é eleita deputada da província de Santa Cruz, enquanto que Néstor Kirchner ocupa o cargo de governador de Santa Cruz. Em 1997 participa e ganha a eleição de deputada nacional da província de Santa Cruz, cargo este que enfrentou várias disputas, já que sua postura nacionalista não estava de acordo com a maioria liberal do governo de Carlos Menem. No ano de 2001 é eleita senadora primeira como representante da província de Santa Cruz e, posteriormente, em 2005 assume a cadeira do senado argentino, mas agora pela província de Buenos Aires. Após a morte de seu marido, Cristina é escolhida pelo Partido Justicialista para disputar as eleições de 2007 para a presidência e dar continuidade ao projeto de nacionalização das políticas da Argentina.

Em relação à Cristina Kirchner sua imagem de chefe de Estado sofreu duras críticas, tanto ao longo de sua candidatura ao cargo de chefe de Estado como já eleita, uma vez que ao optar por manter cabelos compridos, usar jóias e maquiagens, somado ao uso de vestidos e saltos altos ela passa a ser vista e criticada pela mídia como feminina demais para ser presidente. Outro aspecto que é importante ressaltar diz respeito à campanha política de Kirchner, pois dentre os vários slogans utilizados um deles era: *“desde 2003 tenemos el mismo nombre. Desde 2003 tenemos los mismos ideales”*. Tal frase publicitária faz referência direta ao ex-presidente argentino e esposo de Cristina, Néstor Kirchner, além disso, na construção midiática apresentada por Regina Flores Ribeiro (2015) ao invés de referir a Cristina como presidente os meios de comunicação primeiramente faziam referência ao seu esposo e então a ela, independentemente, de ter estado a frente do governo nacional argentino mais tempo que Néstor.

Dilma Rousseff, dentre os três casos analisados, foi à terceira a galgar o cargo de presidenta de seu país. Quando jovem Dilma passa a se interessar pelo socialismo, o que a leva, após o Golpe militar em 1964, a integrar grupos armados para derrubar

o governo. Primeiro como membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e depois a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares). Assim, como a chilena Michelle Bachelet, Dilma foi igualmente presa e torturada. Ao lado, do seu então marido Carlos Araújo, foi membro fundadora do Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) e contribuiu nas primeiras campanhas eleitorais após a redemocratização. Dentre os anos de 1985 a 1988, passa a ser Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre (RS). Em 1990 é escolhida para a função de Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, o qual permanece até 1993 e que viria retornar no governo de Olívio Dutra em 1998. Passa a fazer parte do Partido dos Trabalhadores em 2001 e ano seguinte colabora para a construção da plataforma política relacionada ao setor energético do então candidato ao Palácio do Planalto Luiz Inácio Lula da Silva. Quando eleito, Lula convidou Dilma Rousseff para assumir o cargo de ministra de Minas e Energia, soma-se também no período a função de presidente do Conselho de Administração da Petrobras. No ano de 2005 é convidada a assumir o Ministério da Casa-Civil, em 2010 é publicamente lançada como candidata, pelo Partido dos Trabalhadores, a presidência da República.

Quando em 2009 a possibilidade de Dilma Rousseff ser escolhida como sucessora de Lula ainda era somente uma ideia, iniciaram-se as primeiras polêmicas quanto à imagem que ela transmitia ao público, ainda na época o fato de ser uma mulher divorciada e nos bastidores da política brasileira vista como dura e até mesmo histórica, por parte dos homens, pesava sobre ela. No intuito de ganhar a simpatia da população, em 2010, modificou o corte de cabelo, as roupas e passou a usar mais jóias e maquiagem, bem como, se criou no imaginário do povo a ideia dela ser a “Mãe dos pobres”, já que era preciso passar a visão de que era alguém que manteria os programas sociais, ou seja, Rousseff seria a mãe carinhosa e zelosa que por meio do Estado cuidaria de seus filhos mais necessitados. Comparada às outras duas presidentas analisadas foi a que mais teve polêmicas envolvidas a sua imagem, tendo em vista que ao buscar pelo equilíbrio entre o que é entendido como feminilidade e masculinidade para poder ser aceita como política no Brasil sofreu duras críticas e questionamentos da mídia, muitos desses ataques relacionados a ela faziam especulações, inclusive, a sua escolha sexual.

Por conseguinte, demonstra-se que a feminilidade e masculinidade são construções do discurso não só midiático, mas do pensamento social, e que enquanto construções sociais e coletivas refletem a imagem da mulher no espaço público, no qual insere-se o poder, assim como, na política internacional, e expressam-se como relacionadas e influenciadas uma pela outra mutuamente, portanto, não são excludentes, fato observado através das estratégias de marketing para a inserção das mulheres na política que são também reproduzidas por essas construindo suas identidades femininas no espaço público.

CONCLUSÃO

A realidade pós-colonial e da globalização faz necessária uma reformulação das maneiras de pensar a análise de gênero. Conforme Connel (2016, p. 27) “as análises de gênero, então, precisam ser compreendidas como parte de uma economia política global do conhecimento”, sendo essa última centralizada nos debates feministas da metrópole, mesmo o famoso ensaio *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses* (*Sob os olhos ocidentais: Estudos Feministas e discursos coloniais*), de Chandra Talpade Mohanty (1984), revelou a falsa imagem do norte quanto à periferia, mas subestima a importância do conhecimento nessa, é apenas com a sua revisão sua revisão *Under Western Eyes. Revisited. Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles* (*Sob os olhos ocidentais. Revisto. Solidariedade feminista através das lutas anticapitalistas*), de 2003, que há uma tentativa de mudar a forma como as análises de gênero estavam sendo feitas.

A importância de constituir um pensamento teórico, desenvolvendo uma epistemologia do sul sobre gênero, é pensar a igualdade de gênero como um projeto político, aliando o movimento social e o pensamento teórico como práticas políticas e reflexivas, segundo Connel (2016), é necessário transcender o pensamento da metrópole e criar uma ciência e pensamento que não estejam condicionadas em experiências fora de nossa realidade, não se trata de excluir o pensamento provenientes de outras partes do mundo, mas sim, de acordo com Connel (2016, p. 30), de “reconhecer a diversidade de vozes e experiências internas à presença política das mulheres” que não encontra-se na voz de uma minoria privilegiada.

Assim, é imperativo refletir sobre a inserção das mulheres no espaço público, já afirmava Halliday (2008), que o nacionalismo, assim como o Estado estão longe de serem neutros de gênero, no caso do sul global, grande parte da carência desse debate se dá pela falta de discussão e análise do conhecimento científico sobre gênero, delegando aos movimentos sociais, no espaço privado, a tentativa de inseri-lo no espaço público.

A América Latina mesmo tendo sofrido alterações significativas quanto à representatividade feminina na política de seus países, pós IV Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU, em 1995, que estabeleceu diretrizes de atuação para inserção das mulheres na política, resultando nas cotas para a atuação daquelas nos parlamentos, não alcançou resultados significativos de discussão e inserção das questões de igualdade de gênero na agenda dos Estados.

Por conseguinte, é quando as presidentas supracitadas assumem as lideranças dos países latino americanos que a perspectiva sobre essa discussão muda no sul global. No entanto, é nesse momento que podemos analisar a construção do pensamento social, entendido no âmbito no senso comum, e do discurso midiático

sobre a inserção e atuação das mulheres no espaço público, percebendo-se claramente que o discurso além de desencorajar a legitimidade dessas por conta da dicotomia feminilidade x masculinidade, ainda procura associá-las ao espaço privado.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BEAUVOIR, Simone. (1949/1960). **O segundo sexo – a experiência vivida**. (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BRANDÃO, Helena. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

DE SOUSA, Fernando.; MENDES, Pedro. **Dicionário de Relações Internacionais**. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 207-212.

ENLOE, Cynthia. **Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women?**. In: Bananas, beaches and bases: Making feminist Sense of International Politics, 2 ed., p.01-36. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HALLIDAY, Fred. **Ausente das Relações Internacionais: as mulheres e a arena internacional (Cap.6)**. In: Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

HOOPER, C. **Masculinities, IR and the ‘gender variable’: a cost-benefit analysis for (sympathetic) gender sceptics**. Review of International Studies, v. 25, n. 3, p. 475-491, 1999.

JACON AYRES PINTO, D. **O Smart Power como um novo projeto de poder na esfera internacional: uma análise do Brasil e sua inserção internacional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva**. Doutorado—[s.l.] Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2016.

MALTA, Marcio José Melo; FONSECA, Luíza Neves Marques da. **O Chile em perspectiva: o primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet e as projeções e desafios para o segundo mandato**. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400191834_ARQUIVO_MichelleBacheletanpuhreisadoluziamalta.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

MATTA, Roberto da. **Torre de Babel: ensaios, crônicas, críticas, interpretações e fantasias**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Editora Campus, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamentos no Brasil**. Trabalho apresentado na XXX Reunião Anual de Psicologia. Brasília. 26- 29 de Outubro, 2000.

SJOBORG, Laura. 2010. “**Gendering the Empire’s Soldiers: Gender Ideologies, the U.S. Military, and the “War on Terror” (cap.16)**”. In: *Gender, War and Militarism : Feminist perspectives* edited by Laura Sjoborg and Sandra Via, 209-218. Santa Bárbara: Praeger.

SITE OFICIAL CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.cfkargentina.com/>>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

SITE OFICIAL MICHELLE BACHELET. **Biografia**. Disponível em: <<http://michellebachelet.cl/>>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

SYLVESTER, C. **Feminist international relations**. Tradução . 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 3-52

TICKNER, J.; SJOBORG, L. **Feminism**. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. In: *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 179-195.

TOLSON, Andrew. **The Limits of Masculinity (Cap.6)**. Peter F. Murphy, in: *Feminism and Masculinities*. Oxford readings in feminism. New York: Oxford University Press, 2004.

VIA, Sandra. 2010. “**Gender, Militarism and Globalization: Soldiers for Hier and Hegemonic Masculinity”(cap.3)**”. In: *Gender, War and Militarism: Feminist perspectives* edited by Laura Sjoborg and Sandra Via, 42-56. Santa Bárbara: Praeger.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism**. In *The Oxford Handbook of International Relations*, edited by Christian Reus-Smit and Duncan Snidal, 2008. New York: Oxford University Press.

MACHISMO E FEMINISMO NA INTERNET: ANÁLISE DA PÁGINA “DESQUEBRANDO O TABU”

Carolina Pinaffi Valerio

Psicóloga clínica

Maringá – Pr

Alvaro Marcel Palomo Alves

Universidade Estadual de Maringá - Programa de

Pós-Graduação em Psicologia

Maringá – Pr

RESUMO: O feminismo do século XXI tem a internet como um recurso para otimizar a sua atuação, sendo um método para divulgar sua luta de forma mais imediata. No entanto a internet também possibilitada que o machismo ganhe visibilidade e força. Como forma de compreender e analisar os sentimento e mecanismo psíquicos que motivam indivíduos a satirizar o feminismo na internet utilizou-se a página da rede social Facebook “Desquebrando o Tabu”, perfil que expõe conteúdo de caráter machista, homofóbico, conservador e de direita. Para tanto, empregamos o materialismo histórico-dialético como método dentro da psicologia sócio-histórica para compreender o conjunto de significados que movimentam a conservação da cultura do machismo. A análise foi organizada através de pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação, tendo como resultado 86 publicações que continham algum conteúdo sobre o feminismo no período de Janeiro a Junho de 2017. Através desses

dados foram selecionados cinco publicações com maiores percentuais de reações e a cinco publicações com maiores números de compartilhamento. Esses indicadores foram necessários para que pudessem ser observadas as emoções que aqueles conteúdos desencadeavam como também, a identidade do internauta que se manifesta na página. Ao analisar a pagina observou-se que as emoções sarcásticas são reflexos do medo do homem de perder seu papel social de poderoso e autoritário. Através da metamorfose da identidade feminina, o homem teme perder sua identidade. Para que isso não ocorra, utilizam do sarcasmo para menosprezar e desacreditar a luta das mulheres, compartilhando e mostrando sua identificação através da objetificação da subjetividade patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, redes sociais, psicologia sócio-histórica.

ABSTRACT: 21st century feminism has the internet as a resource to optimize its performance, being a method to spread its struggle more immediately. However the internet also enabled machismo to gain visibility and strength. As a way to understand and analyze the psychic feeling and mechanism that motivate individuals to satirize feminism on the Internet, we used the Facebook page “Desquebrando Tabu”, a profile that exposes male, homophobic, conservative

and right-wing content. To this end, we employ historical-dialectical materialism as a method within socio-historical psychology to understand the set of meanings that drive the conservation of the culture of machismo. The analysis was organized through pre-indicators, indicators and cores of meaning, resulting in 86 publications that contained some content on feminism from January to June 2017. From these data were selected five publications with higher percentages of reactions and to five publications with the highest share numbers. These indicators were necessary to observe the emotions that those contents triggered as well as the identity of the Internet that is manifested on the page. In analyzing the page, it was observed that sarcastic emotions reflect the fear of man to lose his social role of powerful and authoritarian. Through the metamorphosis of female identity, men fear losing their identity. To avoid this, they use sarcasm to belittle and discredit women's struggle, sharing and showing their identification through the objectification of patriarchal subjectivity.

KEYWORDS: Feminism, social networks, socio-historical psychology.

INTRODUÇÃO

Compreender a importância de estudar o feminismo e seu impacto na constituição do psiquismo é fundamental para a intervenção psicológica contemporânea, pois esse tema é muitas vezes negligenciado nos currículos das graduações em psicologia (PECORARO & GUIMARÃES, 2018). Nessa perspectiva, fazer estudos sobre a temática culmina em empoderamento e mudança de cultura social na relação mulher-sociedade, foco esse que não atrai a maioria de pesquisadores. (NARAZ; KOLLER, 2006). Sabendo da importância de compreender esse movimento de autonomia da mulher no Brasil, procuramos enunciar as relações de dominação estruturadas no século XXI, e também, nos perguntarmos se a liberdade da mulher é um processo concreto e como o homem da atualidade aceita a autonomia feminina.

Desta forma, para compreender o movimento dialético da constituição da identidade e os efeitos do patriarcado na subjetividade, adotamos a psicologia sócio-histórica como fundamentação teórica. Essa perspectiva entende que a subjetividade é construída a partir das relações sociais onde objetividade e subjetividade se colocam em relação dialética. Isso quer dizer, uma não-dicotomia entre sujeito e objeto, interno e externo ou indivíduo e sociedade: “a compreensão do ‘mundo externo’, reflete na análise do ‘mundo interno’, pois ambos são aspectos de um mesmo movimento”. (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007, p.22).

Assim, para começa a entender as relações machistas, precisa-se compreender como surgiu a família patriarcal, que alimenta o sistema de dominação feminina, Lessa (2012) pontua a implantação da sociedade de classe e do trabalho individualizado como precursor das mudanças sociais, visto que esse novo sistema desperta um novo objetivo, o acúmulo de bens, contrário ao sistema de subsistência que existia

anteriormente. Esse modelo de estruturação trouxe consigo algumas mudanças, dentro outras, a necessidade de uma estrutura família nuclear para proteger os bens acumulados e a propriedade privada. Ou seja, era necessário ter em seu núcleo familiar apenas os membros consanguíneos e dividir as tarefas e as riquezas entre esses.

Assim, como a mulher/esposa era geradora e provedora de alimentos para nutrir os filhos, cabia a ela o cuidado e zelo da casa e dos membros da família. Já o homem/marido se responsabilizava de participar de guerras, e também, coordenar os “negócios” familiares tendo domínio direto sobre os bens acumulados. Em um sistema de classe que valorizava o lucro e a posse de bens, quem os possuía tinha status de “poderoso”, sendo o homem onipotente e responsável pela ordem, inclusive de sua família. (LESSA, 2012).

Entender a dominação-exploração do homem com a mulher é também compreender os processos e comportamentos culturais que legitimam ações como o feminicídio e a violência doméstica. Ter domínio sobre os processos culturais que fomentam padrões negativos ajuda a desenvolver estratégias de superação. O feminismo vem estudando esses comportamentos e pontuando como reverter os pensamentos machistas enraizados culturalmente. Na segunda década do século XXI, as feministas ganharam visibilidade e um espaço de fala como nunca antes encontrado em outros movimentos militantes. A internet permitiu que os discursos e falas chegassem a um número maior de mulheres garantindo que as reflexões atingissem mais pessoas, o que provocou questionamentos, empoderamento e mudança no papel social da mulher. No entanto esse movimento gerou incômodo em homens que se privilegiava do papel de submissão das mulheres. (FERREIRA, 2013).

Como destaca Saffioti (2001), o machismo, ao negar a possibilidade de metamorfose da sua identidade, prejudica não só as mulheres, mas também aos homens. Engessados em papéis rígidos de como ser um homem, acabam sofrendo com as emoções não expressadas que culminam em patologias e sofrimento. Destarte, levando em consideração as crescentes manifestações de homens que se dizem favoráveis ao feminismo e dos direitos da mulher, analisamos reações em um ambiente que propicie a propagação do machismo sem uma repressão social efetiva: as redes sociais.

Para isso, foi utilizado o método de construção de informação (AGUIAR e OZELLA, 2006), que prevê a análise do material através da construção de pré-indicadores e indicadores, aglutinados em núcleos de significações. Para isso registramos as postagens que fazem referência ao feminismo na página “Desquebrando o Tabu” da rede social Facebook, realizadas de Janeiro a Junho de 2017. A página em questão tem como características, opiniões políticas conservadoras, moralistas-

religiosas e politicamente de direita, se autodenominando de “Página gloriosamente conservadora, com firmeza no viés judaico-cristão”. Consta com 744.336 curtidas e 741.470 seguidores.

No período registrado foram contabilizadas 472 postagens, a grande maioria de caráter político defendendo a candidatura do, então, pré-candidato à presidência, e hoje presidente, Jair Bolsonaro, como também sátiras que ofendem pessoas com opinião política de esquerda. Também apresentou publicações preconceituosas, homofóbicas, machistas e discursos que propagam a violência através de memes e sátiras. (DESQUEBRANDO O TABU, 2017). Concordamos com Chauí (2007), que aponta o perigo de páginas ou publicações como essas de caráter segregador que estimula e justifica a violência doméstica, o assassinato de pessoas homossexuais, feminicídio e perseguições político-partidárias, gerando potencial disseminação de preconceitos. (CHAUI, 2007).

Foram analisadas 86 publicações postadas sobre o feminismo, todas menosprezando e ofendendo o movimento. Estas podem ser categorizadas como conteúdos: que satirizam a atuação das feministas; publicações que retratam as militantes como sendo feias, gordas e desleixadas; desmerecem os homens que apoiam o movimento; comparam as ondas feministas do passado com a atual; fazem sátiras com os símbolos que representam o movimento; se posicionam contra o aborto; naturalizam o machismo utilizando como justificativa a religião e a cultura; banalizam o termo “cultura do estupro” de inúmeras formas possíveis; não compreendem a diferença entre feminismo e *feminaze*; como também foram encontradas postagens relacionadas ao feminismo e homofobia ou outros preconceitos.

Selecionamos as cinco publicações com maior número de reações (Tabela 1) e as cinco publicações com maior número de compartilhamento (Tabela 2). Compreendendo que a subjetividade é interligada à objetividade social, sendo uma relação dialética entre a singularidade e a totalidade mediada pela particularidade, foi analisada a objetificação da subjetividade dos seguidores da página, através das curtidas que foram analisadas como representação da emoção que a postagem desperta no indivíduo, a ponto de ter que expor (objetificar) seu sentimento ao ver a imagem. (LANE, 1994).

As reações serão analisadas através das expressões: “Curtir”, “amei”, “haha”, “uau”, “Triste”, “grr”. Também serão observados os compartilhamentos, avaliando sua relação dialética como uma forma do indivíduo expor o que acredita como certo, expressando através do compartilhamento a sua identidade, reforçando sua subjetividade através da objetificação concreta. (CIAMPA, 1987).

NUCLEO DE SIGNIFICAÇÕES

Reações

MAIORES NUMEROS DE REAÇÕES										
Figura	Data	Reações	Curtidas	Haha	Amei	Uai	Triste	Grr	Comentário	Compartilhamento
9	14/jun	5900	4800	693	363	14	5	22	333	18418
1	30/jun	5200	3000	1900	187	4	32	64	272	7183
7	16/jun	3500	2700	631	131	3	1	8	186	4325
6	17/jun	2300	2000	70	180	3	0	2	48	2232
18	21/mai	2200	1700	385	12	1	7	55	71	2003

Tabela 1 - Dados das cinco publicações que conterão o maior número de reações na página “Desquebrando o Tabu” durante o período analisado.

FONTE: Elaborada pela autora.

A figura com o número maior de curtidas, a figura 9, expõe a apresentadora Fernanda Lima do programa “Amor e Sexo”, oferecido pela rede de televisão o Globo, com a frase “O feminismo luta por igualdade de direitos que só os homens possuem”. Abaixo da imagem vem um texto que expõe os direitos que as mulheres têm que os homens não possuem, satirizando que as mulheres já possuem mais direitos que os homens.

Já em segundo lugar ficou a figura 1, que apresenta a frase “foi abortar”, embaixo a foto de Jair Bolsonaro com expressão séria. No quadro ao lado a frase “Abortou e morreu junto” e a foto de Bolsonaro, mas nessa, gargalhando.

A Figura 7, ficou entre as 3 mais curtidas, e apresenta a imagem da física, e também matemática, Marie Sklodowska Curie, ao lado de sua foto contém os escritos “Marie Curie – Nobel em física (1903) – Medalha Davy (1903) – Medalha Matteucci (1904) – Medalha Elliot Cresson (1909)”. Abaixo da foto de Curie, colocaram uma foto da pintora e revolucionária Magdalena Carmen Frida Kahlo com os escritos: “Frida Kahlo – Deixou o bigode crescer – conservou a monocelha”.

A figura 6 foi a quarta publicação com mais curtidas, apresentando a frase “isso é feminismo” e abaixo a foto de várias mulheres, sendo a imagem de três mulheres em continência e com uniformes do exército, marinha e aeronáutica. Ao lado, a foto de Margareth Thatcher, Marie Curie, Amelia Earhart, Valentina Tereshkova e por último a foto de uma senhora com o fuzil AK-47. Embaixo dessas imagens vem as frases “isso não é feminismo” e fotos das mulheres realizando o protesto proposto pelo movimento “a marcha das vadias”, no qual as protestantes utilizam o nudismo como forma de se impor contra a violência sexual e a culpabilização de vítima de estupro.

Por fim, a figura 18 mostra quatro quadros, no quais o primeiro está a foto de Jair

Bolsonaro com uma caixa de diálogo dizendo “Mulher não merece ser estrupada”. Ao lado o quadro *We Can Do It* - pintado por Howard Miller e considerado o símbolo do feminismo - dizendo “seu estropador machista”. Abaixo, a foto do cantor de funk, MC Lan, com a frase “vou dar game over no seu cu, novinha” - frase essa que ele canta em sua música “Open the tcheca” - ao lado novamente a figura da *We Can Do It!* Dizendo “Que bonito, deixa ele, é só uma música”.

Entre as publicações analisadas observou-se que 98% das reações são “curtidas”, “haha”, “amei” e “ual”, demonstrando que as pessoas que têm acesso a essas publicações sentem satisfação ao verem os conteúdos expostos nas postagens. Ao reagir dessa forma aos memes machistas, os internautas demonstram sarcasmo em relação à luta realizada por mulheres feministas. Com esse comportamento sutil, o homem utiliza da sátira para oprimir indivíduos que têm uma forma de pensar contrária aos pensamentos empregados nos memes. Para Chauí (2007), a violência acontece de forma mais acentuada quando existe uma permissão social, que justifique a mesma. Ao curtir, a pessoa não só reafirma o conteúdo machista que a postagem está apresentando, como também desmerece a luta feminista, diminuindo sua importância na contemporaneidade. O machismo, ao alimentar o imaginário masculino, legitima como signo a violência contra a mulher.

Visto que a curtida é a objetificação da emoção do homem, e compreendendo emoção como sendo um conjunto de sentimentos influenciados pela formação subjetiva do indivíduo em contato com o mundo - principalmente na infância com a família- temos um exemplo da relação de contexto universal-social-singular empregado pelo materialismo histórico dialético. Ao analisar o comportamento de um indivíduo em uma rede social, observa-se também todo o processo social e histórico que influencia a formação ideológica dessa pessoa. Entendendo a importância do contexto social para a estruturação das emoções dos indivíduos, trabalhamos os resultados encontrados nas postagens como um fato que não atinge apenas as pessoas que seguem a página em questão, mas também como um movimento que interliga uma esfera mais coletiva e universal que corresponde à manutenção histórica do patriarcado no mundo. (LANE, 1994).

Dessa forma, quando expressam emoção de satisfação sobre assuntos como a não legalização do aborto; descredibilização dos direitos das mulheres; ridicularização de marchas e movimentos realizados na segunda década do século XXI – temáticas abordadas nas figuras com maiores números de curtidas – os sujeitos evidenciam uma forma de se defender sobre assuntos que causam desconforto gerado, principalmente, pelo movimento de mudança identitária da mulher. Ao satirizar e oprimir, o homem se protege do medo de perder sua hegemonia e seu lugar dominador. A insegurança frente às mudanças que o feminismo lhe proporcionaria, gera uma necessidade de se defender. Desta forma, as publicações surgem como um meio de manutenção do

sistema patriarcal, satisfazendo os impulsos de conservação da grande maioria dos homens.

Lane (1994) também emprega a emoção como parte da formação da identidade do indivíduo, e como já apontado, construído através da relação mundo–pessoa. Essa mediação que antes era realizada pela família, na atualidade, é realizada por outros meios de acesso social, no caso em questão, a internet, que é uma das fontes formadoras de opinião, identidade e emoção na contemporaneidade. Por esse motivo, a preocupação com o caráter dos conteúdos trabalhados pela página estudada.

Desta forma, ao analisando a necessidade de exposição do indivíduo, podemos entender as publicações como forma de se defender do medo e da insegurança que essa temática desperta no homem. Usar mecanismo psicológicos de repressão como a sátira é um dos meios utilizados pelo patriarcado para tentar frear a metamorfose identitária que as mulheres vêm conquistando.

COMPARTILHAMENTO

MAIORES NUMEROS DE COMPARTILHAMENTO										
Figura	Data	Reações	Curtidas	Haha	Amei	Ual	Triste	Grr	Comentário	Compartilhamento
9	14/jun	5900	4800	693	363	14	5	22	333	18418
1	30/jun	5200	3000	1900	187	4	32	64	272	7183
51	16/fev	2100	1400	551	74	3	1	30	206	5255
7	16/jun	3500	2700	631	131	3	1	8	186	4325
76	23/jan	861	648	155	35	0	0	23	191	2661

Tabela 2 – contém os dados das cinco publicações que conterão o maior número de compartilhamento na página “Desquebrando o Tabu” durante o período analisado

Fonte: Elaborada pela autora.

No compartilhamento as duas figuras que mais se destacaram foram novamente a figura 9 e a Figura 1. Já a terceira mais compartilhada foi à figura 51 que é composta por uma imagem que contem dois botões vermelhos no qual representam duas alternativas de escolha. Sobre cada botão contem respectivamente a opção “ter uma filha feminista”, “ter um filho gay”. Abaixo há a figura de um homem que faz um sinal que demonstrar estar usando da inteligência, composta pela frase “usar camisinha”. A figura 7 aparece novamente na tabela, agora em quarto lugar entre as mais compartilhadas. Em último ficou a figura 76 que é composta por um dos personagens do desenho “O Pica-Pau” o “João o espalha Lixo” na imagem eles o intitulam de “Luiz o espalha lixo” fazendo alusão ao ex-presidente do Brasil o senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Na imagem o personagem espalha alguns símbolos como:

o socialismo; a ex-presidenta Dilma Rouseff; o Partido dos Trabalhadores; entre outras figuras se encontra o símbolo do feminismo.

O compartilhamento também foi um núcleo de indicadores analisado, para isso utilizou-se a teoria da identidade de Ciampa (1987), onde o compartilhamento foi visto como reflexo da identidade dos internautas que utilizam dessa função do Facebook. O autor compreende a identidade como um processo que é fermentado pelo contexto social, histórico e cultural no qual a pessoa está inserida, podendo ser modificada conforme a mudança do papel social que o indivíduo está empregando em determinado momento. Ciampa (1987), assim como Lane (1994), pontuam que a formação da subjetividade humana é fruto de uma relação dialética do mundo e da sociedade, mediada pelos papéis sociais, atividade e afetividade. Assim, quando a pessoa compartilha uma publicação da página “Desquebrando o Tabu”, está expondo a sua identidade, expressando a suas emoções, intenções e representação do que ele é, mas, além disso, do que o ambiente permite que essa pessoa seja.

Quando uma pessoa reage a uma determinada publicação, está significando sua emoção, mas quando compartilha, objetifica a sua identidade, expressando suas ideologias e crenças, reafirmando seu papel social no mundo. Com essa compreensão, pode-se analisar que ao compartilhar uma postagem como a da “Desquebrando o tabu” o homem está reafirmando o que ele pensa e se expondo para o mundo virtual.

Levando em consideração os conteúdos divulgados pela página em questão, podemos destacar que os 37.842 compartilhamentos são de pessoas que compactuam com os argumentos apresentados nos memes. Quando um internauta compartilha um post que deprecia a integridade da vida de um grupo de pessoas, ele expõe de forma violenta e impositiva que a vida daquela classe vale menos que a sua.

Um exemplo dessa atitude está na figura 51, que expressa que é melhor não ter filho do que ter filhos homossexuais ou feministas. Conteúdos como esse representam um menosprezo à vida desses indivíduos. Em um contexto de protestos e movimento sociais contra a desigualdade, publicações como essa desmerecendo toda uma luta, e ainda instiga a violência de gênero contra gays e mulheres.

O movimento de reafirmação da masculina, fruto do patriarcado, é refletido em todas as publicações que são compartilhadas. A necessidade de poder e de impor que seus direitos são maiores que os demais, são reflexos de anos de dominação e supremacia masculina. Quando o homem compartilha uma publicação com esses significados, ele valida seu papel social de supremacia, seu lugar de privilegio, defendendo assim sua posição como superior (SAFIOTTI, 1987).

As postagens funcionam como representações do ódio que muitos homens sentem ao verem movimentos sociais que mobilizam mudanças identitárias. Esse sentimento é fruto do que a igualdade entre os sexos pode modificar na vida desses

indivíduos. A mulher luta por mudança no seu papel social, uma metamorfose de identidade, ganhando espaço, reconhecimento e direitos com o intuito de ter equidade em suas relações. Como Safiotti (1987) apresenta, para que isso ocorra é necessário que haja também alterações nas atitudes dos homens, que começarão a exercer papéis sociais direcionados apenas para as mulheres, como a educação e cuidado dos(as) filhos(as), a manutenção e limpeza da casa e obrigações que historicamente eram consideradas deveres das mulheres.

Adquirir novos papéis sociais reflete para o homem uma mudança na sua identidade, na constituição do que ele acredita ser. Ciampa (1987) apresenta que é natural da identidade estar em constante movimento, mas que a mesma pode estagnar (como representação) por conta de alguns fatores, como a alienação. Esse processo alimentou por muitos anos a relação homem e mulher. Papéis fixos de dominação eram estabelecidos socialmente como corretos e imutáveis, tendo justificativas que mascaravam as vantagens de um gênero sobre o outro. A metamorfose da identidade feminina traz consigo críticas de atitudes que antes eram naturalizadas e por isso exigem mudança no comportamento masculino. O homem, que anteriormente era considerado poderoso e onipotente, com as lutas e questionamentos feministas, são entendidos como machista e preconceituoso.

Algumas postagens representam uma pseudo-igualdade entre os gêneros como forma de impor que o feminismo da atualidade não é necessário. Justificam utilizando as poucas mulheres que são reconhecidas por realizarem grandes conquistas como forma de diminuir o feminismo atual, que busca principalmente, desobjetificar o corpo e a beleza feminina (figuras: 6 e 7). Os memes expressam o que Grossi (2004) coloca como a fragilidade da masculinidade, pois os homens que seguem a página dizem aceitar as “conquistas” das mulheres desde que as mesmas continuem se vestindo e comportando-se nos padrões de moral e costume do patriarcado. Safiotti (1987) trabalha que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi aceita apenas para fins de acúmulo de capital, e que mesmo com essa nova função, a mulher continuou fazendo os serviços domésticos sozinha, como se fosse uma obrigação e dever por ser mulher. O movimento que as postagens disseminam é exatamente o mesmo: “eu aceito que mulher trabalhe e conquiste espaço, mas ela não pode ter traços masculinos”; a mulher pode ter seu espaço, mas precisa ainda se mostrar frágil para que a masculinidade do homem consiga se sobressair.

Ao compartilhar uma postagem, o homem busca conservar seu papel social, justificando seus comportamentos através dos conteúdos compartilhados como uma tentativa de controlar a metamorfose identitária das mulheres, que vêm acontecendo através das lutas feministas. Essa forma de atuação é possivelmente reflexo do medo do homem de perder seu lugar privilegiado assegurado pelo patriarcado, expondo o ódio que essa mudança lhe causa. As mudanças de papel social discutidas no

artigo apontam para uma mulher brasileira cada vez mais independente e buscando uma justa divisão sexual do trabalho, mas acima de tudo, que seja respeitada e não violentada cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações trazidas na pesquisa são uma busca pela manutenção da alienação cultural, da tentativa de imobilizar as lutas feministas e reafirmar o patriarcado. Analisar uma página como a “Desquebrando o Tabu” mostra de maneira escancarada o quanto os movimentos sociais precisam lutar. A pseudo-igualdade é desmascarada e encontramos um Brasil filho de uma mãe índia que foi estuprada por um colonizador. O reflexo de anos de uma cultura de dominação, e a naturalização da violência doméstica, nos costumes, nas piadas, na literatura e, por fim, nas relações domésticas. No entanto, a nuvem de mudança e resistência feminina vem aparecendo e assustando os homens que se veem acuados em sua performance de macho.

Nota-se que os movimentos vêm ganhando visibilidade, causando incômodos e gerando mudanças. As lutas feministas chegaram ao Direito, sendo materializadas em leis de proteção à mulher e decisões judiciais pró-mulher. A quantidade de compartilhamento da página analisada só reflete o quanto as manifestações e conversas sobre o feminismo vêm incomodando. Não haveria necessidade de represália se o movimento não gerasse tanto desconforto. Os homens seguidores da página sabem de seus privilégios e não o querem perder, restando a eles, reporem identidades estáticas, centradas na violência e na insegurança. Tentamos demonstrar como a subjetividade pode ser objetivada através das reações e compartilhamentos das redes sociais, sem dúvida, um fértil terreno para as pesquisas psicossociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J & OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. 94(236), 299-322. Brasília: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Jan/Abr., 2013.

BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. d. G. M & FURTADO, O. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. (3.ed.). São Paulo: Cortez, 2007.

CIAMPA, A. d. C. A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CHAUI, M. Contra a violência. 2007. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chai>> Acessado em: 16 de jul., 2018

DESQUEBRANDO TABU. (2017). Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/desquebrandootabu/about/?ref=page_internal> Acessado em 15 de setembro, 2017.

- FERREIRA, G. d. S. Feminismo e Redes Sociais na Marcha das Vadias no Brasil. 15(1), 33-43. [S. l.]:Revista Ártemis, Jan/Jul,2013.
- GROSSI, M. P. Masculinidades Uma Revisão teórica. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. 2004
- LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In Lane, S. M.& Sawaia, B. B. (Org.). Novas Veredas da Psicologia Social. (pp. 55-63). São Paulo: Brasiliense. 1994
- LESSA, S. Abaixo a família monogâmica. (1.ed). São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- NARVAZ, M. G. & KOLLER, S. H. Metodologia feminista e estudo de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. 11(3), 647-654. Maringá, PR: Psicologia em Estudo, 2006
- PECORARO, T. & GUIMARÃES, R. S. Discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogas(os). Curitiba: CRV. 2018
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuição feminista para o estudo da violência de gênero. 115-136. [S.l.]:Caderno pagu, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (1900-1960)

José Carlos dos Santos

Unioeste, Cascavel/Pr

Astor Weber

Unespar, Campo Mourão/Pr

RESUMO: O texto apresenta uma análise das narrativas que *contam* a história da colonização de Campo Mourão (1900-1960). Foram estudados artigos, dissertações, teses e obras de autores locais. Foi feita uma análise comparativa dessa bibliografia para verificar as possíveis controvérsias interpretativas sobre a história dessa colonização. Realizada a comparação constatamos que houve uma interpretação distinta dessa história que se enveredou para uma proposta de divisão em quatro perspectivas de macro análise. A primeira perspectiva remete-se aos geógrafos das décadas de 1950 a 1980 que afirmam que a colonização foi um momento importante para a evolução econômica e social da região. A segunda apresenta o estudo de geógrafos das décadas de 2000 a 2010 que concluem que a colonização trouxe problemas sociais e ambientais graves para a região. A terceira desenvolvida por um historiador e um antropólogo segue o entendimento da segunda, porém se preocupa em mostrar que os índios e caboclos não foram apenas vítimas da colonização, mas também sujeitos históricos.

A quarta apresentada por obras da bibliografia local (1975 a 2010), segue a primeira, porém não enfatiza a necessidade de substituição do índio e do caboclo pelo migrante para que haja essa evolução. Concluímos que as diferentes perspectivas da história dessa colonização estão relacionadas ao tempo da construção dessas narrativas, mas, muito mais, entrelaçadas ao lugar social e cultural de sua produção.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização; Campo Mourão; Narrativas; Perspectivas.

ANALYSIS OF NARRATIVES ABOUT THE COLONIZATION HISTORY OF THE CAMPO MOURÃO REGION (1900-1960)

ABSTRACT: The text presents an analysis of the narratives that tell the history of the colonization of Campo Mourão (1900-1960). Articles, dissertations, theses and works by local authors were studied. A comparative analysis of this bibliography was made to verify the possible interpretative controversies about the history of this colonization. Having made the comparison, we found that there was a different interpretation of this story that led to a proposal of division into four perspectives of macro analysis. The first perspective refers to geographers from the 1950s to 1980s who claim that colonization was an important moment for the economic and social evolution of the region.

The second presents the study of geographers from 2000 to 2010 who concluded that colonization brought serious social and environmental problems to the region. The third developed by a historian and an anthropologist follows the understanding of the second, but is concerned to show that the Indians and caboclos were not only victims of colonization but also historical subjects. The fourth presented by works from the local bibliography (1975 to 2010) follows the first, but does not emphasize the need to replace the Indian and the caboclo with the migrant for this evolution. We conclude that the different perspectives of the history of this colonization are related to the time of the construction of these narratives, but much more intertwined with the social and cultural place of their production.

KEYWORDS: Colonization; Campo Mourao; Narratives; Prospects.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar os resultados alcançados da análise de narrativas que *contam* a história da colonização da região de Campo Mourão (1900-1960). Foram estudadas grande parte da bibliografia local, artigos, dissertações, teses e obras historiográficas que discorrem sobre a temática. Num primeiro enfoque, nos propusemos verificar como cada autor apresentou as etapas da colonização de Campo Mourão, para depois direcionar a análise das controvérsias interpretativas. Estas etapas, fundados na perspectiva do calendário civil, permitiu a sugestão de divisão do processo de colonização da região de Campo Mourão em quatro perspectivas de macro análises distintas. Porém, se é possível apontar que há consenso em relação à periodização e a classificação das etapas da colonização, o mesmo não ocorre em relação a um tempo da narrativa.

Como bem lembram autores como Revel (1999), Pollak (1989), Bourdieu (1996) e Certeau (2013), o ato de narrar corresponde sempre a um lugar social em que o narrador está situado; há sempre um posicionamento político deste no enfrentamento do tema que se propõe elucidar. As narrativas sobre o sentido do local, portanto, serão a seguir exploradas como sentidos historicamente construídos, demonstrando uma espacialidade de seus autores e uma territorialidade cultural (Deleuze e Guatarri) que fornecem instrumentos e conceitos para a produção de seu saber.

2 | METODOLOGIA

Iniciamos a análise pela leitura e fichamento dos artigos e textos da década de 1950 a 1980, depois pelas dissertações e teses da década de 2000 a 2010, por fim pela bibliografia local, de 1975 a 2010. Seguimos uma leitura de ordem cronológica

de sua produção. Conforme avançava na leitura percebemos que as etapas da colonização e da sua classificação não apresentavam grandes diferenças, ao passo que as interpretações sobre a colonização da região de Campo Mourão recebiam diferentes abordagens interpretativas.

Em relação às etapas observamos como elas eram divididas temporalmente e quais os critérios utilizados para a classificação dessas etapas e constatamos que seguiam praticamente a mesma proposta de divisão. Em virtude de não haver grande diferença no entendimento das etapas e da classificação da colonização, detivemo-nos em esboçar quais e como as controvérsias interpretativas são apresentadas.

O primeiro grupo é composto pelos geógrafos como Lysia M. C Bernardes (1952; 1953) e Odah R. G. Costa (1976), geógrafos. O segundo grupo também composto por geógrafos como Antonio N. Hespanhol (1990), Sara M. P. Soriano (2002), Gisele R. Onofre (2005; 2011), Ivanete P. M. da Silva (2008), Áurea A. V. de Andrade (2013) e Edson N. Yokoo (2013). No terceiro grupo enquadram-se principalmente os historiadores como Lúcio T. Mota (2008; 1994) e Ely B. de Carvalho (2008). No quarto grupo encontram-se advogados, jornalistas, uma pedagoga/teóloga e um historiador.

Ao encaminhar a análise observa-se que a primeira perspectiva, que se baseia em artigos de geógrafos das décadas de 1950 a 1980, tende a tratar a colonização dirigida pós-1940 como momento importante de desenvolvimento econômico, agrícola e estrutural para a região, de civilização para os índios, os caboclos e os migrantes que ali viviam. Narram que era também o momento do Estado atuar para superar o *problema do vazio demográfico* em que se encontrava a região, ou seja, naquele momento, os geógrafos justificam e cobram a ação do Estado na *ocupação* daquele espaço. Há, portanto, no contraponto da narrativa destes autores, um nível de realidade local observável e um outro, metafísico enquanto algo que se deseja, que serve como imagem interpelada. Progresso e modernização que deve ser conhecido e anunciado e que devia passar pelo seu crivo, o local. Metáforas e realidade se encontram, na escrita.

A segunda perspectiva que tem como fonte dissertações e teses de geógrafos da década de 2000/2010 tende a denunciar a colonização dirigida. Seria o momento da ascensão do capitalismo, do desenvolvimento econômico e estrutural, porém que gerou graves problemas sociais e ambientais para a população da região. Os índios, os caboclos e os migrantes pobres não se beneficiaram e sim foram vítimas desse progresso e processo civilizatório.

Estas narrativas já não são “construtoras”, com um sentido de trazer a metáfora para organizar o local. Elas já assumem a postura de “revisoras” e olhando mais para “partes” que ao todo. Se nas primeiras passou-se a noção de que ao final da história haveria um conagraçamento geral dos grupos sociais na forma de uma população,

na postura revisora se aponta a sua impossibilidade e volta a identifica os mesmos grupos não congado como os abandonados da história.

A terceira perspectiva, que tem como fonte uma tese do historiador Carvalho e as obras de Mota, discorda da primeira e concorda em partes com a segunda perspectiva. Eles tendem a denúncia, como na segunda, dos problemas sociais que a comercialização da terra e o desflorestamento trouxeram à região e do processo de perda de terras pelos índios, caboclos e migrantes pobres com a infiltração do capitalismo e modernização do *sertão*. No entanto, há uma diferença fundamental em relação à segunda: para eles não se devem considerar os índios e os posseiros apenas como vítimas da colonização modernizante e capitalista, mas devem ser compreendidos como sujeitos que não só resistiram, mas lutaram e negociaram com o proprietário e o próprio Estado pelo direito à posse de sua terra. Nesta os sujeitos apontados somente numa perspectiva revisora, assumem o seu lugar na própria historia local, sendo narrados como possuidores de uma história sua e social.

Quando analisamos as leituras da bibliografia local (1975 a 2010) constata-se que ela tende a se assemelhar muito com a perspectiva dos geógrafos da década de 1950 a 1980. Os autores locais também tratam a colonização como uma importante fase de emancipação, de desenvolvimento, de progresso, de civilização e de modernização da região. Um passado que deve ser conhecido e glorificado, porque graças a esse tipo de colonização que Campo Mourão e região se desenvolveram. Um passado que deve ser lembrado, anunciado e constantemente lembrado as gerações do presente e do futuro. As obras locais justificam e enaltecem os migrantes e não propõem uma solução para o *problema do vazio demográfico* local, que, afinal, é um tema que envolvia todo o Estado, exceto o litoral. Não afirmam que os índios e caboclos devem ser simplesmente substituídos pelos migrantes e imigrantes. A produção das obras possuem uma relação mais direta com o poder público local, pretendem enaltecer o passado e não propor e justificar os encaminhamentos racionais e modernizantes da colonização da região na década de 1940.

A produção bibliográfica local se inicia na década de 1970 e se prolonga até os dias de hoje. Porém, a maior parte das produções é da década de 1990 em diante. Analisamos em torno de 10 obras locais. O que chama atenção é a diversidade de formação profissional desses autores, pois foram escritas por advogados, jornalistas, uma pedagoga/teóloga e um historiador. Há uma produção de textos de iniciativa privada, mas na sua maioria foi financiada pela Prefeitura local e seus órgãos. Este pertencimento da escrita é de grande expressão pois revela o comprometimento não só de seus autores, mas sobretudo, do sentido das narrativas.

3 | RESULTADOS DA PESQUISA

Para chegar a essa proposta de divisão de perspectivas apresentadas anteriormente, tivemos que problematizar algumas temáticas mais específicas. Como já foi dito, ao tratar das etapas da classificação e periodização do que foi a colonização espontânea e dirigida na região os autores praticamente se posicionam de forma idêntica. Porém, algumas temáticas mais específicas nem sempre são abordadas de forma semelhante. Essas discrepâncias que nos fizeram enveredar para uma proposta de divisão das perspectivas já apresentadas.

Dentre essas especificidades destacam-se a diferença entre: colonização espontânea versus colonização dirigida; o caos versus a racionalidade; a prática da coivara e do semi-nomadismo dos caboclos versus agricultura moderna; a evolução versus o primitivismo; a posse versus a distribuição democrática de terras na região; a confusão versus a ordem; o *sertão* versus a modernização; o desenvolvimento econômico como problema ou solução ambiental e social; o índio, o posseiro e o lavrador pobre na história da colonização como vítima e/ou sujeito; o processo de desterritorialização ou territorialização, ocupação ou reocupação da região; O Estado e o capital como agentes da colonização e/ou a posse como motivo da colonização; violência ou não na disputa pelas terras e o papel social do pesquisador no estudo da história.

Por exemplo, em relação à ocupação de terras na região de Campo Mourão, os geógrafos da década de 2000 a 2010, denunciam essas práticas que são realizadas a partir da década de 1940 pelo estado paranaense por não terem sido realizadas de forma democrática e de maneira conflituosa. Para Bernardes (1953) e Costa (1976) essa colonização dirigida pelo Estado superou a colonização espontânea, foi democrática, em nome da pluralidade das raças, feita de forma harmônica, que priorizava o minifúndio e que trouxe desenvolvimento econômico-social para a região. Para essas autoras a intervenção estatal trouxe racionalidade, desenvolvimento econômico e modernidade local. Um passado edificante, de aprendizados e que construiu um presente glorioso visível na sociedade contemporânea regional, portanto um saldo positivo. Já nas interpretações mais contemporâneas há um tom de denúncia em que as práticas colonialistas do Estado em nome do capitalismo provocaram a desterritorialização e reocupação do espaço prejudicando os índios e lavradores pobres que viviam na região e, conseqüentemente trouxe problemas ambientais e sociais graves visíveis na região nos dias de hoje. Um passado como exemplo pedagógico de práticas que trouxeram mais prejuízos à sociedade e ao presente do que benefícios. Portanto, um saldo negativo. Esses autores lembram em seus textos que o papel social do pesquisador é de denunciar essas práticas passadas para compreensão do nosso presente e auxílio na construção de um futuro

melhor. Na perspectiva anterior, a metáfora do desenvolvimento não abre lugar para a compreensão das partes, das diversidades.

Sobre a colonização da região de Campo Mourão destacam-se as obra de Brzezinski (1975), Santos (1995), Simionato (1996, 2008, 2010), Veiga (1999) e Santos Júnior (2005, 2006, 2009, 2010) e outros. Observa-se que esses autores tratam a história da colonização da região de forma muito próxima a de Bernardes (1953) e Costa (1976) que apresentam a colonização como um momento importante de desenvolvimento econômico, agrícola e estrutural. Nestas narrativas, o passado da história da região de Campo Mourão é apontado como um momento de progresso e modernização que deve ser conhecido e anunciado. Há de se destacar que a sequencia de fatos considerados importantes para a história da colonização da região de Campo Mourão foram trazidas pelas obras locais e são as mesmas referências usadas pelas produções subsequentes dos geógrafos da década de 2000 a 2010. Ou seja, os narradores contemporâneos não contestam os elementos apontados como um passado real dos grupos sociais e a partir deles, criam outra narrativa.

São os seguintes fatos destacados pelos pesquisadores locais: há uma fase de domínio espanhol, da criação de Ontiveros (1554) ao ataque dos bandeirantes paulistas (1630/32), como início da ocupação da região, principalmente em virtude da transferência de Vila Rica do Espírito Santo para junto à confluência do rio Corumbataí no Ivaí, na região do atual município de Fênix que hoje faz parte da região de Campo Mourão. Porém, a ocupação espanhola não se efetiva nessa região. Estamos no século XVII.

Elege-se um novo começo para a história da região quando ocorre o deslocamento das expedições exploratórias de Afonso Botelho (1765-1775) que *descobrem e batizam* esse território como os Campos do Mourão. Mas novamente a história não continua porque não houve povoamento efetivo luso-brasileiro na região. Estamos no século XVIII. Houve um *hiato* histórico entre 1732, fim da ocupação espanhola e 1775, fim da ocupação luso-brasileira na região.

Outro começo apontado foi a vinda de guarapuavanos (1880-1883) para uma tentativa de posses no local. No entanto, essa posse não se efetivou. Como se pode observar entre 1775 e 1883 há outro *hiato* na narrativa da história da região. Estamos no século em fins do século XIX.

A bibliografia local praticamente *crava* a vinda da família Pereira em 1903 como início oficial da ocupação da região de Campo Mourão. Houve, portanto esse pequeno *hiato* da história entre 1883 a 1903. Estamos no início do século XX. A partir desse momento a região inicia o seu surto de progresso, a *passos lentos*, porém *firmes* até a década de 1930, mas o desenvolvimento rápido e efetivo se procede a partir da década de 1940, principalmente com a criação e emancipação do município de Campo Mourão em 1947.

Até 1947 os autores locais referem-se à região de Campo Mourão como um todo, ou seja, a Mesorregião Centro-Occidental Paranaense. Após a emancipação do município os autores locais tendem a direcionar sua discussão mais aos acontecimentos específicos da história do município de Campo Mourão porque nas décadas de 1950 e 1960 algumas localidades começam a se emancipar e desmembrar-se do município de Campo Mourão.

Os geógrafos (2000 a 2010) utilizam essas etapas, mas tem a preocupação de inserir a história dos índios na história local como fazem, por exemplo, Yokoo (2013) e Onofre (2011) e outros. A tese de Carvalho (2008) se preocupa em inserir os lavradores pobres na história da região, não apenas como vítima dessa colonização, mas também como sujeitos. O antropólogo/historiador Mota (2008, 1994) insere o índio Kaingang como sujeito na história da colonização da região de Campo Mourão.

Um dos primeiros escritos mais organizados sobre a memória histórica local foi produzido a partir da obra *A futura capital* de 1975 de Francisco Irineu Brzezinski que fez um trabalho inicial e resumido para registrar as lembranças e relatos sobre a história de Campo Mourão sobre o chamado Município Modelo, *a gigantesca Campo Mourão* (BRZEZINSKI, 1975, p. 10-12). O autor apresenta uma série de elementos que julga ser pertinentes para que Campo Mourão se transforme na futura capital do estado do Paraná e que o dia 10 de outubro de 1947 foi o marco da civilização e exalta a coragem e a luta incessante da população local (VEIGA e SANTOS JR., 2009, p. 110-111).

Praticamente toda a bibliografia local segue a exaltar a luta dos *pioneiros* no desenvolvimento e progresso local. Isso ocorre em Valderi Santos em *Formação histórica do território da microrregião de Campo Mourão*. Já no início do seu texto o autor faz um elogio aos pioneiros que como uma espécie de heróis que “nunca recuavam (1995)” avançavam pelos sertões mourãoenses trazendo desenvolvimento e progresso.

Outros autores como Edina Conceição Simionato além de escrever vários livros tem um programa que se chama *Um Passeio pela Memória* em que pretende despertar nos visitantes do local “a valorização e o respeito pelos nossos antepassados, além de contar sobre o início da colonização e conscientização sobre a História e a Memória de um povo (2010, p. 389-390)”.

Milton Luis Pereira enaltece a pesquisa feita por Pedro da Veiga em *Campo Mourão: centro do progresso* (1999) que “decifrou experiências das várias etnias, alicerce ideológico do esforço construtivo e intelectual, alavanca virtuosa da sociedade mourãoense (1999, p. 13)”. Jair Elias dos Santos Júnior em suas obras também destaca o desenvolvimento e progresso de Campo Mourão. Por exemplo, Pedro da Veiga e Santos Jr. em *Oratórias Históricas* de 2009 procuram narrar os momentos decisivos da história de Campo Mourão por intermédio dos discursos que

“representam o pensamento e a ideologia dos personagens que fizeram a história de Campo Mourão, durante as últimas décadas. Mostra de forma cristalina a nossa evolução”. Para os autores esses discursos da posse e despedida dos mandatários de 1963 a 2009 simbolizam o desenvolvimento do município e “é uma maneira de entender e aprofundar o conhecimento da nossa própria identidade e como o pensamento destes agiu sobre os mourãoenses (2009, p. 11-12)”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de condução da análise das narrativas consultadas que *contam* a história da colonização da região de Campo Mourão (1900-1960) remetem a pensar em algumas considerações. Embora as produções das narrativas se diferenciem pelo tempo e lugar, as perspectivas são construídas a partir de um mesmo conjunto de informações e tratam de um mesmo período da história. Porém, mesmo assim, não há consenso interpretativo no encaminhamento e na conclusão das análises dos autores. Por que isso acontece?

Acredito que a formação intelectual distinta e por escreverem em outros períodos, embora *falem* de um mesmo objeto, influencie no encaminhamento e na formulação de suas análises e conclusões desses autores.

Essas produções em tempos e lugares distintos conduziram essa minha proposta de divisão dessas narrativas em quatro perspectivas diferentes. Lembramos que essa divisão é apenas uma referência possível para o encaminhamento da análise do objeto de estudado. Contudo, parece-nos que as perspectivas se entrelaçam com a formação dos autores, ao tempo da sua produção, mas muito mais ao lugar de onde parte essa produção. Para Michel de Certeau (2011) o saber produzido está “ligado a um poder que o autoriza”, quando ele afirma que há o imperativo da escrita e dos que escrevem a história e outros, além de historiadores, concorrem e reivindicam o direito a escrita da história local. Como disse Certeau:

Seja qual for a historiografia ou etnologia, permanece sempre o sintoma ou a bandeira do meio que a elabora. Isso até mesmo nos seus métodos técnicos. Desse modo, nossa historiografia privilegia os documentos escritos, isto é, interessa-se somente pela categoria social que é homogênea à dos autores e dos leitores dessa história. Na verdade, 99% da população de que falam nossas histórias não escreve. O discurso historiográfico impõe como história *da* sociedade uma tautologia que faz com que sempre “os mesmos” (aqueles que escrevem) os autores, os leitores e os privilegiados por esses estudos. Todo o “resto” é silenciosamente reprimido por esse círculo do “mesmo” (2011, p. 157).

Nessas produções os autores buscam *resgatar* objetos *esquecidos* e mostrar que eles sempre existiram e que a seu entender foram ocultados ou pouco evidenciados pela história. Por isso acreditam ser importante a produção do conhecimento histórico

sobre a colonização da região. Os objetos sobre os quais narram se por um lado, denunciam este pertencimento à história do pensamento, por outro deixam evidentes um outro aspecto importante da narrativa: ela denuncia a criação, o modo de unir metáforas e leituras local. Do mesmo modo ela exclui os sujeitos sobre os quais se fala, pois há um terceiro que fala sobre eles. As narrativas escritas tem este poder de presentificar sujeitos e ou acontecimentos que estão ausentes e criar uma falsa compreensão da presença. Por isso são escritos.

Para Certeau (2011, p. 80) o lugar de onde se fala ou de onde falamos interfere politicamente na maneira de conduzir nossa investigação que se pretende científica, neutra e isenta de influências externas de poder. De onde *falaram* esses autores se tornou uma prática essencial para compreender a produção dessas narrativas e a proposta de divisão em perspectivas. As informações e os elementos que o autor agrega a seu texto parecem só colaborar com o *sentido* que ele quer dar a sua interpretação. Hayden White, por exemplo, em alguns excertos sustenta determinadas semelhanças entre os relatos históricos e os literários. Por exemplo: “as narrativas históricas (...) são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências (2001a, p. 98, grifo original)”.

Isolamos as narrativas em quatro grupos porque percebemos que os discursos dentro de cada grupo possuem certa coesão na forma de tratar a história da colonização. O que colabora com a afirmação da influência maior do lugar de produção, a priori, nesse caso estudado, porque embora as narrativas locais (1975 a 2010) temporalmente estão mais próximas das produções das narrativas dos geógrafos (2000 a 2010) e do antropólogo e historiador (1990 a 2008), o encaminhamento e as conclusões sobre a história da colonização se aproximam mais dos geógrafos das décadas de 1950 a 1980 que também se distanciam da perspectiva dos geógrafos mais contemporâneos e do antropólogo e do historiador consultado.

Os escritores locais, formados em advocacia, jornalismo, pedagogia e história, seguem uma linha de interpretação mais parecida com os geógrafos das décadas de 1950 a 1980. Um problema que faz pensar é até que ponto a formação intelectual de cada autor e o tempo são fatores preponderantes na produção dessas narrativas. Neste caso, mesmo distantes temporalmente a interpretação se aproxima, porém as formações intelectuais são distintas. O estudo desse caso pode contribuir para entender como fronteiras e/ou barreiras de interpretação são construídas, mesmo tendo como referência um mesmo objeto de estudo.

As narrativas construídas sobre a história da colonização da região de Campo Mourão partem de autores das mais variadas áreas das ciências humanas e sociais. Muitas dessas narrativas foram difundidas por revistas científicas, em dissertações,

em teses e em livros com créditos universitários. Outras produções de número considerável surgiram a partir da iniciativa particular e em sua maioria as obras locais foram financiadas pela prefeitura municipal de Campo Mourão e seus órgãos. Embora alguns historiadores possam estabelecer critérios para diferenciar essas produções, acredito que todas perfazem um mesmo caminho de mediação “com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas”, como afirma Certeau (2011a) não há como “suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação (p. 45)”. Essa constatação de Certeau, que o lugar social e cultural é uma “marca indelével” da produção do historiador, pode ser estendida há outros sujeitos que também produzem narrativas sobre a história da colonização da região de Campo Mourão. Para mim a *ressuscitação dos mortos* é uma tarefa que se estende por essas várias narrativas. Como disse ou autor:

[...] Mas receptível é apenas a teoria que articula uma prática, a saber, a teoria por um lado abre as práticas para o espaço de uma sociedade e, que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina. Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas* ‘científicas’ de uma *escrita*. Essa análise das premissas das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto (CERTEAU, 2011a, p. 46-47).

Não pretendeu-se fazer uma hierarquização dessas narrativas e a classificação que impetrei tem como objetivo demonstrar que, como nos ensina Certeau, não há narrativa carregada de espontaneidade e que “toda uma organização supõe uma repressão (2011, p. 81)”. Saber de onde essa narrativa fala se torna peça chave para entender o do porque da possibilidade dessa variedade de interpretação de um mesmo objeto de estudo. O tempo, o lugar social e cultural, nos ajuda a compreender a fundamentação do objeto estudado.

Pretendemos mostrar que as narrativas sobre a história da colonização de Campo Mourão, independente da formação intelectual dos autores serem distintas, são influenciadas: ou pelo tempo em que elas foram produzidas, ou pelo lugar de onde falam, ou pelo método da pesquisa, ou pelos acontecimentos e/ou pelas experiências culturais que o autor está vivenciando. A busca de *verdades no objeto* continua.

REFERÊNCIA

- ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. **Poder, Estado e Capital nos Processos Des-Re-Territorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão-Pr.** 2013. 310p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Crescimento da população do Estado do Paraná. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de. FRESCA, Tânia Maria. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico.** Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- _____, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia.** v. 15, n. 3, jul.-set. p. 3-52, 1953.
- _____, Lysia Maria Cavalcanti. Crescimento da população do Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia.** n. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- _____, Lysia Maria Cavalcanti. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia.** Out/Dez, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, nº 14, 1953.
- BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Linguísticas.** São Paulo: Edusp, 1996.
- BRZEZINSKI, Francisco Irineu. **A futura capital.** Curitiba: Editora Juruá, 1975.
- BRZEZINSKI, Iran Roberto. **Campo Mourão.** Campo Mourão: ICTF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná, 1987.
- CARVALHO, Ely Bergo de. **A Modernização do sertão:** terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964. 2008. 344p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 1982/2013.
- COELHO JR. **Pela selva e rios do Paraná.** Curitiba: Guairá, 1946.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de Colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no estado do Paraná. In: **Anais do VII Simpósio Nacional de Professores Universitário de História.** São Paulo: ANPHU, 1976.
- HAHN, Fábio A.; BALLER, Leandro. Um olhar a fronteira: os relatos do sertanista Edmundo Alberto Mercer. **Revista TEL: Tempo, Espaço e Linguagens,** Irati, v. 8, n. 1, p. 83-102, jan/jun. 2017.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu – PR. **Boletim de Geografia.** Maringá, v. 11, n.1, p. 17-28, dez. 1993.
- _____, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná:** o caso dos municípios de Ubatã Campina da Lagoa e Nova Cantú. 1990. 223p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.
- LARA, João Maria. **Campo Mourão: 100 anos de desbravamento – 1903-2003.** Campo Mourão: Kromoset, 2003.
- MARQUES, Victor Raoni de A. **Nos Campos do Mourão.** Campo Mourão: Edição do Autor, 2013.

MASSOQUIM, Nair Gloria. **Clima e paisagem da Mesorregião Centro- Ocidental Paranaense**. 2010. 398p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

_____, Lúcio Tadeu & NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí** – Pré-história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MELLO, Nelci Veiga. **Caminhadas Vermelhas**. Campo Mourão, 2010.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão**: colonização, uso do solo e impactos sócioambientais. 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá. p. 43 pautando-se em: INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. Referências históricas. Curitiba, 1959.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Capital e COAMO** – Agroindustrial Cooperativa: a formação de um território. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.

PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. Histórias dos municípios narradas nos seus sites oficiais: a História Pública e seu potencial para a pesquisa histórica. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 247 - 266. jan./abr. 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Vol. 2 n. 3. Revista Estudos Históricos, 1989.

REVEL, Jacques. (Org). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ROCHA, Arléto; KLEIN, João Carlos; BASSI, Luiz Wanderley. **História de famílias de Peabiru-Pr. Mafra-Peabiru (PR)**: Editora Kromoset, 2012.

SANTOS, José Carlos dos. **Construir fronteiras**: nacionalismo e territorialismo no Paraná dos séculos XIX e XX. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2014.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias. **A história da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1947-1963**. Campo Mourão (PR): Sisgraf, 2006.

_____. Jair Elias. **A história da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1964-1976**. Campo Mourão (PR): Kromoset, 2006.

_____. Jair Elias. **Horácio Amaral**: Exemplo e Desafio. Campo Mourão (PR): Kromoset, 2005.

_____. Jair Elias. **Patrimônio Cultural**: um retrato de Campo Mourão. Campo Mourão (PR): Kromoset, 2010.

_____. Jair Elias. **A evolução e a História dos símbolos do Município de Campo Mourão**. Campo Mourão (PR): Kromoset, 2005.

_____. Jair Elias. **Campo Mourão no Japão**: abrindo os “caminhos do Oriente”. Campo Mourão: Kromoset, 2006.

_____. Jair Elias. **Oratórias Históricas**. Campo Mourão: Gráfica Mourão, 2009.

SANTOS, Valderi. **Formação histórica do território da microrregião de Campo Mourão** (a origem de seus 24 municípios). Curitiba: CompuArt's – Composições Eletrônicas S.C. Ltda, 1995.

SARTORI, Rubens Luiz (Org). **Histórico de Campo Mourão**. Trabalho acadêmico do Curso de Ciências Contábeis, 1984.

SILVA, Ivanete pereira Martins da. **Dinâmica populacional e produção do espaço de Campo Mourão – PR – A espaço temporalidade de um núcleo polarizador**. 167 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2008.

SIMIONATO, Edina Conceição. **Campo Mourão: mulheres que fizeram história**. Campo Mourão: Kromoset, 2010.

____. Edna Conceição. **Campo Mourão – 50 anos no espiral do tempo**. Campo Mourão: Nerygraf, 1997.

____. Edna Conceição. **Campo Mourão: Sua gente... Sua história**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

____. Edna Conceição. **Campo Mourão: Sua gente... Sua história**. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)**. 2002. 143 p. TEIXEIRA, Joani. **Nossa história, nossas vidas, nossas viagens**. Campo Mourão: Kromoset, 2012

TEIXEIRA, Juliana Carolina. **O turismo e o mundo do campesinato na mesorregião centro-ocidental paranaense**. 2011. 135 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada boiadeira**. Guarapuava: Monjolo, 2001.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Processo da dinâmica das frentes de ocupação territorial e da paisagem agrária na mesorregião centro-ocidental paranaense**. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2013.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999.

CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Renan Rosso Bicca

Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) Pelotas- RS

José Leonardo de Souza Castilho

Centro Universitário da Região da Campanha, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Bagé- RS

Magali Nocchi Collares Gonçalves

Centro Universitário da Região da Campanha, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Bagé- RS

Maria Elaine dos Santos Leon

Centro Universitário da Região da Campanha, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Bagé- RS

Maria de Fátima Schmidt Barbosa

Centro Universitário da Região da Campanha, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Bagé- RS

Ariadne Costa Leal

Centro Universitário da Região da Campanha, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Bagé- RS

RESUMO: O Centro Universitário da Região da Campanha, URCAMP, em convênio com a Prefeitura Municipal de Candiota e apoio técnico e financeiro da UTE Pampa Sul, constituiu um grupo de estudos formados por profissionais e alunos de diferentes áreas do conhecimento, tendo como atribuição elaborar o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Candiota; objeto do convênio. O

Plano Diretor Participativo, segundo o disposto na Constituição Federal nos Art. 182 e 183 e regulamentados pela Lei Federal 10.257/2001, (Estatuto da Cidade) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, parte integrante de um processo de planejamento municipal que visa promover o plenucumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O município de Candiota, localizado na região da Campanha Gaúcha, objetiva junto à URCAMP e comunidade local elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município (PDDUA). O projeto de elaboração teve início em maio de 2016, com término em novembro de 2017. O Plano Diretor firma um pacto social com a participação efetiva de todos os cidadãos, busca conhecer a realidade em que vivem, para reduzir desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades. Candiota que é um município de grandes reservas carboníferas, conta com empresas a exemplo da Termoelétrica Pampa Sul, para seu desenvolvimento, devendo, portanto, prever no seu Plano Diretor, além de dispositivos normativos adequados e dos instrumentos da política urbana, um sistema que estabeleça uma estrutura de articulação entre as instâncias governamentais e participativas de planejamento.

CANDIOTA AND HERITAGE BUILT: THE PREPARATION OF A PARTICIPATORY DIRECTOR PLAN

ABSTRACT: The University Center of the Campaign Region, URCAMP, in agreement with the Candiota City Hall and technical and financial support from UTE Pampa Sul, formed a group of studies with professionals and students from different areas of knowledge assigned to elaborate the Participatory Director of Candiota Urban and Environmental Development; object of the agreement. The Participatory Master Plan, according to the provisions of the Federal Constitution in Articles 182 and 183 and regulated by Federal Law 10.257 / 2001 (City Statute), is the basic instrument of the urban development and expansion policy, which is an integral part of a planning process, which aims to promote the full accomplishment of the social functions of the city and property. The municipality of Candiota, located in the region of Gaucha Campaign, aims with the URCAMP and local community to prepare the Master Plan for Urban and Environmental Development (PDDUA). The elaboration project began in May 2016, ending in November 2017. The Master Plan establishes a social pact with the effective participation of all citizens, seeks to know the reality in which they live, to reduce inequalities, prevent environmental degradation, improve the quality of life and seek the full sustainable development of its potential. Candiota, which is a municipality of large coal reserves, has companies, such as the Pampa Sul Thermoelectric Power Plant, for its development, and should therefore include in its Master Plan, in addition to appropriate normative provisions and instruments of urban policy, a system that establishes a structure of articulation between governmental and participatory planning sectors.

KEYWORDS: Candiota, Director Plan, Heritage

INTRODUÇÃO

O Centro Universitário da Região da Campanha, URCAMP, em convênio com a Prefeitura Municipal de Candiota e apoio técnico e financeiro da UTE Pampa Sul, constituiu um grupo de estudos formados por profissionais e alunos de diferentes áreas do conhecimento, tendo como atribuição elaborar o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Candiota; objeto do convênio. O Plano Diretor Participativo, segundo o disposto na Constituição Federal nos Art. 182 e 183 e regulamentados pela Lei Federal 10.257/2001, (Estatuto da Cidade) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, parte integrante de um processo de planejamento municipal que visa promover o pleno cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O município de Candiota, localizado na região da Campanha Gaúcha, objetiva junto à Universidade da região da Campanha e comunidade local elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

do município (PDDUA). O projeto de elaboração teve início em maio de 2016, com previsão de término em junho de 2017. A equipe formada por dezesseis (16) docentes, um (01) ex-aluno, egresso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da URCAMP e seis (06) discentes dos seguintes cursos de graduação: Administração, Agronomia, Arquitetura, Direito, Ecologia, Geologia, Sistemas de Informação e com o apoio de técnicos da prefeitura, completam o grupo responsável pela concretização do Plano Diretor do município. O Plano Diretor firma um pacto social com a participação efetiva de todos os cidadãos, busca conhecer a realidade em que vivem, para reduzir desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades. Candiota que é um município de grandes reservas carboníferas, conta com empresas a exemplo da Termoelétrica Pampa Sul, para seu desenvolvimento, devendo, portanto, prever no seu Plano Diretor, além de dispositivos normativos adequados e dos instrumentos da política urbana, um sistema que estabeleça uma estrutura de articulação entre as instâncias governamentais e participativas de planejamento.

METODOLOGIA

O projeto propõe a colaboração recíproca entre o município de Candiota e a URCAMP, para a realização de estudos e pesquisas, seminários e publicações relacionadas com o objetivo geral de elaborar o plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental do município. Para divulgação do processo de elaboração dos Planos Diretores e dos eventos participativos é possível lançar mão de meios e espaços verdadeiramente reconhecidos pela população em geral - escolas, postos de saúde, igrejas e associações comunitárias, por meio da distribuição de material, folhetos e cartazes, bem como a utilização de outros meios que estiverem ao alcance, nos locais onde serão realizadas as oficinas. Para a realização deste processo as equipes foram divididas segundo os seguintes temas: Patrimônio, História e Cultura; Urbano, Infraestrutura, Serviços, Uso e Ocupação do Solo; Ambiental e Rural; Desenvolvimento Econômico, Social e Segurança; Jurídico, Planejamento e Gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região de Candiota¹ localiza-se à Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, distando aproximadamente 402 km de Porto Alegre, pela BR 293 e BR 153, via rodoviária. Segundo Dal Molin (1994) a ocupação do atual Município de Candiota, se

¹ De acordo com pesquisadores orais, alguns gregos originários da ilha de Cândia (hoje ilha de Creta), conhecidos como candiotos, teriam vindo da Argentina no século XVIII, fixando-se às margens de um arroio, ao qual posteriormente dariam o nome de Candiota, vindo daí a origem do nome da cidade. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Candiota>

deu a partir de 1800, onde tudo começou com as estâncias e a atividade pecuária. Exemplificando, Dario Lassance provém da propriedade rural de Tomé do Monte, sucedido por Flaubiana Gimenes, assim como parcelamento da Estância de João Luiz d'Abreu, dá origem à "Vila" de Santa Rosa atual Bairro Seival.

Conforme Branco (2009) nessas terras foi proclamada a República no dia 11 de setembro de 1836, conhecido com a "Batalha de Seival", inclusive com marco alusivo na BR- 293. Nesse combate, saíram vitoriosos os "farroupilhas" onde precede a instituição da "República Rio-grandense" em setembro do mesmo ano, sendo escolhido Piratini como capital por ser lugar estratégico na região. Já em 1844, outro combate no "Cerro da Palma" nas proximidades do Rio Negro em Candiota, o que sinaliza o envolvimento da região com as lutas farroupilhas, constituindo-se como parte da história do Estado.

Em agosto de 1867, o Decreto nº 3924 do Governo Imperial concede à Cunha Plant e Cia, o direito de construir uma estrada de ferro partindo da cidade do Rio Grande até o centro carbonífero de Candiota entre os rios Jaguarão e Camaquã (DAL MOLIN, 1994).

Em 1884, fato marcante para o desenvolvimento do povoado é o início da construção da ferrovia, denominada Linha Cacequi-Marítima, pela "Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited", sucessora de uma série de concessões anteriores. A primeira construção foi de Cacequi a São Gabriel, em meados de 1896 e de São Sebastião a Bagé, no final do mesmo ano, ambos pela E. F. Porto Alegre-Uruguaiana.

Em 1900, a união São Sebastião-São Gabriel completaria o trecho Bagé-Rio Grande. Os trens de passageiros partiam de Livramento em outra e linha, chegavam a Cacequi e dali até Bagé. De Bagé, através de baldeação chegava-se à Rio Grande (GIESBRECHT,2000). Transportavam gado e charque para o porto do Rio Grande. Em Candiota, veem-se quatro estações, segundo Giesbrecht (2000) a estação Seival, Dario Lassance, Candiota e Bomba Candiota. A "Estação Santa Rosa" hoje Seival encontra-se em ruínas, entretanto foi responsável pela formação do povoado e permitiu o escoamento da produção agrícola e outros. O comércio local se desenvolveu a partir do transporte de mercadorias facilitado pela ferrovia.

Na mesma época, final do século XIX, em decorrência da implantação da estrada de ferro foi inaugurada a "Charqueada Santa Rosa", primeira no local alavancando a "vila" de mesmo nome, como uma das maiores exportadoras de charque, couro e lã das regiões com matérias primas fornecidas por fazendas em grandes extensões de terra da região. Porém, com a introdução dos sistemas de refrigeração da carne, as charqueadas vão sendo extintas. Igualmente em 1926 há uma explosão na caldeira da charqueada, ao que se soma a decadência do Banco Pelotense, que tinha sede em Pelotas com a filial em "Santa Rosa" e atendia a pecuaristas e charqueadores

no início do século.

Por outro lado, a partir da já conhecida vocação para o cultivo de uva na região, o clima de Seival, a paisagem e os campos contribuem para a decisão de João Marimon, em sua chegada à América Latina para fundar, em 1888 a "Vinícola Marimon", localizada na Granja Seival, propriedade de J. Marimon & Filhos, a qual se mantém em funcionamento por mais de 70 anos.

Após a primeira Guerra Mundial em 1917 é instalada em Candiota a primeira empresa dedicada à mineração, quando chega à Dario Lassance um técnico inglês, com o sobrenome Appleby, na intenção da exploração de uma jazida de carvão, em local próximo ao local das atuais ruínas da antiga "casa de pedra".

O Decreto nº 24.693 de 28 de março de 1948 o DACM autoriza a pesquisa e no ano seguinte foi projetada a Mina de Candiota I, assim como a Usina Termelétrica Candiota I. Com o encerramento da mineração em Hulha Negra em 1952 o DACM então passa a atuar apenas na "Mina do Leão", na localidade de Candiota. Com a finalidade de abastecer a usina intensifica a produção, sendo que em 1969 transforma-se na Companhia Rio-grandense de Mineração - CRM.

A usina de Candiota I pertencente à atual CEEE, projetada no governo de Eurico Gaspar Dutra, tem obra iniciada em 1953, através de consórcio das firmas Alston, Stein, Roubax, da França. Com interrupções que resultam em inauguração somente em dezembro de 1961, pelo então presidente da República, João Goulart. Com a desativação da "Usina Velha" ², em 1973 em 1974 é inaugurada Candiota II - Usina Termelétrica Presidente Médici da CEEE com as fases A e B.

Ainda em 1975, fazem-se estudos para implantação da Usina Termelétrica Candiota III, realizada a partir de acordo binacional com o Citi Group, mantida pela Eletrobrás/Companhia de Geração Térmica e Energia Elétrica (CGTEE). Construída mais recentemente e concluída em 2011 configura atualmente a operação das três fases A e B e C. Atualmente a localidade de Seival, readquire forte impulso em função das próprias características do solo vinculadas principalmente à existência de carvão mineral, como a implantação de empresas do setor vinícola e sementes. Podem-se citar empresas como Miolo, SSM Mineradora, Isla Sementes e principalmente a Usina Termoelétrica Pampa Sul da Tractebel (atual ENGIE) - implantada em 2015, com investimento que deve representar um novo ciclo de desenvolvimento para a região de Seival. Candiota é a Capital Nacional do Carvão e são muitas as perspectivas acerca de projetos que utilizam o "ouro negro".

As demais atividades comerciais e industriais ligadas à produção agropastoril, fruticultura e especialmente à vitivinicultura "espalham-se", indistintamente pelo município. Configuradas desde 1992 como integrantes do Município de Candiota, situam-se na atualidade como dois focos de caráter industrial, ligados à extração de carvão mineral e à produção de energia, próximos ao atual "Bairro de Seival" e à

atual Sede do Município.

Em torno do desenvolvimento e criação de atividades industriais e comerciais do município, visualiza-se sensível desvinculação com Bagé "município mãe" e ampliam-se núcleos residenciais e de serviços como Dario Lassance, João Emílio, Vila Residencial, Vila Operária e Seival, entre outros, os quais estabelecem a característica polinuclear da localidade.

Conclui-se que o atual município se desenvolve a partir da trajetória histórica de formação das localidades de Seival e de Candiota. Define-se envolvimento a acontecimentos que desencadeiam ocupações, desocupações, trocas, relações comerciais e industriais, entre períodos áureos e decadentes. O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

Ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticas, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A “Linha do Tempo de Candiota” é um indicador de fatos relevantes na história do município, promovendo a reflexão sobre a memória e patrimônio cultural. Desta forma, criou-se um eixo cronológico baseado nas investigações, pesquisas, fatos históricos e bibliografias encontradas nesta região (Figura 1).

A paisagem do município de Candiota se destaca pelo conjunto de núcleos urbanos consolidados (Figura 2) primeiramente por Seival, seguido pelo Bairro Dario Lassance, Vila Residencial, Vila Operária, Bairro João Emílio e por último Bairro São Simão e COOTRACAN. As imagens pesquisadas no trabalho conforme legenda e enumeradas por grau de importância e valor histórico que serão fundamentais para memória da cidade.



Figura 1. Linha do Tempo de Candiotá

Fonte: NEDUA (2016)

MAPA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO E CULTURAL E DA EVOLUÇÃO URBANA

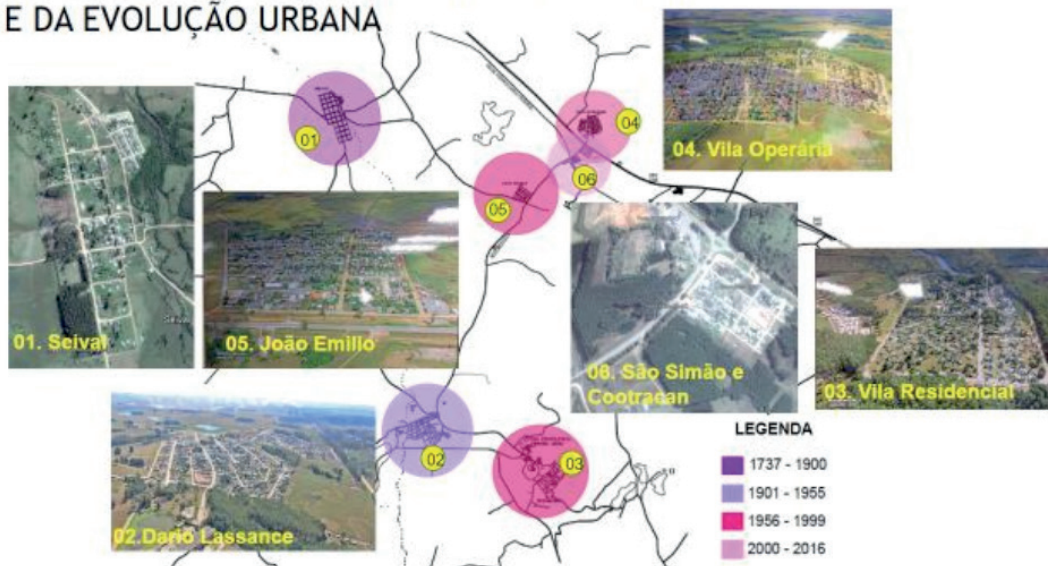


Figura 2. Mapa dos núcleos urbanos do Município, imagens do Google

Fonte: NEDUA (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, mesmo com características de ocupação urbana polinuclear, identificam-se de forma esparsa os bens materiais que configuram a imagem urbana do Município como um todo. Esses contribuem para conscientização do cidadão candiotense para a importância da preservação desse patrimônio, seja de relevância histórica, cultural e/ou arquitetônica, constituído ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Suelen Cantelli; DA SILVA, Gabriel Borges. **Relatório sobre o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Candiota – RS**. Chapecó -SC. 2009.

DAL MOLIN, Naiara. **Candiota, Origem e História**. Tchê Editora de Livros. 1994.

GIESBRECHT, RalpMannuci. **Estações Ferroviárias da Brasil**. Porto Alegre. Editora Sulin

AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A RELAÇÃO ESPAÇOS PÚBLICOS X SHOPPINGS CENTERS NA DISPUTA PELA TITULARIDADE DE ÁGORAS CONTEMPORÂNEAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA – CEARÁ

Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa
Fortaleza - Ceará

THE DISPUTE FOR THE OWNERSHIP
OF CONTEMPORARY AGORA IN THE
PRODUCTION OF URBAN SPACE IN
FORTALEZA – CEARÁ

RESUMO: A década de 1970 foi caracterizada pela crescente descentralização comercial do Centro de Fortaleza, ocasionada por uma expansão urbana, com a geração de centros secundários por toda a cidade e pelo deslocamento dos grandes magazines, para uma nova modalidade de empreendimento comercial que se popularizava pelo mundo todo: O Shopping Center. O Centro de Fortaleza perdia assim uma de suas centralidades mais importantes que era aglutinar as atividades comerciais da sociedade. Os shoppings centers no decorrer dos anos, por sua vez, expandiram seu campo de atuação sobre a sociedade, além da relação comercial, de tal forma que hoje seu “ideário de espaço perfeito”, se apropria de usos e funções, notadamente de espaços públicos como as praças, ao mesmo tempo em que influencia a estética cada vez mais minimalista e sem atrativos dos espaços públicos

PALAVRAS-CHAVE: Descentralização. Shopping Center. Espaços Públicos.

ABSTRACT: The decade of 1970 was characterized by the increasing commercial decentralization of the Center of Fortaleza, caused by an urban expansion, with the generation of secondary centers throughout the city and the displacement of the great magazines, for a new modality of commercial enterprise that was popularized by the world everything: The Shopping Center. The Fortaleza Center thus lost one of its most important centralities which was to bring together the commercial activities of society. The shopping malls over the years, in turn, expanded their field of action on society, as well as the commercial relationship, in such a way that today its “ideal space ideal”, appropriates uses and functions, notably public spaces like the squares, while at the same time influencing the aesthetics more and more minimalist and unattractive of public spaces.

KEYWORDS: Decentralization. Shopping center. Public spaces.

SOCIO-SPATIAL DYNAMICS AND THE
RELATIONSHIP BETWEEN PUBLIC
SPACES AND X SHOPPING MALLS IN

1 | INTRODUÇÃO

1.1 A praça: espaço público polivocacional.

Para entendermos a importância e

relevância dos espaços públicos, mais notadamente a praça pública, consideramos pertinente nos remeter, inicialmente, ao conceito de *Ágora* como uma das primeiras formas de organização do espaço público.

Nas Cidades Gregas a *Ágora* era um espaço normalmente centralizado, exclusivo para pedestres, equitativo e paritário em sua natureza onde o cidadão, através de sua frequência quase diária a esse lugar, via despertar as ideias de igualdade, fraternidade e liberdade e que mais tarde iriam originar, através da prática destes valores, a democracia. Nesses espaços públicos sem dimensões e/ou configurações físicas determinadas, margeados pelas edificações mais importantes da cidade, era onde ocorriam todas as atividades cidadinas pertinentes à integração e a sociabilização de seus cidadãos nos mais variados graus, bem como a prática forense, debates filosóficos e intelectualizados e, ainda, onde eram desenvolvidas atividades secundárias como pequenas práticas comerciais. Mais precisamente, sobre essas funções da *Ágora*, Mumford (1982) comenta que:

Se, na economia do século V, a *ágora* pode ser apropriadamente chamado uma praça de mercado, sua função mais antiga e mais persistente foi a de ponto de encontro comunal. Como de hábito, o mercado era subproduto do ajuntamento de consumidores, que tinham outras razões para se reunirem além de fazerem negócios. (MUMFORD, 1982, p. 166).

Tal configuração espacial das cidades gregas acabou por influenciar outras civilizações como a Romana e posteriormente a Bizantina, entre outras que adotaram espaços análogos as *Ágoras* em suas cidades a exemplo dos *Fóruns*. Com o declínio do Império Romano, o crescimento da Igreja Católica influenciando e solicitando uma conduta social mais direcionada à reflexão e ao insulamento e os inúmeros embates entre os nobres europeus por definições territoriais fizeram a vida social ocorrer intramuros dos Castelos Feudais e, por conseguinte, o inevitável recrudescimento dos espaços públicos.

Até o início do século XVIII, na Europa, o projeto de praças restringia-se ao entorno dos palácios que nem sempre estavam inseridos em contexto urbano. Normalmente os espaços abertos, arborizados e floridos eram características da arquitetura dos palácios de veraneios ou campestres, sendo que só na metade do século XVIII, com a arquitetura estilo Rococó, é que os grandes jardins precursores dos espaços públicos e praças começaram a ganhar espaço nas cidades. Os espaços livres existentes e marcados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou no entorno de igrejas e catedrais. No século XIX, com a transformação de Paris decorrente da intervenção feita por

Hausmann, influenciado pelos ideais iluministas e positivistas a Cidade Luz despontou como uma cidade burguesa por excelência. As alterações urbanas

efetivadas no Centro de Paris influenciadas pela arquitetura neoclássica que mais uma vez resgatava a lógica espacial grega, se caracterizava por grandes e largas avenidas partindo em radiais concêntricas e tendo o Arco do Triunfo como centro. Outras características eram os grandes jardins, alamedas arborizadas e espaços abertos para convivência e interação. É aí que o desenho e configuração espacial das praças entram em cena, preconizado pelo trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsted que projetou o Central Park de Nova Iorque.

O conceito de *Ágora* ultrapassa, de certo modo, o período grego – romano, demonstrando que as cidades, principalmente as latinas, com seus espaços abertos e suas variantes como cafés avarandados e quiosques descendem e se referenciam ao conceito de *Ágora*.

Lynch (2014) seguindo essa acerção afirma que os espaços públicos são pontos nodais, porquê :

São lugares estratégicos de uma cidade através dos quais um observador pode entrar, são focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momento de passagem de uma estrutura a outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por ser a condensação de algum uso ou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou uma praça. Alguns desses pontos nodais de concentração são o foco e a síntese do bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são um símbolo (LYNCH, 2014, p. 53).

Segundo os arquitetos e urbanistas, Macedo e Robba (2002), as praças, enquanto espaços públicos, são espaços abertos e urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, e sua função primordial é a de aproximar e reunir as pessoas, seja por motivo cultural, econômico (comércio), político ou social. A praça é, também, um espaço dotado de símbolos, que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos. Constitui-se em local de convívio social por excelência (DIZERÓ, 2006). É um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Consiste em espaço para pedestres e é palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade, além de abrigar, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares, coloniais, de artesanato, entre outras (FONT, 2003). Espacialmente, a praça é definida pela vegetação e outros elementos construídos. Assim, de acordo com cada sentido que a palavra praça pode assumir, estes espaços podem ser classificados de acordo com Macedo e Robba (2002), em:

- ▶ **Praça Jardim:** espaços nos quais a contemplação das espécies vegetais, o contato com a natureza e a circulação são priorizados. Estes podem ser

fechados por grades ou cercas, como o passeio público do Rio de Janeiro e de Curitiba, ou ainda podem ser abertos e rodeados de imóveis (comerciais e residenciais). No Brasil, o conceito de praça está, normalmente, associado a ideia de verde e de ajardinamento urbano, por este motivo, os espaços públicos formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos é comumente chamado de adros ou largos;

► Praça Seca: largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres. Em algumas destas praças inexistem qualquer tipo de árvores ou jardins e nelas o importante é o espaço gerado pela arquitetura e são relações entre volumes do construído e do vazio que dão ao conjunto a escala humana. Nestes locais destacam-se símbolos arquitetônicos como a Praça de São Marcos em Veneza (Itália), a Praça de São Pedro em Roma (Itália) ressaltando a Basílica, a praça dos três Poderes em Brasília e o Memorial da América Latina em São Paulo;

► Praça Azul: praças na qual a água possui papel de destaque. Alguns belvederes e jardins de várzea possuem esta característica;

► Praça Amarela: as praias em geral são consideradas praças amarelas;

Conforme ainda Macedo e Robba (2002), os benefícios trazidos pelas praças públicas decorrem tanto da vegetação que pode ser abrigada por elas, quanto de aspectos subjetivos relacionados à sua existência, como a influência positiva na psiquê coletiva da população, proporcionada pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social. A vegetação urbana atua ainda, de forma direta, no conforto ambiental.

Macedo e Robba (2002) classificam os valores atribuídos às praças em três categorias: Valores ambientais, valores funcionais e valores estéticos e simbólicos.

► Valores Ambientais: Os valores ambientais dizem respeito ao espaço livre ocupado pelas praças que permite: melhoria na ventilação e aeração urbana; melhoria da insolação de áreas mais adensadas; as árvores promovem o sombreamento das ruas e seus canteiros não irradiam tanto calor como o asfalto ou piso de concreto, propiciando o controle da temperatura; a cobertura vegetal permite a melhoria na drenagem das águas pluviais e a proteção do solo contra a erosão (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 32).

► Valores Funcionais: Os valores funcionais correspondem à importância que muitas praças têm como as principais, senão únicas, opções de lazer urbano. Estas áreas servem como ponto de encontro, local aberto para apreciação da paisagem, além de disporem, muitas vezes, de outros atrativos destinados ao lazer da população, como: coretos para apresentações culturais, fontes que jorram água, bancos para descanso, quiosques com vendas de lanches, barras de ginástica, pistas de caminhada e ciclovias, parquinhos para crianças, entre outros (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 32).

► Valores Estéticos e Simbólicos: Os valores estéticos e simbólicos representam a função das praças, enquanto espaços públicos, objetos referenciais e cênicos da paisagem urbana, além de exercerem importante papel na identidade de um município, bairro ou rua. Geralmente relacionado à carga histórico-cultural, as praças são vistas e atuam como espaço de diálogo, local acolhedor para o passeio e lazer de toda sociedade. Do ponto de vista estético, as praças contribuem através das qualidades plásticas – cor, forma, textura – de cada uma das partes visíveis que as integram (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 33).

O geógrafo Angelo Serpa, em seu livro “O espaço público na cidade contemporânea” (2014), afirma que:

O espaço público deve ser compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política, ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade (...) Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comuns a todos (SERPA, 2014, p. 09).

De um modo geral, o autor associa os espaços públicos ao espaço das ações políticas, mas também à lógica do consumo, uma vez que o centro comercial, o mercado que são lugares privados, mas que são abertos ao público em geral, caracterizando-os, portanto como espaços públicos.

Caminhando de certo modo na mesma direção de Serpa, o filósofo urbano Thierry Paquot (2009), assim considera o espaço público.

[...] o espaço público evoca não somente o lugar do debate político, da confrontação das opiniões privadas e a publicidade se esforça de tornar públicos, mas também uma prática democrática, uma forma de comunicação, de circulação dos diversos pontos de vista; Os espaços públicos, em si, designam, os lugares acessíveis ao(s) público(s) percorridos pelos habitantes, quer eles residam ou não nas proximidades. Estas são as ruas e as praças [...]

Portanto os espaços públicos são aqueles espaços frequentados pelas pessoas de modo que mesmo que o espaço seja privado, como um Shopping Center, mas aberto ao público, ele se caracteriza como espaços livres que em geral se inserem na lógica urbana.

Continuando tratando dos espaços públicos, Serpa (2014), complementa que este é visto também [...] simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos [...]

Serpa (2014) ainda faz uma correlação entre o espaço público, seu consumo cultural e a cidade, afirmando que:

No período contemporâneo, o “consumo cultural” parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da “festa-mercadoria”. Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares espetáculos (SERPA, 2014, p. 107).

Entender os usos de um espaço público de uma cidade contemporânea é acima de tudo compreender sua capacidade caleidoscópica, volátil e de mobilidade contínua enquanto gera relações e enquanto é gerada a partir de suas dinâmicas sócio-espaciais, toda sorte de digressões: violência, segregação, imigração, cidadania e participação. É apreender sua natureza de “colcha de retalhos” (SERPA, 2014, p. 181), e analisar a atuação da esfera pública enquanto representantes da sociedade.

Outro fator de relevância seria a valorização imobiliária, instrumento econômico que direciona os usos do solo urbano e os dimensiona em termos pecuniários. Atualmente os parques e praças públicas são considerados pontos nodais das ações dos gestores públicos e da iniciativa privada como elementos dinâmicos de inúmeros programas de renovação urbana. O que destaca um aspecto contraditório, visto que [...] como elementos de dinamização da economia urbana, os parques e praças públicas parecem acentuar a segregação social, funcionando como – álibis – de determinadas políticas de intervenção urbana (SERPA, 2014, p. 10). Álibis, porque [...] os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos que ultrapassam largamente seus limites espaciais (SERPA, 2014, p. 42). Tais representações dos parques públicos e praças parecem ser atemporais, visto que se cristalizaram em todo e qualquer discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades como higienismo, estética, funcionalidade, progressismo, entre outros “motivos”, mas que normalmente acabam por gerar uma relação antagônica e de descontinuidade entre os parques e praças públicas e suas áreas lindeiras.

Expandindo o debate sobre a praça, enquanto espaço público, faz-se necessário tecermos antes, alguns comentários sobre a ideia de centro urbano. Para tanto torna-se necessário definir e distinguir os conceitos de centro e centralidade.

1.2 Centro e centralidade

O debate sobre centralidade teve seu início com maior poder de sistematização a partir da publicação da tese de doutorado de Walter Christaller, 1933, intitulada “Die Zentralen Orte in Suddeutschland”. Neste trabalho foi desenvolvida a Teoria dos Lugares Centrais, que proporciona ricas possibilidades de investigação de padrões de distribuição espacial de bens e serviços a partir de parâmetros de variabilidade funcional, critérios de importância e da metodologia de compreensão do alcance

espaial mínimo e máximo dos bens centrais.

As redes de localidades centrais passaram então a serem analisadas em diversos estudos, constituindo importantes ferramentas metodológicas e elaborações conceituais, como o destaque feito por Corrêa (1989), sobre os arranjos estruturais e espaciais.

Cabe destacar entretanto que a nossa abordagem tem como foco a centralidade enquanto ferramenta de redefinição de usos, na produção do espaço urbano da cidade.

Para Corrêa (1989, p. 37), Centralização e Área Central, constituem processos espaciais e conforme destaca,

A partir do começo do século XX o processo de centralização e a sua correspondente forma espacial, a Área Central passaram a ser sistematicamente considerados pelos estudiosos do fenômeno urbano. [...] De fato, a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização (CORRÊA, 1989, p. 37).

Preocupado em aprofundar o conceito em destaque, Corrêa analisa a gênese da área central considerando a intensidade dos processos de fluxos de capital, mercadoria, pessoas e ideias no dinamismo da circulação que se ampliou exponencialmente em termos de qualidade e quantidade dos transportes inter-regionais através dos terminais ferroviários, a partir da segunda metade do séc. XIX. Isto incluía os terminais marítimos e acabava minimizando os custos de transbordo e concentrando a localização nascente de atividades como comércio atacadista, indústria, escritórios.

Em sua formação, o centro pode ser entendido como um ponto de convergência de uma grande parcela da população que diariamente circula na cidade. Pode ser entendido também como área de concentração de um grande número de estabelecimentos de comércios e serviços, ou ainda pela presença de instituições de administração pública (Centro administrativo). A concentração dos comércios e do serviços e de outras funções desencadeou novas formas de acessibilidade dentro da cidade, conforme assinala Corrêa (1989, p. 39):

A acessibilidade, por sua vez, atraiu as nascentes lojas de departamentos e de outros gêneros do comércio varejista, bem como numerosas atividades instaladas em escritórios. O mercado de trabalho foi ampliado mais ainda e os transportes intra-urbanos passaram a servir a este setor da nascente Área Central (CORRÊA, 1989, p. 39).

Assim, a área central insurgiu como resultado do processo de centralização, onde acessibilidade e demais fatores abordados tornaram-se preponderantes na

construção e definição deste conceito. Como aponta mais uma vez Corrêa (1989, p. 39): [...]Verifica-se certa sincronia entre o emergir do capitalismo em sua fase plenamente industrial e o aparecimento da Área Central. Processo, forma e também as funções estão assim conectados” (CORRÊA, 1989, p. 40). Desse modo defini-se:

- a) Área Central da cidade com uso intensivo do solo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário [...]
 - b) Ampla escala vertical [...]
 - c) Limitada escala horizontal [...]
 - d) Limitado crescimento horizontal [...]
 - e) Concentração diurna, durante as horas de trabalho, da população, sobretudo pedestres [...]
 - f) Foco de transportes intra-urbanos [...]
 - g) Áreas de decisão [...]
- (CORRÊA, 1989, p. 40)

Já na análise de Villaça (1998), a definição de centro e centralidade nem sempre remetem ao contexto de ponto geográfico, definido anteriormente, posto que considera que o centro pode ser fruto das primeiras delimitações, ou seja, do sítio histórico onde a cidade se originou, enquanto a centralidade (dialogando com as concepções de Corrêa) é explicada pelo fator deslocamento.

O centro se distingue pela multifuncionalidade de elementos e obras que o compõe, afirmando seu valor como centralidade também pelo aglomerado de várias funções distintas que aí se encontra, contudo, as temporalidades diferentes não ofuscam a importância competitiva ao comércio por varejo que sustenta a dinâmica do centro formando uma teia urbana. O fenômeno da centralidade, associado à estagnação do centro tradicional das cidades, atingiu as cidades europeias depois das operações de reconstrução da Segunda Guerra Mundial (Fernandes, 1995). Os grandes centros comerciais europeus foram construídos sobretudo na década de 1980 e inícios da década de 1990. Este período comercial só chegou aos países do sul da Europa, e Portugal em particular, durante os anos 1990 (BALSAS, 1999). Porém, suas consequências foram gravemente sentidas pelos estabelecimentos comerciais mais antigos localizados nos centros urbanos, no continente Sul Americano.

Estas tendências de suburbanização também foram sentidas durante as duas últimas décadas em quase todas as cidades brasileiras, inclusive Fortaleza. Vargas (2000, p. 20-30) descreve o impacto do comércio no ambiente urbano de São Paulo como sendo um fenômeno relativamente recente. Essa percepção demonstra a universalidade do desenvolvimento comercial e de centralidades periféricas e a necessidade de encontrar respostas adequadas para o fato. Sobre esse fenômeno, Fernandes (1995, p. 106) explica.

Vários factores se combinaram para fazer com que aquele que foi o único centro da cidade, comece a ser visto apenas como um dos centros da cidade. Por um lado, porque em alguns casos o centro comercial se definiu no exterior de um outro centro, o histórico, por outro, porque se difundiram conceitos, termos e concretizações associados à especialização de espaços e construções, como os de centro cultural e desportivo ou centro comercial, por outro ainda, porque um vasto conjunto de

factores permitiu que aquele que era, pelo menos economicamente, “o” centro, passasse à condição de “centro tradicional”, em vista do aparecimento de “novas centralidades” no interior ou na envolvimento das maiores cidades FERNANDES, 1995, p. 106).

Isto posto, podemos afirmar que ao se analisar o desenvolvimento das dinâmicas sócias – espaciais e das configurações físico – espaciais das praças de Fortaleza, enquanto partícipes do próprio processo de expansão urbana da cidade, faz-se necessário compreendermos a relação entre a forma espacial do objeto de estudo e as suas conexões com a estrutura social, os processos e suas funções urbanas para a Cidade e levarmos em consideração três aspectos relevantes para essa compreensão que são: 1 - a produção do capital como fato gerador da expansão urbana de Fortaleza e, por conseguinte das alterações na configuração sócio – espacial da Praça, gerando no decorrer de sua história variados níveis de centralidade; 2 - as intervenções urbanas ocorridas como causa das alterações física – espaciais efetivadas nas praças e como consequência das necessidades das Gestões Públicas, que em tese, se legitimarem enquanto poder local e pretensa ferramenta de equidade social dentro do contexto histórico da época; 3 - por fim as diversas representações sociais que as praças possuíram no decorrer da sua história para a sociedade da urbe fortalezense. Vale ressaltar que estes três aspectos embora imbricados, concomitantes, intrínsecos e não excludentes, em alguns momentos assumiram posicionamento ora concordantes, ora dicotômicos e até antagônicos entre si em relacionamentos de consensualidade e de conflitos observados na origem da cidade até a contemporaneidade. Nos apoiamos em Corrêa (1989), que discute o tema dos agentes sociais produtores do espaço urbano. Para ele os agentes sociais que “fazem e refazem o espaço urbano” são: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção (os produtores do capital), o Estado (os gestores públicos) e os grupos sociais excluídos (também eles enquanto representantes da sociedade).

Retornando a análise das Ágoras, Podemos observar que as relações mercantis ocupavam caráter secundário nesse período por que as cidades possuíam viés político, a ponto de Henri Lefebvre em seu livro *Revolução Urbana* (1999), conceituar a evolução urbana das cidades como cidades políticas seguidas das cidades comerciais quando da expansão urbana impulsionada pelo surgimento ainda insipiente das relações comerciais, além-fronteiras das nações, seguida das cidades industriais onde o espaço urbano já se definia e se configurava pelas relações mercantis que valorizavam ou depreciavam o uso e ocupação do solo, enquanto mercadoria e produto de uma sociedade industrial, até a cidade contemporânea, enquanto sociedade urbana que representa agora, mais que um espaço ocupado por atividades específicas interrelacionadas, um conceito que [...] designa, mais que um

fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. Isso, por conseguinte, não tira o valor de outra caracterização crítica da realidade contemporânea como, por exemplo, a análise da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1999, p. 16). É exatamente o consumo dirigido, explicitado por Lefebvre, que determina as práticas comerciais atuais que têm como objetivo atrair cada vez mais sua clientela com a promessa e proposta de atender suas vontades, desejos, expectativas e anseios. Seja com a idéia de vincular e agregar simulacros de realidade perfeita através do consumo, seja através de propagandas subliminares que estimulam e ditam o consumo. Salgueiro e Cachinhos (2006), em artigo intitulado “As relações Cidade – Comércio: Dinâmicas de Evolução e Modelos Interpretativos”, afirmam que na sociedade urbana [...] ocorreu uma setorização do comércio que tenta fidelizar sua clientela de maior poder aquisitivo ao tentar associar seu produto a um estilo de vida (2006, p.22). Apesar de suas análises serem referentes a evolução urbana de Lisboa, esta muito se assemelha a outras evoluções urbanas ocorridas em outras cidades do mundo como em outras cidades do Brasil, inclusive Fortaleza.

Tal afirmação se exemplifica quando observamos a existência de uma temporalidade diferenciada em relação à do entorno e do interior do shopping. Até os materiais construtivos utilizados são determinantes na permanência e vinculação do usuário com o espaço, como por exemplo o piso que é escorregadio, obrigando o frequentador a andar com certa lentidão e morosidade, fazendo com que este vivencie e se influencie com atmosfera lúdica dos shoppings, caso o contrário, estes apenas transitariam em seu interior. Observando seu interior, vemos que tudo brilha e reluz, os odores são agradáveis, as fachadas coloridas das lojas prometem alegria, felicidade e bem estar como se estas condições de existência pudessem ser valoradas e vendidas. As paredes do shopping encerram surpresas e garantem segurança. Se anteriormente as vitrines das lojas eram externas e exteriorizadas, atualmente estas se voltam para o interior do shopping como se afirmando ser apenas para poucos “olhos” seletos e merecedores de tal “benção”.

Nesta “cidade cenográfica”, os espaços comerciais, enquanto realidade material funcionam apenas como uma pré-condição de existência. Fornecem o palco, os cenários e os espaços de melhor visualização. É no plano simbólico, no diálogo que conseguem construir com os consumidores o espetáculo, as representações e as narrativas que acontecem e são construídas, para que tal cidade se torne real e faça parte do imaginário de cada um, e assim possam ser concebidos, percebidos e vividos (trialogia de Lefebvre). A fronteira entre a cena e a realidade se torna imprecisa, sobretudo na consciência dos “atores”, como incerta se torna também a separação entre atores e público, a cena e a entrecena. Os indivíduos que a usufruem vivem passando de uma representação para outra, sem se aperceberem disso e sem que se saiba afinal onde termina a ficção e começa a realidade. Num contexto

de pura simulação e disfarce, onde a representação social imita não a coisa real, mas o imaginário, necessariamente o mundo tem que ser real porque é este e não outro que é desejado. Concomitante a construção deste “universo”, associa-se uma gama de atividades há bem pouco tempo díspares daquelas fornecidas usualmente por centros comerciais de prestação de serviços públicos como: Detran e Polícia Federal; educacionais, a exemplos de Faculdades e outros cursos; de atividades de lazer como: academias de ginástica, além daquelas mais conhecidas como cinema, praça de alimentação e parques temáticos. Tudo isso para incrementar sua atividade basilar que é a venda e o consumo e mais ainda agora com a permissão de poder entrar como seu animal de estimação.

Em suma, do ponto de vista do ambiente físico e material, a “cidade” construída pelos espaços comerciais só se efetiva através das práticas primordiais de consumo que transcendem a materialidade e no espaço é que se efetiva a relação comércio e cidade.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, ante o exposto, que a diversidade de atividades que os Shoppings Centers possuem de caráter diversional, além da profusão de serviços e ofertas mercantis, associada a uma estética e uma atmosfera irreal, construído e simulacro meticulosamente construídos com o intuito de atrair o cliente e fazer com que este permaneça o maior tempo possível dentro de seu espaço, fazem com que aumente cada vez mais seus frequentadores. Por sua vez os atuais espaços públicos estão possuindo elementos estéticos e construtivos, bem como equipamentos e mobiliários urbanos que fogem ao padrão usual de um espaço público mais se assemelhando a um espaço privado, mas sem os elementos de atração destes que em efeito contrário causam certo estranhamento e distanciamento em função de um conflito direto com as representações simbólicas atávicas herdadas da coletividade do que deveria ou poderia ser um espaço público, nos levando a fazer um questionamento sobre a apropriação das funções da praça, enquanto espaço público e detentor da primazia dos locais de encontro e interação da sociedade, pelos espaços privados em sua proposta de “ideário de espaço perfeito”, mais também da influência reversa dos espaços privados sobre a proposta cada vez mais minimalista e aparentemente sem atrativos, para a população, dos espaços públicos. E desses questionamentos nasce uma pergunta: Os espaços públicos continuam detentores do título de “Ágora Contemporânea”, ou outros espaços, agora de natureza privada, se apropriaram de forma definitiva dessa titularidade?

REFERÊNCIAS

BALSAS, Carlos José Lopes. **Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades**. Lisboa: Ministério da Economia, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. Editora Perspectiva. São Paulo 2010. CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo 1989.

_____. **Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil**. In: Revista Território, Rio de Janeiro, nº. 8 jan./jun. 2000.

DIZERÓ, Joselle Davanço. **Praça do interior paulista: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC, Campinas, 2006.

FERNANDES, José Alberto Rios. **Urbanismo Comercial – A Experiência Portuguesa**. Revista da Faculdade de Letras, X/XI, 1994-95. (105-125).

FONT, Mauro. **A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LEFEBVRE. Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Suas origens, transformações e perspectivas. Editora Martins Fontes. São Paulo 1982.

PAQUOT, T. **L'espace public**. Collection : Repères. Éditeur La Découverte. Paris, 2015.

SALGUEIRO, Theresa Baratta, CACHINHOS, Herculano. **As relações cidade – comércio: Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos**. Site: <https://www.researchgate.net/publication/304751977>. Acessado dia 16/09/2017.

SERPA, Angelo. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. A produção do Espaço Urbano**. Editora Contexto. São Paulo 2014.

_____. **O espaço Público na Cidade Contemporânea**: São Paulo; Editora Contexto.2007.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel. FADESP, 1998.

AVALIAÇÃO DE RISCOS EM AEROPORTOS REGIONAIS: ESTUDO DE CASO NO AEROPORTO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, GOIANÁ, MG

Geraldo César Rocha

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Departamento de Geociências
Juiz de Fora, Minas Gerais.

Edinaldo Muller Júnior

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Departamento de Geociências
Juiz de Fora, Minas Gerais

RESUMO: A instalação de aeroportos regionais tem sido incentivada no Brasil através de programas do governo federal visando a conexão e o crescimento das médias regiões do país, assim como proporcionar mais opções de transporte à população. Porém, a implantação desses aeroportos pode criar riscos para as comunidades e para as áreas onde se encontram. Assim, o presente estudo objetivou avaliar esses riscos através do Método da Árvore de Falhas. Foram identificados cinco tipos de riscos associados aos eventos a seguir: 1. Colisão e queda de aeronaves; 2. Colisão entre fauna e aeronave; 3. Abastecimento; 4. Inundação; 5. Erosão na pista do aeroporto. São detalhados nesse texto somente os riscos associados à colisão e queda de aeronaves, assim como aqueles associados à inundação do aeroporto. Para o risco de colisão e queda de aeronaves foram elencadas cinco causas: falha de sinalização; terrorismo, falha humana,

falha mecânica/elétrica, falha de comunicação e condições climáticas adversas. Já para o risco associado à inundação do aeroporto, cinco possíveis causas foram levantadas: intervenção no meio ambiente, problemas de infraestrutura, eventos pluviométricos extremos, relevo favorável e assoreamento natural dos rios. Como conclusão, desconsiderando-se as causas naturais onde não se pode atuar (clima, relevo), observa-se que as falhas humanas se destacam para a maior parte dos eventos. Desse modo, incentiva-se a formação e treinamento intensivo dos profissionais aeroviários, assim como se enfatiza a importância da gestão dos riscos, e não só dos desastres como mecanismo preventivo.

PALAVRAS-CHAVE: riscos em aeroportos regionais; riscos no aeroporto Pres. Itamar Franco, MG; avaliação de riscos.

RISKS ASSESSMENT IN REGIONAL AIRPORTS: CASE STUDY AT THE PRESIDENT ITAMAR FRANCO AIRPORT, GOIANÁ, MINAS GERAIS STATE, BRAZIL

ABSTRACT: The construction of regional airports is expanding in Brazil, as a consequence of programs of the federal government, aiming to establish the connection and growing of the average regions of the country, as well as to create more options of transport to the

population. But the implantation of those airports may create risks to the communities and to the áreas where they are located. In this way, this study was made to asses those risks through the use of the Fault Tree Analysis. It were identified five types of risks, associated to the following events: 1. Collision and fall of the aircraft; 2. collision between fauna and the aircraft; 3. fuel supply; 4. flood; 5. erosion of the airport runaway. It was detailed only the 1 and 4 risk events. For the event of collision and fall of aircrafts, it were indicated five causes: signaling failure, terrorism, human failure, mechanical/ electrical failure, communication failure and adverse climatic conditions. For the risk associated with flooding, five possible causes were established: intervention on the environment, infrastructure problems, extreme pluviometric events, favourable relief and natural river siltation. As conclusion, disregarding natural causes where we cannot act (climate, relief), it was observed that the human failures are predominant for the most part of the events, indicating the necessity of good formation and intensive training of the air professionals. It is also important the management of the risks, and not only the management of the disaster, as an effective prevention mechanism.

KEYWORDS: risks in regional airports; risks assessments; fault tree analysis

1 | INTRODUÇÃO

A instalação de um aeroporto traz consigo diversos pontos positivos para a economia, infraestrutura e visibilidade de uma região. Porém, sua implantação pode criar riscos para a área em que se encontra (Carra et al., 2012), sendo que o risco de um aeroporto para a comunidade e para o meio ambiente está diretamente associado às características de sua implantação, podendo destacar como principais fatores a localização e obras de engenharia realizadas nos aeroportos, bem como as substâncias químicas manipuladas e suas respectivas quantidades, assim como a possibilidade de ocorrência de acidentes aéreos. Oliveira (2008) destaca os seguintes riscos: Perda Auditiva Induzida pelo Ruído (PAIR), riscos químicos, riscos gerados por falhas humanas, riscos biológicos e riscos ambientais. Além do ruído e da poluição atmosférica, as pessoas e comunidades no entorno de aeroportos estão expostas a vários outros tipos de riscos, variando desde a contaminação do solo por hidrocarbonetos, até os acidentes aéreos propriamente ditos. Levando em conta a classificação de riscos proposta por Cerri e Amaral (1998) tais riscos se enquadram como riscos tecnológicos.

O governo federal lançou em 2004 o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR, 2017), por meio da Medida Provisória nº652 de 25 de Junho daquele ano, que tinha como intuito criar no Brasil uma rede de aeroportos regionais, de forma a garantir que quase 100% de sua população estivessem no máximo a 100 quilômetros de um aeroporto com condições de operar voos regulares. Além de proporcionar mais opções de transportes à população, os aeroportos regionais têm também como função auxiliar no crescimento das médias regiões, aumentando

assim o potencial econômico das áreas que mais crescem no Brasil, conectando assim as regiões interioranas com os grandes centros no litoral e no exterior. Assim, o presente estudo tem como objetivo realizar a identificação e avaliação dos possíveis riscos ambientais que podem ser detectados em aeroportos regionais.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

De forma a se obter um panorama geral sobre a implantação e operação de aeroportos regionais, foram realizadas visitas técnicas ao Aeroporto Regional da Zona da Mata, situado na divisa dos municípios de Rio Novo e Goianá, na Zona da Mata de Minas Gerais. Durante a visita foi possível identificar que este aeroporto conta com um Plano de Gerenciamento de Riscos e um Plano de Emergência, obrigatório conforme a Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO 1991). No contexto da identificação dos tipos de riscos existentes na área escolhida, não se pretendeu concentrar esforços em detalhes sobre o desenvolvimento e implementação de planejamento de resposta de emergência e gerenciamento de crises. Objetivou-se com esse trabalho identificar quais os tipos de riscos ambientais podem estar associados à implantação e operação de um aeroporto. Em campo, sempre acompanhados por um funcionário da concessionária que administra o aeroporto, foram visitados pontos específicos do mesmo. A partir da visita e com base em informações técnicas sobre as obras de implantação dos aeroportos, foram discutidos e levantados quais seriam os riscos de um empreendimento com tais características, fazendo-se uso do método de Análise da Árvore de Falhas (Rocha, 2005; Swenson, 1999).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na figura 1 é mostrado um recorte da análise por Árvore de Falhas, evidenciando o primeiro nível de causas (eventos secundários) relativas aos riscos identificados no local de estudo.

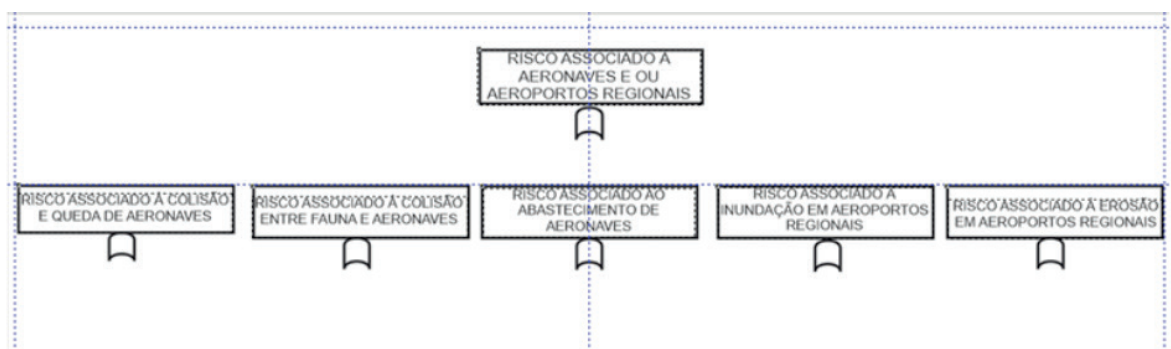


Figura 1 - Evento principal e principais causas avaliadas para seu desenvolvimento.

Org. do autor, 2018

Foram identificados cinco tipos de riscos que podem ser evidenciados em aeroportos regionais; são eles: 1) Risco associado à colisão e queda de aeronaves. 2) Risco associado à colisão entre fauna e aeronave. 3) Risco Associado ao abastecimento. 4) Risco associado à inundação, e 5) Risco associado à erosão. Para cada risco detectado, o método permite sua transformação em evento secundário, para o qual se elencam suas respectivas causas. Assim, na impossibilidade de se mostrar todos os eventos em concomitância, a árvore foi “serrada” para mostrar cada evento em detalhe; entretanto, devido à limitações de espaço para esse resumo, serão mostrados os riscos 1 e 4. A figura 2 exibe a análise para o Risco associado à colisão e queda de aeronaves (causa/risco 1).



Figura 2 - Detalhe da análise do segundo nível associado ao Risco de colisão e queda de aeronaves.

Org. do autor, 2018

Risco associado à colisão e queda de aeronaves

Pela figura 2 se nota que foram elencadas cinco causas que podem levar à colisão ou queda de aeronaves, eventos que colocam em risco o aeroporto em estudo: falhas de sinalização, falha humana, falha elétrica e de comunicação, além de terrorismo e condições climáticas adversas. A figura também mostra que cada uma dessas causas (eventos) terá suas próprias possíveis causas. Observa-se que para a falha de sinalização, falha elétrica e condições climáticas adversas, “fechou-se” a análise (o triângulo indica “falha que não requer detalhamento”). Isso indica, por exemplo, que não podemos (por enquanto) interferir no clima. Por outro lado, para terrorismo, falha humana e falha de comunicação, poderíamos prosseguir na análise (ponte lógica do “ou”). Especificamente com relação à falha humana, estudo mostrado no jornal Folha de São Paulo (2014) indica sua preponderância, a qual pode estar ligada à várias causas reunidas e de difícil solução por estarem ligadas ao fator humano. Pode-se destacar aqui como importante a causa ligada ao terrorismo, evento esse que aterrorizou o mundo em 2001 com o sequestro e colisão de aeronaves com as torres gêmeas em Nova York.

Risco associado à inundação

A figura 3 exibe a análise para o Risco associado à inundação do aeroporto.

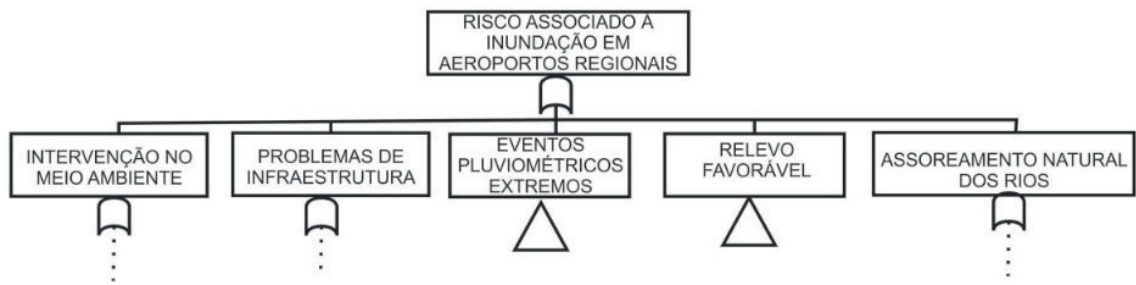


Figura 3 - Detalhe da análise do segundo nível associado ao Risco de inundação.

Org. do autor, 2018

Cinco foram as causas (eventos) possíveis para a ocorrência de inundação em aeroportos: intervenção no ambiente, infraestrutura, chuva intensa, relevo favorável (plano) e assoreamento natural dos rios próximos. Observa-se que o relevo e a chuva são causas nas quais não podemos atuar, daí o “fechamento” da análise para esses itens. Os processos de inundação estão mais ligados aos problemas externos aos aeroportos do que dentro da própria área deste. Ou seja, as alterações sofridas pelo ambiente, principalmente em lugares onde se localiza uma fonte de água, como no caso, o rio; as alterações sofridas por este, como a retificação, a construção de diques, pontes e represas; a retirada da mata ciliar e até o despejo de dejetos, são algumas ações que podem contribuir para que aconteça a inundação e acabe, mesmo que indiretamente, atingindo aeroportos construídos nos arredores. A infraestrutura pode também ser responsável no caso, por exemplo, de um bloqueio na drenagem pluvial, o que pode acarretar acúmulo de água e conseqüentemente inundação. Aqui se destaca a importância da gestão ambiental adequada como mecanismo preventivo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de riscos pode ser entendida como a somatória de ações que antecipam a ocorrência de um evento indesejado, a fim de evitar maiores prejuízos; ela envolve identificação do perigo e análises do risco, ações de prevenção e mitigação (COLTRO e SANTOS, 2015). Este trabalho considerou as causas possíveis dos riscos identificados, fornecendo parâmetros a serem observados e detalhados na gestão. De maneira geral, desconsiderando as causas naturais nas quais não se pode atuar (clima, relevo), observa-se que as falhas humanas são causas de destaque para a maioria dos eventos. Assim, a formação e treinamento intensivo dos profissionais aeroviários é um imperativo. Deve-se também atentar para ações terroristas como causas marcantes para possíveis eventos indesejados em aeroportos. Por fim, deve-se enfatizar a importância da gestão dos riscos, e não

somente de desastres, como mecanismo preventivo para a implantação e rotina de funcionamento desses aeroportos médios.

REFERÊNCIAS

CERRI, L.E.S. e AMARAL, C.P. **Riscos Geológicos**. In: OLIVEIRA, A.M.S. e BRITO, S.N.A. **Geologia de Engenharia**. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.

CARRA, T. A.; CONCEIÇÃO, F. T.; TEIXEIRA, B. B. **Avaliação de riscos ambientais no Aeroporto Internacional de Viracopos, Campinas (SP)**. Revista Brasileira de Geociências, volume 42 (Suppl 1), Rio Claro, 2012.

COLTRO, A. e SANTOS, A. **Gestão de Risco na Área de Movimento em Aeroporto**. Rev. Ciências Gerenciais. Londrina. Kroton Editorial v. 19, n. 30, p. 41-47, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em :<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1504291-perda-de-controle-da-aeronave-e-uma-das-principais-causas-de-acidente.shtml> Acessado em 08/08/2017.

ICAO (International Civil Aviation Organization). **Milestones in International Civil Aviation**. 1991. Disponível em <https://www.icao.int/about-icao/History/Pages/Milestones-in-International-Civil-Aviation.aspx>.

OLIVEIRA, C. de. **Voando Baixo**. Revista Proteção, Abril 2008. Disponível em: <http://fentac.org.br/files/pdf/16476826-clipping-revista-protecao-pdf122.pdf>.

PDAR (Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional). **Base Jurídica**. Disponível em <http://www.transportes.gov.br/base-juridica.html>. Consulta em novembro de 2018.

ROCHA, G.C. **Riscos ambientais: análise e mapeamento em Minas Gerais. Juiz de Fora**. Editora da UFJF. 2005.

SWENSON, G. **Introduction to risk assessment**. Risk Management in Community Development Planning. Gotemburgo, Suécia. SSPA. 1999.

CRUZAMENTO DE DADOS COMO FERRAMENTA DE PROSPECÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO EM ÁREAS URBANAS

Rubem Porto Jr

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Petrologia e Geotectônica,
Seropédica, RJ, Brasil

Beatriz Forny

Departamento de Recursos Minerais-RJ, Niterói,
RJ, Brasil

Beatriz Paschoal Duarte

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Departamento de Geologia Regional e
Geotectônica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Uma das mais importantes questões referentes à atuação de geólogos é a utilização do conhecimento científico na gestão dos riscos associados a Movimentos de Massa (MdM) que com constância afetam cidades brasileiras. Existem dificuldades a serem superadas, sendo uma das maiores, a reunião de dados acerca do conjunto de acidentes, que venham a orientar a análise de risco. Outra questão é que há poucos profissionais envolvidos neste tipo de trabalho, já que são poucas as prefeituras municipais que contam com geólogos em seus quadros. Isso não cria muitas oportunidades para inspeção e estudo dos MdM, comuns e recorrentes no meio urbano. A utilização de uma metodologia que pressupõe o uso de informações disponíveis e sua análise estatística, pode contribuir para que essa questão seja minimizada.

PALAVRAS-CHAVE: Risco Geológico, Geologia Urbana, Estatística.

DATA CROSSING AS A GEOLOGICAL RISK PROSPECTION TOOL IN URBAN AREAS

ABSTRACT: One of the most important questions regarding the performance of geologists is the use of scientific knowledge in the management of risks associated with mass movements (MdM) that constantly affect Brazilian cities. There are difficulties to be overcome and one of the biggest is the gathering of data about the set of accidents that will guide the risk analysis. Another issue is that there are few professionals involved in this type of work, since there are few municipalities that have geologists in their staff. This does not create many opportunities for inspection and study of common and recurrent MDGs in the urban environment. The use of a methodology that assumes the use of available information and its statistical analysis can help to minimize this question.

KEYWORDS: Geological Risk, Urban Geology, Statistic

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho de inventariar Movimentos de Massa (MdM), sejam escorregamentos,

deslizamentos ou quedas de blocos, e de os registrarem em uma base de dados que possa ser consultada (criação de inventários) é determinante para a definição de boas políticas de atuação na área de planejamento urbano. O número de inventários de MdM realizados em território brasileiro vem aumentando nos últimos anos, mas ainda de forma muito lenta e assistemática. Isso é resultado dos esforços de geólogos envolvidos no Programa de Redução dos Desastres Naturais do Ministério das Cidades. O volume de dados disponível, entretanto, é ainda pequeno e de acesso difícil. O cruzamento de dados relacionados aos MdM ainda não é usual, principalmente quando de sua utilização como prospector de áreas de risco. Este trabalho, resulta do cruzamento de informações obtidas a partir dos laudos de órgãos oficiais, com a geologia conhecida das áreas afetadas pelos MdM, na tentativa de se estabelecer um padrão que possa sinalizar a potencialização de riscos em áreas ainda não afetadas, ou mesmo àquelas resilientes a este tipo de evento.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A base utilizada na análise foi o Inventário Local de Escorregamentos Significativos da cidade do Rio de Janeiro, montado como parte da instrumentação que permite a ele funcionar como indicador das condicionantes geológicas dos escorregamentos na Cidade do Rio de Janeiro (AMARAL, 1997). Serve ainda como base para avaliações de confiabilidade de mapas de risco produzidos ou a serem produzidos. Um inventário de MdM é um acervo histórico com informações técnicas sobre a extensão e conseqüências sócio-econômicas de acidentes nas encostas. Ao revelar a sua distribuição, um inventário permite analisar os fatores deflagradores que contribuem para a sua ocorrência além de permitir a realização de análises estatísticas que indicam o acerto das soluções implantadas para sua redução. Mostram ainda qual a escala de mapeamento de risco é correta para representar o perigo para pessoas e casas de uma comunidade ou bairro. O Inventário Local de Escorregamentos Significativos do Rio de Janeiro seguiu em sua montagem, as diretrizes preconizadas pelo Grupo de Trabalho do Inventario Mundial de Escorregamentos (WP/WLI, 1991); ele está baseado em duas estruturas fundamentais: o Banco de Dados Digital e o Boletim de Registro do Escorregamento (MdM). O Banco de Dados serve para o arquivamento e processamento dos dados dos boletins, que informam a localização, a data da ocorrência, o tipo de escorregamento, o tipo de material deslizado, o volume do escorregamento e os prejuízos causados, além de informações sobre as medidas de correção propostas para reduzir o risco de novos acidentes. O Inventário de Escorregamentos aqui reportado é, portanto, uma forma de controle do número e qualidade das ocorrências deste tipo acontecidas na Cidade do Rio de Janeiro.

O controle deste banco de dados cabe a Fundação GeoRio, órgão da Secretaria Municipal de Obras do Município do Rio de Janeiro e vem servindo para a realização de uma avaliação preliminar quantitativa das áreas mais propensas a riscos nos limites da Cidade. Infelizmente, a atualização permanente deste banco de dados não vem sendo realizada com constância. A estrutura básica do Inventário consiste em a ele incorporar os dados levantados no campo e relatados nos Laudos de Vistoria feitos pelos técnicos ligados a órgãos públicos da estrutura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente à Fundação GeoRio.

A metodologia empregada na construção do Inventário foi definida com base nos seguintes aspectos: 1) a sistemática proposta é adequada a um projeto de inventário com grande número de ocorrências; 2) a estrutura proposta é possível de ser integrada à proposta de Inventário Mundial patrocinada pela ONU. O laudo prevê a determinação de uma série de importantes informações. Entretanto, há limitações, principalmente pela não homogeneização da informação quanto a descrição física dos acidentes. Outra limitação é o fato de estar prevista a colocação não da data de ocorrência do evento e sim a data de atendimento à solicitação. Isso implica em problemas quanto ao tratamento estatístico relacionado, por exemplo, a quantidade de chuva na data da ocorrência. A partir dos laudos oficiais de vistoria, observa-se que são reportadas ocorrências dos mais variados tipos de acidentes. Para este trabalho foram selecionados os acidentes que são considerados significativos com base nos seguintes critérios: ocorrência de vítimas fatais; volume igual ou superior a 20m³ de material movimentado; e escorregamentos que venham a obstruir vias públicas. Os tipos de acidentes relatados foram subdivididos em: 1) Queda: separação de uma massa ao longo de uma superfície sob efeito da gravidade; 2) Deslizamento: movimento de massa ao longo de uma superfície de ruptura bem definida; e 3) Corrida: ampla gama de movimentos semelhantes a um fluxo viscoso, com velocidade e teor de umidade variável. Quanto ao tipo de material deslizado, eles foram subdivididos em: a) rocha: material geológico não desagregável quando imerso em água; b) solo residual: material derivado da alteração da rocha e detentor de alguma das características primárias; c) tálus/colúvio: depósito de vertente transportado e sem estrutura; d) lixo: material derivado da atividade antrópica, misto de matéria orgânica e produtos artificiais; e e) massa de detritos: combinação de materiais de diferentes granulometrias e gênese variada. Na Cidade do Rio de Janeiro, os principais tipos de MdM podem ser subdivididos em:

> Queda de Lascas ou Blocos (de Rocha ou Solo Residual): envolvem a separação de massa rochosa sã a pouco alterada ou placa de solo residual, ao longo de uma superfície, por efeito da gravidade;

> Deslizamentos de Solo Residual, Depósitos de Tálus/Colúvio, Lixo: envolvem o movimento de massa terrosa ou detrítica ao longo de uma superfície de ruptura

ou interior de zonas sujeitas a acentuada tensão de cisalhamento. Predominam movimentos rasos e com superfície de ruptura paralela à superfície da rocha, mas também aqueles mais profundos, com superfície de ruptura circular;

> Corridas de Solo residual, Tálus/Colúvio e Lixo: são movimentos similares a um fluxo viscoso, contínuos espacialmente e que ocorrem ao longo de drenagens naturais ou como consequência de escavações hidráulicas (erosão intensa) na crista de taludes escavados;

> Deslizamentos de Solo Residual, Talús ou Colúvio seguidos de Corridas de Massa de Detritos: são aqueles onde a parte superior desliza translacional ou rotacionalmente e a parte inferior flui como um líquido viscoso, englobando materiais diferentes (rocha, terra e detritos); esta categoria incorpora aqueles definidos como *Soil Slips/Debris Flows*, conhecidos popularmente na literatura como *debris flows*;

> Corridas de Solo Residual ou Tálus/Colúvio seguidas de Deslizamentos ou Quedas de Rocha: são os associados a escavação hidráulica em perfis de intemperismo expostos à erosão acelerada ou depósitos de encostas, os quais levam a desestabilização de massas rochosas; engloba os movimentos em que a erosão da matriz fina é seguida de queda de blocos rochosos. Note-se que o primeiro movimento, que leva ao desequilíbrio dos blocos rochosos, pode ser também um movimento complexo.

Na pesquisa, optou-se pela utilização do ano de 2010 para a execução do experimento, tendo em vista ser o ano que apresenta o volume mais completo de dados possíveis de serem acessados, bem como representam o mais recente ano em que a cidade do Rio de Janeiro passou por eventos catastróficos associados ao binômio clima/movimentos de massa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município do Rio de Janeiro é dividido em cinco Áreas de Planejamento (AP), sete Subprefeituras e trinta e três Regiões Administrativas (RA). A base da GEORIO aponta para a existência de 1808 laudos de vistorias técnicas realizadas no ano de 2010. Utilizando-se os critérios definidos acima, deste total, 304 (17%) foram selecionados como significativos e destes, há registro de três escorregamentos que implicaram na morte de oito pessoas. Os eventos aconteceram em áreas de concentração bem definidas. Utilizando-se da linha de corte médio de 15 acidentes, há uma concentração significativa dos mesmos em 9 das 35 regiões administrativas da cidade. A distribuição aponta para uma forte concentração das ocorrências nos limites do Maciço da Tijuca, tendo como exceção Ilha do Governador. Com relação ao Maciço da Tijuca, na área correspondente à Serra da Carioca, há uma forte

concentração de ocorrências com um total de 210 MdMs considerados significativos, cerca de 68% do total deste tipo de escorregamento no ano para a cidade (Figura 1). Portanto, deve ser admitido que as áreas localizadas nos limites do Maciço da Tijuca são as que apontam para os maiores riscos de escorregamentos na Cidade.

Chama a atenção, o grande número de registros na área da RA XX (Ilha do Governador) com um total de 31 ocorrências significativas (13% dos MdM significativos ocorridos na cidade). A distribuição mensal dos escorregamentos significativos indica uma forte concentração das ocorrências no mês de abril, e, em menor escala, em janeiro, meses que concentram 72% das ocorrências significativas. Maio e março concentram 14% das ocorrências. Logo, 86% dos MdM significativos aconteceram nos primeiros cinco meses do ano.

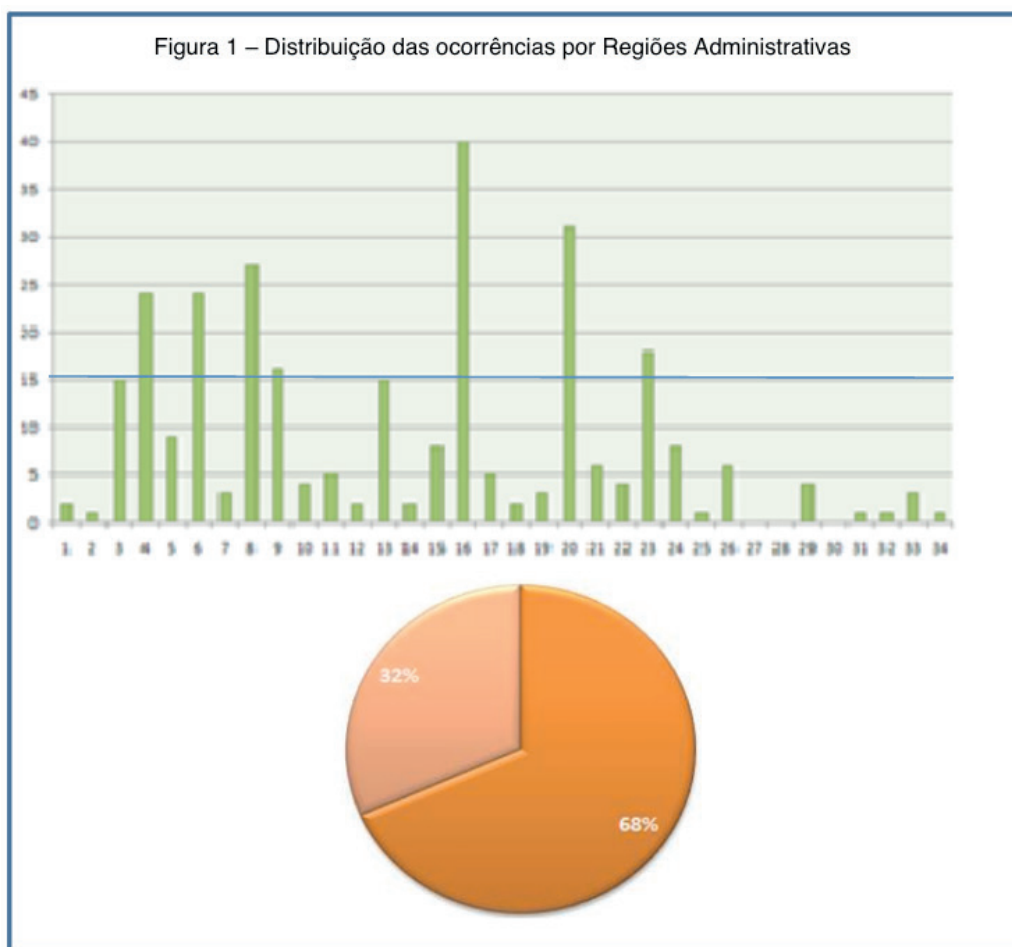


Figura 1 – Distribuição das ocorrências por Regiões Administrativas

Quanto à distribuição dos escorregamentos significativos em função de seus tipos (Figura 2a), observa-se que 49% do total correspondem àqueles enquadrados como Escorregamento de Solos. Os relatados como Ruptura de Talude de Corte correspondem a 17% do total. Logo, estas duas categorias juntas responderam por 66% do total dos escorregamentos significativos relatados. Este dado indica que a maior parte dos problemas geotécnicos da Cidade do Rio de Janeiro associam-se a ocupação não controlada e não ordenada das encostas. Portanto, 2/3 do total dos

escorregamentos em 2010 são relacionados a movimentos de massa superficiais em associação a cortes de taludes realizados, em sua maior parte, para obras de construção civil. Entretanto, há ainda o registro de que 16% dos escorregamentos, associam-se à Ruptura de Obras de Contenção. Este é um dado alarmante pois aponta para obras mal realizadas do ponto de vista de suas soluções de engenharia ou para baixa qualidade de suas execuções. Nos dois casos, o contribuinte é duplamente penalizado: não adquire segurança em função da obra de contenção realizada e paga mais de uma vez pela realização de uma obra de baixa qualidade técnica. Examinou-se a ocorrência de acidentes reincidentes, assim considerados quando detectado, através do Laudo de Vistoria, a pré-existência de obras no local onde ocorreu o acidente e eles corresponderam a 16% do total dos escorregamentos significativos (Figura 2b). Queda de blocos ou lascas correspondeu a 8% do total dos acidentes.

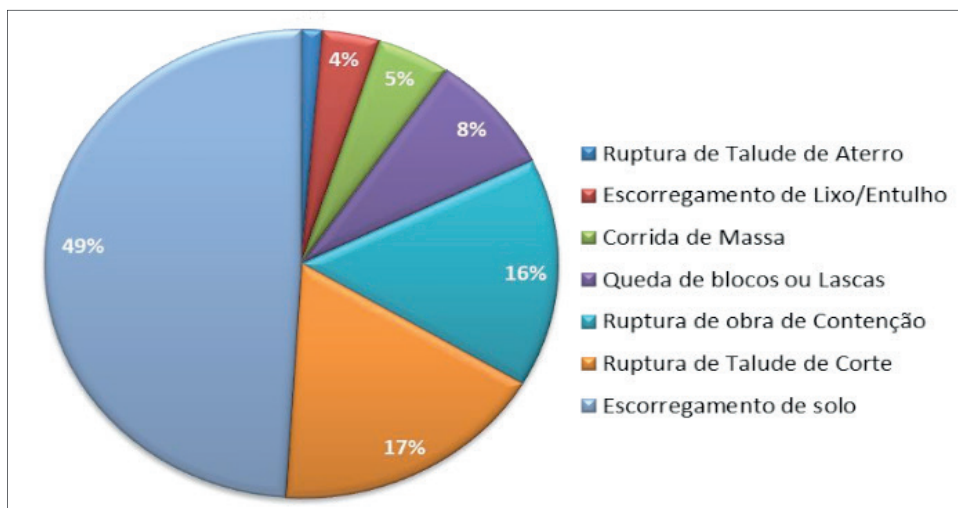


Figura 2a: distribuição de MdM em função de seus tipos

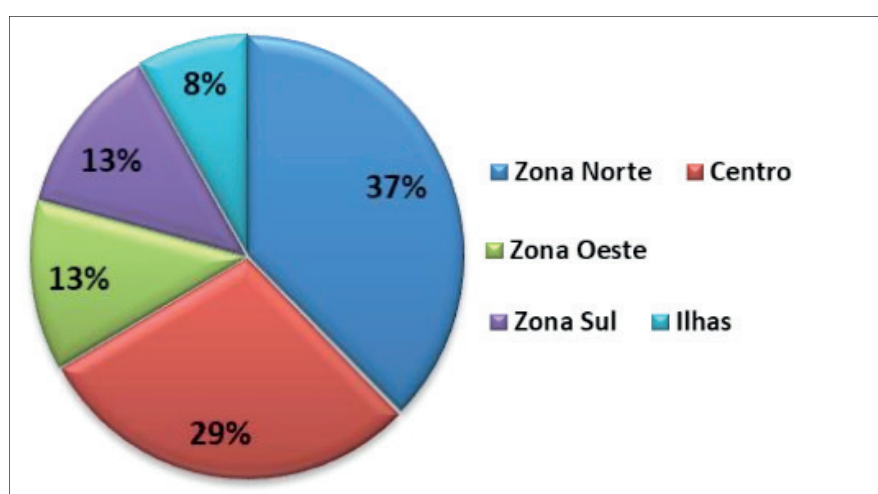


Figura 2b: distribuição de MdM por áreas da cidade

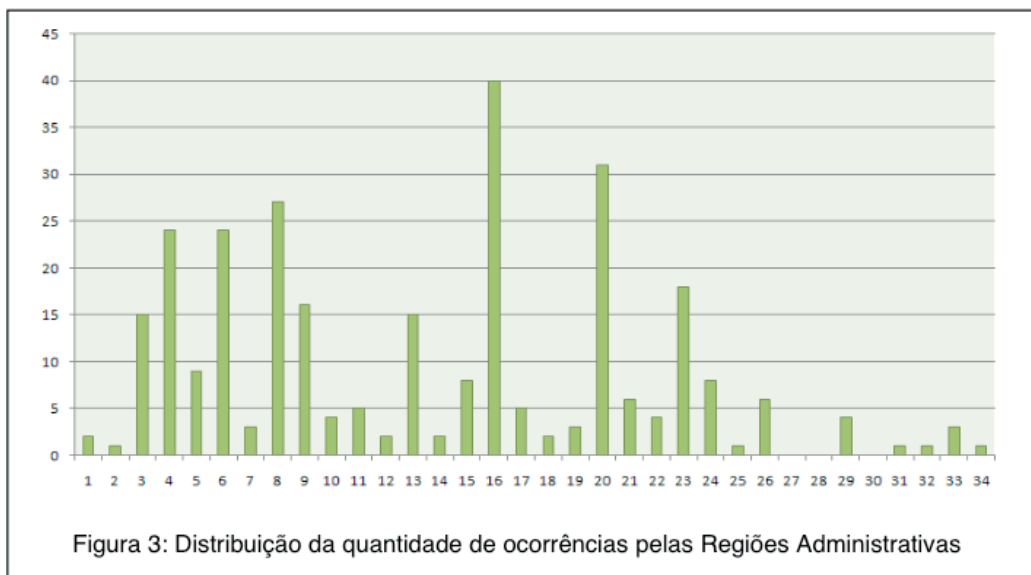
Avaliando a distribuição dos acidentes pela cidade, nota-se uma forte

concentração das ocorrências na Zona Norte da Cidade e, de forma menos marcante, na Zona Oeste. Certamente isto se relaciona a uma condicionante geológica, por conta da presença, em maior volume, de material granítico no topo das elevações nos limites do Maciço da Tijuca. Essa é um feição característica desta área da cidade e associada à presença do denominado Granito Favela cuja ocorrência se dá sob forma de blocos retangulares a quadráticos estabilizados no topo dos morros. É certa, e caracterizado há muito tempo, a existência de uma correlação dos acidentes com o regime de chuvas. Além disso, as áreas nos limites do Maciço da Tijuca são aquelas com maior concentração de MdM. A este fato junta-se a forte e desordenada ocupação urbana dessa região, onde as áreas de vales e topos dos morros são tomadas por uma grande quantidade de comunidades de baixa renda e onde construções não controladas em sua concepção surgiram (e surgem) descontroladamente. Essa questão só faz maximizar a possibilidade de novos acidentes.

Mas, qual é o papel dos fatores geológicos neste sistema? Há a interferência das condicionantes geológicas na detonação dos movimentos ou ainda como fator de propagação e ampliação destes escorregamentos? Vários são os trabalhos vem apontando nesta direção: PORTO JR & DUARTE (1999), PORTO JR ET al (2005) e PORTO JR ET al (1999).

A geologia do Maciço da Tijuca é caracterizada pela presença de variados tipos litológicos, com predomínio daqueles gnaissificados. O conjunto é formado por rochas de origem ortoderivada de composições variando de quartzo-diorítica a graníticas e por rochas metamórficas de origem sedimentar com predominância de biotita gnaiss, além de kinzigitos (biotita- granada gnaiss); biotita-granada-cordierita gnaiss e leptinito (plagioclásio–quartzo gnaiss).

Utilizando-se a divisão da cidade em zonas (Figura 3), temos que a Zona Sul registrou 58 MdM, a Zona Norte: 96, Zona da Leopoldina: 11, a Zona Oeste: 65, o Centro: 37 e a Ilha do Governador: 37 MdM. A *Zona da Leopoldina*, que sofre forte influência das rochas da Serra da Misericórdia (Granitos e rochas Ortoderivadas gnaissificadas) não teve acidentes de relevância no período. Logo, neste caso a tipologia das rochas e/ou sua estruturação não influíram como detonadoras ou propagadoras dos acidentes.

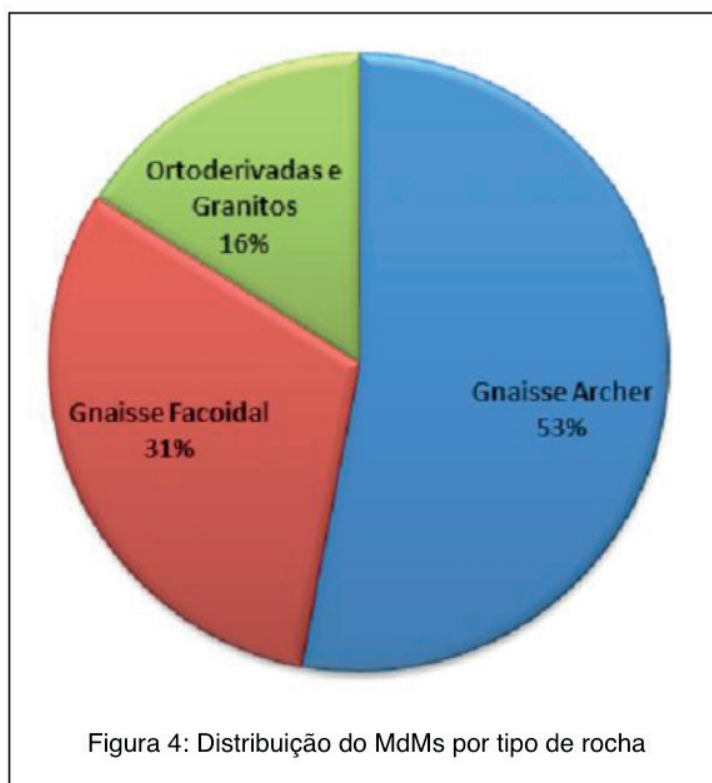


No caso a geologia da *Ilha do Governador* (12% dos MdMs significativos) é caracterizada pela ocorrência de rochas ortoderivadas (quartzo dioritos a granitos). São biotita-plagioclásio gnaisses, fortemente estruturados e bandados em uma região pobre em afloramentos rochosos preservados e com grandes áreas ocupadas por solo residual como apontam os dados. Logo, espera-se que a maior parte dos acidentes aqui se relacionem a escorregamentos superficiais de solos. Nesta área da cidade, do total de MdM relatados, 18 ocorreram entre os dias 2 e 5 de janeiro e 6 e 7 de abril, períodos coincidentes com os maiores índices de chuvas registradas na cidade.

A *Zona Central* da Cidade está sob forte influência das rochas do Maciço da Tijuca. Bairros como Catumbi, Rio Comprido e Santa Teresa, estão localizados nas bordas do Maciço, representando boa parte de seu flanco norte. Esta área concentrou 12% dos MdM significativos. As rochas que predominam nesta área são os tipos gnáissicos paraderivados com predomínio de biotita ganisse kinsigítico, que é uma rocha fortemente estruturada, bandada, foliada, com intercalações de leitos quartzíticos. A combinação, ou mesmo uma destas condições, acaba por favorecer a detonação ou a propagação de escorregamentos. Essa litologia favorece a ocorrência de solos residuais estruturados e, eventualmente, de grande espessura.

Na *Zona Sul* da Cidade (19% dos MdM significativos) tem sua geologia caracterizada pela presença de um litotipo denominado Leptinito (microclina-quartzo-plagioclásio gnaisse) bandado/foliado que transiciona para tipos mais grossos com textura facoidal. A região dos bairros do Flamengo, Laranjeiras, Botafogo, J. Botânico (encosta do Corcovado) é dominada por este conjunto rochoso. Já a área associada a Lagoa, Copacabana, Leblon/Ipanema tem-se a presença de microclima (plagioclásio) ganisse, bandado, rosado, com estruturas e texturas variadas, predominando os tipos facoidais de composição granítica.

A *Zona Oeste* da Cidade, que concentrou 21% dos MdMs significativos (65 acidentes) apresenta um conjunto variado de rochas onde há intercalação de microclina-plagioclásio gnaiss e gnaiss kinsigítico. São rochas estruturadas e deformadas com variadas texturas. Outro fator de diferença é a presença de um volume maior de rochas graníticas, não deformadas, e de diques basálticos/traquíticos posicionados ao longo de planos de fraturas regionais. A *Zona Norte* da Cidade concentrou 32% dos MdMs significativos (96 acidentes) e apresenta características similares àquelas descritas para a *Zona Oeste* da Cidade já que seus bairros estão sob influência direta dos limites do flanco norte do Maciço da Tijuca.



Com base nas características apresentadas e das correlações possíveis, pode ser dito que houve uma predominância de ocorrências de escorregamentos significativos associadas aos litotipos gnáissicos do tipo microclina-plagioclásio gnaiss (Gnaiss Archer). Juntas, as áreas de predomínio deste conjunto de rochas representam 53% das ocorrências. As áreas com predomínio dos tipos gnáissicos facoidais, correspondem a de 31% das ocorrências significativas, e aquelas com predomínio de tipos graníticos, 16% das ocorrências significativas (Figura 4).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve análise realizada, confirma que persiste o caráter predominantemente induzido dos escorregamentos urbanos no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, conforme AMARAL (1996), PORTO JR. al 1998).

O que parece estar mudando é que os movimentos de massa com volumes

menores que 10m³, que sempre se mostraram com danos historicamente confinados ao local de detonação, e as corridas ao longo de drenagens, estão tendo suas consequências ampliadas, em função do aumento da vulnerabilidade das áreas afetadas. Isso pode ser explicado pelo crescimento vertical das construções, pelo aumento do número de pessoas morando em cada casa, e como função do acréscimo do número de casas construídas ao longo das drenagens naturais.

Outro aspecto relevante é o aparente aumento da participação dos acidentes associados a quedas de muros. Tal tendência parece confirmar a previsão dos responsáveis pelo Inventário Local de Escorregamentos, de que, mais do que os cortes (com geometria e material geológico problemático) e aterros (não compactados) inadequados, um dos maiores perigos nas encostas cariocas nos dias atuais, está relacionado à impermeabilização dos terrenos e à ruptura das tubulações de água e esgoto, que ampliam a concentração d'água sobre pontos do terreno originalmente tidos como de menor risco ou mesmo absolutamente estáveis, como o são os muros de contenção, incluindo no conjunto, os de construção particular. Exemplo deste fato foi o acidente ocorrido entre as galerias do Túnel Rebouças no ano de 2008.

Uma questão que precisa ser acompanhada de forma mais precisa é o regime de chuvas associado à Cidade do Rio de Janeiro. A concentração de acidentes em meses distintos daqueles apontados pelo ciclo histórico (janeiro/fevereiro) mostra que é preciso avaliar se isso irá se mostrar como uma questão ocasional, associada a alguma interferência climática global (atuação de eventos tipo El Niño ou La Niña, por exemplo) ou se remete a uma mudança de caráter mais permanente.

É certo que ao revelar as características dos escorregamentos urbanos, o Inventário de Escorregamentos aponta para a relevância dos fatores antrópicos como indutores ativos do processo de deflagração dos escorregamentos. Pode ser dito sem risco de erro, que hoje os escorregamentos ligados a ação antrópica superam largamente aqueles relacionados a causas naturais no processo de deflagração dos escorregamentos na Cidade do Rio de Janeiro. Em função disto, qualquer política de mapeamento de risco na cidade exigirá uma escala muito detalhada de abordagem, já que muitas vezes um escorregamento de pequeno volume, ou mesmo a queda de um muro comum, podem levar a consequências significativas. Por este motivo, torna-se fundamental dar seqüência ao trabalho de inventário dos acidentes mantendo-o atualizado de forma permanente.

Por fim, a análise estatística permite um maior detalhamento de uma série de condições e condicionantes, bem como permite que a definição das áreas mais propensas a escorregamentos fique claramente delineada. A geologia, como um fator objetivo na construção do espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro, tem de ser levada em conta nas avaliações realizadas, seja como elemento descritivo nos laudos de vistoria, seja como elemento determinante na definição do tipo de obra de

engenharia a ser realizada.

A primeira tentativa, aqui realizada, de correlação da distribuição dos escorregamentos com relação às características geológicas da cidade, já aponta para correlações positivas que precisam, entretanto, ser mais detalhadas. Com o conhecimento atual da geologia da cidade seria possível a construção de um prospecto de risco em que três fatores geológicos básicos deveriam ser considerados: 1) o tipo litológico; 2) a estruturação das rochas; e 3) o grau de alteração do material. A junção a estes fatores de dados relativos ao regime de chuvas e inclinação das encostas, permitiria uma definição bastante objetiva das áreas de maior potencial de risco.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. **Escorregamentos no Rio de Janeiro: inventário, condicionantes geológicas e redução do risco**. Tese de doutorado, PUC. 1997.

AMARAL, C. **Inventário de escorregamentos significativos do Rio de Janeiro; o ano de 2006**. 12º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental. CD

PORTO JR., R.; DUARTE, B. P. **Controle Geológico-Estrutural: Fator Determinante nos Movimentos de Massa na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil..** In: Intern. Symp. Tec, 1999. Annals of Intern. Symp. Tec, 1999. v. 1. p. 3-14-3-18.

PORTO JR., R.; AMARAL, C. P. ; ANTUNES, F. . **Controle Geológico-Estrutural: Fator Determinante nos Escorregamentos na Cidade do Rio de Janeiro**. In: Simpósio Nacional de Estudos Tectônicos, 2005, Curitiba. Anais do Simpósio Nacional de Estudos Tectônicos, 2005. v. 1. p. 316-319.

PORTO JR., R.; CORREA, R. P. ; GARIN, Y. . **Agentes Geológicos Condicionantes Do Escorregamento Na Região do Pau da Fome, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ..** In: XL Cong. Brs. Geol., 1998, Belo Horizonte. Bol. Res. XL Cong. Brs. Geol., 1998. v. 1. p. 254-254.

AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHAREL EM GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Angel Nascimento Santos

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
São Gabriel – Rio Grande do Sul

Ricardo Ribeiro Alves

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
São Gabriel – Rio Grande do Sul

Djulia Regina Ziemann

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Santa Maria – Rio Grande do Sul

Jéssica Alves da Motta

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
São Gabriel – Rio Grande do Sul

Júlia Gama de Simão

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
São Gabriel – Rio Grande do Sul

RESUMO: A demanda por profissionais na área ambiental tem crescido nas últimas décadas a fim de gerenciar atividades que possam causar danos ao meio ambiente. Por se tratar de um âmbito interdisciplinar foram avaliadas as características dos cursos de Gestão Ambiental, no Brasil, para que fossem moldados perfis dos gestores ambientais de cada curso. Os dados para a avaliação foram obtidos através da Plataforma E-MEC do Ministério da Educação (BRASIL, 2018) onde, apenas, cursos com formação em bacharelado foram avaliados, sendo 21 cursos pelo país, cujas disciplinas, obtidas pelas

matrizes curriculares disponibilizadas, foram divididas em: administrativas, ambientais, básicas, biológicas, legislação e sociais. Após a quantificação dos dados, observou-se que disciplinas consideradas “básicas” viram de 24% a 44% nos cursos, seguida por disciplinas “ambientais” e “administrativas”, que variam de 15% a 35% e 4% a 26%, respectivamente. Após a avaliação, demonstrou-se que uma grande parte dos cursos de Gestão Ambiental estão voltados para a questão empresarial, seguido pela predominância ambiental. Foi comprovado que há variação no perfil do profissional bacharel em Gestão Ambiental a ser inserido no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gestor Ambiental. Meio Ambiente. Matriz Curricular.

ASSESSMENT OF BACHAREL COURSES IN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN BRAZIL

ABSTRACT: Demand for environmental professionals has grown in recent decades to manage activities that may cause damage to the environment. Because it is an interdisciplinary scope, the characteristics of the Environmental Management courses in Brazil were evaluated, so that profiles of the environmental managers of each course were molded. The data for the evaluation were obtained through the E-MEC Platform of the Ministry of Education (BRASIL,

2018) where only bachelor degree courses were evaluated, being 21 courses across the country, whose subjects, obtained by the available curriculum matrices, were divided into: administrative, environmental, basic, biological, legislation and social. After quantifying the data, it was observed that subjects considered “basic” saw from 24% to 44% in the courses, followed by “environmental” and “administrative” subjects, ranging from 15% to 35% and 4% to 26%. respectively. After the evaluation, it was shown that a large part of the Environmental Management courses are business oriented, followed by environmental predominance. It has been proven that there is variation in the profile of the bachelor in Environmental Management to be inserted in the job market.

KEYWORDS: Environmental Manager. Environment. Curriculum.

1 | INTRODUÇÃO

Devido a preocupação crescente para com o meio ambiente é notória a demanda por cursos que apresentem um perfil ambiental. As diferentes modalidades de cursos voltados à área de Gestão Ambiental no Brasil, possuem variações entre as características adotadas pelas disciplinas ao longo do curso, formando assim profissionais com o mesmo título porém com diferentes perfis. Segundo Barbieri (2011) a produção de bens não gera grandes impactos ambientais quando realizado em pequena escala, mas a produção de bens em larga escala com a concepção de que a natureza serve apenas para suprir as necessidades humanas é o causador de maiores impactos ambientais negativos.

Por ser uma área recente, ainda não está estabelecida uma definição padrão, sendo considerado por alguns autores, como área proveniente da administração, pois grande parte do seu estudo é voltado para a área empresarial.

Outra vertente defende que os cursos da área ambiental são mais complexos para considerar apenas o âmbito empresarial, pois devem ser considerados também os aspectos naturais e sociais visando a conservação e não apenas a exploração.

Segundo Morgado (2012), os conteúdos básicos importantes na formação do gestor ambiental, são:

- a. Ciências humanas: conhecimentos que problematizam a questão ambiental a partir de sua dimensão social, cultural, histórica, econômica e política.
- b. Ciências naturais: conhecimentos sobre a dinâmica dos sistemas naturais e os impactos das atividades humanas nos mesmos.
- c. Instrumentos de gestão ambiental: conhecimentos que abordam os instrumentos de gestão ambiental aplicados a diferentes dimensões institucionais, territoriais e temáticas.

Em relação à formação em Gestão Ambiental, Philippi Jr. et al., (2014)

destacaram que uma das grandes dificuldades encontradas é a falta de definição clara de suas competências, que ainda não foi regulamentada, conforme está previsto na Constituição Federal.

A proposta de Almeida Jr. (2007) para o campo de atuação do gestor ambiental talvez seja a mais próxima das habilidades que se espera desse tipo de profissional. Para o autor, a lacuna preenchida pelo gestor ambiental é um campo interdisciplinar localizado entre as ciências humanas e as ciências da natureza.

Considerando os aspectos apresentados, o presente trabalho busca avaliar e discutir a matriz curricular dos cursos de gestão ambiental, quantificando as disciplinas conforme as áreas abordadas.

2 | METODOLOGIA

Para obter os dados iniciais sobre os cursos a serem estudados utilizou-se a plataforma do Sistema E-MEC do Ministério da Educação (BRASIL, 2018). Foi possível obter, assim, uma relação dos cursos de Gestão Ambiental ofertados no Brasil, incluindo os tecnológicos, bacharelados e cursos da área de biologia com enfoque em Gestão Ambiental. Neste trabalho foram considerados apenas os cursos com formação em bacharelado.

Foram consultados os *websites* das universidades e também a grade curricular dos cursos, adicionando aos dados as ementas que estavam disponíveis para a consulta.

Estes dados foram agrupados com base nas ementas disponíveis, as disciplinas foram divididas da seguinte forma:

- a. Administrativas: que foram comparadas usando como parâmetro a grade curricular do curso de administração e ainda as que ressaltam as estratégias de administração para a sustentabilidade ambiental;
- b. Ambientais: seriam as disciplinas que tem ênfase na área ambiental, podendo conter também disciplinas que sejam voltadas para o meio em que a faculdade está inserida;
- c. Básicas: as disciplinas que fornecem conhecimentos voltados para a compreensão do ambiente, elaboração de projetos e os conhecimentos que seriam aplicados nestes, podendo conter áreas específicas da região como por exemplo o estudo de zonas costeiras;
- d. Biológicas: comparadas com a grade curricular do curso de bacharel em biologia, e disciplinas que tiveram suas origens na área de ciências biológicas;
- e. Legislação: disciplinas que são voltadas para a área do direito, e para a

compreensão das leis existentes sobre as áreas ambientais e afins;

- f. Sociais: disciplinas que buscam a melhor compreensão dos aspectos sociais que influenciam o meio ambiente.

Após esta divisão foi realizada a quantificação quanto aos tipos de disciplinas ofertadas para ser possível estabelecer as mais relevantes para as respectivas universidades.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise quantitativa dos dados obtidos pelo E-MEC mostram que existem 21 cursos de Bacharelado em Gestão Ambiental, sendo ofertados pelas seguintes instituições: UNB - Universidade de Brasília, USP - Universidade de São Paulo, UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UFPR - Universidade Federal do Paraná, UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa, UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. Duas Universidades que constam na lista do E-Mec não disponibilizam nos seus respectivos *websites* a oferta dos cursos, estas universidades são: UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia e IF Goiano - Instituto Federal Goiano.

Com base nas matrizes curriculares disponibilizadas pelas universidades foi possível analisar as disciplinas oferecidas e classificá-las, desta forma podemos agrupar as disciplinas com base na sua área, mostrando assim que as disciplinas tem quantidade diferente nas matrizes, mas possui um valor mínimo...

A área administrativa inclui as disciplinas Introdução à Administração, Introdução à Economia, Teoria Geral da Administração (TGA), Gestão Ambiental Empresarial, Certificação e Auditoria Ambiental, Sistemas de Qualidade, Administração Financeira Aplicada à Gestão Ambiental, Logística, Marketing, Contabilidade e Empreendedorismo, Gestão de Pessoas, Princípios da Administração e, por fim, Controle de Produção. Essa área varia entre 4% e 26% das partes dos cursos, o que é possível dizer que alguns possuem caráter administrativo, mas nem todos tem grande enfoque na área.

Para área ambiental é constituída por instrumentos de análise ambiental, como Planejamento Ambiental, Compatibilidade Ambiental, Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente, Educação Ambiental, Recuperação de Áreas Degradadas, Gestão dos Recursos Naturais, Urbanização e Meio Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos, Poluição da Atmosfera, Poluição das Águas, Recursos

Energéticos, Sistemas de Gestão Ambiental, Saúde Ambiental, Análise Ambiental do Turismo, Perícia Ambiental, Recuperação de Áreas Degradadas.

Estes têm participação entre 15% e 35% das cadeiras ofertadas pelos cursos de Gestão Ambiental, com uma faixa maior que a da área da Administração, mostrando a preocupação que se tem em ser um curso que pense não apenas no possível causador do problema, mas também em como evitar os impactos ambientais negativos e remediá-los, caso ocorram.

As disciplinas consideradas como básicas, incluem Cálculo ou Matemática Aplicada, Física, Química, Estatística, Metodologia Científica, Introdução à Gestão Ambiental, Geociências, Geoprocessamento, Hidrologia, Gestão Urbana, Elaboração e Análise de Projetos, Pedologia, Solos entre outros, nos componentes curriculares são os que têm valor mais expressivo pois variam entre 24% e 44%.

Considerando a área da Biologia apresentada no contexto ambiental, refere-se a Geologia, Ecologia, Química e Microbiologia Ambiental, Gestão da Biodiversidade, Zoologia, Botânica, Genética e Questões Socioambientais, Biotecnologia e Bioprospecção, Ecologia da Paisagem. A porcentagem desta área varia entre 19% e 5 %.

As disciplinas que tratam de legislação e a parte social são as que possuem uma menor parcela nos cursos visto que variam entre 3% e 10% e 0% e 18% respectivamente.

Pode-se ver nos quadros 1, 2 e 3, que as universidades possuem maior enfoque nas disciplinas básicas e variando entre o segmento da área ambiental, e a área administrativa. mostrando que em alguns cursos a metodologia é mais voltada para a questão empresarial e em outros a área ambiental é predominante.

Área do conhecimento	UNB	USP - Piracicaba	USP - São Paulo	UERN
Administração	18%	19%	10%	13%
Ambiental	15%	16%	31%	33%
Básica	32%	33%	40%	33%
Biologia	15%	19%	13%	5%
Legislação	3%	5%	4%	8%
Social	18%	9%	2%	8%
Total	100%	100%	100%	100%

Quadro 1 - Avaliação dos cursos de gestão ambiental das universidades UNB, USP, UERN.

Fonte: Autores, 2018.

Área do conhecimento	UEMS	UFPEL	UFPR	UFRRJ
Administração	17%	10%	4%	16%
Ambiental	26%	30%	33%	29%
Básica	31%	25%	25%	24%
Biologia	19%	10%	8%	16%
Legislação	7%	13%	8%	11%
Social	0%	13%	21%	5%
Total	100%	100%	100%	100%

Quadro 2 - Avaliação dos cursos de gestão ambiental das universidades UEMS, UFPEL, UFPR, UFRRJ.

Fonte: Autores, 2018.

Área do conhecimento	UNIPAMPA	UFOPA	UERGS	UFGD
Administração	20%	5%	7%	26%
Ambiental	20%	26%	27%	35%
Básica	32%	44%	34%	26%
Biologia	15%	16%	17%	7%
Legislação	10%	5%	5%	7%
Social	5%	4%	10%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Quadro 3 - Avaliação dos cursos de gestão ambiental das universidades UNIPAMPA, UFOPA, UERGS, UFGD.

Fonte: Autores, 2018.

Na maior parte das universidades pesquisadas, o percentual de disciplinas consideradas "básicas" e "ambientais", somadas, constitui a maioria, à exceção da UnB, USP Piracicaba, UNIPAMPA e UFGD. Nessas universidades o percentual das outras áreas do conhecimento também tem importante representatividade, com valores iguais ou maiores que as duas áreas citadas anteriormente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos mostram que as universidades possuem um maior número de disciplinas caracterizada como básicas, seguidas por disciplinas ambientais e das áreas administrativas. Revelando, assim, que os cursos assemelham-se quanto aos tipos de disciplinas ofertadas, porém, conta-se com baixas porcentagens na área social e de legislação.

O que ocasiona uma grande variação no perfil do profissional que está sendo inserido no mercado de trabalho, mostrando que uma estrutura de base única poderia englobar os temas abordados nos cursos de bacharel em gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR., A. R. Gestor ambiental: profissional ou intelectual? **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, SP, v. 7, n. 3, p. 45-54, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 376p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema E-Mec. Disponível em : <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 11 mar. 2018.

MORGADO, R. P. **A formação de bacharéis em Gestão Ambiental: complexidade e os desafios socioambientais contemporâneos**. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em ciência ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

PHILIPPI JR., A.; ANDREOLI, C. V.; BRUNA, G. C.; FERNANDES, V. Histórico e evolução do sistema de gestão ambiental no Brasil. In: PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Editores). **Curso de Gestão Ambiental**, 2. ed., Barueri, SP: Manole, 2014. p. 19-50 (Coleção Ambiental, v. 13)

AS TENDÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ANOS 2000: A PARTICULARIDADE DA UPE

Fernanda Eduarda Silva Rodrigues da Costa

RESUMO: Este estudo é composto por resultados obtidos a partir do desenvolvimento da pesquisa intitulada: *as particularidades da expansão da UPE nos anos 2000 e sua expressão político-pedagógica*. Condensa, portanto, reflexões de caráter teórico-metodológico acerca da temática supramencionada.

PALAVRAS-CHAVES EDUCAÇÃO SUPERIOR, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, DEMOCRATIZAÇÃO.

ABSTRACT: This paper presents the partial results of successive approximations of Genesis of the historical context of higher education in Brazil, the work consists of results from the research entitled development: the particularities of the expansion of UPE in 2000 and its political-pedagogical expression. Condenses therefore theoretical and methodological character of reflections on the above theme.

KEYWORDS: COLLEGE EDUCATION, STUDENT ASSISTANCE, DEMOCRATIZATION

1 | INTRODUÇÃO

O processo de construção do conhecimento constitui a reprodução, no plano

do pensamento, do movimento concreto do objeto, síntese de múltiplas determinações, unidade de complexos (MARX, 2011). Conhecer o objeto significa, portanto, desvendar os processos históricos que o consubstancia (e não apenas a sua forma presente) e apreender suas várias determinações e as mediações que articulam os complexos que o compõe, identificando suas particularidades.

A pesquisa que vem sendo realizada desenvolve-se com objetivo de identificar tendências existentes no âmbito educacional superior relacionadas à expansão da assistência estudantil nos anos 2000, em particular na Universidade de Pernambuco. A partir de estudos viemos buscando dados que contribuam com o resgate da história da Assistência Estudantil na UPE, buscando apreender as tendências da Política de Assistência Estudantil instituída no contexto histórico do Brasil, onde esta conjuntura é marcada pela reatualização do ideário neoliberal (social-liberalismo) para responder a crise estrutural do capital que implica na reestruturação produtiva do capital (acumulação flexível) e em redefinições na intervenção dos Estados nacionais, sobretudo no que concerne a questão social (e, portanto,

as questões educacionais).

As aproximações teórico-metodológicas à assistência estudantil foram construídas a partir da participação nos espaços de socialização de conhecimento, no acompanhamento ao planejamento e operacionalização da Política na particularidade da UPE, na intervenção nas mobilizações estudantis acerca da temática.

2 | A ESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A assistência estudantil é composta por um conjunto de ações no âmbito educacional, com o intuito de contribuir para a melhor permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Para que possamos obter um melhor entendimento sobre essa temática se faz necessário passar por um resgate histórico do processo de consolidação dessas ações no ensino superior brasileiro.

No Brasil, por intermédio do estado às ações referentes à assistência aos estudantes se constituíram através de instrumentos de maneira emergencial, com a estratégia de responder as manifestações existentes nesse período. Essas ações são desenvolvidas desde a década de 1930, o que requer mudança, promovendo-se o “movimento da contrarreforma universitária” no século XX, sendo assim, que ocasionou maiores repercussões no ensino superior público, principalmente diante das exigências de modernização do país, que necessitava de escolarização da classe trabalhadora.

Acreditamos que nos anos 2000 o surgimento de contradições no âmbito da política, fez com que acontecesse uma “nova fase da contrarreforma universitária”. Neste período, por exemplo, tivemos a incorporação da assistência aos estudantes num anteprojeto de lei de reforma universitária em sessão específica para tratar “Das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil” (BRASIL, 2006). Além do mais, a assistência estudantil foi elevada a condição de política de estado. A criação da política nas IFES significou a sua maior aproximação às diretrizes neoliberais que vem orientando as propostas no governo federal.

O projeto educacional dominante, orientado pelos pressupostos social-liberais de “humanização” do capitalismo, vem se materializando nos governos ditos “progressistas” na América Latina, como é o caso do Brasil. Este projeto está respaldado no chamado processo de “democratização” da educação superior que se constitui em importante mecanismo de disseminação da “nova pedagogia da hegemonia” burguesa (NEVES, 2005).

Na particularidade da UPE, inexistiu até o ano de 2015, uma Política efetiva de Assistência Estudantil. Historicamente, a Universidade contou com o desenvolvimento de ações pontuais de concessão de bolsas e auxílios aos estudantes, operacionalizados no âmbito do Núcleo de apoio aos Estudantes.

O amadurecimento da assistência estudantil ganhou sua maior forma no período que correspondeu à ditadura militar (1964-1985), houve um fortalecimento do “movimento da reforma universitária” formado pelos intelectuais, comunidade acadêmica e pelos estudantes, nesse período ocorreram os primeiros encontros dos Gestores das IFES e posteriormente se deu origem ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, FONAPRACE.

O Fonaprace foi criado naquele momento de redemocratização brasileiro da década de 1980, com o objetivo de “contribuir para estruturação de uma Política de Assistência Estudantil a nível federal” (FONAPRACE, 2012). A necessidade de criação de órgãos de assistência à comunidade acadêmica nas IFES já tinha sido posta desde o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária em 1985, porém a deliberação da criação de um Fórum Nacional se deu no II Encontro Nacional em Belo Horizonte em 1987:

[...] os Pró-reitores decidiram criar um Fórum Nacional, com o objetivo de estabelecer políticas de ações, visando à orientação e fortalecimento das Pró-Reitorias, de articular as ações comuns das IFES da área e de ser o veículo de contato com os órgãos governamentais [...] (FONAPRACE, 1993, p. 43).

Nossa hipótese acerca do fenômeno da expansão da assistência estudantil nas universidades públicas federais, nos anos 2000, é a de que na “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA, 2005) sob a gestão do ex-governo Lula, desempenha papel funcional ao projeto educacional dominante, estando direcionada à construção da “universidade operacional” (CHAUÍ, 1999).

A posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária e introduz termos como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (CHAUÍ, 1999).

No atual contexto, a assistência estudantil desempenha um papel importante a fim de alcançar as metas produtivistas, expandindo a universidade com um maior número de auxílio para os estudantes através de bolsas, o aumento das vagas e matrículas na educação superior. Estas ações explicam a significativa expansão e, sobretudo, o reposicionamento da assistência estudantil no campo da contrarreforma universitária dos anos 2000. Tendo exposto, historicamente, uma posição marginal no interior da política educacional, o fato de ocupar lugar de destaque, sobretudo, ao nível do discurso, na agenda contrarreformista da educação superior pública dos anos 2000 não é casualidade se pararmos para levar em consideração os desafios que a assistência passou na atualidade dos estudantes.

Segundo o portal do MEC, o ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que o apoio a itens como moradia, alimentação e transporte dos estudantes

universitários deve ser ampliado em razão do aumento das oportunidades de acesso à educação superior. Ele lembrou que em seis anos o número de vagas de ingresso nas universidades federais dobrou — de 113 mil para 227 mil.

Fazendo uma breve análise das principais propostas existentes no contexto da “democratização” da educação, temos propostas do movimento de “democratização” da educação, na representação do REUNI e do Novo ENEM/SISU, buscando suas relações com a expansão da assistência estudantil consentida nas IFES.

Segundo o que consta nas diretrizes do MEC “Com a substituição do modelo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o MEC pretende aliar o tipo das questões aplicadas atualmente no exame a uma abrangência maior de conteúdo. Assim, o aluno exercerá melhor a capacidade de raciocínio e de solução de problemas e dependerá menos da memorização”.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) tem o intuito de apoiar a permanência dos estudantes que possuem renda baixa, que estão matriculados nos cursos de graduação presencial, nas instituições federais de ensino superior (Ifes). Tendo por objetivo proporcionar a igualdade de oportunidades para todos os estudantes e auxiliar o melhor desempenho acadêmico.

O Pnaes prevê ações de assistência aos estudantes nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Deve-se levar em consideração que essas ações variam conforme execução pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Os recursos da assistência aos estudantes quadruplicaram em torno de cinco anos nas Instituições federais de ensino superior no período de 2008/2012 . A partir de informações do Ministério da Educação, o volume destinado ao programa quadruplicou, passando de R\$ 126,3 milhões para R\$ 503,8 milhões. Para os próximos anos a perspectiva é do investimento chegar a mais de R\$ 603 milhões. Só em bolsas de assistência estudantil, o número de estudantes atendidos pelo Pnaes cresceu de 13.306 em 2008 para 66.139 em 2011. Em termos de investimento, o volume passou de R\$ 19,8 milhões para R\$ 181,7 milhões.

Para se conquistar todos esses recursos ocorreram muitas lutas e reivindicações por parte dos estudantes e comunidade acadêmica, onde os sujeitos políticos entre outros órfãos de apoio a assistência estudantil, emergiu como um fator primordial de apoio a essas ações, como a UNE(união nacional estudantil) criada em 1937 defendeu constantemente a reforma universitária e emergiu como uma bandeira de luta dos estudantes.

3 | POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS: A PARTICULARIDADE DA UPE

O Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes na educação superior pública estadual, instituiu por meio da Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010, o Pnaest.

O programa tem o objetivo de apoiar financeiramente os estudantes, por meio das ações de assistência estudantil, desenvolvidas pelas universidades públicas estaduais, tendo como participantes os indivíduos que ingressaram através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), essas ações estão postas em editais que constituem auxílios nas áreas: transporte; cultura; esporte; creche; inclusão digital; assistência a saúde; apoio pedagógico; moradia estudantil; alimentação; acesso, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

De acordo com o Ministério da educação, Os recursos do Pnaest são repassados às instituições estaduais por meio de convênio, tendo como parâmetro o número de vagas ofertadas pelo Sisu. Com os recursos do Pnaest já foram apoiados 22 (vinte e dois) projetos, sendo 4 em 2011; 7 em 2012 e 11 em 2013.

Identificamos, por meio de pesquisas, a forma como as Universidades, na particularidade das Universidades Estaduais (especialmente o caso da UPE), vêm respondendo as novas demandas postas para a Política de Assistência Estudantil, tendo em vista o seu papel instrumental na implementação das propostas educacionais vigentes. Referimo-nos, a majoritária concessão de bolsas como forma de operacionalização desta Política nas universidades estaduais do Brasil .

As universidades estaduais da região Nordeste contabilizam quatorze instituições. Podemos notar que no formato dessas universidades a assistência aos estudantes vem se desenvolvendo a partir de programas assistenciais. Entre elas a Universidade Estadual de Alagoas que adotou esse formato constituído pelas bolsas.

No estado de Alagoas, a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), desenvolve também a assistência através de bolsas, com o objetivo de contribuir para a formação acadêmica, ofertando bolsas:

- 2013 – Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária: São concedidas 20 bolsas no valor de R\$ 400,00 reais e cada projeto tem direito a um bolsista.
- 2016 – Bolsa de Iniciação Científica: Serão concedidas 80 bolsas de IC aos graduandos, antes eram 40 bolsas. O valor das bolsas será de R\$ 400,00 reais.
- Programa Alimenta – UNEAL: O programa tem como objetivo a assistência através de auxílio financeiro mensal, como forma de bolsa a estudantes com

comprovados dificuldade econômica.

Na particularidade da UPE, inexistiu até o presente ano de 2015, uma Política efetiva de Assistência Estudantil. Historicamente, a Universidade contou com o desenvolvimento de ações pontuais de concessão de bolsas e auxílios aos estudantes, operacionalizados no âmbito do Núcleo de apoio aos Estudantes/NAE – as chamadas bolsas NAE. A gestão do Professor Reitor Pedro Falcão, em exercício no ano corrente, foi responsável pela criação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas, a PRODEP, que conta com uma Gerência de Assistência de Assistência Estudantil junto a uma Divisão que a assessora. De acordo com o site da própria Universidade, compete à referida Gerência:

“[...] auxiliar no acesso e permanência de estudantes, em condições de vulnerabilidade socioeconômica, na Universidade, contribuindo na sua formação profissional e humana, por meio de ações voltadas para redução da evasão, inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimentos, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Para tal, conta com a Divisão de Apoio Estudantil”.

De acordo com o mesmo site, dentre os objetivos específicos da PRODEP, destacam-se: 1) Implementar a política de assistência estudantil e 2) Ampliar a atuação e fortalecimento do Núcleo de Assistência ao Estudante/ NAE. É nesta direção, que esta temática vem ganhando espaço nas pautas da gestão acadêmica, tendo ocorrido, inclusive, o I Fórum da Assistência Estudantil, no mês de agosto do ano de 2015, na Reitoria da Universidade de Pernambuco (UPE), promovido pela PRODEP em articulação com o Diretório Central dos Estudantes da instituição (DCE). Resultou deste Fórum, a instituição de:

“[...] um colegiado para composição de uma comissão de assistência estudantil, com representantes das unidades, e [foi] apresentado um planejamento da referida assistência, que engloba a implementação e desenvolvimento de projetos que envolvem auxílio moradia, alimentação, transporte, assistência a saúde, dentre outros [...]”

Vale ressaltar que nessa Universidade não existe uma política formulada, sobretudo, pelo fato de que a Política de Assistência Estudantil é nova, as bolsas concedidas são de apoio financeiro para estudantes de graduação, que estejam devidamente matriculados, que não exerçam atividade remunerada. A bolsa concedida no edital tem o propósito de atender as necessidades de moradia, alimentação e transporte dos estudantes, assim assegurando a esses alunos participação em ações e atividades que contribuam na sua formação. O recurso é destinado aos alunos regularmente matriculados os cursos presenciais da UPE, de preferência os de escola pública ou de particular, mas que foi bolsista e a renda familiar per capita de um salário mínimo ou menor que isso.

4 | NÚMERO DE BOLSAS

O presente Edital contempla a oferta de 187 (cento e oitenta e sete) bolsas, assim distribuídas: 105 (cento e cinco) para alunos veteranos, com valor mensal de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para cada bolsa, com duração de 10 (dez) meses; 40 (quarenta) para alunos ingressantes 1ª entrada, com valor mensal de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para cada bolsa, com duração de 10 (dez) meses; 35 (trinta e cinco) para alunos ingressantes 2ª entrada, com valor mensal de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) para cada bolsa, com duração de 05 (cinco) meses; 07 (sete) para situação emergencial/eventual com valor mensal de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para cada bolsa, com duração de 05 (cinco) meses. Destinadas aos alunos em maior vulnerabilidade econômica e social independente da unidade em que foi matriculado.

No que tange as razões teóricas reafirmamos, ao longo do projeto, a necessidade de analisar a estruturação da Assistência Estudantil na UPE a luz do processo de interiorização da UPE intensificado a partir dos anos 2000. Destacamos ainda, a recente criação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas/PRODEP, responsável pelo planejamento e operacionalização desta Política. A nosso ver, tais questões justificam a relevância da pesquisa presente no trabalho.

Podemos citar uma iniciativa da Pró-reitoria para fomentar a discussão das demandas de assistência estudantil na Universidade de Pernambuco. Uma dessas discussões foi a realização do fórum de assistência estudantil em Petrolina que ocorreu no dia 08 de Dezembro de 2015. Este Fórum teve o objetivo de discutir as demandas dos campus, dentre estas, o problema da bolsa Nae que está relacionada inclusão dos estudantes na universidade, uma vez que o estudante de periferia ingressa a universidade mas sofre dificuldades financeiras para continuar a sua formação, muitas vezes pela falta de alimentação e transporte.

A intenção do Fórum foi debater dentro dos espaços de discussões estudantis da Universidade de Pernambuco o fato da Universidade de Pernambuco aderir ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como seleção para o ingresso na Universidade, e a verba de R\$ 1.500.000 reais (um milhão e quinhentos mil reais), que seria destinada a universidade para fins da assistência estudantil, e dessa forma atender as demandas da Universidade de Pernambuco dentro das possibilidades e planos financeiros traçados.

A ampliação das bolsas Nae, foi fruto desse recurso financeiro federal repassado para Universidade de Pernambuco, ocorrendo assim o aumento do número de 332 bolsas concedidas entre todos os campus, mas não fica somente na bolsa de permanência, também uma das pautas discutidas foi a situação dos estudantes que moram distante das cidades dos campi. Houve a discussão da proposta de construção

de uma residência universitária, assim como a oferta do auxílio alimentação para os cursos de saúde, que são os cursos de tempo integral onde o estudante precisam estar a maior parte do tempo dentro da universidade. A exemplo disto temos, em Petrolina, os casos dos cursos de Nutrição, Fisioterapia e Enfermagem. As principais demandas do campus de Petrolina foi a da implantação do RU - restaurante universitário, assim como nos demais campus como na FENSG e também a POLI que funcionam em tempo integral. Então o Fórum foi de importante esclarecimento para debater as reais necessidades e condições que a Universidade oferece para atender tais demandas e as dificuldades e reconhecimento das dificuldades sofridas pelos estudantes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definimos nossas categorias analíticas a partir da apropriação das tendências mais gerais das políticas sociais sob a implementação do receituário neoliberal, sendo as principais: focalização/seletividade, desregulamentação e privatização. Outros dados secundários produzidos pelas Universidades também foram consultados, a exemplo dos relatórios de acompanhamento e avaliação das ações da Política e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para que possamos entender a assistência estudantil foi feito um breve relato no contexto histórico na questão da inserção das universidades no Brasil, tendo em vista que através destas análises percebeu-se o real motivo dessa política, deixando de tratá-la como algo isolado da Universidade, tendo em vista que a política de assistência estudantil é a própria universidade em siconsiderando a necessidade de garantir as melhores condições de permanência dos estudantes na Universidade.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei. 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação, e através da Constituição Federal em 1988, pode afirmar-se que sucedeu um avanço no que se entende a educação como um direito que deve ser garantido à sociedade, firmou-se, portanto o compromisso legítimo. Todavia acabam que de fato não se firmou, pois são extintas às diversas ordens externas como intenções políticas, circunstâncias econômicas e sociais às quais o país incorpora por ação e divagações das políticas governamentais, da qual a característica é a realidade indeferida dos direitos imprescindíveis entre eles o direito da educação.

A pesquisa se debruça sobre os documentos (atas, relatórios) produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis/FONAPRACE. Nos anos 2000, buscando identificar e analisar os debates sobre a assistência estudantil presentes.

No caso particular de implementação destas normativas gerais na UPE,

realizamos contatos institucionais com os gestores da Assistência Estudantil na Instituição, através de requerimentos para solicitação de material de análise e entrevistas. Recorremos à entrevista como forma de garantir nosso acesso a informações mais restritas sobre a construção da assistência estudantil nesta Universidade, ou seja, os sujeitos envolvidos no processo de formulação da Política, a definição das áreas estratégicas dos programas, as causas possivelmente existentes de demanda reprimida dos programas, a relação dos estudantes de mandatários com o processo de construção da Política, as tensões entre a implementação das diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES e autonomia da definição dos Programas pelas IFES.

Este trabalho teve como objetivo no seio da sua pesquisa contribuir com o resgate da história da assistência estudantil na UPE, fomentando reflexões sobre as implicações político-pedagógicas dos processos de expansão da Universidade. Assim fornecendo informações atualizadas sobre a institucionalização da assistência estudantil da Universidade de Pernambuco a comunidade acadêmica, e aos gestores das políticas educacionais implementadas nesta instituição.

REFERENCIAS

_____. **A universidade operacional**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 09 de maio de 1999.

_____. **Casa Civil da Presidência da República**. Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior. Brasília: PL n. 7200/2006, MEC/MF/MT/MCT.

_____. **Dez encontros**. UFG, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Goiânia, 1993.

Edital Inscrições para Iniciação Científica 2016 da Uneal. Disponível em: <http://www.uneal.edu.br/sala-de-imprensa/noticias/abertas-inscricoes-para-iniciacao-cientifica-2016-da-uneal>. Acesso em 15/06/2016.

EDITAL DE BOLSAS DE PERMANÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO – 2016. Disponível em: http://www.upe.br/anexos/prodep/bolsas2016/EDITAL_BOLSA_PERMANENCIA_2016.pdf. Acesso em 17/06/2016

FONAPRACE. **Ata da reunião ordinária realizada na Cidade de Brasília/DF entre os dias 17, 18 e 19 de junho de 2009**. Disponível em <www.andifes.org.br> . Acesso em dezembro de 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva**. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, UFF. Niterói, 2005.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32725>. Acesso em 15/06/2016

Plano Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais. Disponível em: http://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/Balan%C3%A7o%20social%20SESu_2003-2014_para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 15/06/2016.

Programa Alimenta - Uneal. Disponível em: file:///C:/Users/Usor%20Pessoal/Downloads/EDITAL_PIBEXFINAL.pdf.

<file:///C:/Users/Usor%20Pessoal/Downloads/Regulamento-do-Programa-Alimenta-UNEAL.pdf>. Acesso em 17/06/2016.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014/2018. Disponível em: <http://www.upe.br/download/imprensa/PDI%20-%20UPE%202014%20-%202018.pdf>. Acesso em 17/06/2016

O AGIR COMUNICATIVO NO CONTEXTO DAS AÇÕES BI-SETORIAIS: A RODA SOCIALIZADORA NO CENÁRIO DO GRANDE BOM JARDIM

Emanoel Márcio da Silva Rodrigues

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde (CCS)/Mestre em Ensino na Saúde (CMEPES), e-mail: marciouece@hotmail.com

Cleide Carneiro

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde (CCS)/Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional Ensino na Saúde (CMESPES), e-mail: cleide.carneiro@uece.br

RESUMO: Este produto técnico surge a partir da dissertação do Curso de Mestrado Profissional Ensino na Saúde (CMEPES) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na qual propõe um conceito pedagógico na formação bi-setorial entre os profissionais do Programa Saúde na Escola (PSE) e os professores que atuam na Educação Básica. A experiência da Roda Socializadora acontece através da reflexão que fazemos dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, assegurando que nesse cenário o diálogo possa contribuir na investigação, no aprimoramento do atendimento na atenção primária e o estreitamento do vínculo profissional entre educação e saúde. O discurso parte das experiências prévias, o direito de fala é uma garantia para entender como se fará a proposta de intervenção, o mapeamento das vulnerabilidades e a tomada de decisão dentro

de um contexto democrático de participação de todos os sujeitos envolvidos. O desenho do curso atende a temática abordada no estudo dissertativo, o título do trabalho é “A formação bi-setorial entre educação e saúde: o agir comunicativo no contexto do Programa Saúde na Escola. Diante disso, o produto dessa investigação contempla seu objetivo que é o de articular a experiência da Roda Socializadora com os profissionais da saúde e educação de uma escola pública municipal localizada no Bairro do Bom Jardim em Fortaleza no estado do Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Roda Socializadora. Formação bi-setorial. Comunicação. Protagonismo.

COMMUNICATIVE ACTION IN THE CONTEXT OF BI-SECTORAL ACTIONS: THE SOCIALIZING WHEEL IN THE GREAT GOOD GARDEN SCENARIO

ABSTRACT: This technical product emerges from the dissertation of the Professional Master's Degree in Health Education (CMEPES) of the State University of Ceará (UECE) in which it proposes a pedagogical concept in the bi-sectorial training among professionals of the Health at School Program (PSE) and the teachers who work in basic education. The experience of the Socializing Wheel happens

through our reflection on Paulo Freire's Circles of Culture, ensuring that in this scenario, dialogue can contribute to research, to improve primary care, and to strengthen the professional bond between education and health. The discourse starts from previous experiences, the right to speak is a guarantee to understand how the intervention proposal will be made, vulnerability mapping and decision making within a democratic context of participation of all involved subjects. The course design meets the theme addressed in the dissertation study, the title of the paper is "The bi-sectoral formation between education and health: the communicative action in the context of the Health at School Program. Given this, the product of this investigation contemplates its objective which is to articulate the experience of the Socializing Wheel with health and education professionals of a municipal public school located in the Bairro do Bom Jardim in Fortaleza, Ceará state.

KEYWORDS: Socializing Wheel. Bi-sectoral training. Communication. Protagonism.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de caráter acadêmico tem como objeto de estudo o processo comunicativo entre os profissionais da educação e saúde, contribuindo na formação em saúde no contexto de uma instituição pública municipal que atende cerca de 560 discentes entre 4 e 14 anos de idade e a qualidade de vida dessa população.

Para Araújo (2000) o processo comunicativo em saúde ao longo dos anos vem ganhando destaque nos espaços além das unidades de atendimento e, isso, nos conduz a uma reflexão acerca das bases científicas que reafirmam a importância da linguagem como ferramenta indispensável à educação em saúde. Pois, essas duas esferas, educação e saúde, necessitam construir um elo comunicativo com o intuito de ofertar para as crianças e adolescentes uma experiência saudável tanto no que se refere às práticas sociais, como as que dizem respeito à imunização por meio de campanhas preventivas realizadas pelo Ministério da Saúde, disseminadas pelos Postos de Saúde nos territórios.

O Art. 196 da Constituição Federal traz a saúde como um direito populacional, ou seja, dos cidadãos de todo o território nacional e salienta que Estados, Municípios e Distrito Federal necessitam garantir esse quesito por meio de Políticas Públicas reduzindo, portanto, o risco de doenças, o acesso das comunidades às unidades de saúde e ações dessas instituições com o intuito de estreitar o elo comunicativo para assegurar promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Para Bordenave (1982) a comunicação é um elemento social que auxilia na transformação dos valores, das crenças e conseqüentemente dos comportamentos. Isso se dá porque cada pessoa atribui um significado ou conceito a determinada situação ou artefato, até que o conflito o leve a reestruturação desses elementos conceituais propiciando aos indivíduos experimentadores uma nova abordagem na

estruturação desse significado.

Frente a essa peculiaridade, temos que admitir a necessidade em repensar essa trajetória histórica construída pela parceria entre saúde e educação, principalmente no cenário da escola. Pensando nesse ambiente é que devemos considerar esse cenário de implementação de ações voltadas à promoção da saúde na instituição educacional, aproximação entre os profissionais e a comunidade atendida é de extrema importância para a construção de uma ambiência favorável ao retorno de resultados positivos nas práticas educativas que envolvem a comunicação em saúde e educação (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Concomitantemente, a essa forma de união entre as duas esferas contextuais, saúde e educação, não poderíamos deixar de fazer referência ao Decreto nº 6.286/2007 no qual institui o Programa Saúde Escola (PSE) visando contribuir em ações que propiciem à comunidade escolar a participação em projetos e programas que integrem saúde e educação (BRASIL, 2007).

A socialização das ideias renova os posicionamentos, desmistifica conceitos estereotipados do território e ampliam nosso campo de visão acerca da formação das posturas pedagógicas que os profissionais envolvidos com o processo educacional devem seguir. A linguagem será nossa ferramenta primordial para promover reflexão no mapeamento do que consideramos forte e as fragilidades na aplicação do Programa Saúde na Escola em uma instituição pública municipal pertencente à Regional V, na qual é localizada em um contexto de conflitos, uso de drogas e sua comercialização, luta da escola por espaço de atuação nesse território e falta de segurança. Assim, constitui um universo interessante para a investigação que priorize a legitimidade da participação desses profissionais em uma Roda Socializadora promovida pela comunicação que será o elemento mediador principal (HABERMAS, 2003).

O agir comunicativo possibilita a compreensão do vínculo que estabelecemos com o nosso território, assumimos posicionamentos que compartilhamos com a nossa fala e esse empoderamento é necessário para aferirmos os achados dos problemas que impedem a aplicação dos programas de saúde no sistema educacional (HABERMAS, 2012a).

A ligação do sujeito pesquisador com o referido campo temático surgiu graças às observações feitas durante alguns anos de atuação nas escolas públicas pertencentes ao território do Grande Bom Jardim, visualizando a interação entre os profissionais do Programa Saúde na Escola e os professores. Nunca incluíamos em nossas discussões assuntos que contemplassem o programa, na verdade desconhecemos sua finalidade, suas ações em contribuir com a saúde e o bem-estar dos alunos, seus principais objetivos e quais os profissionais envolvidos. Essa parceria tem a oportunidade de criar elos significativos com seu território de atuação, desmistificando conceitos deturpados sobre alguns procedimentos, salientando a

importância do autocuidado e da boa alimentação, do mapeamento de possíveis achados patológicos e orientações ou encaminhamentos. Na prática as atividades são desenvolvidas de forma mecânica e sanitárias, não há diálogo ou conversa que a atenção, a escuta e a socialização de evidências benéficas auxiliem no controle das doenças, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos que residem no Bom Jardim.

A ação comunicativa pretende primeiramente entender como observamos os obstáculos que aparecem ao longo de nossa atuação profissional. Ao mapearmos o problema teremos que pensar em estratégias metodológicas que possa resolvê-lo, considerando que as ações de intervenção não se concentre em único indivíduo, tornando todo o grupo protagonista das intervenções pedagógicas no cenário das instituições escolares. O processo de tomada de decisão efetiva-se como um elemento que envolve planejamento, discussão, escuta ativa e culmina no plano de ação, salientando que essas ações fornecerão indicadores para avaliação do trabalho efetivamente executado pela equipe profissional (HABERMAS, 2002).

Entendemos que estudos como esse proporcionam a reflexão por parte dos profissionais e do poder público sobre as ações interventivas aplicadas no campo das instituições de educação e saúde nos territórios das grandes cidades brasileiras. Reconhecendo que em caráter de justificativa vincula um percurso de forma transversal na aplicação do que institui o Programa Saúde na Escola e como eles vêm contribuindo na construção de elo entre qualidade de vida, promoção da saúde e na erradicação de doenças endêmicas.

A temática, portanto, valoram aspectos comunicativos simples como a interação, a escuta e a aplicação de estratégias educacionais formativas em uma ambiência que reúne todos os setores sociais que envolvem o território, nesse contexto encontraremos a realidade das periferias de Fortaleza, como esses sujeitos precisam ser ouvidos, quais interpretações eles fazem a assistência prestadas às crianças e como juntas podemos debater para fortalecermos as intervenções no cenário das escolas públicas no que se refere à prevenção, promoção e atenção a saúde dos escolares.

METODOLOGIA

Nesse espaço teremos a sistematização da sequência didática que norteou todo o percurso metodológico da referida pesquisa. Entendendo que os elementos aqui apresentados nos proporcionarão uma visão geral do trajeto de investigação, os instrumentos utilizados e como serão analisados os resultados obtidos na construção dos argumentos.

O trabalho parte das características referente a um estudo do tipo pesquisa-

participante na qual o sujeito pesquisador encontra-se inserido no grupo populacional citado ao longo do desenvolvimento do estudo, ainda, explorou cada aspecto que envolve a relação entre os profissionais da saúde e educação no contexto de uma escola pública do município de Fortaleza, pertencente à Secretaria Executiva Regional V, localizada no bairro do Bom Jardim.

Para Santos (2016) a pesquisa-participante envolve parte de uma investigação preliminar ou provisória em relação a problema enfrentado no contexto da população estudada, pois, ao analisar esses elementos respectivamente temos que compreender cada situação vivenciada no cenário territorial. A partir de uma abordagem prática temos como nortear a implementação de um plano de ação que busque contribuir no processo de mudança situacional e sua aplicação estará pactuada nas discussões estabelecidas no decorrer das falas dos sujeitos que vivenciam essas peculiaridades no âmbito da instituição educacional.

Concomitantemente, o trajeto pretendido na construção desse estudo se apoiou nos princípios da pesquisa-ação, na qual é fomentada por Santos (2016) sendo necessário o sujeito investigador possuir um envolvimento direto com o objeto de estudo, seja ele pessoas ou mesmo outros elementos sociais que estão imbuídos no processo de análise. Ainda segundo o autor, a pesquisa-ação parte de uma fase exploratória, na qual após a formulação do problema, construção de hipóteses que venham responder a esse questionamento inicial, realização de momentos para discussão, seleção de uma amostra a ser pesquisada, forma para coleta de informações, método para análise e decodificação do significado dos dados obtidos para elaborar um plano de ação, posteriormente, sua implementação e avaliação dos resultados.

Assim, o trabalho é amadurecido com a colaboração da abordagem qualitativa, na qual se utilizou a análise do discurso de Pêcheux (2002), considerando que a palavra está em movimento e carrega um empoderamento ideológico que vem ser exteriorizado por meio da fala e acaba por fomentar correntes que estruturarão vários posicionamentos. Sendo a ideologia o impulso necessário ao discurso, sistematizaremos nossa análise sobre os que os profissionais da educação e da saúde relatam sobre parceria, troca de experiência, a importância do Programa Saúde na Escola e suas fragilidades, conseqüentemente, estaremos mapeando conceitos importantes para compreendermos como tornar o programa uma estratégia positiva no território escolar.

Por fim, esse trabalho recebeu aprovação para sua realização prática pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob amparo legal do Parecer nº 2.904.113, pois, essa medida além de assegurar total transparência sobre o processo de construção dos saberes oportuniza a comunidade pesquisada e ao setor público o respeito ao trabalho já realizado nessa esfera de governabilidades, pois, o caráter analítico do

estudo é o de intervir com o intuito de ampliar a ação de estreitar os laços profissionais na troca de experiências entre os setores da educação e da saúde. Adiante teremos a socialização dos resultados e dos comentários acerca da prática dessa formação bi-setorial por meio das Rodas Socializadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo nos revela o quanto precisamos estabelecer um contato significativo entre os diversos setores sociais, para isso, esse momento analisará o Decreto nº 6.286/2007 na qual institui o PSE, analisando seus principais objetivos, as diretrizes para implantação do programa no âmbito das escolas, as ações de saúde previstas e como acontece a parceria intersetorial.

A formação da Roda Socializadora: conceituando

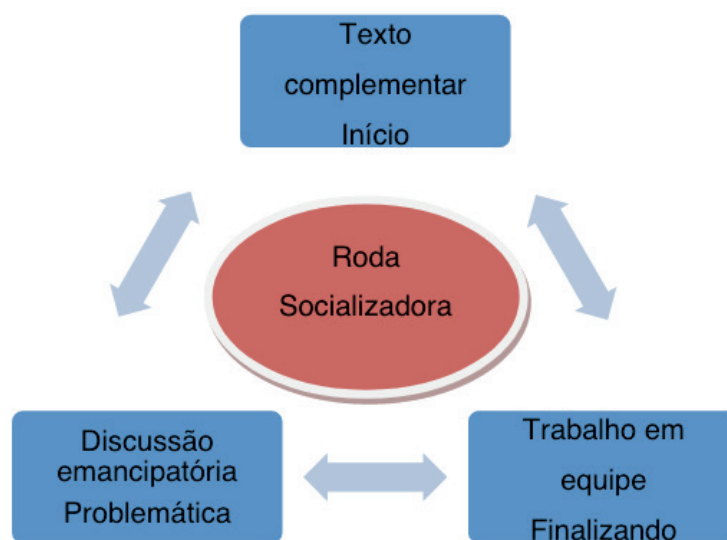
Primeiramente, compreendemos que a aprendizagem é uma vertente de mão dupla, pois, a partir da discussão de uma prática pedagógica que envolve a troca de experiência entre profissionais que atuam nos territórios de educação e saúde, oferecemos a oportunidade de colocarmos essas fragilidades no contexto comunicativo e buscarmos possibilidades interventivas de solução (FREIRE, 2011).

No cenário da Roda Socializadora a figura do Coordenador-mediador teve como atribuição primordial proporcionar a discussão entre os pares inseridos nessa forma geométrica que assegura a primeira etapa do processo o de olhar o membro que expressa sua contribuição comunicativa, a segunda de pertencermos a um único grupo temático no qual visualizamos as problemáticas abordadas de acordo com os elementos conceituais que possuímos o terceiro e a oportunidade da escuta dos sujeitos participantes assegurando que a democracia se torne um elemento coletivo, e por último, a aplicação e avaliação do plano de intervenção proposto pela escuta circular giratória.

O Coordenador-mediador contribui com uma questão norteadora, a problemática central é um marco inicial para construção do plano de intervenção, após a análise de o grupo circular, giram as indagações e sugestões, serão gravadas as falas para que não se perca nenhum momento com anotações de falas, deixamos as anotações para conceitos mais restritos e, assim, destacaremos que na Roda Socializadora o ato de ensinar está conectado com o de aprender respectivamente (FREIRE, 2011).

Todo encontro seguiu o roteiro: Leitura complementar para refletiu-se sobre a relevância da formação em serviço, posteriormente a problematização inicial na qual o objeto de estudo seja discutido e incorporado como novo saber, uma divisão da sala para confeccionarmos um plano de ação através dos elementos coletados. Os

grupos deverão ser divididos no primeiro encontro por meio de uma dinâmica que incentive o trabalho em equipe e eles ficarão juntos até o final de cada bloco temático, os blocos temáticos estão encaixados no cenário de no mínimo três encontros, pois, se necessário cada bloco temático poderá ter mais de três encontros, mas nunca menos de três. Os encontros foram planejados para sua execução a um tempo de no mínimo três horas na qual teremos que encaixar a rotina do texto complementar para reflexão, da apresentação da problemática, a discussão dos componentes na Roda Socializadora e um trabalho a ser apresentado por cada equipe.



Quadro 1. Formação das Rodas Socializadoras.

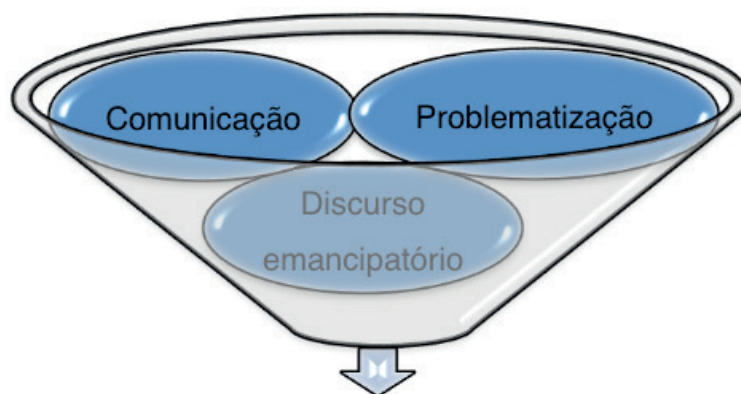
Fonte: Próprio autor a partir das ideias de Paulo Freire, 2011.

Os pilares culturais de um povo estão representados por sua história, sua cultura e sua língua. A história é fundamentada em uma construção ao longo dos anos na qual os episódios são contados de acordo com os direcionamentos ou fatos ocorridos em cada cenário, a cultura é um conjunto de elementos pertencentes a cada povo no qual se manifesta a sua forma de interagir com o espaço a sua volta e a língua é a forma comunicativa de expressão, pois, por meio dela socializamos as crenças, mitos e histórias nas letras das canções, nos ritmos, nas danças e na criatividade de reinventar formas comunicativas para estabelecer um diálogo (FREIRE, 2011).

Dessa maneira, a Roda Socializadora é constituída por três momentos distintos: o primeiro que é chamado de início se fundamenta com a leitura complementar que propicia a reflexão e o preparo do grupo para repensar a importância da participação coletiva no processo de tomada de decisão; o segundo também classificado como discussão emancipatória, socializando o problema para que todos possam contribuir com os saberes que possuem e, entretanto, ao confrontarmos esses conhecimentos estaremos compartilhando a escuta circular giratória; o terceiro e último momento é conduzido pelo trabalho nos grupos e a culminância acontece com a solução

encontrada pela equipe para mapearmos ações transformadoras nas práticas educativas.

A partir dessa conjuntura estaremos conhecendo os problemas e buscando soluções, a ação comunicativa é uma ferramenta que interage com os diversos setores sociais e permite aos sujeitos a oportunidade de modificações comportamentais que assegurem uma nova concepção na forma de organização dos sistemas.



Quadro 2. A construção da escuta ativa no contexto das Rodas Socializadoras.

Fonte: Próprio autor a partir das ideias de Jürgen Habermas.

Para Habermas (2012a) a capacidade que o sujeito-protagonista é capaz de produzir está ligada a sua interação com o universo a sua volta, dessa maneira, tanto a sua fala como as suas ações estão paralelamente interligadas por uma coisa chamada de razão. Essa razão não pode ser isenta de questionamentos, o que também não a coloca em uma cápsula protetora de mudanças, pelo contrário esses sujeitos-protagonistas permanecem em constante transformação de sua fala e de seus posicionamentos ao longo da prática profissional.

Na escuta circular giratória o coordenador-mediador deve propor que os participantes tenham condições livres para expressão de seus sentimentos, as falas compõem um arsenal teórico composto de conceitos históricos, ideológicos e transmitido por meio do jogo simbólico linguístico (PÊCHEUX, 2002). Os conceitos que constituem a escuta ativa na Roda Socializadora são estabelecidos a partir da comunicação, da sugestão da aplicação da metodologia da problematização e da produção oral do discurso emancipatório.

A comunicação é um mecanismo no qual os sujeitos interagem socialmente realizando troca de informações, transmissão de conhecimentos, rodas de conversa para contar fatos, expressões emotivas, pensamentos ideológicos, dentre outros fatores inerentes ao processo da comunicação. Portanto, comunicar-se é interagir com o universo a sua volta por meio de elementos contidos na fala, no gesto, isso é o que classificaremos aqui de linguagem do sujeito falante (PÊCHEUX, 2002).

A metodologia problematizadora encara o processo de construção dos saberes

como um percurso que deve ser debatido entre os pares e na qual busque solucionar as situações problemas ocorridos nos espaços de trabalho (BORDENAVE; PEREIRA, 2010). Para isso, utilizamos o Arco de Maguerez para mapearmos as questões que assolam cada grupo de profissionais, respeitando suas intervenções, seu tempo de atuação no contexto das comunidades locais e fundamentando suas considerações a partir de discussões com um grupo sintonizado com a respectiva causa da união entre saúde e educação (BERBEL, 1999).

A produção do discurso emancipatório surge com o propósito de encaminharmos nossos sentimentos que propiciam a crítica aos quesitos que perpassam pela formação dos profissionais da saúde e educação conduzem a reflexão daquelas que atuam nesse cenário através do emaranhado de questionamentos que forem fomentados pelos sujeitos-protagonistas que caminham respondendo a elementos comunicativos que tornam nossas metas um objeto de análise e modificações estruturais ao longo de sua elaboração (FREIRE, 2011).

Está presente, nesse processo, a organização do que classificaremos como formação bi-setorial e sua fundamentação pressupõem que uma sistematização parte da metodologia a ser usada, assim como, da meta de construir um elo comunicativo entre os gestores educacionais e da saúde. Essa formação é uma tentativa em fomentar nos profissionais o esclarecimento a respeito dos problemas que assolam os ambientes de trabalho, posteriormente, buscaremos socializar as etapas de implementação de um programa que assegure o desenvolvimento dos temas que sejam abordados durante os encontros por meio da Roda Socializadora.

Pois, as trocas de discussões no contexto da Roda Socializadora deixam evidentes sentimentos, atitudes e conceitos em relação às temáticas em discussão no processo de investigação. A comunicação é um elemento fundamental para compreendermos o problema e trabalharmos com intervenções que contemplem as decisões coletivas dos profissionais inseridos em um mesmo ambiente (HABERMAS, 2012b).

Educação e saúde: o curso de formação permanente a partir de um novo paradigma

A nossa concepção política parte da necessidade de aproximação entre os profissionais dos setores da educação e da saúde, esse elo comunicativo possibilitará uma maior transformação no modelo de formação outrora ofertado a esses seguimentos. A partir de um projeto que ofereça formação continuada intersetorial, tem-se que pensar que seu objetivo vai muito além do que a própria formação em serviço, sua contribuição perpassa uma transformação de conceitos o que para Paulo Freire é considerado uma profunda mudança no sistema de educação que nos é contemplado (FREIRE, 2011).

Compreender os saberes como uma estrutura acabada é desvalorizar a construção do conhecimento internamente suscitada por cada sujeito-protagonista. O sujeito-protagonista se constitui protagonista quando se torna parte integrante no cenário comunicativo, nesse caso o coordenador-mediador nas Rodas Socializadoras tenta a todo momento assegurar que todos tenham a oportunidade de expressar sua opinião, sempre articulando essa fala a necessidade de construirmos um cenário onde educação e saúde estabeleçam ações que valorem a comunidade escolar (FREIRE, 2011).

Gestores escolares precisam promover encontros informativos para esclarecer aos professores a importância das estratégias pedagógicas abordarem temáticas voltadas a saúde da população, sua intermediação assegurará que muitos profissionais possam refletir sobre as práticas intersetoriais no cenário da instituição educacional.

O curso bi-setorial visa à construção de elos comunicativos, na qual ambos os atores envolvidos no processo de atuação profissional poderão suscitar suas dificuldades, propor intervenções para superar problemas existentes e ampliar a rede comunicativa dos saberes na troca de experiência.

Em seu estudo Fernandes, Rocha e Souza (2005) questionam com os professores sobre sua formação acadêmica ou continuada, buscando investigar se esses discutem sobre a temática “saúde”. Ressaltam que dos 45 professores entrevistados 77,7% deles tiveram em algum momento em seu currículo a abordagem a temática da saúde, contudo eles ainda dizem que os assuntos estudados foram realizados de forma superficial e sem continuidade a formação em serviço. Os 22,3% falaram da ausência do debate sobre saúde na sua formação docente o que mostra a fragilidade do sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscaram-se ressaltar a importância do discurso na construção dos saberes no cenário das instituições que desenvolvem trabalhos em parceria, os atores sociais devem divulgar suas práticas para que outros profissionais consigam estabelecer um elo comunicativo entre ações, protagonismo e comunicação.

Por fim, considera-se que pesquisas no campo bi-setorial precisam permear o universo profissional dos sujeitos que vivem as angústias cotidianas nos seus ambientes de atuação. Tanto a escola como a UAPS devem procurar saídas comunicativas para unir as ações intersetoriais, com o intuito de assegurar aos escolares condições de ampliar os saberes acerca da promoção, prevenção e recuperação.

A escola é um espaço para troca de experiência, a comunicação que perpassa

por esse espaço deve ser um reflexo de ações pautadas no diálogo e na participação da comunidade educacional em todo o processo de tomada de decisão. Os alunos desde a primeira etapa da Educação Básica necessitam ser incluídos em contextos de protagonismo, reconhecer que a instituição educacional favorece o desenvolvimento intelectual dos sujeitos é garantir que os profissionais estejam em constante formação em contexto ou em serviço.

A UAPS no cenário dos bairros periféricos de Fortaleza precisa ganhar mais condições de atuação, o número de profissionais no âmbito destas instituições é insuficiente para poder desenvolver as ações do Programa Saúde na Escola, conforme preconizado pelo Decreto nº 6.286/2007. O universo da pesquisa científica in loco quando envolve instituições que estabelecem parceria é um desafio para o sujeito-pesquisador, pois, ainda perpassamos por dificuldades gerenciais advindas dos profissionais que ocupam o cargo comissionado da gestão da unidade, haja vista, que o pesquisador não é encarado como um contribuinte, mas como um indivíduo fiscalizador da rotina institucional. Na saúde pública contamos com a presença do Agente Comunitário de Saúde que além de oferecer acesso à investigação, carrega uma vasta experiência acerca das atribuições executadas pelos programas implementados pela unidade de saúde nos territórios das comunidades periféricas.

Portanto, fica claro que as Rodas Socializadoras promoverão a oportunidade investigativa dos saberes produzidos ao longo das trocas de experiências ao longo das práticas que visem à participação dos sujeitos-falantes, assegurando-lhes a intersetorialidade entre as instituições de saúde e educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I e CARDOSO, J. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2007.

ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 106 p.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 30a ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: UEL; Comped; Inep, 1999.

BRASIL. Decreto-lei Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 01 de out. de 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2017.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; SOUZA, D. B. **A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries)**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 283-91, maio-ago. 2005.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo / Paulo Freire. –5. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a. 1 v.

_____. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b. 2 v.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3a ed. Campinas (SP): Pontes; 2002.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica** / Izequias Estevam dos Santos - 12. ed. rev. e atual. - Niterói, RJ: Impetus, 2016.

O PAPEL DO CAPS III NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL DE BOA VISTA – RORAIMA

Daniela Cristina da Silva Melo

Universidade Estadual de Roraima

Boa Vista – RR

Aliã da Silva Carvalho

Universidade Estadual de Roraima

Boa Vista – RR

Janaine Voltolini de Oliveira

Universidade Estadual de Roraima

Boa Vista – RR

Ilderson Pereira Silva

Subsecretaria de Saúde do Tribunal de Justiça do

Estado de Roraima

Boa Vista – RR

RESUMO: Este trabalho aborda a inserção dos serviços substitutivos de saúde mental na política de assistência à saúde, incluindo a criação dos CAPS, com uma abordagem mais específica ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) em Boa Vista/ RR e sua atuação dentro do Projeto da Reforma Psiquiátrica. Este estudo resulta de pesquisa bibliográfica e de campo, que deram embasamento científico e direcionamento à pesquisa, enquanto a investigação *in loco* propiciou o conhecimento empírico da realidade. Apesar das dificuldades enfrentadas, houve avanços, como a sanção da Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas

com transtornos mentais e consolida a política de saúde mental no país e os CAPS. Dentre eles, está o CAPS III em Boa Vista/ RR, que apresenta o caráter público inerente ao SUS. Realizando, não somente o acompanhamento clínico, psicológico, mas também, atividades voltadas à defesa de direitos e ao fortalecimento da autonomia dos usuários, apesar dos entraves existentes, devido à fragilidade nas políticas públicas e ao preconceito e exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia, CAPS, saúde mental.

THE ROLE OF CAPS III IN REPLACEMENT GOOD VISIT MENTAL HEALTH SERVICES GOOD VIEW – RORAIMA

ABSTRACT: This paper addresses the insertion of substitutive mental health services in health care policy, including the creation of CAPS, with a more specific approach to the Psychosocial Care Center (CAPS III) in Boa Vista / RR and its role within the Project of Psychiatric Reform. This study results from bibliographic and field research, which gave scientific basis and direction to the research, while in loco investigation provided the empirical knowledge of reality. Despite the difficulties faced, there were advances, such as the sanction of Federal Law No. 10.216 / 2001, which provides for the protection and rights of people with mental

disorders and consolidates the mental health policy in the country and the CAPS. Among them is the CAPS III in Boa Vista / RR, which presents the public character inherent to the SUS. Carrying out, not only clinical, psychological follow-up, but also activities aimed at defending rights and strengthening users' autonomy, despite the existing obstacles, due to the fragility of public policies and prejudice and social exclusion.

KEYWORDS: Autonomy, CAPS, mental health.

1 | INTRODUÇÃO

A saúde mental, por décadas, não foi reconhecida pela ciência e foi rejeitada pela sociedade, pois, enxergavam o transtorno mental como “loucura” ou espíritos ruins e o “louco” como possuído por demônios, além de considerá-los preguiçosos incapazes de produzir e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico.

Com o passar dos anos e com as conquistas sociais e políticas, esse quadro foi se modificando e a saúde mental ganhou o interesse dos estudiosos e das políticas públicas, orientadas por normas e recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS e do Estado. Assim, o “doente mental” passou a ser reconhecido como pessoa com transtorno mental que necessita de cuidados e tratamento específicos, com atendimento humanizado, voltado à valorização da autonomia.

Desse modo, este trabalho faz um apanhado sobre a inserção dos serviços substitutivos de saúde mental na política de assistência à saúde, incluindo a instituição dos CAPS, com uma abordagem mais específica ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) “Edna Macellaro Marques de Souza”, em Boa Vista – RR e a sua atuação dentro do projeto da Reforma Psiquiátrica, como dispositivo estratégico e substitutivo ao hospital psiquiátrico no processo de desinstitucionalização da pessoa com transtorno mental grave e crônico.

Assim, o objetivo deste trabalho é ratificar a importância do CAPS III dentro dos serviços substitutivos de saúde mental, a partir da apresentação da composição funcional da unidade, das principais políticas utilizadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo é resultado de pesquisa bibliográfica e de campo, cujas abordagens teóricas possibilitaram o seu embasamento científico, bem como, deram um direcionamento à pesquisa, enquanto a investigação *in loco* permitiu o conhecimento empírico da realidade pesquisada.

Realizou-se a pesquisa de campo de caráter exploratório e com enfoque qualitativo, com visita ao local pesquisado para a coleta de dados e informações

relevantes ao fechamento do trabalho. Para tanto, aplicou-se a técnica da observação e entrevista realizada a partir da elaboração de um roteiro prévio, com o intuito de melhor conhecer a realidade e a dinâmica do CAPS III em Boa Vista/ RR.

Por fim, este estudo contribuiu com a formação do pensamento crítico acerca da lacuna existente entre a estrutura teórica (abstrata) e a prática (concreta) da assistência à saúde mental, que, apesar dos avanços registrados, como a implementação da rede de atendimento público em seus diversos níveis, ainda esbarra no estigma e preconceito da sociedade em geral.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, as sociedades passadas enxergavam a “loucura” de várias formas: como atributo de não humanos ou como posse do sujeito pelos deuses ou demônios (AMARANTE 1996 apud ROBAINA, 2010).

De acordo com Robaina (2010), o “louco” não era visto como um homem livre, capaz de fazer escolhas e, portanto, de vender sua força de trabalho no mercado, sendo considerado um ser alienado e excluído dos direitos de cidadania e do convívio social.

Tal realidade, ainda existe nos dias atuais, pois as pessoas com transtornos mentais são excluídas pelo mercado de trabalho e pela própria família, sendo postas à margem da sociedade, em um campo invisível, conforme o constatado durante o levantamento empírico no CAPS III.

Apesar disso, houve avanços, como a sanção da Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e consolida a política de saúde mental no país e os CAPS.

Segundo o Ministério da Saúde (2005) e de acordo com as diretrizes da Lei Federal n.º 10.216/2001, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou Núcleo de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS), referência em tratamento para pessoas com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem a sua permanência em um dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida.

O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência por meio de acompanhamento clínico e da reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Ou seja, trata-se de um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.

De acordo com o projeto publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR) de 13.04.2012, p. 38, a exemplo dos demais estados, Roraima não possuía,

até 2012, uma rede estruturada, regionalizada e hierarquizada em saúde mental que atendesse a demanda de acordo com as necessidades dos usuários. No entanto, possuía um número crescente de usuários com transtornos mentais, chegando a ser preocupante a situação vivenciada naquele momento, no qual o único serviço de referência no atendimento aos usuários era a Unidade Integrada de Saúde Mental - UISAM. Assim, havia uma grande demanda não suprida, no que se refere ao acesso universal e de qualidade, pois a UISAM não tinha condições de atender a todos de forma completa e satisfatória.

Vale ressaltar, com base na mencionada publicação, que até pouco tempo, não havia nenhum serviço de atenção psicossocial nos municípios do estado de Roraima, mas havia um movimento e vontade política de alguns gestores municipais para implantar e estruturar os CAPS, no entanto, isso ainda não era o suficiente.

Salienta-se que é indispensável ao Estado cumprir o seu papel enquanto gestor do SUS e estruturar a rede de atenção integral em saúde mental, fato que há bastante tempo deveria ter ocorrido no estado de Roraima, pois, o número de pessoas acometidas com transtornos mentais foi crescendo, chegando inclusive, a ter pacientes vivendo nas ruas, o que não se via até início de 2000.

Dessa forma, no ano de 2012:

“Justifica-se a implantação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) no estado de Roraima, regulamentado através da portaria 336/02, para atender de forma resolutiva e com qualidade a população com transtorno mental severo ou moderado do estado. Enfim, Roraima teve, a partir da implantação do CAPS III, garantia de acesso dos pacientes com transtornos mentais, melhor acolhimento e assistência, vínculo com a equipe e cuidado continuado, além de resolutividade e autonomia no que se refere à política de Saúde Mental.” (RESOLUÇÃO CIB/RR nº 13/2012, p.33).

Sobre isso, a Organização Mundial de Saúde, por meio do Relatório sobre a Saúde Mental (2001), proporciona uma nova forma de compreender as perturbações mentais e define a reabilitação psicossocial como um processo que compreende todas as medidas destinadas a reduzir os efeitos das afecções que geram incapacidades e a permitir ao desabilitado a realização da sua integração, bem como, disponibiliza um conjunto de recomendações de longo alcance que cada país pode adaptar de acordo com suas necessidades e recursos (MS, 2002).

Com relação aos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS III, estes são unidades que oferecem serviços de atenção à saúde mental em municípios com população acima de 200 mil habitantes (MS, 2002).

No caso do CAPS III Edna Macellaro Marques de Souza, segundo informações coletadas nas visitas de campo e na vivência em estágio supervisionado, foi inaugurado em 13 de fevereiro de 2015, mas anteriormente, desde o ano de 2012, dividia o mesmo espaço físico com a Unidade Integrada da Saúde Mental - UISAM, que

funcionava ao lado do Hospital Coronel Mota e era insuficiente para o funcionamento dos dois serviços, estando em desacordo com as recomendações ministeriais.

O CAPS III, localiza-se na Av. Cap. Ene Garcês, nº 497, Centro, Boa Vista/ RR, funcionando 7 dias por semana, das 7h30min. as 19h, porém, dispõe de serviços 24h por dia, para a permanência dos pacientes internados, estando aberto ao atendimento e tratamento das pessoas de sua área de abrangência que sofrem com transtornos mentais graves/crônicos e seus familiares, realizando além do acompanhamento clínico, atividades voltadas ao desenvolvimento da autonomia.

O centro é composto por uma equipe técnica multidisciplinar que reúne assistente social, psicólogo, pedagogo, enfermeiros, médicos (clínico geral e psiquiatra) e técnicos em enfermagem. Além de outros profissionais como artesãos, farmacêuticos, pessoal do administrativo e da limpeza.

Por meio do acompanhamento da rotina e dinâmica do CAPS III, verificou-se que este apresenta o caráter público inerente ao SUS, estando, a todo o momento, aberto ao público alvo, realizando na medida de suas possibilidades, o atendimento e tratamento das pessoas de sua área de abrangência. Disponibilizando, não somente o acompanhamento clínico, psicológico, mas também, atividades voltadas ao desenvolvimento da autonomia dos usuários como, por exemplo, as Oficinas de Serviço Social, com palestras sobre os direitos da pessoa humana e de cidadania, bem como, as atividades lúdicas, as Oficinas de Terapia Ocupacional e as de Educação Física.

É importante ressaltar, porém, apesar desses pontos positivos, a fatídica realidade da dificuldade ou impossibilidade de promover a inserção desses usuários no mercado de trabalho, isso devido ao estigma historicamente construído e presente na sociedade, que fomenta o preconceito e a discriminação que gira em torno dos transtornos inerentes à saúde mental.

Sobre as atividades desenvolvidas na unidade estas são: consultas médicas; elaboração do Projeto Terapêutico Singular – PTS; entrevistas, acolhimento, atendimento individual e grupal ou oficinas do serviço social, divididas entre palestras sobre o exercício de cidadania e atividades lúdicas; Oficinas Terapêuticas; Estudo de Caso; visita domiciliar realizada uma vez por semana; visitas institucionais para fins de articulação da rede e acompanhamento de usuários a instituições; reunião da equipe multiprofissional e coordenação do grupo de família.

As principais políticas trabalhadas e acionadas no CAPS III são: saúde, educação, assistência social, previdência social e política habitacional.

Como resultados positivos das ações planejadas, desenvolvidas, aplicadas e disponibilizadas no centro, tem-se a melhora significativa do quadro clínico dos usuários, a inclusão deles em programas da assistência social e benefícios previdenciários como, por exemplo, sete casos registrados de usuários que, após

a articulação da rede, foram contemplados com habitação de interesse social e outros, que por meio da intervenção e ações da instituição, foram reinseridos no grupo familiar e comunitário.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitos os avanços nas ações voltadas à saúde mental, que vão desde a criação dos dispositivos de garantia de direitos à real mudança na forma de tratamento, que passou do hospitalocêntrico aos serviços substitutivos de saúde mental.

Nessa direção, o CAPS III desempenha um importante papel, pois, visa alcançar, dentre outros resultados, a efetiva emancipação dos usuários no sentido de fazer com que estes se reconheçam como sujeitos autônomos e plenos de direitos.

Ressalta-se que, pesquisas assim, possibilitam a quebra de paradigmas acerca da temática relacionada ao atendimento de pessoas com transtornos mentais e sobre a errônea ideia de que elas são incapazes e improdutivas.

Verificou-se, no entanto, que as dificuldades e fragilidades encontradas por toda a rede de assistência à saúde mental, resultante da precariedade das políticas públicas voltadas a esta demanda, é um fato que, por diversas vezes, dificulta os resultados positivos quanto à inserção efetiva dos usuários dos serviços de saúde mental na sociedade.

Constatou-se, todavia, a fundamental importância do trabalho da equipe multiprofissional para o alcance de resultados mais amplos e qualificados, sempre na perspectiva de totalidade na efetivação dos direitos dos usuários.

Em suma, constatou-se que apesar das muitas conquistas no cuidado e ações voltadas à saúde mental e do engajamento dos profissionais, ainda há muito a ser conquistado com relação a uma verdadeira e efetiva inclusão social das pessoas portadoras de transtornos mentais.

REFRÊNCIAS

BRASIL: **Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE RORAIMA (DOERR). 13 de abril de 2012. Anexo Resolução CIB/RR nº 13/2012, p.33. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/36145352/doerr-13-04-2012-pg-33>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Direção-Geral da Saúde/ OMS. **Relatório Mundial da Saúde. Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. 1ª edição, Lisboa: 2002. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42390/4/WHO_2001_por.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS n.º 336, de 19 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre as características das modalidades de CAPS. Disponível em: <<http://bibliofarma.com/portaria-gmms-no-336-de-19-de-fevereiro-de-2002/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. **O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental.** Serv. Soc., São Paulo, n. 102, p. 139-151, abr./jun. 2010.

PERFORMANCE DE CORPOS APRISIONADOS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE COM HIV/AIDS

Isabella Beatriz Gonçalves Lemes

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Ensino em Saúde, Mestrado Profissional (PPGES); UEMS; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Dourados/MS – Brasil; E-mail: isabella_bialeme@hotmail.com
Doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias (PPGDIP/UFMS); Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Ensino em Saúde, Mestrado Profissional (PPGES); UEMS; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Dourados/MS – Brasil; E-mail: cassia@uems.br

Cássia Barbosa Reis

Doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias (PPGDIP/UFMS); Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Ensino em Saúde, Mestrado Profissional (PPGES); UEMS; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Dourados/MS – Brasil; E-mail: cassia@uems.br

Resumo: Introdução: O corpo do homem, arraigado culturalmente sob a óptica da “masculinidade hegemônica” se torna supostamente mais vulnerável às influências do ambiente carcerário, sobe performance de comportamentos, que ora produzem e ora reforçam as suas necessidades de adaptação. Sob esta análise busca-se encontrar os efeitos significativos, que tangem não apenas a reprodução de uma dublagem da unidade prisional como máquina que reproduz

delinquência e ilegalidade, mas retratar seus sujeitos, suas reproduções e representatividade acerca dos que, neste meio são soropositivos.

Objetivo: Conhecer quais são as principais representatividades em saúde de homens privados de liberdade com HIV/Aids da Penitenciária Estadual de Dourados/MS (PED).

Metodologia: Para realizar essa discussão utilizaremos as aproximações teóricas das Representações Sociais de Serge Moscovici (1978), como estratégia metodológica será realizada entrevistas individuais e como tratamento dos dados à análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). **Resultados:** Das análises que resultaram a investigação, será discutida a representatividade da relação de poder reproduzido por estes sujeitos a cerca da transmissão do HIV/Aids no contexto prisional.

Conclusão: Fica evidente a carência de dispositivos que visem alcançar a participação ativa destes sujeitos acerca da reflexão e construção de suas necessidades de saúde, desta forma procuramos aproximar a assistência de enfermagem dos discursos, concepções e interpretações de HIV/Adis e encarceramento vivenciados por estes indivíduos.

1 | INTRODUÇÃO

A presente estudo está vinculado ao

Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional – Ensino em Saúde (PPGES), o mesmo encontra-se em andamento e insere-se ao campo da saúde do homem privado de liberdade com HIV/ Aids (Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da imunodeficiência adquirida) no que tange a busca pela compreensão das necessidades desta população, sob perspectiva do fortalecimento da promoção e vinculação da continuidade do cuidado destes sujeitos, quando situarem-se em transição para comunidade.

Ao ingressar em uma Instituição Prisional, o indivíduo apenado passa por um processo de modificação de seus hábitos diários para um ambiente de confinamento coletivo, onde se instala a necessidade de readaptação para convivência em tal ambiente. Esta readaptação dialoga com a questão disciplinar do corpo, sua utilização par afins produtivos, organizacionais, sua rebeldia administrada e relação de poder (TEIXEIRA, 2009; MATOS, 1984).

Trago para reflexão as considerações de Judith Butler, filósofa, norte-americana e pós-estruturalista, sobre os contornos da performance dos corpos. A autora faz a leitura da problematização dos limites e normatização de gênero, a partir da concepção de um ideal regulatório, sua repetição e reencenação através de uma prática que possibilita sua dissimulação, transitando entre o que não é verdadeiro nem falso (RODRIGUES, 2012).

O contexto prisional nos abre a possibilidade de investigar “o transitar” entre as representações destes sujeitos, elucidadas pela repetição e sujeição ao convívio coletivo, permeado pela precariedade estrutural, superlotação, péssimas condições de higiene e confinamento, sob luz da “invisibilidade” social (TEIXEIRA, 2009).

As representações a serem investigadas neste projeto correspondem ao marco teórico de Serge Moscovici (1978) que vai mediar nossa compreensão através do conceito de Representações Sociais que tem como objetivo abstrair sentido de um determinado fenômeno e introduzir nele ordem e percepções, que o reproduzam de uma forma significativa e coletiva (MOSCOVICI, 2015).

Busco entender neste contexto, através de uma perspectiva relacionada ao estudo do corpo, na antropologia, procurando a compreensão das seguintes questões: Quais são as principais representatividades em saúde de homens privados de liberdade com HIV/Aids da Penitenciária Estadual de Dourados/MS (PED)? De que maneira as relações de poder sobre a transmissão e infecção por HIV/AIDS influenciam no disciplinamento dos corpos no ambiente carcerário?

Esta pesquisa justifica-se pelas disparidades de saúde quando se analisa o contexto do HIV/Aids e sua incidência significativa no âmbito prisional, que se promulga em condições de vulnerabilidade e precariedade. Assim, torna-se importante a aplicação e análise de uma tecnologia educacional neste âmbito operacional, carente de ações práticas resolutivas que integrem o sujeito como participante e não

apenas como um dado estatístico.

A tecnologia educacional insere-se neste âmbito como uma produção técnica exigida pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional – Ensino em saúde (PPGES), para aplicação prática do conteúdo teorizado na comunidade local.

2 | TRAJETÓRIA E IMPACTO EPIDEMIOLÓGICO DO HIV/AIDS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Desde seu reconhecimento, no início dos anos 80, o vírus da imunodeficiência humana (HIV), agente etiológico da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tornou-se um dos maiores desafios da saúde mundial. Os países em desenvolvimento, concentram 90% dos 36 milhões de adultos que vivem com HIV/AIDS (UNAIDS, 2017).

No Brasil estima-se que 830 mil pessoas viviam com HIV no ano de 2016, de acordo com o relatório mais atual do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lançado em junho de 2017, cerca de um terço de todos os casos da América Latina. Aproximadamente 35% das novas infecções ocorrem entre a população jovem de 15 a 24 anos, prevalentemente entre usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo, pessoas transgêneros, pessoas privadas de liberdade, homens gays e outros homens que fazem sexo com homens e seus parceiros sexuais (HOTTZ e SCHECTER, 2012; UNAIDS, 2017).

O HIV, patologicamente pertence ao grupo dos retrovírus citopáticos e não-oncogênicos que necessitam, para multiplicar-se, de uma enzima denominada transcriptase reversa, responsável pela transcrição do RNA viral para uma cópia DNA, integrando-se ao genoma do hospedeiro (RUBIN, 2010). A infecção pelo HIV é agravada pelo declínio progressivo das células que compõem o sistema imune, principalmente as denominadas células TCD4+, o que conseqüentemente tornam o indivíduo suscetível e propenso a desenvolver falência imune e diversas infecções oportunistas (ROTTA e ALMEIDA, 2011; RUBIN, 2010; BRASIL, 2014).

O tratamento do HIV, por meio da Terapia Antirretroviral (TARV) surgiu em 1987 com a utilização de inibidores da transcriptase reversa. O referido tratamento foi introduzido no Brasil em 1996 através do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo acesso universal e gratuito aos medicamentos, o que resulta no aumento de sobrevivência dos pacientes mediante a estabilização do sistema imunológico e redução das doenças secundárias, oportunizando desta forma a melhora da qualidade de vida destas pessoas (BRASIL, 2012).

Ressalta-se o fato, como citado anteriormente, que o maior número das infecções em escala mundial, incide entre os grupos que permeiam determinadas situações

de vulnerabilidade. A população carcerária destaca-se devido à prevalência do agravo atingir valores de duas a vinte vezes superiores do que na população geral. As condições precárias de confinamento e superpopulação agravam as chances de contato/contágio por doenças infectocontagiosas, dentre as quais prevalecem HIV/Aids, sífilis, tuberculose e hepatites virais do tipo B e C (SILVA, NAZARIO e LIMA, 2015; UNODC, 2008).

3 | O IMPACTO DO HIV/AIDS NA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE.

O Brasil está entre os quatro países com as maiores populações prisionais do mundo, correspondendo a aproximadamente pouco mais de 600 mil indivíduos privados de liberdade. O perfil sociodemográfico dessa população indica que os presídios brasileiros estão ocupados, sobretudo por adultos jovens, entre 18 a 24 anos, com a etnia negra e baixa escolaridade, pela maioria destes (INFOPEN, 2014). Neste contexto, o estado de Mato Grosso do Sul chama a atenção, ainda, pela extensão deste perfil sociodemográfico que acrescenta os indígenas como público alvo do cárcere (BECKER&MARCHETTI,2014) (BRITO & SANTELLI, 2014).

Segundo o levantamento de informações nacionais penitenciárias (INFOPEN), atualizada até 2014, foram identificadas 2.864 pessoas portadoras do vírus HIV do total de pessoas privadas de liberdade. Esse total representa 1,21% do número geral de presos nas unidades que informaram os dados, o que equivale a uma taxa de incidência de 1215,5 pessoas soropositivas para cada cem mil presos, proporção sessenta vezes maior que a taxa da população brasileira total, de 20,4 (INFOPEN, 2014).

4 | OBJETIVO

Conhecer quais as principais representatividades em saúde de homens privados de liberdade com HIV/Aids da Penitenciária Estadual de Dourados/MS (PED).

5 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza experimental, com abordagem qualitativa, de seguimento transversal. Terá como público alvo homens privados de liberdade com sorologia positiva para HIV/Aids sob regime fechado. A pesquisa será realizada no estabelecimento penal de segurança máxima de Dourados/MS, destinados a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado, denominada Penitenciária Estadual de Dourados/MS

(PED), inaugurada em 1997, que faz parte da Agencia Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (AGEPEN/MS), criada em 1979 contemplando 19 cidades do estado.

A PED tem a capacidade máxima para comportar 718 presos, no total a penitenciária concentra hoje 2.450 detentos, sendo considerada atualmente a maior superlotação do Estado.

Como método de coleta de dados será aplicado uma entrevista semiestruturada que consiste na elaboração de um roteiro previamente elaborado, que se dividirá em 2 fases. Na primeira fase serão coletados dados sociodemográfico pertinentes as questões de: Identidade de gênero, idade, cor, escolaridade, histórico de encarceramento, previsão de saída, tempo de diagnóstico e tratamento do HIV, tratamento, exames, dependência química, histórico de internações, como adquiriu a doença, comportamento de risco (uso de camisinha).

Na segunda fase serão realizadas perguntas condutoras, as quais envolvem fenômenos mais complexos, como examinar o conjunto de relações em que interagem através de situações problemáticas a partir da realidade experiencial dos envolvidos, sendo elas divididas por eixos temáticos: Saúde Física e mental, apoio social, familiar, ocupacional, educacional, auxílio com tratamento de dependências, habitação, comportamentos de risco e enfrentamento financeiro.

Torna-se pertinente salientar que estas perguntas foram elaboradas previamente através de revisão de literatura onde se considerou o maior número de vezes que estes eixos temáticos foram abordados. Pode ser que haja alterações de acordo com o que for mais pertinente ao público durante as entrevistas, onde adequações poderão ser realizadas ao que se aproxime da realidade/necessidade local.

As entrevistas foram realizadas individualmente tendo como prerrogativa que neste local temos a impossibilidade de realizar atividades em grupo, presando pela segurança das pesquisadoras e evitando a provocação de possíveis tumultos por aglomeração. Desta forma, obtém-se a garantia de preservar o conteúdo das entrevistas realizadas e privacidade dos participantes.

As falas tiveram autorização para gravação e assim serão transcritas e organizadas pelas aproximações teóricas do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) desenvolvida por Lefèvre no fim da década de 90, tendo como prerrogativa um discurso-síntese elaborado com partes de discursos de sentido semelhante, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados.

O percurso utilizado para atingir os preceitos éticos da pesquisa se iniciaram pela solicitação de autorização ao local onde a mesma ocorreu, para isso as pesquisadoras entraram em contato com o responsável da Penitenciária Estadual de Dourados através de um documento formal de requerimento.

Após a declaração de autorização da instituição a pesquisa será submetida ao

Comitê de ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul campus de Dourados/MS, localizada na Cidade Universitária de Dourados – Rodovia Itahum, Km 12, s/n – Jardim Aeroporto, Dourados/MS, CEP: 79804-970.

Nesta instância a pesquisa foi aprovada em suas questões éticas sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número: 98614718.0.0000.8030 que procede em um número disponibilizado em modo público pelo Comitê de ética e Pesquisa. Mediante este parecer será garantido que a pesquisa respeitará todos os princípios éticos constantes na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil.

Antes de iniciar qualquer atividade, os participantes serão esclarecidos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que as pesquisadoras irão elucidar todas as dúvidas que possam surgir por parte dos participantes. O TCLE deverá ser assinado em duas vias, onde, uma via será entregue ao participante da pesquisa e a outra via será arquivada.

6 | RESULTADOS

Das análises que resultaram da investigação, serão discutidas as representatividades da relação de poder reproduzido por estes sujeitos a cerca da transmissão do HIV/Aids no contexto prisional.

Conviver com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), representa biologicamente, ter uma doença incontestavelmente crônica, que atualmente pelos avanços da medicina é considerada incurável, mas com forte potencial de controle através do tratamento Antirretroviral (TARV), que é capaz de diminuir drasticamente as chances de transmissão e manter o organismo imunologicamente estável. Socialmente o HIV ainda é travestido de estigmas produzidos pela sociedade, intimamente ligados a sexualidade promíscua, isto gera uma forte influência diretamente na representação dos sujeitos relacionados à vergonha, culpa ou ao castigo (TERTO, 2002).

Trazendo a análise para o contexto prisional masculino, discutiremos a perspectiva da representação produzida pelos sujeitos através da relação de poder da transmissão da infecção. Trazidas a discurso ora como, jamais infectar os outros por “sacanagem” e não repassar o vírus. Ora como se o parceiro (a) é fixo é claro que não se usa camisinha. Ou até relação sexual com travestis e homossexuais sem uso de preservativo, já relações sexuais com mulheres fora do presídio com uso de preservativo.

Esta representação demonstra a relação de poder de infecção sobre o outro, atrelada ao fato de se deter uma doença potencialmente prejudicial, usada neste contexto como fator de prevenção e negociação. Associada muitas vezes ao poder

punitivo da devolução gratuita de algo não desejado.

Desta forma como intervenção foi sugestionada a estratégia de sequência didática definida pelos pressupostos de Antoni Zabala (1998), que servirá como material de apoio para que a equipe de enfermagem. Neste contexto a sequência produzida terá como enfoque os discursos e representações dos sujeitos participantes da pesquisa, ordenados pelas problemáticas suscitadas pelos eixos temáticos e suas interfaces de transição para a comunidade.

Desta forma presume-se que o processo de aprendizagem do conteúdo proposto será de natureza atitudinal, uma vez que este tem por objetivo refletir o que o indivíduo pensa, sente e atua de uma forma constante ou não frente a um objeto concreto a quem dirige essa atitude (ZABALA, 1998).

E a partir desta sequência será realizada uma capacitação para a equipe de enfermagem do local, para que a mesma possa se apropriar dos temas imergidos da pesquisa e assim possa utilizar a tecnologia educacional no seu processo de trabalho.

Espera-se que com a tecnologia educativa proposta, exigida como produção técnica final do mestrado profissional, tenha impacto tanto no âmbito educacional o qual abrange a contribuição da melhoria no ensino profissional da equipe de enfermagem envolvida, a partir do conhecimento das necessidades da população envolvida, como no âmbito social que abrange a formação de recursos humanos e aprimoramento da gestão pública e diminuição da dívida social para com esses indivíduos que permeiam situações por vezes de vulnerabilidade e precariedade.

Considerando ainda a possibilidade de implementação desta tecnologia como processo de enfermagem aos profissionais enfermeiros que trabalham tanto na penitenciária estadual de Dourados como nas demais penitenciárias de gestão estadual.

7 | CONCLUSÃO

Fica evidente a carência de dispositivos que visem alcançar a participação ativa destes sujeitos acerca da reflexão e construção de suas necessidades de saúde, desta forma procuramos aproximar a assistência de enfermagem dos discursos, concepções e interpretações de HIV/Adis e encarceramento vivenciados por estes indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. Departamento DST, AIDS e Hepatites Virais. Política Brasileira de Enfrentamento da AIDS: Resultados, avanços e Perspectivas. 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_brasileira_enfrentamento_aids_2012.pdf . Acesso em 05 de

outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. FIOCRUZ. HIV: Aspectos virológicos e genética do hospedeiro. Curso de verão. 2014.

BRASIL. Ministério da justiça. Departamento penitenciário nacional. Relatório do Levantamento Nacional de informações penitenciárias (INFOPEN) - junho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2017.

BECKER, S.; MARCHETTI, L. E. Análise Etnográfica e Discursiva das Relações entre Estado e Mulheres Indígenas Encarceadas no Estao de Mato Grosso do Sul. **Revista de Ciências Humanas**, v. 47, Florianópolis, p. 81-89. 2013.

BRITO, A. G.; SANTELLI, I. H. da S. Da sociologia do desvio à criminologia crítica: indígenas de Mato Grosso do Sul como outsiders. **Ciências sociais Unisinos**, 2014.

HOTTZ, P.L; SHECHTER, M. A epidemiologia da infecção pelo HIV no Brasil e no mundo. In Infecção pelo HIV e terapia Antirretroviral em 2012. **Permanyer Brasil Publicações**, Ltda, São Paulo, Brasil.

MATOS, O. O corpo e o poder. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 42-44, Mar. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901984000100005&script=sci_arttext&tling=pt. Acesso em 01 de outubro de 2018.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigação em psicologia social; editado em inglês; traduzido por Pedrinho A. Guareschi. 11. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OMS. Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS). Ending AIDS, Progress towards the 90–90–90 targets. **Global Aids Update**. 2017. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/Global_AIDS_update_2017_en.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

RODRIGUES. C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Rev Latino-americana Sexualidad, Salud y Sociedad**. n.10, p. 140-164, Abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/n10/a07n10.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

ROTTA, I.; ALMEIDA, S. M. Genotypical diversity of HIV clades and central nervous system impairment. **Arquivos de neuro-psiquiatria**. V. 69, n.6, p. 964-972, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2011000700023. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

SILVA, A. C. L. G.; NAZARIO, N. O.; LIMA, D. C.; Atenção à saúde do homem privado de liberdade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: http://violenciaesaude.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/06/Saude_Homem.pdf. Acesso em 06 de outubro de 2017.

TEIXEIRA. V. B. Adaptando o corpo ao espaço de confinamento: um estudo antropológico sobre as práticas corporais no presídio central de Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso. 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18334>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

TERTO JR., V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v.8, n.17, p.147-158, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832002000100008&script=sci_arttext&tling=pt Acesso em 06 de outubro de 2017.

UNODC. United Nations Office in Drugs and Crime HIV and AIDS in places of detention: A toolkit for policymakers, programme managers prison officers and health care provides in prison settings. New York, 2008. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/HIV-toolkit-Dec08.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2017.

REFLEXÕES SOBRE O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA

Carla Dornelles da Silva

Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ - Fortaleza-
CE

Sales Gama da Silva

Universidade Estadual do Ceará- UECE –
Beberibe- CE

RESUMO: Este trabalho tem como proposta refletir sobre as questões que levam o adolescente a buscar o suicídio como alternativa para solucionar as questões inerentes a este período do desenvolvimento humano, bem como, aos conflitos subjacentes do cotidiano. Muitas vezes, o suicídio na adolescência, está atrelado a formação de grupos que realizam brincadeiras perigosas, desafiando a vida, como, também, a necessidade de pertencer e ser aceito, quando há o rechaço, a rejeição, tem como consequência a dificuldade emocional em lidar com estas situações e se instala a depressão. Partindo do construto teórico que foi a partir do século XIX, a adolescência passou a ser percebida como uma fase complexa, crítica e caracterizada pelos conflitos existenciais, onde o adolescente passou a ser visto em sua integralidade e necessidades, cujos arroubos emocionais, transgressões ao que estava posto, entre outros comportamentos, passaram a ser percebidos como movimento pertinentes ao período do desenvolvimento. Portanto, para

que se compreenda, na contemporaneidade, os fatores emocionais e sociais que representam o ato finito da vida, parte-se do seguinte questionamento: Qual o papel social do suicídio na contemporaneidade? Seria, portanto, uma tentativa de responder à pergunta fundamental da Filosofia e da Psicologia que perpassa a história da humanidade, questões existenciais que mostram a complexidade do suicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Suicídio. Conflitos existenciais.

REFLECTIONS ON SUICIDE IN ADOLESCENCE

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the issues that lead the adolescent to seek suicide as an alternative to solve the conflicts inherent in this period of human development, as well as the underlying conflicts of daily life. Often, suicide in adolescence is linked to the formation of groups that perform dangerous games, challenging life, as well as the need to belong and be accepted, when there is acts of repudiation, rejection, results in emotional difficulty in deal with these situations and depression sets in. Starting the analysis by the theoretical construct started from the nineteenth century, adolescence began to be perceived as a complex phase, critical and characterized by existential conflicts, where the adolescent came to be seen in its entirety

and needs, whose emotional outbursts, transgressions to what was set, among other behaviors came to be perceived as movement pertinent to the period of development. Therefore, in order to understand, in contemporary times, the emotional and social factors that represent the finite act of life, we start from the following question: What is the social role of suicide in contemporary times? It would therefore be an attempt to answer the fundamental question of philosophy and psychology that runs through the history of humanity, existential questions that show the complexity of suicide.

KEYWORDS: Adolescence. Suicide. Existential Conflicts.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma breve análise sobre o suicídio como fator social e psicológico que é decorrente das relações grupais, sociais, familiares, entre outros. Tendo em vistas que, na contemporaneidade, alguns jovens, não estão preparados para lidar com questões próprias da adolescência e com as exigências que lhes são impostas a corresponder. Partindo deste princípio, percebe-se, empiricamente, três aspectos relevantes que o adolescente se depara, são: sexualidade, conflitos subjacentes à fase, uso de substâncias psicoativas. Por conseguinte, ficam vulneráveis a esses problemas existenciais, podendo entrar em crise, nota-se que, muitos buscam a morte por considerarem que a dor psicológica torna-se insuportável, e, conseqüentemente, querem ficar livres do sofrimento.

Para tanto, esta reflexão pauta-se no seguinte arcabouço teórico: Camus (2010), Durkheim (1973), Calligaris (2010), Breel (2017), Zagury (2004), entre outros, sobre o suicídio, assim, como, sobre a compreensão da adolescência como uma fase complexa do desenvolvimento humano. Questionar-se sobre o sentido da vida, tornou-se um fator constante para as pessoas, assim sendo, torna-se fundamental pensar sobre: Qual o papel social do suicídio na contemporaneidade?

É importante compreender que o suicídio na adolescência é um dos vários desafios que está posto no século XXI. No decorrer do desenvolvimento da sociedade, muitos estudos abordam esta temática, portanto, este artigo tem como o objetivo compreender o suicídio como fato social, segundo a perspectiva de Durkheim (1973); e refletir sobre os motivos que levam ao adolescente, na contemporaneidade, a buscar no suicídio o alívio para o sofrimento. O interesse se justifica pelo alto índice de suicídio entre esta população na sociedade.

2 | METODOLOGIA

O Trabalho trata-se de um estudo teórico e de uma revisão bibliográfica no que se refere à necessidade da reflexão, na atualidade, sobre o suicídio na

adolescência. Tais questões abordadas na pesquisa, por se tratar de um tema amplo e, principalmente, complexo, percebeu-se a relevância de selecionar alguns autores, tais como: Camus (2010), Durkheim (1973), Calligaris (2010), Breeel (2017) e Zagury (2004), entre outros, de áreas afins para fundamentar o trabalho, formulando investigações referentes ao assunto. Torna-se necessário ressaltar que, a pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e bibliográfica, trazendo uma abordagem sobre o suicídio na adolescência.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Albert Camus, escritor do século XX, foi, ao lado de Jean-Paul Sartre, um dos principais representantes do existencialismo francês. No ano de 1942, publica “O Mito de Sísifo”, onde nos apresenta um tema polêmico para a sociedade contemporânea, o suicídio. Camus (2010, p. 19), no primeiro ensaio que discorre sobre o absurdo e o suicídio, afirma que: “Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio”. Assim, propõem o seguinte questionamento: se a vida vale a pena ou não ser vivida? Seria, portanto, responder à pergunta fundamental da Filosofia e Psicologia.

Percebe-se, no início de sua obra, questões existenciais que mostram, nitidamente, a complexidade do suicídio, como, por exemplo, no relato de um pai que se matou, mas que cinco anos antes havia perdido sua filha. De acordo com Camus (2010), a perda, deixou o pai atormentado. Deve-se, portanto, atentar para o Ser que vive atormentado diante das situações inerentes a vida. Pois, “começar a pensar é começar a ser atormentado” (2010, p. 20), afirmando, por conseguinte, que existem muitas causas para o suicídio:

Há muitas causas para um suicídio, e nem sempre as causas mais aparentes foram as mais eficazes. Raramente alguém se suicida por reflexão (hipótese, no entanto, não descartada). O que desencadeia a crise é quase sempre incontrollável. Os jornais falam com frequência de “aflições íntimas” ou de “doença incurável”. Estas explicações são válidas. Mas teríamos que saber se no mesmo dia um amigo do desesperado não o tratou de modo indiferente. Ele é que é o culpado. Pois isto pode ser suficiente para precipitar todos os rancores e todas as prostrações ainda em suspensão. (CAMUS, 2010, p.20).

Portanto, Camus (2010) apresenta uma questão sobre o suicídio referente a reflexão, refere-se ao motivo que uma pessoa pode apresentar, por conseguinte, chega a se matar por conta da indiferença de outra pessoa, ou seja, o desespero leva a pessoa a distorcer, muitas vezes, a realidade e ao ser tratado de modo indiferente, segundo sua percepção, pode vir a cometer o suicídio. Pode-se dizer que, desse modo, que o fator “indiferença” é comum na mecanização da vida contemporânea, onde muitas pessoas passam a agir, insensivelmente, em relação aos problemas

existenciais trazido por outras pessoas.

Existem várias hipóteses significativas relacionadas a questão do suicídio na adolescência, tendo em vistas o aumento e a oferta de drogas que podem desencadear transtornos psicológicos e comportamentais. Outro ponto a salientar, diz respeito ao *modus viventis*, isto é, ao estilo de vida das pessoas. Percebe-se que há notória diminuição das horas de sono e da qualidade, trazendo sequelas químicas ao cérebro, como o estresse e a depressão. A diminuição do número de pessoas que compõem a família, também, é um fator de *suma* importância, pois, crianças e adolescentes passam muito tempo em atividades solitárias, o que dificulta a criação de vínculos efetivos e de redes de apoio.

No contexto dos que analisam o suicídio pelo viés individual, destacam-se os aqueles que contemporizam os aspectos clínicos individuais, frequentemente, analisados por especialidades no âmbito da saúde, como: a epidemiologia e a saúde pública. Nesta perspectiva, o suicídio é visto como um transtorno da saúde da pessoa e averiguado por profissionais da área da saúde mental e pelas múltiplas escolas de Psiquiatria e Psicologia. Para tanto, não se desconsidera a reflexão de Durkheim (1973) que posiciona-se em polo oposto, pois seu intuito era consolidar as bases sociológicas, como ciência social. Ressalta que, os casos de suicídio, cujo o transtorno mental evidencia-se configura objeto de estudo da Psicologia.

Segundo Durkheim (1973) cada sociedade, no transcorrer da história da humanidade, apresenta uma predisposição para o suicídio, mesmo junto a população que não evidenciam transtornos mentais. Corroborando com a ideia de que, o suicídio é resultante da pressão ordenadora subjacente ao *status quo*, ou seja, da situação vivenciada no dado contexto social, exercendo uma alteração de humor sobre os sujeitos, podendo ser de origem econômico-financeiro, no caso, questões escolares. Assim sendo, o suicídio tem origem nos elementos constituintes da sociedade, no social, tendo em vistas que o homem não pode ser percebido de forma isolada.

Em relação à morte, ao suicídio, Camus (2010, p. 21), ressalta que: “matar-se, em certo sentido, e como no melodrama, é confessar. Confessar que fomos superados pela vida ou que não a entendemos”. Entende-se, dessa forma, que o não entendimento diante de certas situações existências que são inerentes à vida, torna os seres inquietos, incomodados com a existência. Com isso, matar-se, para muitas pessoas, seria uma forma de aliviar a dor existencial, que faz doer o âmago do ser. Camus (2010), ainda, salienta que, morrer está relacionado à uma ausência de um motivo profundo para viver. Portanto, existem pessoas que, quando não encontram um motivo de vida, encontram um motivo de morte, que é o não sentido em viver.

Com isso, compreende-se que, também, existe uma espécie de inquietação existencial presente no ser do homem. E sobre essa inquietação, Agostinho (2014, p. 27), apresenta um pensamento teológico relevante, fazendo perceber outros vieses,

que influência uma amenização dessas questões prementes do ser: “Vós o incitais a que se deleite nos vossos louvores, porque nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousar em vós”. Retrando o conforto das dores na morte, pois ao encontrar o Pai, o descanso eterno, o indivíduo terá alcançado a salvação e pela morte os pecados serão absolvidos dos pecados, por conseguinte, da dor. Em outro prisma, a busca da salvação está dentro do próprio sujeito, o que significa que, a inquietação do indivíduo será sanada quando ele a reconhecer e ressignificar suas dores.

Cabe, nesse momento ressaltar outro ponto que pode influenciar o comportamento suicida, os efeitos da modernização, globalização que levam ao individualismo, desestruturando toda uma rede de proteção, consubstanciando o caráter não linear dos efeitos na contemporaneidade. Nas sociedades evoluídas percebe-se novos comportamentos adaptativos, pois surgem outros fatores sociais protetores minimizando os efeitos e estabelecem novas formas de proteção social de modo a diminuir ou estabilizar as taxas de suicídio.

Durkheim (1973 p. 11) diz que: “sem dúvida, o suicídio é vulgarmente e antes de mais nada o acto de desespero de um indivíduo a quem a vida já não interessa”. [...] “chama-se suicídio todo o caso de morte que resulta directa ou indirectamente de um acto positivo ou negativo praticado pela própria vítima, acto que a vítima sabia saber produzir este resultado”. É importante considerar o suicídio como um fenômeno social, sendo o mesmo um fato social, assim como o autor nos apresenta.

Com isso, tendo em vistas, relatos disponíveis nas mídias sociais e em jornais de ampla circulação no país, como, por exemplo, o caso de três estudantes de colégios particulares em São Paulo que se suicidaram. Dentre as causas e versões explicitadas na publicação, constam: questões ligadas às frustrações, à sexualidade e ao bullying. Torna-se importante, também, ressaltar as contribuições que as redes sociais têm em relação a esses casos. Pode-se inferir que as mesmas podem passar uma impressão de que as pessoas estão adaptadas, equilibradas, enfim, contribuindo assim, para aquisição da angústia dos jovens.

Breel (2017) descreve o caso de um menino de 06 (seis) anos que vivia uma vida solitária, passando a criar um mundo imaginário que se distancia de sua realidade. Supõem-se, portanto, que há fuga das situações do cotidiano e dos conflitos inerentes a existência humana. Com isso, apresenta-se alguns aspectos relevantes a se considerar, principalmente, aqueles tocantes a família, desunião, falta de comunicação, de expressão de afeto, entre outras, tendo como consequência, o descrédito nas relações amorosas e a falta de confiança no outro.

Muitas vezes, neste relato, a criança desejava um relacionamento apaixonado entre seus pais, pois os mesmos eram pessoas que tinham coisas em comum, mas não demonstravam afetos entre eles e para com o filho. Entende-se, portanto, que

a depressão pode começar, também, por meio de uma infância solitária, onde o sentimento de abandono passa a extrapolar a realidade, gerando situações que, na adolescência configuram-se como conflitos, traumas e autoagressões.

Outro ponto importante, diz respeito a percepção do adolescente sobre as relações sociais, pois, segundo Breel (2017), o garoto passa a reconhecer que as pessoas (sociedade) só enxergavam as superfícies dos problemas, ou seja, o individualismo impossibilita a visão do outro em sua inteireza, o inter-relacionamento é parcial, dificultando a percepção do sujeito solitário. Isso reflete uma situação vivida desde os primórdios e que perpassa gerações, constata-se que o momento histórico atual leva o indivíduo a procurar formas compensatórias de relacionamentos.

Percebe-se, também, que devido à ausência de tempo dos pais em relação aos seus filhos podem surgir certos problemas psicológicos que, efusivamente, venham a comprometer o desempenho para a vida de alguns adolescentes. Vemos muitos adolescentes chagados por uma infância desestruturada e, por conseguinte, buscar nas mídias sociais, em grupos, nos jogos perigosos e autoflagelo formas de manifestação e expressão da dor psíquica.

Segundo Breel (2017), o pai do garoto demonstra ser depressivo, com ideias de suicídio latente, neste viés, Durkheim (1973) enfatiza um fato comparativo, sobre os aspectos hereditários que são manifestos nos comportamentos das gerações futuras. Relata o caso de uma filha que tem parentescos paterno de pessoas que tem pensamentos suicidas ou que se suicidam, como, por exemplo, o tio. A filha vive deprimida porque tem convicção de que também caminhará para o mesmo destino, pois tinha ouvido dizer que a loucura era hereditária e isso, portanto, a atormentava. Vivia nessa triste situação quando o seu pai se suicidou, aumentando assim, sua agrura. Só que depois a mãe da garota esclarece que seu verdadeiro pai não é quem ela acreditava ser, mas outro, e a partir daí a menina se liberta de uma possível morte, passando a viver alegre, normalmente.

Neste caso, evidencia-se a influência do contexto familiar na percepção e identificação psicológica da adolescente para com a história paterna. Infere-se, por conseguinte, que tanto os segredos, como regras e histórias subjetivas da família afetam diretamente ao indivíduo, fazendo com que reproduza os comportamentos supostamente esperados pela família, constituindo a transgeracionalidade dos atos, por ora, o suicídio.

Considerando este aspecto, Calligaris (2010 p. 09) refere que “a adolescência é o prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam. Ela é uma das formações culturais mais poderosa de nossa época”. Portanto, esta via de mão dupla, algumas vezes, acarreta um olhar distorcido para esta fase do desenvolvimento, onde o jovem não está preparado para corresponder às exigências do mundo adulto e, não se identifica com o espectro

infantil, gerando, então, uma distorção na concepção da realidade, da própria identidade e na adaptação ao sujeito nascente e no que há por vir.

Esta situação desnuda sentimentos intensos que correspondem ao medo, às emoções, a personalidade, às responsabilidades, ao sentir-se só, assim, surge a angústia, tristeza, melancolia, tendo como consequências, desde brincadeiras perigosas, a automutilação, até pensamentos e atos suicidas. Referendando esta premissa, em Zagury (2004), foi possível analisar um relato acerca do posicionamento dos pais em relação ao comportamento dos filhos. Explicita um fato comum na realidade, pois identifica-se a influência do núcleo familiar na educação dos filhos na adolescência, descrevendo um perfil de um pai que se sente antiquado no momento em que não atende aos desejos dos filhos e, por isso, acaba permitindo que determinadas normas ou costumes sejam considerados.

Dessa forma, percebe-se uma espécie de soberania dos adolescentes em relação aos pais, subjugando-os suas vontades, resultando na inversão de papéis. Outro ponto importante, diz respeito ao fator econômico-financeira das famílias, fazendo uma crítica, a falta de responsabilidades na execução das tarefas diárias pelas crianças, corroboraram para tornar um adolescente sem perspectivas, limites e imaturos perante a vida.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empírica indica que os adolescentes buscam eliminar a dor da existência tirando a própria vida, por inúmeras razões. Algumas vezes, acredita que não há soluções possíveis para seus problemas, outras, decorrentes de pensamentos onipotentes, desafiam a vida com jogos e brincadeiras perigosas, se autoflagelam, entre outras práticas. Ressalta-se que a adolescência é uma fase transitória caracterizada por várias questões significativas internas e externas, podendo consolidar conflitos psicológicos e pelas exigências sociais.

Enfatiza-se, também, que o comportamento suicida divide-se em três momentos: 1) no Pensamento Suicida, quando arquiteta mentalmente o ato; 2) Tentativa de Suicídio, constitui-se pela ação propriamente dita e; 3) a Consumação do ato. Entretanto, pode-se perceber alguns sinais de inadequação e desajuste emocional que passam alheios pela família e amigos, mas, sob olhares atentos detecta-se sinais que o adolescente está com intenções de fazê-lo.

Salienta-se que, o contexto em que está inserido, exerce influência sobre o comportamento do jovem na indução do ato, bem como, a relevância das mídias, pois ao romantizar, descrever os métodos, fornece informações sobre como cometer o suicídio, não medindo as consequências, tanto físicas e emocionais, quanto

sociais. Conclui-se, então, que o suicídio como fator social e dado a vulnerabilidade preexistente, tais como: transtorno psicológico, os traços de impulsividade e ausência de apoio social, suscitam a necessidade de uma intervenção preventiva junto aos adolescentes, família, escola e grupos, portanto, este grupo, levando-se em consideração, a condição de violência em que subjaz o ato de tirar a própria vida, como foco político a questão da rede de proteção, junto aos equipamentos públicos, sociais e, também, da rede privada.

Salienta-se, contudo que, após um século, os estudos de Durkheim, no tocante, as relações entre causas sociais e causas biológicas estão em evidência e atualizadas à sociedade moderna. Percebe-se, entretanto, que nos países desenvolvidos a ênfase recai sobre a rede de proteção e nas categorias analíticas como capital social e redes de integração ou de coesão social. No Brasil, a abordagem retrata a preocupação com a causa social no processo de adoecimento do jovem. Considerados temas correlatos, dizem respeito ao papel do estado no fortalecimento da ação comunitária como forma de intervenção para evitar a produção das doenças e as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis, RJ: Vozes de Bolso, 2014.

BREEL, Kevin. **Confissões de um adolescente depressivo**: a luta contra a depressão que se transformou numa das TED Talks mais virais de todos os tempos. São Paulo: Seoman, 2017.

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifofolha, 2010.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: BetsBolso, 2010.

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**. Lisboa: Presença, 1973.

ZAGURY, Tania. **Encurtando a Adolescência**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REALIZANDO VALORES ATRAVÉS DA MATERNIDADE

Simone Guedes Alves Gomes dos Santos

AgirTrês Núcleo de Logoterapia

Grupo de estudos A crise do amadurecimento
no mundo contemporâneo - LABÔ Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo - Fundação
São Paulo
São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/4669065276534371>

Veridiana da Silva Prado Vega

AgirTrês Núcleo de Logoterapia

Mestranda em Psicologia Clínica – LAPECRI
- Instituto de Psicologia - Universidade de São
Paulo
São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/0025490285201442>

<https://orcid.org/0000-0002-9556-118X>

RESUMO: O presente trabalho apresenta os primeiros resultados da pesquisa sobre a questão da realização de valores através da maternidade, segundo a ótica da Logoterapia e Análise Existencial. Sobre este tema primordial na compreensão da vida humana, não foram encontrados trabalhos ou artigos publicados, o que instigou este estudo. O objetivo da pesquisa é compreender como as mulheres realizam valores na maternidade respondendo ao chamado das situações novas, inesperadas e mesmo adversas que poderão vivenciar e consequentes atitudes tomadas diante

dos sentimentos experienciados. Utilizamos metodologia de pesquisa quanti-qualitativa, com 40 participantes, mulheres, com filhos de 0 a 7 anos de idade. Como instrumento para coleta de dados, foi elaborado um questionário online com questões abertas e fechadas. Os eixos norteadores estabelecidos foram: experiência como mãe, comportamento do filho (a, s), adversidades e desafios, sentimentos decorrentes e atitudes tomadas. Observou-se que as respostas indicam experiências desafiadoras na maternidade, com sentimentos de medo e angústia. Diante destas, permanece a possibilidade de encontrar sentido, através de mudança interna intencional e consciente, buscando auxílio com profissionais, amigos e familiares. Realização pessoal e intransferível, obtida através da autotranscedência e como resposta à responsabilidade existencial.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Valores. Sentido. Logoterapia e Análise Existencial.

ACTUALIZING VALUES THROUGH MATERNITY

ABSTRACT: The paper presents the first results of research on the question of the realization of values through maternity, according to the perspective of Logotherapy and Existential Analysis. No published papers or articles were found on this primordial theme in the

understanding of human life, which prompted this study. The aim of the research is to understand how women actualize values in motherhood by responding to the call of new, unexpected and even adverse situations that they might experience and consequent attitudes taken towards the feelings experienced. Uses quanti-qualitative method, with 40 participants, women, with children from 0 to 7 years old. To collect data, an online questionnaire with open and closed questions was used as instrument. The guiding axes established were: experience as a mother, child(s) behavior, adversities and challenges, feelings arising and attitudes taken. The answers indicate challenging experiences in maternity, with feelings of fear and anguish. Given these, it remains the possibility of find meaning through intentional and conscious inner change, seeking help with professionals, friends and family. Personal and non-transferable accomplishment attained through self-transcendence and as an answer to existential responsibility.

KEYWORDS: Motherhood. Values. Meaning. Logotherapy and Existential Analysis.

O presente trabalho apresenta os primeiros resultados da pesquisa sobre a questão da realização de valores através da maternidade, segundo a ótica da Logoterapia e Análise Existencial. Sobre este tema primordial na compreensão da vida humana, não foram encontrados trabalhos ou artigos publicados, o que instigou este estudo.

O objetivo da pesquisa é desvelar como as mulheres realizam valores na maternidade respondendo ao chamado das situações novas, inesperadas e mesmo adversas que poderão vivenciar e consequentes atitudes tomadas diante dos sentimentos experienciados. Paraphrasing Elisabeth Lukas, “[...] grandes perguntas exigem respostas grandiosas.” (1990, p. 33).

Utilizamos metodologia de pesquisa quanti-qualitativa, e estudou as respostas de 40 participantes, adequados aos critérios de inclusão: mulheres, mães de filhos naturais ou adotivos, de 0 a 7 anos. Como instrumento para coleta de dados, foi elaborado um questionário online com 35 questões no total: 31 perguntas fechadas e 4 abertas; com termo de esclarecimento e solicitação de consentimento livre e esclarecido. Os eixos norteadores estabelecidos foram: experiência como mãe, comportamento do filho(a, s), adversidades e desafios, sentimentos decorrentes e atitudes tomadas.

Na análise parcial observamos respostas às perguntas fechadas apresentando maior frequência positiva de presença da adversidade citada; e as atitudes tomadas diante dos sentimentos foram enquadradas nas três categorias de sentido: valores criativos, vivenciais e atitudinais.

Como resultado, nas perguntas fechadas 83,8% de respostas afirmativas indicaram: medo de não ser uma boa mãe; angústia pelo retorno ao emprego e distanciamento do filho; angústia por deixar o filho aos cuidados de outra pessoa.

Nas perguntas abertas foram identificados 3 principais sentimentos percebidos na maternidade: 12% expressam sentimentos de solidão; 25% sentimentos de intensa alegria e 63% sentimentos de intensa angústia. 12 relatos apontam para a realização de valores atitudinais, ao aceitarem situações, limitações ou circunstâncias; quando não é possível mudar tais condições apresentam uma mudança interna. 8 respostas indicam a presença de valores vivenciais, conforme abrem-se para a experiência dos relacionamentos, principalmente com os próprios filhos, mas também com familiares e amigos que contribuíram com os desafios encontrados. 12 comentários referem-se a valores criativos, relatando inovações para solucionar as adversidades, seja buscando ajuda de profissionais especializados, mudando de trabalho e/ou dividindo tarefas. Houve 8 abstenções ou inadequações nas categorias de sentido.

Os pontos principais deste estudo estão voltados à questão axiológica, tendo como pressuposto a afirmação de Frankl (2012, p. 108)

[...]o homem não é um ser impelido por algo pulsional, mas é antes um ser atraído pelo elemento valorativo. [...] valores me atraem, mas não me impelem. Eu me decido pela realização de valores em liberdade e responsabilidade; [...] tomo uma resolução[...].

Ao falar em valor, deve-se pensar sobre 'como' algo é realizado e não apenas sobre 'o que' se realiza. O que torna possível encontrar sentido e realização existencial é o 'como' cada pessoa oferece aquilo que tem a algo ou a alguém.

Na maternidade, há um chamado para vivenciar o relacionamento com seu filho(a, s) e atender a necessidade do outro com suas características pessoais, sentimentos e ações. Juerg Willi, (apud LUKAS, 1990) nos ensina que o processo de relacionamento proporciona uma relação mais intensa do que poderia ocorrer se estivéssemos sozinhos, através de experiências únicas dentro de nosso próprio eu, ao sermos solicitados por outra pessoa. A forma como a mulher vivencia a maternidade, 'como' responderá a esse chamado, será singular e insubstituível.

Ao realizar valores vinculados ao sentido do amor, do trabalho e do sofrimento, pode encontrar sentido, que é algo pessoal, único e irrepetível. Conforme a pessoa esquece de si e entrega-se à uma tarefa (missão), neste caso, à maternidade e ao filho, torna-se mais humana e mais ela mesma, porque auto transcende (FRANKL, apud LUKAS, 1990).

Toda existência humana pode encontrar sentido quando se vive para algo ou para alguém. No ato de amar há um grande senso de compromisso e uma responsabilidade escolhida conscientemente. (FRANKL, 1988) Para que a mulher supere as novas situações e desafios que surgem com a maternidade, e decida como exercer seus diversos papéis na sociedade, é preciso romper paradigmas e aprender a pensar não apenas de maneira causal, mas também intencional. O

sentido está no *para que* o seu fazer está orientado, e não no *por que*. De acordo com Lukas (1990), o pensamento intencional aponta para aquilo em que pode ser transformado o estado presente, trata-se de uma visão que ultrapassa o pensamento causal, que é determinista e se ocupa apenas da causa. É indispensável mudar a perspectiva e ampliar o campo de visão: alterar a trajetória - a partir daquilo que é, dirigir-se para aquilo que deveria ser.

Em um mundo onde as famílias se apresentam nas mais diversas configurações e arranjos relacionais, inversamente ao que ocorria no passado, não havendo presentemente o pilar das tradições para estabelecer certo ou errado, conforme Lukas (1992), é através da realização consciente e intencional de valores que a mulher, enquanto mãe, poderá encontrar sentido.

Para Lukas (1990, p. 28) “A intencionalidade visa um fim, um sentido, um objetivo, visa aquilo em que pode ser transformado o estado presente”. A pesquisa verificou como as mães realizaram conscientemente as categorias de valor diante das circunstâncias, desafios e sentimentos. Encontrar sentido se torna possível na medida em que as mães realizam valores, sejam valores vivenciais, criativos ou atitudinais.

As respostas evidenciam que os valores muitas vezes são realizados simultaneamente e não estão desvinculados. Independente da forma encontrada pelas mães para lidar com suas experiências, compreendemos que o papel de mãe apresenta uma rica possibilidade de realização de valores, tanto enriquecendo-se com a vivência das relações, quanto ao crescimento interno através das mudanças de atitude, notabilizando-se o aspecto noético do ato criativo como recurso terapêutico.

REFERÊNCIAS

FRANKL, Viktor Emil. **The will to meaning**: foundations and applications of logotherapy. New York: Meridian Book, 1988. 1ª Ed. Meridian Printing (Expanded Edition). 198p. ISBN 0-452-01034-9.

_____. (2012). **Logoterapia e Análise Existencial**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. ISBN 9788530935351

LUKAS, Elisabeth. **Assistência Logoterapêutica**: transição para uma psicologia humanizada. Trad. Helga Hinkenickel Reinhold. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1992. ISBN 85.326.0650-4.

_____. **Mentalização e Saúde**: a arte de viver e logoterapia. Trad. Helga Hinkenickel Reinhold. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1990. 188 p. ISBN 85.326.0160-X

CATALUÑA INDEPENDIENTE: ¿UTOPIA O REALIDAD?

**Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo
Morais**

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA),
Relações Internacionais
Santana do Livramento- Rio Grande do Sul

RESUMEN: El presente trabajo versa sobre una introducción al análisis del independentismo catalán teniendo en cuenta las razones propulsoras o excusas históricas, culturales, económicas y sociales. Para componer la investigación se utilizaron principalmente procedimientos bibliográficos metodológicos predominantemente cualitativos. Este artículo se propone a entender que ocurre entre España y Cataluña, qué factores llevaron a tal tensión, como este choque podría solucionarse eventualmente y de qué manera involucró otros actores internacionales. Al adentrarse en este panorama, el artículo aclara varios términos empleados por los medios y popularizados entre movimientos pro y anti independencia. A través de los argumentos de intelectuales de referencia del independentismo catalán en contrapartida a los argumentos políticos y económicos, se busca comprender cuáles son los obstáculos frente a la independencia, los riesgos asumidos caso Cataluña consiga la misma y se cuestiona si la República de Cataluña puede llegar a ser realidad o no pasa de una utopía.

PALABRAS CLAVE: Cataluña, independencia, España, 1-O.

INDEPENDENT CATALONIA: UTOPIA OR REALITY?

RESUME: This paper is an introduction to the analysis of the Catalan independence movement considering the reasons for propulsion or historical, cultural, economic and social excuses. To compose the research were used mainly methodological bibliographic procedures predominantly qualitative. This article aims to understand what happens between Spain and Catalonia, what factors led to such tension, how this conflict could eventually be resolved and how it involved other international actors. In this scenario, the article clarifies several terms used by the media and popularized in pro and anti-independence movements. Through the arguments of esteemed intellectuals of the Catalan independence movement, in contrast to the political and economic arguments, the present paper seeks to understand what are the obstacles to independence, the risks that Catalonia would assume if it obtains the independence and it questions whether or not the Republic of Catalonia can become reality or it is just an utopia.

KEYWORDS: Catalonia; independence; Spain; O-1

1 | INTRODUCCIÓN

El presente trabajo procura iniciar un análisis sobre el independentismo catalán, buscando entender cómo y dónde surgió, el porque de haberse arrastrado por la historia hasta el presente y los hechos que lo hicieron explotar. Es importante dejar claro desde el principio que en este caso hay muchos actores, muchas versiones y muchas interpretaciones. A empezar por la historia, el factor más polémico y desafiador que juega un papel determinante en legitimar este movimiento. A pesar de ello, también se hace necesario recordar que la historia es contada por los vencedores, por lo que muchas veces abriga una verdad desconocida, pese a todo, lo definitivo es la interpretación.

En estos tiempo resulta muy fácil encontrar en internet respuestas o explicaciones muy simplistas, en las cuales no se consideran varios factores. Pero se tiene que recordar que las respuestas pueden ser simples pero la realidad es compleja y en el momento de aplicar tales explicaciones, nos deparamos con otras variables.

Con el desarrollar de este artículo podrá notarse que cada vez surgen más y más elementos, trayendo al análisis una mayor complejidad. Aún así no se nos hace posible abordar todos los aspectos por tratarse de una introducción, pero se cumple el objetivo principal de este trabajo, permitir a los lectores tener un conocimiento general sobre el asunto.

2 | BREVE HISTÓRIA

Como bien dijo Jorge Narro Monroy (2017,p.136), “el presente —es verdad de Perogrullo— no se entiende sin el pasado. Lo que hoy es Cataluña [...] no se explica si no es —en enorme medida— a la luz de una urdimbre que empezó a tejerse hace más de dos mil años.” Los antecedentes de este afrontamiento se remontan a la formación del pueblo catalán, hacia los años de la prehistoria, donde la península Ibérica aún era habitada por los íberos.

Alrededor del año 575 a.C, los griegos establecieron delegaciones comerciales —que luego se convirtieron en colonias— en la región de la actual Cataluña, de las cuales la más destacada fue Emporion (Ampurias). “Hacia el año 195 a.C. se completó la conquista romana del territorio que, siglos después, se identificaría como Cataluña y que en aquel entonces formaba parte, primero, de la provincia llamada Hispania Citerior y, luego, de la Tarraconense” (MONROY 2017,p.136). El territorio en cuestión, formó parte de la Hispania Citerior hasta el año 27 a.C, después, se constituyó el territorio Tarraconense, cuya capital era Tarraco (Tarragona), como podemos comprobar en la *Figura 1*.



Figura 1. Junta de Andalucía (2015)

Los romanos permanecieron durante siete siglos en Hispania (218 a.C - principios del siglo V) hasta que en el año 415 el rey visigodo Ataúlfo sustituyó el poder romano y se asentó en Barcino (Barcelona), estableciendo el Reino de Tolosa. Tres siglos más tarde los árabes avanzaron hacia la península Ibérica y llegaron hasta los Pirineos, hasta que concretamente, en el 721, Carlos Martel frenó la expansión musulmana y estableció varios condados en buena parte del territorio de la conocida Marca Hispánica. Es importante tener en cuenta que los francos no gobernaban directamente sobre estos condados, aunque estos últimos dependían de los primeros, los condados tenían su propio dominio y administración. Según Monroy, “este es el nacimiento de Cataluña como entidad política: un territorio delimitado y un pueblo que reconoce en él a un soberano” (2017, p.139), se puede decir que a partir de entonces, esa zona empezó a desarrollar peculiaridades y características propias.

Por tratarse de una introducción al estudio del análisis del independentismo catalán, se prioriza un conocimiento general sobre la historia de esta región, por lo que se hace necesario hacer un salto histórico y un gran recorte temporal para abarcar los principales puntos.

Sin despreciar los demás hechos históricos, como el sistema de alianzas e interrelación basado en casamientos de familias de un condado y otro; la unión de la Corona de Aragón (pero no su fusión) (1164); la creación de la Generalitat en el siglo XIV; el matrimonio de los Reyes Católicos (1469); la Guerra de los Segadores (1640); la Guerra de Sucesión del 11 de septiembre de 1714; la proclamación de la República Española y la aprobación del Estatuto de Autonomía (*L'Estatut d'Autonomia*) (1932), se llega a la dictadura de Francisco Franco (1939) y todo lo que conlleva el franquismo. A partir del fin de la dictadura del Caudillo, empezó la llamada Transición Democrática y el renacimiento (*la Renaixença*) —por segunda vez— del sentimiento catalán y de los desafíos enfrentados por Cataluña para recuperar su cultura, su lengua y su autonomía, lo que viene a ser el catalanismo político. Al contrario de lo que dijo Jaume Brossa, que el catalanismo parecía “*un fill de pares desconeguts* [un hijo de padres desconocidos]” (BROSSA, 1907 apud PICH I MITJANA, 2008, p. 466), Josep Pich i Mitjana en su artículo “La génesis del catalanismo político”, consigue esclarecer su origen.

3 I COMBUSTIBLES DEL NACIONALISMO

A lo largo de la historia, los catalanes en general, han nutrido el sentimiento de pertenecer a una única nación y no es la española. En este apartado serán analizados algunos hechos como fechas marcantes, crisis, gobiernos políticos y como algunas medidas influyeron para que estallara el independentismo.

Teniendo como punto de partida la edad moderna, el franquismo fue uno de los momentos históricos más oscuros para Cataluña, porque al igual que en el resto de España, comportó la anulación de las libertades democráticas — tanto individuales como colectivas—, la represión política y social sumada al control ideológico y moral. Pero en el caso de Cataluña la dictadura significó mucho más debido al suprimiento del Parlament, de la Generalitat y del Estatuto de Autonomía —y a todas las conquistas logradas por este —, a la prohibición y persecución de la lengua, la cultura y los símbolos catalanes en cualquier expresión pública. La voluntad de hacer desaparecer la cultura catalana se explica a través de la visión política y excluyente de la “unidad de España” de Franco. Como esclarece el historiador y experto en guerra civil española y su posguerra, Josep M. Solé i Sabaté (2015), “*La seva idea [la de Franco] d'un estat centralitzat era incompatible amb una Catalunya amb identitat pròpia*”. El hecho de no respetar su cultura e intentar, sistemáticamente apagarla, provocó las primeras chispas en el mundo moderno, haciendo con que ocurrieran movimientos más violentos que resultaron en centenas de exiliados y algunos incluso muertos, como el segundo presidente de la Generalitat, el fusilado

Lluís Companys.

Con la muerte de Francisco Franco empieza la Transición Democrática y con ella las reivindicaciones de autonomía expresas públicamente en la fecha festiva del Día Nacional de Cataluña, “*La Diada Nacional de Catalunya*” junto el himno de “*Els segadors*”. Los primeros pasos en dirección a la autonomía se dieron con la Asamblea de Cataluña del 1971 — pese a que todos los partidos eran ilegales—, la *Marxa de la Llibertat* del 1976, la *Diada* del 1977 y con el Estatuto de Autonomía del 1979 aprobado por referéndum y que creaba la Comunidad Autónoma de Cataluña.

Posteriormente, ya en el siglo XXI, hubieron nuevas demandas y nuevos conflictos. El pueblo catalán encontró la necesidad de actualizar e incrementar nuevas cláusulas al Estatuto de Autonomía del 1979. Así que en el 2005, el *Parlament* aprobó una reforma al Estatuto y la presentó al Tribunal Constitucional de España y como establece la Constitución, fue sometido al Congreso de los Diputados, donde sufrió diversas modificaciones. En el 2006, se realizó un referéndum para aprobar el Estatuto y se obtuvo una gran respuesta favorable (73,9%), pese a una gran abstención (50,59%) (EL PAÍS, 2006). Pero poco tiempo después, diputados del Partido Popular (PP) y gobiernos de otras 5 comunidades autónomas, presentaron diversos recursos, alegando varios artículos como inconstitucionales. El Tribunal se mostró a favor e impugnó diversos artículos del estatuto, de hecho, con tantas modificaciones el estatuto reformado podría ser incluso uno nuevo. La desvirtuación del texto y las declaraciones de Mariano Rajoy (presidente del PP en aquel entonces) en el 2005 sobre que “no hay más que una nación, la española” y que en España no se habla “el lenguaje antiguo de los derechos históricos, las soberanías medievales o los pueblos irredentos” (EL PAÍS, 2005), impulsaron varias manifestaciones como la manifestación del 10 de julio de 2010 con el lema “*Som una nació*”, la *Diada* del 2012 con el lema “*Catalunya, nou estat d’Europa*” y la *Diada* del 2013 protagonizada por *la Estelada*, junto a la *Via Catalana*. Desde entonces hubo una gran ruptura de relaciones entre Madrid y Cataluña y en ocasiones parece que hemos vuelto a la guerra de las banderas, ya que la *estelada* o la bandera española compiten por estar en balcones, vehículos, edificios, plazas, ropas, etc. Eso revela la dicotomía y el alejamiento entre ambas partes, mostrando que la “indisoluble unidad de la nación española”, presente en el art. 2 de la Constitución, no es tan insoluble como se piensa.

La crisis económica del 2008 fue otro factor responsable por potencializar el fenómeno del movimiento secesionista. El deterioro de la economía trajo consigo consecuencias políticas restrictivas en contra de las comunidades autónomas, como por ejemplo, “la política de austeridad implementada por el gobierno central español, obediente a la decisiones de la Unión Europea, ha generado que se tomen medidas que implican restricciones en el gasto para las comunidades autónomas” (RAMIREZ;

RIVIERE, 2013, p. 66), medidas vistas como “asfixiantes y perjudiciales” para sus propias finanzas. Según el politólogo Jonathan Hopkin, “los altos niveles de desempleo y el incremento de la desigualdad tienden a provocar la radicalización de las posiciones políticas. Además en circunstancias económicas adversas la política identitaria es un arma especialmente poderosa” (POLITIKON, 2018). Asimismo, como aporta el politólogo Toni Rodon, “la identidad nacional y la falta de incentivos para la formación de uniones políticas” (POLITIKON, 2018) también contribuyen en larga escala para el roce entre Cataluña y España. Por otra parte, el descubrimiento de casos de corrupción en el Estado y la percepción de que Cataluña daba más dinero del que recibía, hicieron con que aumentase la insatisfacción por el gobierno de Madrid y la polarización política. Es de la crisis económica que emanan los problemas fiscales que luego servirán de base para los demás argumentos secesionistas, como por ejemplo el de “España nos roba” o el de que la independencia les permitiría alcanzar un paraíso de bienestar que hoy les es vedado por su pertenencia a España, caracterizando el yugo español (HIGUERUELA, 2014). Pero en realidad no es exactamente así, sí es verdad como explica el historiador Borja de Riquer, intelectual de referencia del independentismo catalán, que algunos políticos han vendido la idea de que el día en que sean libres de España habrán resuelto todos sus problemas, vivirán en el paraíso, pero eso es una demagogia notable y denunciante porque todo depende de quien gestione y cómo se gestione (PÚBLICO, 2015).

En este apartado también podemos elencar el argumento, aunque sin base alguna, de determinados españoles de que el independentismo es una doctrina obligatoria que se enseña en las escuelas catalanas y junto al sistema educativo catalán, serían fábricas de pro independentistas, deturpando la historia a su favor. También se dice que los vehículos de comunicación catalanes son responsables por alimentar y enfatizar el movimiento secesionista, enajenando la población catalana con el objetivo de estimular el odio hacia el pueblo español y fragmentar España. En este caso, por detrás de mitos históricos, discursos políticos y alegaciones económicas, habría una industria del independentismo.

4 | EXPLOSIÓN DEL NACIONALISMO SECESIONISTA

Las causas hasta aquí citadas y otros elementos como los partidos políticos catalanes y el cambio del presidente de la Generalitat, mezclados con el sentimiento y sueño de Cataluña ser un Estado soberano, culminaron en la explosión del nacionalismo secesionista en el referéndum ilegal del 01 de octubre del 2017.

Para que se celebrara el referéndum, hubo un pleno en el *Parlament* en el día 6 de septiembre del 2017, donde se aprobó la convocatoria de este y la Ley de transitoriedad jurídica y fundacional de la República Catalana, que entraría en vigor

en el caso de la proclamación de la independencia. Esta ley serviría como base jurídica de Cataluña hasta que se aprobara la Constitución de la República Catalana, en otras palabras, esta ley se proponía a ser norma suprema, siendo incluso superior a la Constitución Española, ya que no habría más ningún vínculo entre ellas. Como se esperaba, el Gobierno de España presentó recursos al Tribunal Constitucional y ambas leyes fueron suspendidas, aunque el Presidente de la Generalitat de Catalunya, Carles Puigdemont, ignoró dicha suspensión (EL PAÍS, 2017).

No obstante el hecho de estar prohibido el referéndum, aún así se realizó en el día 1 de octubre (1-O). Como se consideraba que este vulneraba la Constitución, el gobierno español tomó todas las medidas posibles, utilizándose incluso de la fuerza física para impedir la votación, lo que ocasionó 844 heridos (EL PAÍS, 2017). Los resultados de la votación fueron ampliamente cuestionados debido a la gran cantidad de irregularidades encontradas. La mayor irregularidad que abrió puertas para las demás e incluso fue denunciada por el Gobierno de España, fue el hecho de que se cambiaran las reglas 45 minutos antes del inicio de la votación, permitiendo en las nuevas normas, la inclusión del “censo universal” con el que cualquiera podría votar en cualquier colegio electoral aunque no fuera el asignado y permitía a los votantes usar papeletas caseras y votos sin sobre. El gobierno español calificó este episodio como una liquidación a “cualquier vestigio de respetabilidad democrática” y dijo que las medidas tomadas por la Generalitat tenían “el único objetivo de forzar el resultado” de las elecciones (EUROPA PRESS, 2017).

Algunos días después, concretamente en el 10 de octubre, el presidente de la Generalitat, Carles Puigdemont, convocó el Parlament para hacer una declaración, en la que todos esperaban que fuese reportar los resultados de la votación del 1-O, pero en vez de eso, declaró la independencia de Cataluña. La Declaración Unilateral de Independencia (DIU) fue fugaz, duró apenas 56 segundos (VERNE, 2017). Puigdemont proclamó la independencia pero en seguida “suspendió sus efectos en busca de diálogo y una solución acordada en las próximas semanas” (RTVE, 2017), lo que fue considerado como una traición para el partido que lo apoyaba, la Candidatura de Unidad Popular (CUP). La proclamación resultó muy ambigua y ya no se sabía a lo cierto si había o no proclamado la independencia, por lo que para evitar la entrada en vigor de la ley de transitoriedad, el Presidente de España, Mariano Rajoy, inició los trámites para la aplicación del artículo 155 de la Constitución que predispone que en el caso de que una Comunidad Autónoma atente gravemente al interés general de España y no cumpla con sus obligaciones que la Constitución u otras leyes que se le impongan, el Gobierno podría adoptar medidas que obliguen el cumplimiento forzoso de sus obligaciones (CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA, 1978). La actitud de Rajoy al activar el art. 155, llevó al cese del gobierno catalán, a la destitución de Puigdemont, del vice-presidente Oriol Junqueras y de los demás consejeros, y

además, a la convocatoria de nuevas elecciones autonómicas al *Parlament* para el día 21 de diciembre (LA VANGUARDIA, 2017). Debido a la disolución del *govern* y a las querellas de la Fiscalía General del Estado por presuntos delitos de rebelión, sedición y malversación de caudales públicos, Puigdemont y otros 13 consejeros se trasladaron a Bélgica con la intención de solicitar asilo político.

Desde entonces numerosos debates han surgido y con ellos las preocupaciones sobre el futuro de España y de Cataluña. El caso ganó una mayor repercusión internacional cuando los demás países no reconocieron la independencia de Cataluña, sobretodo cuando el presidente del Consejo Europeo, Donald Tusk declaró que “para la Unión Europea nada cambia. España sigue siendo nuestro único interlocutor” (EUROPA PRESS, 2017). A partir de esta problemática situación se llegó a cuestionar si el *procés* estaba en peligro.

En este proceso hay muchas cosas que no están claras y no nos referimos sólo a los hechos y alegatos, sino también a las definiciones de los propios conceptos como por ejemplo, la autonomía que no es sinónimo de soberanía o el nacionalismo, que hay varios. A la luz de la explicación de Luis Villoro, se puede percibir más fácilmente la transición de las reivindicaciones de Cataluña, empezando por tener más autonomía hasta llegar a la independencia política.

La autonomía de las comunidades culturales minoritarias que forman parte de un país no implica, necesariamente, su independencia política, no equivale a soberanía estatal, pero sí a la capacidad de elegir libremente su propia situación dentro del Estado. Su elección puede desembocar en una decisión de segregación del Estado, pero también en su integración a la nación, o en la reivindicación de formas de autonomía restringida dentro del mismo Estado; en cualquier caso, esa elección no debe obedecer a ninguna coacción por parte del Estado, pues cada pueblo tiene el derecho fundamental de determinar por sí mismo su propia suerte. (VILLORO, 1995, p.17-18)

Villoro trae más un argumento sesionista para esta jugada: la autodeterminación. La Carta de las Naciones Unidas y el derecho internacional aseguran que todos los pueblos tienen el derecho de autodeterminarse, es decir, tienen el derecho de decidir por su futuro y sin embargo el gobierno español ha disuelto el parlamento catalán votado democráticamente, confiscado urnas y tratado con violencia a los votantes (GARCÍA, 2017). El punto central es que el principio de libre determinación fue establecido pensando en el proceso de descolonización, por lo que “tan sólo cabe plantearlo ante supuestos territorios anexionados por conquista, dominación extranjera u ocupación y pueblos oprimidos por violación masiva y flagrante de sus derechos” (EUROPA PRESS, 2017). Por ello,

la defensa de la autodeterminación supone para muchos más una legítima exigencia democrática que una pretensión nacionalista, con mayor razón en un país tan poco predispuesto a convocar referéndums. Cada vez que se habla de soberanismo, por

eso, cada uno entiende lo que quiere o le interesa con este término tan oscurantista. Para algunos implica directamente un inadmisibles atentado contra la integridad de España, solamente por abrir o plantear la posibilidad de cuestionar la sagrada unidad territorial, para ellos indiscutible. Para otros significaría prácticamente lo mismo que la independencia, porque se colegiría erróneamente que quienes están a favor de la autodeterminación votarían asimismo a favor de la independencia (STRAEHLE, 2013, p.215).

Por poder resultar tan confuso el soberanismo, el *govern* estableció sus bases sobre el artificio de la soberanía popular, utilizando el pueblo como elemento de aparente homogeneidad y unidad para que así disminuyeran las diferencias entre las posibles interpretaciones y hubiera una política más plural e inclusiva, descansando sobre los valores de la democracia y del voto (STREHLE, 2013). Diferentemente del caso vasco, en que según Solé i Sabaté, *“les reivindicacions [vasques] sempre han estat de caire polític, mentre que el nacionalisme català és de caràcter social i popular. Les manifestacions sobiranistes catalanes dels darrers dos anys han estat promogudes per la ciutadania, no pels polítics”* (SÀPIENS, 2015). Estas nuevas comparaciones traen no sólo más elementos que hacen la cuestión más compleja, pero también la hacen más profunda y multifacética.

5 | CONCLUSIÓN

El futuro siempre ha sido incierto, pero en el caso de Cataluña lo es aún más. Es difícil apostar en alguna previsión, pero lo que sí se sabe es que independientemente de lo que suceda en los próximos meses, Cataluña continuará luchando por su independencia y la disputa entre el centralismo y el independentismo se prolongará. Pese que actualmente Cataluña no tiene apoyo internacional, como tenía Kosovo, por ejemplo, eso no le impedirá de perseguir el sueño de ser independiente y además, es importante recordar que la orden y la lógica del sistema internacional son mutables. Con este episodio demostró que aunque el secesionismo sea un sueño, no está tan inalcanzable, lo que hace años parecía utópico hoy es más palpable, pero desde luego, aún no es real.

Cataluña se precipitó en el modo de conducir el *procés*, engañó a la gente dándole expectativas exageradas de la situación. El secesionismo estalló de la manera equivocada —a empezar por la huida del líder del movimiento—, salpicando en la economía, sociedad y credibilidad política. Entre las alternativas para resolver este conflicto está la mediación, diálogo y la reforma de la Constitución Española. Todas ellas implican la buena voluntad de las partes pero para eso es necesario la reconstrucción de las relaciones políticas y el alejamiento de acciones revanchistas, lo que a corto plazo es improbable.

Finalizamos este introductorio análisis sobre el independentismo catalán con

la certeza de que los elementos aquí citados son apenas un fragmento de la punta del iceberg, sabiendo que aún hay muchos elementos por emerger y otras tantas nuevas preguntas por surgir.

REFERENCIAS

CARBONELL, Javier; CORNAGO, Luis. La crisis en Cataluña: ¿Cómo hemos llegado hasta aquí y cómo salimos? **Politikon**, 12 feb. 2018. Disponible en: <<https://politikon.es/2018/02/12/la-crisis-en-cataluna-como-hemos-llegado-hasta-aqui-y-como-salimos/>> Consultado en: 06 Ago. 2018.

CASAS, Sònia. 12 episodis de coratge del poble català. **SÀPIENS**. 2018. Disponible en: <https://www.sapiens.cat/temes/catalunya/12-episodis-de-coratge-del-poble-catala_200920_102.html>. Consultado en: 07 Ago. 2018.

CASAS, Sònia. Josep M. Solé i Sabaté: "Espanya no jugarà la carta democràtica amb Catalunya". **Sàpiens**, 21 sep. 2015. Disponible en: <https://www.sapiens.cat/temes/catalunya/josep-m-sole-i-sabate-espanya-no-jugara-la-carta-democratica-amb-catalunya_15765_102.html> Consultado en 01 Ago. 2018.

EL GOBIERNO da por "desbaratado" el referéndum tras el cambio de las normas a 45 minutos de la votación. **Europa Press**, Madrid, 1 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-gobierno-da-desbaratado-referendum-cambio-normas-45-minutos-votacion-20171001082801.html>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

ESPAÑA. **Constitución española**. (1978) Disponible en: <http://www.lamoncloa.gob.es/documents/constitucion_es1.pdf>. Consultado en 6 Ago. 2018.

HIGUERUELA, José L. F. **Razones y sinrazones económicas del independentismo catalán**. (2014) Disponible en: <http://panelcivico.es/images/archivos/razones_y_sinrazones_economicas_del_independentismo_catalan.pdf> Consultado en: 01 Ago. 2018.

JUNTA DE ANDALUCÍA. **Figura 1** (2015). Disponible en <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/rutasteatro/galeria_a/galeria_211.jpg> Consultado en: 03 de Ago. 2018.

MARCOS, Pilar. Rajoy: "sólo hay una nación, la española". **El País**, Madrid, 4 dic. 2005. Disponible en: <https://elpais.com/diario/2005/12/04/espana/1133650801_850215.html> Consultado en: 07 Ago. 2018.

MARTÍNEZ, José María B. **Causas de la romanización de Hispania**. Real Academia de Historia, Madrid. (1964) Versión digital 1- 57. Disponible en: <http://www.google.com.mx/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cervantesvirtual.com%2Fservlet%2FSirveObras%2F24615842113683839622202%2F018221.pdf&ei=nRZLTJOVMIn0tgONt-hI&usg=AFQjCNH746dsUa_ebyoHVXd5XWIYm3aX_w> Consultado en: 01 Ago. 2018.

MEMBRIVE, Miguel F.; MOYA-GARCÍA, Gerardo; MONROY, Jorge N. Catalunya: difícil quedarse, difícil irse. **Análisis Plural**, Tlaquepaque. 2017. p.137- 153. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO). Disponible en: <<https://rei.iteso.mx/bitstream/handle/11117/5340/Catalunya+dif%3ADCil+quedarse+dif%3ADCil+irse.pdf?sequence=2>> Consultado en 01 Ago. 2018.

MENÉNDEZ, María. Puigdemont declara la independencia de Cataluña y la suspende para buscar el "diálogo" y la "solución acordada". **RTVE**, 10 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.rtve.es/noticias/20171010/puigdemont-declara-independencia-cataluna-suspende-para-buscar-dialogo-solucion-acordada/1627661.shtml>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

MORA, Rosa. Cataluña vota a favor del Estatuto de forma rotunda, pese a una abstención del 50,59%. **El País**, Barcelona, 19 jun. 2006. Disponible en: <https://elpais.com/diario/2006/06/19/espana/1150668001_850215.html> Consultado en: 07 Ago. 2018.

ORTEGA, Leonor M. Rajoy disuelve el Parlament y convoca elecciones 21 de diciembre. **La Vanguardia**, Madrid, 27 oct. 2017. Disponible en: <<https://www.lavanguardia.com/politica/20171027/432394959455/rajoy-elecciones-catalunya.html>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

PÉREZ, Fernando J.. El Constitucional suspende de urgencia la ley del referéndum. **El País**, Madrid, 8 sep. 2017. Disponible en: <https://elpais.com/politica/2017/09/07/actualidad/1504781825_809788.html> Consultado en 08 Ago. 2018.

PICH I MITJANA, Josep. La génesis del catalanismo político. De los inicios de la restauración a la crisis del centre català. **HISPANIA**. Revista Española de Historia,, v. LXVIII, n. 229, mayo-agosto, 2008, p. 437-470. Disponible en: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/85/87>> Consultado en 03 Ago. 2018.

¿QUÉ es una declaración unilateral de independencia (DUI) y qué dice el derecho internacional? **Europa Press**, Madrid, 27 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-declaracion-unilateral-independencia-dui-dice-derecho-internacional-20171004170022.html>> Consultado en: 06 Ago. 2018.

RAMIREZ, Aura D. G.; RIVIERE, Martha L. Q., La crisis económica y el movimiento independentista catalán . **OASIS**. Mayo, n.18, 2013 p.55-71. Disponible en: <<https://ssrn.com/abstract=2440800>> Consultado en: 06 Ago. 2018.

RODRÍGUEZ, Marta; CONGOSTRINA, Alfonso L.. La Generalitat cifra en 844 los atendidos por heridas y ataques de ansiedad. **El País**, Girona, 2 oct. 2017. Disponible en: <https://elpais.com/ccaa/2017/10/01/catalunya/1506820036_546150.html> Consultado en 08 Ago. 2018.

ROMA, Pepa. Borja de Riquer: “Vender que la independencia es un paraíso, como hace Mas, es denunciabile”. **Público**, Barcelona, 20 sep. 2015. Disponible en: <<https://www.publico.es/politica/borja-riquer-vender-independencia-forma.html>> Consultado en: 01 Ago. 2018.

RUBIO, Jaime.; PEINADO, Mariluz. La declaración de independencia que duró menos de un minuto. **Verne**, 10 oct. 2017. Disponible en: <https://verne.elpais.com/verne/2017/10/10/articulo/1507653719_231546.html> Consultado en: 08 Ago. 2018.

SOLÉ I SABATÉ, Josep M. **SÀPIENS**. n.162. Noviembre 2015. Disponible en: <https://www.sapiens.cat/epoca-historica/historia-contemporania/guerra-civil-i-franquisme/com-veia-franco-catalunya_15937_102.html> Consultado en: 01 Ago. 2018.

STRAEHLE, Edgar. Soberanismo: entre la soberanía y la independencia. **Astrolabio**. Revista internacional de filosofía. 2013. n° 15. pp. 208-222. Disponible en: <<https://www.raco.cat/index.php/Astrolabio/article/view/275055/363043>> Consultado en: 08 Ago. 2018.

TUSK: “Nada cambia para la Unión Europea, España sigue siendo nuestro único interlocutor”. **Europa Press**, Bruselas, 27 oct. 2017. Disponible en: <<http://www.europapress.es/nacional/noticia-tusk-nada-cambia-union-europea-espana-sigue-siendo-unico-interlocutor-20171027161724.html>> Consultado en: 01 Ago. 2018.

VILLORO, Luis. Sobre Derechos humanos y derechos de los pueblos. Edición digital, **Isonomía**: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n°. 3 pp. 7-19 (1995). Publicación: Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005. Disponible en: <<http://www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/sobre-derechos-humanos-y-derechos-de-los-pueblos/>> Consultado en: 01 Ago. 2018.

ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA

Pedro Henrique Chinaglia

(Graduando em Relações Internacionais UNIMEP

email: phchinaglia@gmail.com)

Waleska Cariola Viana

(Mestre em Direitos Humanos Fundamentais pelo UNIFIEO. Professora Direito Internacional Público na UNIMEP – email:cariolaviana@gmail.com)

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo expor a diferença entre o Estado Westfaliano e o Estado-Nação. No século XVIII, com as mudanças e transformações no sistema internacional há uma ruptura do Estado Westfaliano que, por conseguinte, levou a criação do Estado-Nação. O estudo se baseou em pesquisa bibliográfica que permitiram expor as diferenças entre os dois Estados, assim como analisar o Estado que se faz presente na contemporaneidade e explicar que a afirmação da soberania estatal não está mais legitimada apenas por meio de sua territorialidade, mas também pela soberania popular na qual a busca por uma identidade nacional latino-americana, posteriormente, seria o estopim das ondas revolucionárias na região, legitimando seus processos de libertação e independência.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra dos Trinta anos. Paz de Westfália. Estado-Nação. Relações Internacionais. América Latina.

WESTPHALIA STATE NATION STATE VERSES AND ITS CONSEQUENCES IN THE COLONY OF LATINOAMÉRICA

ABSTRACT: This study aims to expose the difference between the Westphalian state and the Nation-State. In the 18th century, with the changes and transformations in the international system, there is a breakdown of the Westphalian State, therefore, it led to the creation of the Nation-State. The study was based on bibliographic research that allowed exposing the differences between the two States, as well as analyzing the State that is present nowadays. Therefore, by analyzing the transition from the Westphalian State to the Nation-State is possible to explain that the assertion of state sovereignty is no longer legitimated only through their territoriality, but also by popular sovereignty, which the search for a Latin American national identity, later, would be the set-out of the revolutionary waves in the region, legitimizing their liberation and independence processes.

KEYWORDS: Thirty Years' War. Peace of Westphalia. Nation-State. International Relations. Latin America.

INTRODUÇÃO

A mudança na ordem internacional, a partir de 1648, é marcada pela criação e

legitimação dos Estados soberanos dentro de suas fronteiras nacionais. Com o fim da Guerra dos Trinta anos (1618-1648) e a Paz de Westfália, ascenderam no cenário internacional diversos Estados que, com o declínio da sociedade e do sistema político medieval, ganham espaço e autonomia para empreenderem suas próprias ações e intentar objetivos, assim como visar estratégias nas diversas dinâmicas de atuação no sistema internacional, inaugurando-se assim as Relações Internacionais. Todavia, o Estado Westfaliano, com o decorrer dos séculos e de acontecimentos históricos, viria a sofrer alterações em seus princípios e normas.

Era de se esperar que o Estado, em sua criação, estivesse sustentado em princípios democráticos, já que nos séculos anteriores a Guerra dos Trinta Anos, quem governava os territórios eram reis, rainhas ou imperadores – guiados e influenciados pelo enorme poder da Igreja Católica, ou seja, pelo papado. Assim, no Estado Westfaliano, por mais que o poder da igreja estivesse separado da política estatal, o sistema que permeou nas novas unidades políticas era a Monarquia, um sistema de governo hierárquico e tradicional que isolava e/ou excluía o povo das atividades políticas do Estado. Tal fato permeou o declínio do Estado Westfaliano pela criação de um novo Estado, reconfigurado e democrático, que viria a atender as demandas populares comuns – insatisfeitos com os privilégios da classe nobre e do clero.

O que se observa é que o princípio da soberania estatal, legitimada após a Paz de Westfália, seria pautado pela delimitação territorial, ou seja, pelas fronteiras nacionais. Posto isto, por meio da criação do Estado, ficou evidente que o território seria indispensável para que um Estado possa existir – já que o território é o espaço onde o poder estatal é exercido e estendido. Com a possibilidade das Nações – grupos com interesses comuns – se tornarem soberanas ou mesmo de criar seus próprios Estados, isso só viria a afirmar que a importância dos territórios viria a declinar, sendo possível observar essa nova configuração estatal no século XX com o princípio da autodeterminação dos povos e o processo de globalização.

Deste modo, por meio de pesquisas bibliográficas em fontes primárias e secundárias é possível averiguar que no século XX o Estado Westfaliano sofre uma ruptura em sua configuração e princípios. Tal ruptura levou a criação do Estado-Nação e ao Moderno que se observa nos dias de hoje, com uma perda significativa da importância das delimitações territoriais em um mundo interconectado pelas redes. Assim, o estudo se justifica porque através da análise histórica, datada da criação do Estado Westfaliano até a transição para o Estado-Nação, é possível afirmar que o Estado criado em 1648 não é o mesmo Estado Moderno que se tem na contemporaneidade.

Nos dias atuais, a reconfiguração do novo papel do Estado Moderno adveio do processo de globalização nos anos de 1990, onde o Estado perde espaço nas

Relações Internacionais diante da ascensão de novos atores internacionais no mundo globalizado. Todavia, mais do que perder espaço é possível constatar que mais uma vez o Estado passou por modificações – reconfigurado de acordo com os assuntos e demandas em larga escala da contemporaneidade.

ESTADO

Guerra dos Trinta Anos

A Guerra dos 30 anos (1618-1648) foi um conflito internacional que se localizou na Europa Central, e que trouxe consequências catastróficas para os países envolvidos. A guerra tem início, em 1618, em razão da rebelião dos alemães contra o Imperador do Sacro Império Romano Germânico e o Papa, pois todos os governantes do espaço germânico eram submetidos a essas duas autoridades, e, assim buscavam suas autonomias. Foi também um conflito internacional entre os defensores católicos do imperador austríaco, aliado a dinastia de Habsburgo, contra a Casa Bourbon aliada os protestantes de principados alemães – como os luteranos e calvinistas (MAGNOLI, 2006).

Em um primeiro momento a guerra parecia ser apenas um conflito religioso, porém, posteriormente, esta seria um confronto entre as potências da época, que, motivadas pela rebelião germânica contra o imperador, viram a possibilidade de destituir a influência e poder do Império Romano na Europa¹.

Um bloco encabeçado pela dinastia Habsburgo do rei Fernando da Estíria, da Áustria e da Hungria, eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico (e depois por seu filho Fernando III), que se aliava com as regiões católicas da Alemanha [...] um bloco com os rebeldes protestantes da Boêmia e de diversas regiões germânicas, especialmente o Palatinado de Frederico V, apoiado pelos Países Baixos, pela Suécia, pela Dinamarca, pela Inglaterra e pela França católica. (MAGNOLI, 2006, p. 165-166)

Apesar de os lados do conflito estarem divididos em dois polos claros – católicos versus protestantes – as alianças internacionais modificaram-se no decorrer da guerra e obedeciam a rivalidades bilaterais específicas. Os protestantes, por exemplo, estavam divididos entre os luteranos da Saxônia e os calvinistas de Brandenburgo, na maior parte do conflito, permaneceram aliados com o imperador católico contra a Boêmia e o Palatinado. Cada país envolvido² tinha seus próprios interesses que os levaram a guerrear contra seus inimigos. A Saxônia e Brandenburgo participaram

1 “Durante os 30 anos do conflito, com a longa propagação deste, chega-se a acreditar que a guerra seria eterna.” (MAGNOLI, 2006, p. 166)

2 A influência da Guerra dos 30 anos, na Europa, foi tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo dos países envolvidos e não envolvidos, pois, com o desenrolar da guerra, diversas revoltas camponesas, revoltas urbanas, guerras pelo controle marítimo, guerras fronteiriças, foram constatados entre 1626 e 1640. (MAGNOLI, 2006)

da guerra fornecendo apoio financeiro aos países católicos, e não se envolveram militarmente³.

O Sacro Império Romano Germânico foi constituído em 962, com a coroação do imperador Otto. O Império tinha como pretensão considerar a herança direta da civilização romana e cristã, reivindicando a sucessão de Carlos Magno⁴. Tal fato desencadeou a guerra civil alemã e a Guerra dos 30 anos em 1618. Todavia o Sacro Império representava a unidade temporal dos católicos e o papa representava a unidade espiritual, e, assim, este estaria acima de todos os pequenos e grandes – sucedendo dinasticamente na Casa dos Habsburgo da Áustria.

Em 23 de maio de 1618, a Guerra dos 30 anos teve início, tendo como estopim a “defenestração de Praga”, que trouxe como consequência o fim da Paz de Augsburg, como destaca Moita (2012). No dia em questão, os representantes do imperador do Sacro Império Romano Germânico tentaram impor em Praga⁵ suas decisões de encerrar a assembleia dos Estados da Boêmia e fechar duas igrejas protestantes. Tal motivo se deu, segundo Gonzales (1984), porque o Imperador do Sacro Império queria que os Tchecos se reconvertessem ao catolicismo, pois, no século XVI, estes haviam se convertido ao luteranismo. Os Tchecos se opunham à decisão do Imperador, pois para estes o Imperador não passava de um déspota vinculado ao papado, e, assim, começara a propagar a recusa da aceitação da eleição de Ferdinando II como Imperador do Sacro Império Romano Germânico (FILHO, 2006). Por conseguinte, dois dos representantes do imperador e um secretário foram atirados por uma janela do castelo de Hradschim, e, assim, os protestantes da Boêmia romperam com o Imperador Habsburgo, Fernando II. A “defenestração de Praga”⁶, como ficou conhecido esse episódio, levou Frederico V, do Palatinado, a ser coroado Rei da Boêmia. A revolta contaria com o apoio popular e foi liderada pela alta burguesia e baixa nobreza, contra os nobres católicos da Dinastia de Habsburgo.

O imperador Fernando II, com o apoio de católicos alemães e da junta das tropas bávaras e espanholas, invadiu a boêmia e ocupou o Baixo Platinado. A vitória permitiu ao imperador tornar o catolicismo como religião oficial, tendo como significado o fim da Paz de Augsburg, a abolição da liberdade de culto e o fortalecimento dos católicos ligados ao Império. (MAGNOLI, 2006)

3 “O principal motivo que levou esses protestantes se aliarem ao Imperador foi a busca da garantia dos direitos católicos e protestantes que haviam sido firmados, anteriormente, com a Paz de Augsburg em 1555.” (MAGNOLI, 2006, p. 167)

4 Apesar de os imperadores obterem o apoio e legitimação papal, estes nunca conseguiram constituir um império centralizado e grande poderio, pois, com a Reforma Protestante de Martinho Lutero em 1519, muitos seguidores da igreja católica se converteram ao protestantismo – o que enfraqueceu o poder do Império e do Papado. (MAGNOLI, 2006)

5 A região da Boêmia havia sido o berço da reforma protestante no século XV, e posteriormente, com a Paz de Augsburg em 1555 – que estabeleceu uma trégua entre católicos e protestantes, levou a constituição de igrejas. (MAGNOLI, 2006)

6 “s.f. Ato ou efeito de atirar algo ou alguém pela janela ou de uma varanda.” Dicionário online de Português. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/defenestracao/>>. Acesso em 31 out. 2015

Segundo Magnoli (2006), essas consequências atemorizaram os alemães protestantes assim como os países que eram nações protestantes, como a Inglaterra por exemplo. Em 1630, tropas suecas protestantes invadiram a região norte da Alemanha e, posteriormente, teriam como objetivo avançar sobre a Renânia, porém ao chegar à região as tropas foram vencidas pelo exército alemão.

Fernando II conseguiu expulsar a tropa sueca do território alemão e, então, em 1635, foi-se negociado a Paz de Praga com o Império, significando que a divisão religiosa atenuava-se. Esta Paz foi negociada entre a Saxônia luterana e Brandemburgo calvinista. (MAGNOLI, 2006).

Magnoli (206) averigua que a Guerra dos Trinta Anos desenvolveu-se em cinco fases distintas: • da Boêmia, de 1618 a 1621; • do Palatinado, de 1621 a 1624; • dinamarquesa, de 1625 a 1630; • sueca, de 1630 a 1634 e • francesa, de 1634 a 1648.

Em todas as cinco fases da guerra, cada um dos países envolvidos enfrentaram a força do Imperador Fernando II e da Espanha, além dos estados que eram aliados do Sacro Império Romano Germânico. Porém, foi na fase Francesa (1634 a 1648) que, pela primeira vez, a balança pende contra o Sacro Império e a Espanha, pois anteriormente nenhum país havia conseguido se consolidar como um país influente e poderoso, e, também foi à primeira vez que o Império Germânico e os Espanhóis sofrem derrotas. Inicialmente a França não queria se envolver diretamente na guerra e tinha como pretensão a criação de uma aliança entre o bloco do Império e Espanha e o bloco protestante. O principal objetivo era neutralizar o poder da Áustria e da Espanha – que representavam os interesses do Império.

Diante do seu interesse nacional, a França viria a defender os direitos religiosos dos protestantes alemães e, a partir de então, a guerra seria essencialmente uma disputa entre as Casas de Habsburgo da Áustria e a Casa Bourbon Francesa.

Deste modo, o que em um primeiro momento a guerra parecia ser apenas uma guerra civil alemã contra o poder do Imperador, esta se tornou uma questão internacional – sendo que o que estava em jogo era o controle da Europa Central em um contexto não apenas religioso, mas também terrestre⁷ e econômico⁸.

Mesmo com a negociação da Paz de Praga, a França, com 120 mil soldados, investiria na guerra contra a monarquia católica, pois o alinhamento como uma nação católica, junto dos protestantes foi uma decisão geopolítica por meio do Cardeal Richelieu⁹ que permitia incorporar as regiões da Alsácia e da Lorena nos

7 “Aí assistimos ao habitual jogo das potências: a guerra tinha então como consequência natural a expansão geográfica do vencedor e a retração territorial do vencido”. (MOITA, 2012, p. 24)

8 A exuberância da expansão do capitalismo mercantil europeu no século XVI levou a uma crescente disputa por interesses comerciais, especialmente ligados ao tráfico marítimo, ao controle de rotas e de fontes de arrecadação de tributos. Os Estados tornavam-se enormes máquinas fiscais, financeiras, burocráticas e militares. A guerra era o comércio por outros meios. (MAGNOLI, 2006, p. 169)

9 O Cardeal Richelieu (1585-1642) foi o primeiro-ministro do Rei da França Luís XIII. (MOITA,

interesses franceses, como ressalta Magnoli (2006). A França esperava conseguir seus territórios ambicionados, conseguir a derrota do Império Romano Germânico da Espanha - que era a maior potência internacional na época.

A partir de 1634, a guerra toma proporções estrondosas, com um pico de destruição e de despovoamento. Isso ocorreu pelo envolvimento da França na guerra, pois, com a geopolítica de Richelieu, o país usou de uma diplomacia francesa para se aliar a países como a Suécia, Holanda, Bavária e Alsácia formando um grande exército. (MAGNOLI, 2006)

Deste modo, o Sacro Império e a Espanha foram acudados pelo exército francês e de seus aliados. Como consequência, o poderio da Espanha entra em colapso, rebeliões eclodem em Catalunha e em Portugal, ocorre uma guerra civil aberta na Inglaterra, a Suécia e Dinamarca começam uma guerra que duraria dois anos.

Em 1645, as disposições para negociar uma paz se generalizam, e, finalmente, em 1648 concluiu-se a paz do conflito da Guerra dos 30 anos¹⁰. Os dois grandes países vencedores da guerra foram a França e a Suécia. A Suécia obteve significativos ganhos territoriais decorrentes da fragmentação do Sacro Império e a França se consolidou como uma nação poderosa e dominante devido ao seu predomínio hegemônico sobre os territórios ganhos e pelo controle naval e comercial europeu. (MAGNOLI, 2006)

Paz de Westfália, o Sistema Internacional e o Estado

Maquiavel teria sido o primeiro a usar, no início do século XVI, o termo “Estado” descrevendo-o como uma situação de permanente convivência e ligada a sociedade política ou Grotius que, em 1625, publica a sua obra magistral “O direito da guerra e da paz”, onde identifica os Estados como sujeitos de uma ordem jurídica. Mais tarde, já depois da Paz de Vestefália, em 1651, Thomas Hobbes desenvolve uma elaborada teoria do Estado como detentor do poder de uma determinada sociedade. (MOITA, 2012).

Com o fim da Guerra dos 30 anos, foram assinados 11 tratados que constituem e que formalizaram a Paz de Westfália. As assinaturas ocorreram em dois encontros, uma na cidade de Muster e outro em Osnabruck, proclamando uma anistia geral, concessões territoriais aos países vitoriosos da guerra, restituição e redistribuição dos bens matérias para os países envolvidos, reafirmação da Paz de Augsburg e liberdade de culto religioso.

2012)

10 A Guerra dos 30 anos seria lembrada como a pior guerra da Europa, e como afirma o historiador Franz Mehring “semelhante destruição nunca foi suportada por nenhum grande povo civilizado. A Alemanha foi conduzida a um retrocesso de duzentos anos em seu desenvolvimento”, pois o século seguinte, após a guerra, foi um século de atraso e regressão econômica, guerras e peste, deflação e colapso monetário, queda da produção e população. (HARTUNG, 1964 *apud* MAGNOLI, 2006)

A sociedade política medieval entrou em declínio, o que determinou as características do Estado Westfaliano. Esse declínio do sistema medieval significava que os Estados não mais seriam subordinados ao poder do Imperador Fernando II e do Papa, e, agora estes seriam consolidados como uma unidade suprema e com um poder soberano – reconhecido dentro de uma delimitação territorial. Em suma, os tratados de paz de Westfália assim permitiram que os Estados territorializados e soberanos se consolidassem na nova ordem mundial¹¹. (MOITA, 2012)

A soberania¹² estatal formalizada pelas negociações da Paz outorgou ao Estado o exercício do poder soberano dentro de suas fronteiras nacionais ou o monopólio da força física sobre um determinado território. Isso significaria que o poder do Estado seria supremo, impossibilitando sua limitação por qualquer outra unidade que detivesse poder ou autoridade. (FIGUEIRA, 2011)

No âmbito interno, não haveria algum poder que pudesse concorrer com o do próprio Estado, e, no âmbito externo, não haveria nenhuma entidade acima deste, ou seja, suas ações e suas relações com os demais países do Sistema Internacional não seriam determinadas ou limitadas a não ser pelo próprio Estado soberano.

O Estado, que surgiu após o Tratado de Westfália, pode ser definido como “a sociedade soberana, surgida com a ordenação jurídica cuja finalidade é regular globalmente a vida social de determinado povo, fixo em dado território e sob um poder.” (NOGUEIRA, 1993, p. 5)

Os tratados da paz caracterizaram a documentação da existência de um Estado definido por uma unidade territorial, dotada de um poder soberano, um território e um povo. Em suma, pode-se definir o Estado como “uma organização política-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público, com governo próprio e território determinado”. (AZAMBUJA, 1941)

O sistema de Estados soberanos exigia instituições estatais dentro das fronteiras e o desaparecimento de autoridades que interferissem de fora, para que a autoridade suprema vigorasse dentro do território e tivesse independência política e integridade territorial. (PHILPOTT, 1999 *apud* JESUS, 2011, pp.567-569)

O princípio da soberania do Estado Westfaliano seria pautado, essencialmente, pela delimitação territorial, ou seja, pela definição das fronteiras. A soberania indicava que este era o poder mais alto do Estado, e, o território mostrava onde esse poder seria o mais alto. (DALLARI, 2005)

Deste modo, o que se observa é que por meio da consolidação do Estado

11 Sustenta-se em geral que a existência da sociedade internacional é desmentida em razão da anarquia, ou seja, da ausência de governo ou de regras. É óbvio que, ao contrário dos indivíduos que vivem no seu interior, os estados soberanos não estão sujeitos a um governo comum, e que neste sentido existe uma “anarquia internacional” [...]. (BULL, 2002, p. 57)

12 “Soberania significa que não há nenhum poder acima do Estado que possa determinar suas ações, ou seja, que ele tem o poder supremo dentro de seu território, não podendo interferir, portanto, nas determinações soberanas de outros Estados”. (FIGUEIRA, 2011, p. 5)

Westfaliano, o território seria indispensável para a existência do Estado, pois, o território é o espaço onde o Estado exerce o poder sobre tudo o que nele se encontra, como aponta Moita (2012). Os limites territoriais delimitam a ação soberana do Estado, sendo que a ordem jurídica estatal é a única dotada de soberania, e, por conseguinte, sem território não existiria o Estado.

NAÇÃO

Formação do Estado-Nação

Antes da criação dos Estados Soberanos, consolidados a partir da Paz de Westfália em 1648, o que determinava as ações das unidades políticas¹³ era o poder do Papado – que interferia diretamente na administração e determinação destas.

Com o fim da Guerra dos 30 anos e com a assinatura dos Tratados de Paz, o poder sofreu um deslocamento, pois, o que antes era exercido pelo Papa ou pelo Imperador, agora quem determinava as ações estatais era o próprio núcleo central, ou seja, o Estado.

A soberania estatal garantia a independência nacional, e, os cidadãos deste Estado não reconheceriam nenhuma autoridade superior a este, como aponta Novaes (2003).

Contudo, o que se observou após a criação do Estado Westfaliano é que na maioria desses Estados o sistema de governo que permeou era a “monarquia”, tendo o rei ou rainha como a representação máxima do Estado e a supremacia constitucional poderiam ser alteradas sem a participação do povo, ou seja, este acabou por anular e isolar os povos e seus direitos individuais - por exemplo, o povo não detinha o direito de escolher um governante, pois, o sistema monárquico é baseado em um governo tradicional hereditário sem necessidade de aprovação e/ou consentimento popular, assim como todas as decisões dos monarcas eram unilaterais.

O povo, titular da soberania, poderia entregá-la a um rei ou constituir um Estado [...] se o Estado não garantisse os direitos do povo transformaria o governo em tirania. Mas mesmo uma soberania usurpada e exercida com mãos de ferro, continuava tendo o povo como titular, e, então lhe caberia o direito de reivindicá-la. (NOVAES, 2003, p. 238)

Uma das características do Estado Absolutista era o isolamento do povo e a impotência de seus direitos¹⁴, por consequência, foi diante desse quadro, que a

13 Antes da Guerra dos 30 anos (1618-1648) não existia o Estado. O que havia antes eram apenas concepções filosóficas de “Estado” que apareciam em obras de Maquiavel ou Hobbes, por exemplo.

14 Ao povo apenas cabia ser parte do Estado – sem participação na vida política e contestação das decisões do Rei ou Rainha.

soberania popular foi sustentada – com base na luta contra o poder da monarquia absolutista. O conceito de “Nação” seria explorado, no século XVIII¹⁵, com o intuito de incentivar a busca pela garantia dos direitos dos povos, levando a burguesia à conquista do poder político (DALLARI, 2005). Todavia, também não havia um termo jurídico consolidado que definia a ideia de Nação, já que este era um conceito muito vago e que foi adotado pelo povo como um símbolo de reivindicações populares¹⁶.

Após a queda das monarquias, os novos governantes dos Estados passaram a utilizar a expressão

Nação¹⁷ para designar o novo Estado - já que a nação consistia na participação de todos os governados no

Estado, e, assim, foi-se consolidado o termo “Estado-Nação”. Esse novo Estado, que emergia após o “século das revoluções”, quebrou o paradigma religioso ao qual o Papado detinha o poder, e tradicionalista, cujo poder era exercido por reis e rainhas, instaurando um Estado formada por uma nação, um estado e um território.” (PEREIRA, 2008, p. 3).

Acompanhado da criação do Estado-Nação e diferente do Estado Westfaliano, a proclamação da soberania nacional viria a ser estipulada pela lei que seria a expressão da vontade coletiva dos indivíduos. Segundo Novaes (2003, p. 71), estes são definidas como “iguais por natureza, sem distinção social ou econômica”. Essa lei viria a ser posta em prática, por exemplo, com a Constituição dos Estados Unidos em 1787 e a Constituição Francesa em 1791, que, no art. 3º, declara que “a soberania estatal reside essencialmente na nação, mas que é precedido pela conservação dos direitos naturais do homem”.

Mudança no Sistema Internacional e a Ruptura do Modelo Westfaliano de Estado

O que se observa no cenário internacional, após a criação do Estado-Nação, é que o mesmo viria a passar por uma fase de turbulência conhecida como a “crise” do Estado-Nação.

Em 1799, Napoleão Bonaparte desferiu um golpe de Estado na França, apoiado pela burguesia e pelo exército francês que esperava instaurar um ambiente estável e de ordem, concedendo-lhe poderes absolutos. Após o Golpe de Estado – 18 Brumário – Napoleão tinha uma ambição que era dominar toda a Europa, pois, apenas desta maneira a França se consolidaria como um Império e, então, em 1804, Napoleão é coroado o Imperador da França pelo Papa Pio VII – sendo que a França teria de conviver, novamente, com o sistema hereditário de governo (MAGNOLI, 2006). Aos

15 Século das revoluções Americana (1776) e Francesa (1789).

16 “Era em nome da nação que se lutava contra a monarquia absoluta, dando a entender que era justo e necessário que o povo assumisse o seu próprio governo”. (DALLARI, 2005, p. 132)

17 “Nação é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns” (AZAMBUJA, 1941, p. 24)

anos que se seguiram após a coroação de Napoleão, este colocou em prática uma política expansionista, através de conquistas territoriais, além de impor um bloqueio continental para neutralizar o poder de seu principal inimigo – a Inglaterra.

Por fim, Napoleão despedaçou a ordem geopolítica internacional fundada pela Paz da Westfália que marcou o término das guerras religiosas na Europa, ao mesmo tempo em que criou o Estado Soberano. Nesse sentido, ao colocar em prática sua política expansionista do Império Francês, Napoleão desrespeitou os tratados de paz e a soberania estatal que por mais de cem anos ainda se mantinha consolidada. (MAGNOLI, 2006)

Como aponta Hobsbawn (1995), nos anos seguintes após a derrota de Napoleão em 1815 – na Batalha de Waterloo - com o início da Revolução Industrial e com a evolução do capitalismo, muitos dos Estados Europeus começaram a iniciar um processo de colonização, transformando outros países em colônias de exploração ou de povoamento. Tal fato se deu pela necessidade desses Estados desenvolvidos buscarem novos mercados que consumissem os seus produtos finais e matérias-primas que sustentassem o seu processo produtivo. (WAISBERG, 2011).

Assim, entre 1850 e 1900 a colonização atingira o seu ápice, e, a busca e necessidade por mais colônias levou, em 1914, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, incentivada pela rivalidade sobre os países europeus nacionalistas que tinham vastos domínios ultramarinos – já que cada nação via sua posição sobre risco, pois a ação colonizadora poderia transformar os Estados em grandes potências devido aos ganhos significativos com novas fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores. (HOBBSAWN, 1995, p. 178).

Após o advento da I Guerra Mundial, a Europa precisava ser reconstruída e a paz instaurada, assim, com a criação da Liga das Nações¹⁸ e com os seus 14 pontos, o presidente norte-americano Woodrow Wilson propunha um acordo livre, amplo e imparcial, de todas as reivindicações coloniais baseadas no respeito do princípio da soberania estatal, sendo que os interesses das populações devem pesar de forma igual às demandas do governo¹⁹. (RAMINA, 2008).

Posteriormente, com o advento da II Guerra Mundial²⁰ o princípio da autodeterminação dos povos aparece na Carta do Atlântico²¹, em 1941, como instrumento de reação às invasões nazistas. Declarando que o Reino Unido e os EUA não desejavam alterações territoriais em desacordo com os desejos livremente

18 A Liga das Nações (1914-1918) foi uma organização internacional, com sede em Genebra, que tinha como objetivo manter a paz e a segurança coletiva através de mecanismos jurídicos. (SEITENFUS, 1997)

19 5º ponto de Wilson. Disponível em: <http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115152010600/depart/dcsh/h12ano/1918.pdf>

20 Tendo como estopim a ascensão do Partido Nazista de Hitler e a invasão da Polônia em 1939 pelos alemães. Anteriormente, contam-se as políticas expansionistas das potências do “Eixo” – Japão, Itália e Alemanha.

21 Disponível em: https://www.un.org/es/aboutun/history/atlantic_charter.shtml.

expressos dos povos e que se respeitavam os direitos soberanos de todos os povos ao escolher sua forma de governo. Esse princípio, também foi inserido na Carta das Nações Unidas²², em 1945, que previa o respeito ao princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e a tomada de outras medidas apropriadas para reforçar a paz mundial. Também foi nesse mesmo ano que a Organização das Nações Unidas²³, após a ratificação da carta, se consolida. Durante a metade do século XX, a ONU reconhece os povos colonizados como detentores do direito à autodeterminação e, por conseguinte, asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (SILVA, 2004)

O que se observa é que as políticas expansionistas de Napoleão Bonaparte e as ações colonizadoras dos países Europeus vão contra o princípio da soberania estatal estabelecida pela Paz de Westfália em 1648, ao estabelecer que nenhum poder acima do Estado pode interferir e/ou determinar suas ações. Não apenas o princípio da soberania estava sendo desrespeitado, mas também o da territorialidade – já que o território é o espaço onde o Estado exerce a sua ação soberana. (DALLARI, 2005)

Diante desse quadro, a “crise” do Estado-Nação está vinculada a sua soberania territorial, pois o que se observa é que antes desse Estado, o princípio da soberania estatal estava vinculado a sua delimitação territorial. Entretanto, no início do século XIX esse princípio começa a declinar; sendo reforçado, posteriormente, com a criação do princípio da autodeterminação dos povos.

Através da análise da “crise” do Estado-Nação é possível explicar que a afirmação da soberania estatal não mais está legitimada pela sua territorialidade, e, que a identidade nacional é uma dinâmica que implica em uma soberania consolidada. Nações que se identificam por um grupo comum passam a se consolidar, não como um Estado, mas uma nação autodeterminada e soberana. Essa crise acabou por reduzir o papel do Estado nas Relações Internacionais, já que essas nações estão se inserindo no sistema internacional através do respeito de seus valores de identidade nacional, cultural e étnica.

Os reflexos nas colônias da América Latina

Com os descobrimentos das Américas, no fim do século XV e início do século XVI, as terras do “novo mundo” viriam a ser colonizadas por potências da época – como Espanha e Portugal – muito por conta das mudanças que estavam ascendendo no mundo, como a transição do feudalismo²⁴ para o capitalismo.

22 Disponível em: <http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>.

23 No mesmo ano, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações, após fracassar, encerra suas atividades e é substituída pela ONU.

24 A organização social feudal caracterizava-se pela existência de pequenos produtores rurais (camponeses) atrelados à normas servis, e por pequenos produtores urbanos (artesãos) atrelados à normas corporativas. A crise do feudalismo afrouxou as amarras dos laços servis e das normas corporativas, tornando o substrato social sob o qual agiu o capital comercial repleto de pequenos produtores

Uma das características deste processo de transição é a crescente mercantilização, ou seja, uma expansão generalizada do capital comercial financiado pelos Estados, agora unificados e detentores do poder financeiro, político e territorial, que rompem os limites desse capital comercial em território europeu e que, por conseguinte, resulta em uma expansão marítima que virá a caracterizar o sistema colonial. (CUNHA, 2012)

No que diz respeito aos processos de colonização este pode ser feito de dois modos: colônia de povoamento e colônia de exploração – que respectivamente podem ser caracterizados por um povoamento que gera uma economia autônoma e/ou nação desenvolvida, ao abastecer e desenvolver o mercado interno, e a colônia de exploração que gera uma economia subordinada e/ou nação subdesenvolvida, que deve abastecer a metrópole. (MENDES, 2013)

O que se observa na América Latina é que o processo de colonização fora de caráter exploratório, ou seja, as colônias eram de exploração. Ora, se levado em conta o contexto da época, a concorrência mercantil se dava pela atividade comercial, o que levava aos países demandantes de matérias-primas a buscarem novas fontes que abastecessem a metrópole.

Assim, com as expedições, no fim do século XV, que descobriram o “novo mundo”, a Espanha viu não apenas a oportunidade de expandir as fronteiras do domínio espanhol com a tentativa de obter lucros e ganhos comerciais ao império, mas também sua religião cristã – e sem qualquer oposição dos demais países europeus, visto que as Bulas Papais prometiam as novas terras à Espanha. (GOMES, 2006)

Portugal não viria a ficar de fora dessa corrida mercantilista, e assim, o país investiria na busca por colônias que ultrapassassem os domínios portugueses. Ora, Portugal era uma potência econômica durante o século XV, e com o desenvolvimento das relações capitalistas – advindas da transição feudal para o capitalismo – estes sentindo tais mudanças não poderiam ficar estagnados, e, sem questionar e aproveitando de suas técnicas avançadas de navegação, Portugal inicia sua corrida mercantilista, buscando metais preciosos, matérias-primas e atividades comerciais lucrativas, rumo as terras recém-descobertas na América. (OLIVEIRA, 2008).

Em 1648, mesmo com a criação do Estado Westfaliano, que legitimou a soberania estatal dentro das limitações geográficas, agora delimitadas, o processo de colonização não fora abolido, pois mesmo que o Estado fosse definido por uma unidade territorial, um poder soberano e um povo, este último não viria a ter uma participação na vida política estatal e nem o poder de interferir nas decisões do mesmo – já que o sistema de governo que permeou o Estado Westfaliano fora a monarquia, ou seja, um governo tradicionalista e hierárquico que isolava ou anulava a soberania popular.

independentes, mais suscetíveis a ação dissolvidora do comércio. (CUNHA, 2012, p. 16)

Deste modo, a América Latina ainda ficaria atrelada aos interesses das grandes metrópoles e da monarquia, mesmo após mais de cem anos da Paz de Westfália. Entretanto, quatro fatos, no século XVIII (Era das Revoluções; Criação do Estado-nação; Guerras Napoleônicas e o Congresso de Viena), viriam a mudar este cenário e trazer grandes mudanças, principalmente para os países latino-americanos, e que seriam sentidas quase em escala mundial:

Mais uma vez os tratados de paz de Westfália seriam evocados com o objetivo de quebrar o paradigma Estatal da época, assim como a queda das monarquias que seriam feitas por meio da vontade popular, ou seja, se o Estado deveria regular a vida social de um determinado povo, e o povo estava insatisfeito com a administração estatal, este, então, teria o direito de reivindicar seus anseios e direitos – que naquele período, mais do que buscar uma melhora nas condições de vida, tinha como objetivo a reivindicação da instauração de uma identidade nacional, soberana e respeitada. (NOVAES, 2003)

Ora, o efeito dominó, sentido a partir da evocação dos tratados de paz de Westfália, no século XVIII, teve como consequências: a Era das Revoluções, a qual as nações inspiradas pelas ideias iluministas²⁵ buscam destituir a monarquia do poder; a criação do Estado-nação, que consistia na participação democrática de todos os governados na vida política estatal; as Guerras Napoleônicas que abalaram a ordem geopolítica internacional por meio da política expansionista; e, por fim, o Congresso de Viena que tinha como objetivo restaurar o antigo regime monárquico nas nações dominadas por Napoleão e redesenhar o mapa da Europa. (RAMOS, 2012).

Na América Latina, o sentimento de buscar uma soberania popular por meio da instauração de um Estado-nação, forte e independente, também se fazia presente, e até o início do século XIX, com as Guerras Napoleônicas, tal objetivo foi se afluando cada vez mais, porém as potências espanhola e portuguesa que dominavam o “novo mundo” eram muito fortes e, sendo colônias de exploração, a nação muito fraca – o que levava os movimentos revolucionários logo a serem suprimidos. (MADER, 2008)

Foi preciso esperar pela derrota de Napoleão, em 1815, e a criação do Congresso de Viena, no mesmo ano, para que a América Latina pudesse finalmente obter sua oportunidade de instaurar uma identidade nacional, por meio das ondas revolucionárias de independência.

Após a derrota de Napoleão, os países europeus estavam preocupados com uma possível ameaça, comparada as Guerras Napoleônicas, que pudesse

²⁵ Os iluministas caracterizavam-se pela importância que davam à razão. Reconheciam que somente por meio do racionalismo, afirmavam ser possível compreender perfeitamente os fenômenos naturais e sociais. Defendiam a democracia, o liberalismo econômico e a liberdade religiosa e de pensamento. Na verdade, o Iluminismo foi um processo longo do qual as transformações culturais então iniciadas influenciaram importantes movimentos que resultaram na Independência Americana, na Inconfidência Mineira e na Revolução Francesa. (SILVA, 2011, p. 122-123)

acontecer no sistema internacional, e, sem condições de iniciar outra guerra, iniciou-se um movimento contrarrevolucionário que envolvesse pretensões hegemônicas, mas sobretudo aquelas nações que haviam participado na coalização contra os franceses. Deste modo, as principais potências europeias viriam a se reunir em Viena, no ano de 1814, para decidir um novo arranjo de poder que viria a nortear as relações internacionais e que comporia o Congresso de Viena, que duraria até 1815. (RAMOS, 2012)

Os acordos duradouros do Congresso de Viena tiveram por base o equilíbrio entre as cinco principais potências europeias: Reino Unido (nome do Estado monárquico inglês após a incorporação da Irlanda do Norte, em 1800), Áustria, Rússia, Prússia e França [...] No fim dos acordos, a segurança coletiva estava baseada no equilíbrio entre as potências [...]. (LAIDLER, 2013, p. 7).

A Rússia, Áustria, Prússia, Espanha e Portugal, que compartilhavam um caráter conservador do regime monárquico, formaram um movimento conhecido como “Santa Aliança” com o objetivo de pressionar o congresso a reimplantar o absolutismo derrubado pelas invasões Napoleônicas – além de intervir em países cujos movimentos revolucionários e/ou do iluminismo pudessem ascender, o que na prática representava uma manutenção e controle das colônias portuguesas e espanholas na América Latina. (RAMOS, 2012)

A Grã-Bretanha exerceu pressão contrária à restauração do absolutismo, já que o país estava no auge da Revolução Industrial precisando de novos mercados e fontes de matérias-primas, propondo o “Pacto da Quádrupla Aliança”, na qual cada potência deveria voltar a possuir os mesmos limites que tivera antes de 1789. O mapa da Europa e da América acabou sendo redesenhado, forjando um equilíbrio entre as principais potências europeias, formalizando, pela primeira vez desde a Guerra dos 30 anos, um entendimento entre as nações em favor da manutenção da paz. (RAMOS, 2012). Com relação ao resultado do Congresso de Viena, Laidler explicita: “eis a obra de Viena, que garantiu o equilíbrio e manteve a paz, ao menos relativa, entre as potências até a Grande Guerra.” (MAGNOLI, 2008 *apud* LAIDLER, 2013, p. 8).

A América Latina viria a sofrer um reflexo do Congresso de Viena, no que diz respeito a busca pela independência das colônias latino-americanas – incentivados pelo nacionalismo e unificação das potências europeias, no que diz respeito à soberania territorial e identidade nacional. (RAMOS, 2015).

Ora, desde o fim da Guerra dos 30 anos e a proclamação da Paz de Westfália, a Espanha perdeu seu status de potência hegemônica, e com a Era das Revoluções, despertava no cenário interno das colônias um sentimento nacionalista e de independência, mas que logo seria suprimido pela metrópole. Com as Guerras Napoleônicas, e a invasão a Espanha, o país logo ficaria fragilizado internamente e

externamente, o que abria cada vez mais a possibilidade de ondas revolucionárias. Temendo o fim do controle da metrópole, a Espanha acaba por estimular a “Santa Aliança” como uma forma de conter tais movimentos, todavia, mesmo após o Congresso de Viena, o país estava fragilizado e sem forças de interferir nas colônias, que somado com a pressão inglesa pela independência da América, não mais seria possível conter os movimentos de independência.

Fomentado pela Grã-Bretanha e gozando da proteção da chamada Doutrina Monroe, impetrada pelo presidente norte-americano James Monroe, cujo lema era “a América para os americanos”, pela qual seria considerada uma ação hostil aos Estados Unidos da América qualquer tentativa de recolonizar a América Latina. Começaram a pipocar movimentos de ordem liberal pelas colônias espanholas, conduzindo a uma série de lutas que culminaram com vários processos de independência que esfacelaram o antigo Império Colonial da Espanha em diversos Estados soberanos. (RAMOS, 2015, p.6).

Com relação ao Brasil²⁶, a presença do príncipe regente tinha elevado a colônia à categoria de Reino Unido, o que traria como consequência uma situação complicada, visto que a Revolução do Porto²⁷ exigia o retorno do rei a Portugal, devido às relações estabelecidas entre portugueses e ingleses; e que acabaria criando uma nação soberana, formada por colonos, governada por um príncipe de Portugal – que garantia uma unidade territorial da ex-colônia. (RAMOS, 2012)

Neste ano de 1810, surpreendentemente, os movimentos de independência se manifestaram na América Hispânica com enorme velocidade e assombrosa simultaneidade, do México, no vice-reino da Nova Espanha, a Buenos Aires, no vice-reino do Rio da Prata. Apesar das dificuldades de comunicação e das imensas distâncias físicas, esta sincronização revelava não só ecos dos acontecimentos externos, mas também o surgimento no interior da elite colonial de diversos, e muitas vezes contraditórios, posicionamentos e projetos políticos que visavam responder aos desafios impostos por este contexto político. (MADER, 2008, p. 226).

Assim sendo, as discussões internacionais que ora eram movidas pelo liberalismo, advindo da Era das Revoluções e da Grã-Bretanha, e ora conservador, da “Santa Aliança” no Congresso de Viena, as potências europeias estavam preocupadas em manter o Antigo Regime e ao mesmo tempo manter a paz na Europa, e, assim, essas discussões divergentes acabariam por estimular as independências na América Latina. (RAMOS, 2012).

26 Convém ressaltar que o Brasil sofreu forte influência da Revolução Francesa de 1789 e das ideias iluministas, com o episódio conhecido como “Inconfidência Mineira” que tinha como causa a luta do povo brasileiro contra a monarquia portuguesa, mas que logo foi suprimida e contida.

27 Também em 1820, Portugal assistiu surgir um movimento de cunho liberal que ameaçou proclamar a república, a chamada Revolução do Porto, a qual exigiu o retorno de D. João VI, então no Reino Unido, a terra mãe, dissolvendo o problema com a chegada do monarca ao reino, culminando com a independência do Brasil. (RAMOS, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o cenário internacional no século XVII, com a assinatura dos 11 tratados de paz que culminaram no fim da Guerra dos Trinta Anos e formalizaram a Paz de Westfália em 1648, é permitido constatar a criação e consolidação daquilo que se entende por “Estado” na contemporaneidade. Todavia, o Estado Westfaliano não viria a ser a única concepção de Estado criada nos séculos seguintes.

Ao se formalizar pelas negociações de Paz, o Estado Westfaliano ganhou seu espaço no sistema internacional ao se consolidar como soberano dentro de suas fronteiras nacionais delimitadas – sem nenhuma autoridade acima deste. Entretanto os interesses estatais não seriam dirigidos pelo povo, assim, embora a ideia de “Estado” esteja ligada a um ideal mais democrático, a monarquia seria a forma de governo instaurada. O povo se sentia excluído ou isolado do Estado, e, diante desse quadro a ideia de “Nação” foi sustentada, criada e sujeitada à soberania popular contra o sistema monárquico, ou seja, tinha-se como propósito criar um Estado-nação por meio da vontade do povo.

Convém notar que a monarquia não iria apenas se deixar perecer pela demanda popular. Estes procuraram um meio de resistência com o objetivo de se reafirmarem como os legítimos governantes do Estado – já que a monarquia vivia por um sistema tradicional e hierárquico de governo. Partilhado esses interesses comuns da “Nação” contra os interesses da monarquia, o século XVIII ficaria conhecido como “Era das Revoluções”.

Em suma, o principal motivo que justificava a “Era das Revoluções” era a disseminação de uma democracia estatal que só seria instaurada a partir do momento que o povo pudesse participar ativamente das instâncias e das atividades políticas do Estado. Contudo, uma busca por maior participação popular no Estado poderia ser o principal motivo da revolução, mas não seria o único. A pequena burguesia, além de não poder participar do Estado, tinha uma condição de vida, providenciada pela monarquia, extremamente precária e de alto custo, além de pagar altos impostos, exercer a religião escolhida pela monarquia e viver na miséria.

Após a queda das monarquias no século XVIII, consolidou-se o Estado-nação contemporâneo, que tinha em sua essência um Estado cuja ideia se dissemina pelo mundo e vai encontrar esteio do outro lado do atlântico. Porém, na França, seu berço, o novo Estado não teria um longo prazo, pois, no final do mesmo século, o mundo viria a observar a ascensão de Napoleão Bonaparte e o Estado-Nação viria a entrar em “crise”. Mais do que isso, os temores do povo contra um Estado absoluto que abalaria a estabilidade política e social – duramente conquistada anteriormente com as revoluções – estaria por se concretizar. Desferindo uma política expansionista, com o objetivo de transformar a França em uma grande nação, Napoleão acabaria

por desrespeitar os princípios da Paz de Westfália ao ferir a soberania estatal, e, abalaria a ordem internacional.

Mais do que delimitar as fronteiras, os tratados de paz também estabeleceram que a soberania estatal deveria ser respeitada e cumprida, porém, após a criação do Estado-nação, o foco seria pautado não apenas na territorialização do Estado, mas também na identidade nacional, soberana e independente. Assim, a Revolução Francesa, que fora oriunda dessa busca pela soberania popular e identidade francesa, e a busca da independência dos Estados Unidos, promulgaria seus ideais, principalmente na América Latina ao impulsionar a retomada das ondas revolucionárias de independência. Deste modo, pode-se observar que os reflexos da Paz de Westfália, na América Latina, tem reflexo direto no que diz respeito a identidade nacional latino-americana – que a anos já vivia sobre o regime monárquico como colônia. Então, observa-se na região vários movimentos que buscaram a libertação e a independência desses países, sendo que tais reivindicações não teriam sido levadas adiante se os princípios da soberania estatal, que posteriormente culminou na formação do Estado-nação, não tivessem sido pleiteados pela vontade popular.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, D. **Teoria geral do estado**. Editora Globo. 4 ed. Porto Alegre, 1941.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Trad. Sérgio Bath (1ª. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CUNHA, A. M. **A Colonização e o Desenvolvimento Capitalista do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/textodid14.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DALLARI, D. de. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FIGUEIRA, A. D. **Introdução à análise de política externa**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONZALEZ, J. L. **A era dos dogmas e das dúvidas**: uma história ilustrada do cristianismo. V. 8. Editorial Caribe, Miama, Florida, EUA, 1984.

FILHO, A. A. dos. S. **Estado, globalização e gestão pública**: desafios para a construção de uma governabilidade democrática. Revista Eletrônica da Amatra XX, Aracaju, n. 26, JANEIRO-MARÇO 2011. Disponível em: <http://www.amatra20.org.br/amatravi/artigos.wsp?tmp_codartigo=1271>. Acesso em: 11/10/2015.

FILHO, M. T. F. **História e razão do paradigma vestefaliano**. Revista de direito constitucional e internacional, São Paulo, SP: Ed. Revista dos Tribunais, v. 15, n. 58, jan./mar. 2007, p. 314-334.

GOMES, R. A. **“COM QUE DIREITO?”**: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda- Valladolid, 1550 e 1551. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado) – PUC-MG/Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte. 2006.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**: o breve século xx: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita.

Revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, D. S. V. de. **O baile do monstro**: o mito da Paz de Vestfália na história das relações internacionais modernas. *Dimensões*, v. 26, 2011, p. 273-287. ISSN: 2179-8869. Inst. de Rel. Internacionais/Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro, 2011.

LAILER, C. V. **História das relações internacionais no mundo contemporâneo**: a questão da segurança coletiva. *Cadernos de Pesquisa em Ciência Política*. Universidade Federal do Piauí. v. 2, n. 1, dez. 2013.

MADER, M. E. N. de Sá. **Revoluções de independência na América Hispânica**: uma reflexão historiográfica. *Revista de História*. n. 159, p. 225-241. São Paulo, dez. 2008.

MAGNOLI, D. **História das guerras**. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MAGNOLI, D. **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. Demétrio Magnoli, (org). – 2. Edição. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, C. M. M. **Um estudo sobre a relação entre Caio Prado Júnior e Fernando A. Novais**. *Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 35, n. 2, p. 189-199, jul-dez., 2013.

MOITA, L. **Uma releitura crítica do consenso em torno do sistema vestefaliano**. ISSN: 1647-7251. v. 3, n.º 2. pp. 17-43, out., 2012.

NOVAES, A. **A crise do estado-nação**. ISBN 85-200-0655-8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, M. L. **Os efeitos da colonização na construção da identidade do povo Nordestino**. *Revista de Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. v. 9. n. 24, set-out. 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pd_st14/marlon_st14.pdf> Acesso em: 03 jul. 2016.

PEREIRA, L. C. B. **Nação, estado e estado-nação**. EESP/FGV 157. 2008.

RAMINA, Larissa Liz Odreski. **O princípio da autodeterminação dos povos e seus paradoxos**: a aplicação na guerra do Cáucaso de 2008. In: Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 2010. Anais XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza: p. 3692-3706, 2010.

RAMOS, F. P. **O Congresso de Viena e o concerto europeu: 1815-1878**. *Revista Para entender a história*. ISSN: 2179-4111. a 3, v. abr. Série 01/04, p.01-11, 2012.

RAMOS, F. P. **O sistema Westfaliano e as relações internacionais na Europa**. *Para entender a história*. ISSN: 2179-4111. a. 6, v. jul. Série 04/07, p.01-09, 2015.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, F. F. da. **Direito Internacional e consolidação democrática**. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 3, jan./jun., 2004, p. 482. Disponível em: <<http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/search/titles?searchPage=2>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SILVA, R. de A. V e. **Os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade na prática democrática**: entre Rousseau e Habermas. *Revista Lumen et Virtus*, v. 2, n. 4, p. 121-133. mai. 2011.

WAISBERG, T. **Do reconhecimento de Estado e de governo no direito Internacional**: considerações sobre a evolução do tema na jurisprudência e prática internacional. *Boletim Meridiano* 47, vol 12, n. 127, set-out, 2011. Disponível em:<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4640>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

OS TERENA DE MATO GROSSO DO SUL E A CARTEIRINHA DA FUNAI: DE SIGNO MATERIAL DA TUTELA À RESSIGNIFICAÇÃO

Patrik Adam Alves Pinto

Programa de Pós Graduação em Antropologia
Social/Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul
Campo Grande - MS

Victor Ferri Mauro

Programa de Pós Graduação em Antropologia
Social/Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul
Campo Grande - MS

RESUMO: O presente texto pretende realizar um breve percurso histórico, enfocando a relação dos Terena de Mato Grosso do Sul com os aparatos de poder estatal, representados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, por sua substituta, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para pensar a questão da tutela operada localmente. Esse percurso servirá para abordar a relação que esses indígenas mantêm com a chamada Carteirainha da FUNAI, documento não oficial outrora emitido pela Fundação Nacional do Índio em Mato Grosso do Sul, tomada aqui como um símbolo material da tutela, por um lado, e também como ferramenta de identificação étnica apropriada pelos indígenas de maneira ressignificada.

PALAVRAS-CHAVE: Ressignificação; Afirmação identitária; Tutela; Carteirainha da

FUNAI

MATO GROSSO DO SUL TERENA PEOPLE
AND CARTEIRINHA DA FUNAI: FROM LEGAL
GUARDIANSHIP MATERIAL SIGNAL TO
RESIGNIFICATION

ABSTRACT: This text intends to make a brief historical approach focusing on the Mato Grosso do Sul Terena people's relationship with the state power equipment which was represented by Serviço de Proteção ao Índio (SPI) and later on by its substitute Fundação Nacional do Índio (FUNAI), considering the issue of the local operated legal guardianship. This approach will serve to discuss the relationship that this indigenous people have with the so-called Carteirainha da FUNAI, an unofficial document previously provided by FUNAI in Mato Grosso do Sul, a document taken here as a material symbol of legal guardianship, on one hand, and as well as an ethnic identification tool appropriated by this indigenous people in a ressignified way.

KEYWORDS: Resignification; Ethnic affirmation; Legal guardianship; Carteirainha da FUNAI

1 | OS TERENA E O ESTADO

Em seu clássico livro *Do Índio ao Bugre*,

Roberto Cardoso de Oliveira nos apresenta um substancioso estudo sobre os Terena, população Guaná Chané, falantes mais meridionais de língua da família Aruak, cuja presença no território do atual Mato Grosso do Sul remonta ao século XVIII, quando teriam atravessado em vários fluxos migracionais o rio Paraguai, oriundos do chaco paraguaio, da localidade conhecida em seu idioma por *Exiva*, e se fixado na região banhada pelo rio Miranda (OLIVEIRA, 1976, p. 26). Já nas primeiras páginas da obra, são descritos como um grupo indígena que, até então, havia despertado pouco interesse ao escrutínio da Antropologia, conforme afirma Darcy Ribeiro no Prefácio à primeira edição da obra, publicada em 1959. Segundo Ribeiro, a falta de interesse se dava por se tratarem de “índios, assim, tão pouco indígenas” (RIBEIRO apud OLIVEIRA, 1976, p. 13).

Se, nos dias atuais, a colocação certamente soa anacrônica, por associar o *ser índio* a uma concepção essencialista, um status que estaria passível de ser perdido, *deixar de ser índio*, caso certas condições arbitrárias – não por acaso, sempre arbitradas pelo colonizador – não sejam cumpridas, por outro lado, ela pode também nos ajudar a enfocar questões bastante funcionais para o entendimento do *ser Terena* e, sobremaneira, do afirmar-se Terena frente aos *purutuya* (“branco”, “não indígena”, na língua Terena). Questões, essas, que estão imbricadas às formas de resistência desenvolvidas por esses sujeitos frente às políticas de controle exercidas sobre eles pelos aparelhos estatais, representados quase exclusivamente ao longo da maior parte do século XX pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois por sua substituta, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), verdadeiras agências do poder tutelar (SOUZA LIMA, 2014), que permaneceu vigente até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

É sobre essa relação de resistência por parte dos Terena, engendrada por meio de uma aparente adesão ao projeto assimilacionista, que norteou os discursos indigenistas oficiais até há pouco mais de três décadas, uma relação sempre cuidadosamente negociada por eles com os agentes exercedores do poder tutelar, que este texto pretende esboçar uma breve reflexão, com foco em um objeto específico, que pode ser visto como um signo material da tutela, a Carteirinha da FUNAI.

Façamos primeiramente um retrospecto para contextualizar o histórico do contato dessa população com os colonizadores.

No período anterior à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), os grupos Aruak habitantes da região do atual Mato Grosso do Sul eram compostos, além dos Terena, pelos Kinikinau, Laiana e Echoaladi. Este último grupo não foi mais registrado na literatura após o término do grande conflito; dos Laiana, restam ainda alguns indivíduos que se autodeclaram como membros da etnia nas aldeias do município de Miranda; os Kinikinau, vítimas de um processo *sui generis* de invisibilização étnica,

que não cabe ser tratado aqui dada a sua complexidade, foram declarados extintos por décadas, adquirindo voz política novamente apenas nos primeiros anos deste século. Os Terena foram e são, portanto, o mais representativo dos grupos de língua Aruak no Mato Grosso do Sul, com quem o SPI e a FUNAI negociaram e executaram políticas tutelares bastante específicas.

Oliveira e Pereira (2007) explicam em seu artigo *Duas no pé e uma na bunda* o fenômeno de “terenização” que os outros grupos Guaná Chané da região sofreram, dadas às condições a que se viram submetidos no pós guerra. O nome aparentemente jocoso do texto, segundo os autores, deve-se à explicação ouvida de um líder Terena, já idoso, a respeito do tratamento dispensado pelo governo imperial aos homens da etnia que lutaram junto ao exército brasileiro na guerra. Nas palavras do ancião, a única coisa dada aos Terena como recompensa por combaterem foram três botinas, “duas no pé e uma na bunda”. Com uma carga de comicidade na superfície, a sentença aponta para as consequências nada risíveis decorrentes do processo de desterritorialização sofrido por essas populações durante e depois da Guerra da Tríplice Aliança:

Após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança o contato dos grupos Guaná-Chané com as frentes de expansão econômica impôs a eles um acelerado processo de desterritorialização. Eles perderam os espaços nos quais radicavam suas aldeias de acordo com suas distintividades étnicas. A partir daí passaram a viver como famílias agregadas de fazendas que se instalaram na região, na condição por eles denominada de “cativeiro” e regionalmente conhecida como “camaradagem”. Esta situação impôs a diluição dos signos de diferenciação étnica entre diferentes grupos Guaná-Chané, fazendo emergir a categoria englobante denominada Terena (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007, p. 7).

Fica evidente, dessa forma, que o grande marco inicial para se pensar a relação do Estado Brasileiro com a população Terena foi a Guerra da Tríplice Aliança. É o empreendimento bélico, com o recrutamento de milhares de soldados entre os indígenas, a destruição e o deslocamento forçado de aldeias e povoados inteiros, a redefinição das fronteiras e o afluxo migratório após o conflito, que funda um novo território a ser explorado e colonizado, um novo pedaço de Brasil a ser tornado parte da nação. Roberto Cardoso de Oliveira acentua o significado desse novo arranjo sociopolítico para os Terena:

A participação dos Terena na política regional ou nacional marcou seu início em 1864, quando tiveram que entrar no conflito Brasil-Paraguai, como aliados das forças do Império e na defesa de suas aldeias invadidas e saqueadas pelas tropas de Solano Lopez. Essa data assinala provavelmente o nascimento de uma consciência política em seu sentido mais elementar, como o apercebimento da existência de uma categoria mais ampla, chamada Nação Brasileira, a que passavam a pertencer compulsoriamente, com muitos deveres e sem nenhum direito (OLIVEIRA, 1976, p. 122).

A Guerra deixou para a região, além da dimensão da tragédia humana, sentida sobretudo do lado paraguaio, o legado da alteração inexorável de seus espaços geográficos, com a inserção das recém-conquistadas terras em um mapa que, em breve, seria o do Brasil republicano e a consequente geração de demanda por políticas de povoamento, gestão e controle sobre esses territórios para assegurar a sua posse e exploração econômica.

Somado a isso, a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 19 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854) havia decretado como terras devolutas, ou seja, livres para serem vendidas a particulares, muitas porções territoriais de ocupação tradicional indígena onde não houvesse mais aldeamentos. Expulsos de suas aldeias pelos desdobramentos da guerra, os Terena ficaram impossibilitados, em muitos casos, de retornarem aos seus locais de origem após o término do conflito, pois esses já se encontravam sob a posse de novos donos, que ali começavam a estabelecer as suas fazendas, favorecidos pela Lei de Terras. Os indígenas se viram obrigados, então, a trabalhar para os recém-chegados colonos, não raro em regime análogo à escravidão. Esse período de dispersamento e trabalho servil é conhecido como o Tempo do Cativo, que perduraria até a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que depois seria transformado no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000).

Efetando um salto temporal, vamos desembocar em 1910, ano da fundação do SPILTN, instalado no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), instaurado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, e inaugurado solenemente no dia 07 de setembro daquele mesmo ano. É preciso entender o movimento de criação do Serviço como fruto de uma rede de ações articuladas pelos segmentos de proprietários rurais que se encontravam à frente do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tratavam-se, sobretudo, de produtores com menor poder político em relação aos grandes cafeicultores do eixo São Paulo – Minas, que se organizaram em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), entidade privada, fundada em 1897, na capital da República, e que passaria a ser a principal fomentadora da negociação política que gerou a instalação do MAIC, em 1906.

Conjuntamente à atuação da SNA, teve papel igualmente de protagonismo o Apostolado Positivista do Brasil, organização de cunho positivista ortodoxo, com influente penetração no Exército, da qual era membro de relevo o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, à época ainda tenente-coronel, figura epítome para a compreensão dos esforços estatais de adentramento e colonização do território neste período. A importância de Rondon para a articulação de tais empreendimentos dificilmente pode ser exagerada, a ponto de a Comissão Construtora de Linhas

Telegráficas de Mato Grosso ser mais conhecida por Comissão Rondon do que pelo seu nome oficial.

A Comissão, criada em 1900, expressou um movimento complementar ao que viria a ser o SPILTN, realizando o que se entendia à época como um grande *esforço civilizacional* das terras ainda *selvagens* do interior do país, tendo nos engenheiros militares ligados a Rondon os agentes metaforicamente responsáveis pela domesticação dos territórios e das gentes ainda não integradas à *civilização* e à *pátria*. Com a instalação das linhas telegráficas pretendia-se levar a cabo a pacificação dos sertões, por meio mais da abertura, ainda que precária, de vias que permitissem a construção das linhas do que pela sua alegada finalidade, a integração do vasto território pela comunicação a distância.

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias à civilização”, que representavam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados à Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços vazios e dilatar as “fronteiras da Pátria” como um dever do Estado a ser conduzido pelo Exército, as “forças armadas da nação” (MACIEL, 1999, p.168).

Maciel argumenta que o empreendimento desbravador da Comissão operou não tanto no campo da geografia física, uma vez que grandes porções desses interiores seguiram por décadas ainda pouco tocadas pela colonização, mas realizou, na verdade, uma profunda operação simbólica de dominação através da *nominação* e *invenção* de um novo território ainda desconhecido e que, portanto, precisava ser dado a conhecer e explorar.

Na verdade, muitas dessas “descobertas” não passavam de uma “troca” de nomes, expropriando também por essa via as populações indígenas e interioranas de um conhecimento sobre a região e da posse sobre seus territórios [...] Apagavam-se, deliberadamente, a memória e os vestígios dos vínculos culturais dessas populações com seu antigo território, construindo mapas nos quais as terras “descobertas” já figuravam com os novos nomes (MACIEL, 1999, p. 172).

Pode-se enxergar com clareza nesses procedimentos os sentidos do poder tutelar, que seria regulamentado pelo Código Civil de 1916, conferindo capacidade civil relativa aos indígenas. Assim, os povos originários eram colocados como sujeitos destituídos de autonomia para gerir a própria existência. Para além disso, é lícito argumentar que tal tratamento foi o princípio norteador da ação dos agentes representantes do Estado sobre todos esses territórios e populações considerados incivilizados, em um estágio que poderia ser descrito como uma infância do progresso, demandando a interferência pedagógica daqueles sujeitos que se acreditavam verdadeiros embaixadores da civilização.

Souza Lima descreve a ação tutelar oficial exercida sobre os povos indígenas

como “o exercício de poder de Estado sobre espaços (geográficos, sociais, simbólicos), que atua através da identificação, nomeação e delimitação de segmentos sociais tomados como destituídos de capacidades plenas necessárias à vida cívica” (SOUZA LIMA, 2012, p. 784). Configura-se, desse modo, como um poder que visa a *administrar e disciplinar* populações consideradas, em alguma medida, incapazes de conduzir por conta própria os rumos de seu destino, de suas interações com outros agentes que compõem o quadro mais abrangente de uma sociedade, com o objetivo de construir um apagamento das tensões presentes nessas relações por meio da *pacificação* daqueles que, de outra maneira, poderiam oferecer riscos aos projetos uniformizadores que as narrativas de formação e manutenção de identidade nacional pressupõem.

O *poder tutelar* é um exercício de poder desenvolvido frente às populações indígenas, por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de *pacificar* zonas de conflito entre nativos e não-nativos (imigrantes ou brasileiros), logo, de promover uma dada “paz social”. Supõe e implica a atribuição da capacidade civil relativa a estas populações e a necessária tutela jurídica por parte do Estado. Implantá-lo demandou criar e expandir, em efetivo numérico e em termos de espaço abrangido, segmentos administrativos também específicos, dispostos sob forma de uma malha governamental concebida como de espectro *nacional* (SOUZA LIMA, 2002, p. 14).

Embora a justificativa do estatuto tutelar coloque em primeiro plano um alegado caráter protetivo em relação a esses supostos *incapazes*, este poder, ao longo da história do aparato estatal brasileiro, em suas diferentes configurações, funcionou como uma ferramenta de subalternização dos povos indígenas, sempre tratados pelo colonizador como entes inferiores, ora julgados como *puros e infantis*, ora como *selvagens*, conforme pontua o autor:

O exercício real e cotidiano de tal poder conduz na direção oposta: numa certa dimensão, o ato de tutelar implica estabelecer vínculos próximos aos do clientelismo e da patronagem, à exceção de que na relação tutelar, menos que uma relação diádica e de matiz extremamente pessoalizado, o Estado como ideia, e por vezes como rede de agências interdependentes, é um mediador fundamental, um *tertius* necessário ao estabelecimento desse vínculo de submissão/proteção (SOUZA LIMA, 2012, p. 784-785).

No caso específico dos Terena, o advento do SPILTIN, transformado em 1918 em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), trouxe o fim do citado Tempo do Cativo, promovendo o aldeamento da população, por meio da criação dos Postos Indígenas e de áreas de reserva, e passando a funcionar como um regulador das relações entre indígenas e não indígenas.

O regime tutelar materializado no SPI era uma solução para a questão legada pelo período “colonial” (a da gestão dos antigos povos colonizados), uma solução que visava aproveitar tais povos no processo de acumulação capitalista em um lugar

Da servidão à tutela estatal, os Terena, graças ao seu *ethos* dotado de um forte senso de *etiqueta* e *civilidade* (PEREIRA, 2009), viriam a ser considerados um caso exemplar de sucesso no quadro do projeto assimilacionista perpetrado pelo SPI e, posteriormente, pela FUNAI, justamente por serem os “índios, assim, tão pouco indígenas”, como os qualificou Darcy Ribeiro, dando a impressão ao olhar colonizador de um ajustamento ao *progresso*, de um caminhar tranquilo rumo à *civilização*. Por seu caráter colaborativo e sua competência agrícola, grupos de Terena foram levados para a Reserva de Dourados, no sul de Mato Grosso do Sul, e para a Terra Indígena Araribá, no estado de São Paulo, com o objetivo de ajudar a *civilizar* os Guarani e Kaiowá.

Não obstante, é exatamente nesse proceder engenhoso, caracterizado por associações e cedências cuidadosamente negociadas com os não indígenas, que parece residir o cerne da sua resistência:

A experiência da tutela entre os Terena esteve sempre marcada por duas tendências contraditórias: a colaboração e a aliança deliberada dos Terena com o Estado nacional por meio das instituições componentes do SPI e depois da Funai; e a resistência política cotidiana, e às vezes aberta, ao exercício da dominação política centralizada imposta pelo SPI e Funai (FERREIRA, 2012, p. 153).

Justamente esses impulsos, que parecem se mover ao mesmo tempo em dois sentidos opostos - adesão e resistência ao poder colonizador - e, dessa tensão, engendrarem um terceiro impulso de permanência e continuidade da alteridade, do *ser indígena*, constituem o centro do fenômeno que pretendo analisar, tomando como objeto um instrumento que pode ser visto como materialização da tutela no dia a dia desses indivíduos, a Carteirinha da FUNAI.

2 | TUTELA E CARTEIRINHA DA FUNAI

O interesse em abordar como objeto de pesquisa no mestrado a relação dos Terena com a Carteirinha da FUNAI surgiu da experiência enquanto servidor do órgão, onde ocupo o cargo de Agente em Indigenismo desde 2010, primeiramente, na Coordenação Regional de Ponta Porã e, desde 2011, na Coordenação Regional de Campo Grande. Realizando diariamente o atendimento aos indígenas que se dirigem à FUNAI para buscar meios de acesso a diversos direitos sociais, foi possível ao longo dos anos observar as formas como os entendimentos e percepções acerca da tutela são elaboradas em seus discursos.

Mesmo após o processo de desmantelamento e enfraquecimento da Fundação, ela é ainda hoje enxergada por muitos, senão mais como a sua tutora, mas como

uma intermediadora necessária entre eles e outras esferas do poder público. Embora essa visão esteja parcialmente superada entre os indígenas de gerações mais novas, sobretudo aqueles que logram alcançar níveis mais elevados de escolaridade, ela permanece como um núcleo discursivo bastante sedimentado para os mais velhos, uma espécie de nostalgia da tutela, cuja expressão mais comum costuma ser a reivindicação da Carteirinha enquanto documento legítimo e legitimador do *status* de ser indígena.

Por mais de quatro décadas, entre 1970 e 2010, os Postos Indígenas e as então chamadas Delegacias Regionais e, posteriormente, Administrações Regionais da Fundação Nacional do Índio emitiram em Mato Grosso do Sul e em alguns outros estados a chamada Carteirinha da FUNAI, que consistia em uma cédula de identificação contendo o nome completo do(a) indígena, aldeia/Posto de origem, filiação e uma foto 3X4 (três por quatro). O documento surgiu no âmbito da tutela que o órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro exercia sobre os povos indígenas desde a sua criação, em 1910, como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), depois transformado em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1918, e finalmente reestruturado em Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967 (CORDEIRO, 1999, p. 61-66), como já abordamos acima. Sob essa ótica, as diversas etnias que povoam o país e seus membros foram considerados, até a Constituição Federal de 1988, como portadores de capacidade civil relativa e, por isso, sujeitos à tutela do Estado, conforme previa o Estatuto do Índio em seu Capítulo II, Artigo 7º:

Art. 7º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.

§ 1º Ao regime tutelar estabelecido nesta Lei aplicam-se no que couber, os princípios e normas da tutela de direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória.

§ 2º Incumbe a tutela à União, que a exercerá através do competente órgão federal de assistência aos silvícolas (Estatuto do Índio, 1973).

Inserida no horizonte do poder tutelar e inventada pela criatividade de alguma servidora ou servidor desconhecido(a), como uma espécie de crachá de identificação, imitando a Carteira de Identidade Civil, com todos os dados presentes nesta, inclusive a foto, em um flagrante exemplo de improviso e voluntarismo na administração pública, a Carteirinha da FUNAI teve a sua emissão tornada prática corrente e permaneceu em utilização por longo período sem que nunca tivesse sido objeto de regulamentação de nenhuma espécie ou sequer a sua feitura prevista por instrumentos legais reguladores dos procedimentos administrativos. Ela foi não apenas a única documentação que indivíduos portaram ao longo de toda a sua

existência, como também atravessou gerações representando para muitos indígenas o seu único, verdadeiro e válido documento.

Na maior parte dos casos, conforme relatam servidoras e servidores mais antigos da Coordenação Regional de Campo Grande, o documento era confeccionado nos Postos Indígenas pelo Chefe de Posto, tendo por base as informações fornecidas oralmente pelos próprios indígenas. Tal procedimento gerava incorreções de todas as espécies: grafia equivocada dos nomes, trocas de sobrenomes e variações nos nomes de membros de uma mesma família. O fenômeno não raro acarretou a emissão de outros documentos igualmente incorretos, uma vez que os(as) indígenas utilizavam a Carteirinha como instrumento subsidiário para ter acesso a documentos como Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e CPF, além de abrir contas bancárias e cadastros de crediário no comércio, problemática que impacta até os dias atuais muitos indígenas, que encontram entraves diversos quando se deparam com uma situação que lhes obriga a regularizar a sua documentação.

No apagar das luzes de 2009, a Fundação Nacional do Índio foi objeto de uma reestruturação significativa por força do Decreto nº 7.056, publicado no dia 28 de dezembro daquele ano. Na prática, a grande mudança trazida pela reestruturação foi a extinção dos Postos Indígenas, em um movimento de retirada do aparato funcional do órgão indigenista do interior das aldeias. Os antigos Postos deram lugar às Coordenações Técnicas Locais (CTLs), instaladas nas cidades próximas às Terras Indígenas a elas jurisdicionadas. Simbolicamente, o novo arranjo pretendia romper definitivamente com a figura da tutela, que, embora já estivesse superada no ordenamento jurídico, ainda era exercida de fato por alguns Chefes de Posto. Nesse novo cenário, a emissão da Carteirinha tornava-se definitivamente uma prática obsoleta, corroborando para isso o fato de que boa parte dos órgãos públicos, instituições bancárias e comércio já não vinha aceitando aquele que, por tanto tempo, havia sido o único documento de milhares de indígenas, embora não fosse mais que um simulacro de documentação, sem valor oficial.

Restam desses anos de existência da Carteirinha os livros-índices armazenados na Coordenação Regional da FUNAI em Campo Grande, onde estão lançados os nomes, sobrenomes, filiação, data e aldeia de nascimento de gerações de famílias Terena e de outras etnias do Mato Grosso do Sul. Resta também o forte sentimento expresso quase diariamente por muitos indígenas, principalmente os idosos, de que aquela Carteirinha improvisada, signo material da tutela a que estavam submetidos pelo Estado, era uma espécie de salvo conduto no mundo dos brancos, a prova impressa em papel de sua identidade e diferença étnica.

É justamente sobre esse movimento de apropriação e redesignação de significados e funções executado por aqueles que são os sujeitos afetados por ações do Estado, sem que, no entanto, sejam efetivamente ouvidos e tenham seus anseios

respeitados acerca do que entendem como melhor para si e suas comunidades no trato desigual com os aparatos estatais e privados dos não indígenas que pretendo me debruçar com o intento de apreender as motivações e razões dos Terena em afirmarem a Carteirinha da FUNAI como sinal de sua etnicidade, elaborando, desse modo, uma prática de resistência simbólica e ressignificação perante os ditames da burocracia estatal.

3 | CARTEIRINHA E RESSIGNIFICAÇÃO

Eunice Ribeiro Durham afirma que os diversos grupos de populações originárias, denominados homogeneamente pelo olhar colonizador como índios, criam para si uma nova identidade opositiva, embora sempre imbuídos da consciência de suas profundas diferenças em relação uns aos outros, a partir dessa categorização colonizadora genérica. Faz-se necessária a ressalva de que a autora ainda lança mão da categoria “civilizado”, usada à época da publicação original do texto, em 1982, para caracterizar os não indígenas:

As populações indígenas concretas sempre se pensaram e se definiram como grupos específicos: são, ou eram, Kamayurá, Xicrin, Suyá, Bororo e não simplesmente índios. Aprenderam que eram índios no contato com a sociedade nacional, espelhados nos olhos do civilizado. Construída pelo civilizado, a categoria “índio” é incorporada pelos grupos tribais como instrumento do processo de definição de sua posição face à sociedade nacional e ao Estado. Ser índio, definir-se como índio, significa reconhecer sua diferença em relação ao civilizado [...] deixando de ser “minoridade em si” e transformando-se em “minoridade para si”, emergindo como ator político coletivo (DURHAM, 2004, p. 301).

Homi Bhabha, no ensaio *Interrogando a Identidade*, em que aborda a contribuição do filósofo e psiquiatra marxista Frantz Fanon, intelectual negro e martinicano, para a teoria pós-colonial, coloca-nos o seguinte:

Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade (BHABHA, 2013, p. 84).

Nessa chave, a questão da identidade, ou mais precisamente da performance dela, seria sempre um devir que se estabelece no contato com o outro, com a alteridade que nos desafia a sermos o que entendemos e construímos como *nós mesmos* perante o olhar deste ser exterior que nos interpela. Não há, doravante, mais um horizonte perdido no passado, uma idade de ouro, a informar o que se foi e o que se deixou de ser, pois desenha-se um processo contínuo de significação, ressignificação e performance da identidade em resposta às mais diversas demandas.

Em uma mirada que dialoga mais especificamente com a Antropologia e suas contribuições para a reflexão sobre as identidades étnicas, os apontamentos elaborados por Fredrik Barth em seu seminal ensaio *Grupos Étnicos e Suas Fronteiras* são de indubitável relevância para qualquer discussão que enfoque grupos com característica de contato prolongado com a sociedade envolvente, como os Terena. Barth enuncia o seguinte:

Em primeiro lugar, torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre as categorias étnicas não dependem de ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimentos ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas (BARTH, 2000, p.26).

Podemos pensar igualmente em uma constante operação de tradução cultural, conforme delinea Stuart Hall, aplicando o conceito a populações em diáspora que, embora estejam fora de seu local originário de pertencimento, “retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado” (HALL, 2015, p. 52). Os Terena não foram exilados de seus territórios de origem como os povos refugiados ou migrantes oriundos de países periféricos aos quais Hall se refere. No entanto, viram-se interpelados pelos agentes colonizadores adentrando suas terras, não foram ao encontro desse outro hegemônico, mas se depararam com ele em seu próprio território e tiveram que forjar estratégias para lidar com a sua presença, aprendendo a “negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimilados por elas” (HALL, 2015, p. 52).

Ser Terena, então, transforma-se em operação simbólica e discursiva no aqui e agora, mobilizadora de quantos procedimentos necessários forem para afirmar tal identidade em oposição ao desejo do colonizador de deslegitimar e apagar o pertencimento étnico das populações originárias, transformando o indígena, sujeito de direitos históricos, em *bugre*, sujeito aviltado e destituído desses direitos.

Refletindo sobre cultura e etnicidade, Manuela Carneiro da Cunha aponta para a plasticidade imanente aos significados e aos significantes desses dois conceitos:

Em suma, a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber (como muito bem apontou Eunice Durham, ver [1977] 2004) a dinâmica, a produção cultural. A perspectiva que esbocei acima chama a atenção para processos importantes nessa produção: o uso de símbolos e de signos dados para promover significações novas ou não oficiais, seja pela ambiguidade dos primeiros ou pelo rearranjo dos últimos. Pois o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura (CUNHA, 2009, p. 239).

No caso dos Terena, a operação com os “signos dados” pode ser observada em contextos diversos: na dança da ema, *Kipaé*, designada pelos não indígenas por dança do bate-pau, realizada sempre em festividades e eventos de cunho político, em que encenam a celebração de seus antepassados que guerrearam na Guerra da Tríplice Aliança; na utilização de cocares apropriados de outras etnias em momentos de reivindicação de direitos, como retomadas e reuniões com autoridades; na utilização da língua Terena em cultos religiosos de denominações neopentecostais em que congregam nas periferias de Campo Grande.

Nos três exemplos, vemos a reafirmação da etnicidade por meio da manipulação de signos considerados como tradicionais pelos *purutuya*: a dança, o artesanato e a língua. O deslocamento desses signos de seus contextos originais não constitui um problema, mas, ao contrário, é justamente a sua razão de ser: celebrar o culto de uma crença originalmente exógena, advento da colonização, em língua Terena ativa uma operação verdadeiramente antropofágica, que resulta em um artefato cultural reafirmador de sua alteridade; ao se adornarem com cocares feitos por outras etnias, além de praticarem uma forma de estetização dos rituais da política, os Terena entregam aos não indígenas a performance que estes esperam deles, certos de quase sempre poderem contar com a ignorância dos *purutuya* acerca da origem de seus cocares.

Haveria um paralelo entre tais exemplos e os significados e usos atribuídos pelos Terena à Carteirinha da FUNAI? Se considerarmos que estamos lidando com “signos dados” a partir da esfera da burocracia estatal, que vêm sendo ressignificados como instrumentos de resistência cultural e reafirmação étnica, podemos vislumbrar uma resposta positiva para o questionamento. Exatamente essa operação transformadora de manejo funcional dos sentidos de objetos oriundos do discurso oficial parece constituir o cerne da constante reinvenção do *ser Terena* em oposição ao *ser purutuya*, ao *não ser Terena*, conforme delineia com clareza Carneiro da Cunha: “Os Terena não são nem mais nem menos índios por terem um vereador, trabalharem com os regionais e fazerem festas de São João” (CUNHA, 2009, p. 239).

4 | CONCLUSÃO

Gostaria de encerrar com o que considero ser um exemplo da concretização do afirmado por Cunha acima, ilustrando a plasticidade Terena em seus modos de lidar com os poderes políticos e seus discursos, em suas contradições e fissuras.

Eder Alcantara Oliveira é uma jovem liderança Terena da Terra Indígena Buriti, localizada entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. A população das onze aldeias existentes atualmente no interior da TI Buriti enfrenta há mais de uma década um violento litígio fundiário englobando o seu território tradicional, que

culminou, no dia 30 de maio de 2013, no assassinato de Oziel Gabriel, 35 anos, morto por um disparo da Polícia Federal em uma ação de reintegração de posse.

Eder participou ativamente dos processos de retomada nas aldeias da Terra Indígena e é hoje vereador há dois mandatos consecutivos por Dois Irmãos do Buriti. Embora eleito pelo PMDB, partido que estava a frente do Governo do Estado à época da morte de Oziel, o vereador Terena cria pactuações e tensionamentos no interior do poder municipal e, com isso, logra direcionar orçamento e projetos para atender as demandas apresentadas pela comunidade das aldeias.

Longe de pretender realizar aqui qualquer juízo de valor acerca de tal prática política, trago como um símbolo dos horizontes pós-tutela a reflexão feita por ele sobre o modo Terena de resistir, presente em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD):

No contato com o “colonizador”, o branco, chamado por nós de *purutuya* ou *purutuyé*, os Terena produziram modos de adaptar seus rituais a esta nova realidade sócio-histórica. Por isso deram um novo significado a antigas práticas, sem perder sua essência, adaptando-se, por meio de uma nova forma de sobrevivência, ao mundo moderno atual (ALCANTARA OLIVEIRA, 2013, p. 22).

REFERÊNCIAS

ALCANTARA OLIVEIRA, Eder. **História dos Terena da Aldeia Buriti: Memória, Rituais, Educação e Luta Pela Terra. Dourados:** UFGD, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/27737395/Eder_Alc%C3%A2ntara_Oliveira_2013_-_Hist%C3%B3ria_dos_Terena_da_Aldeia_Buriti_mem%C3%B3ria_rituais_educa%C3%A7%C3%A3o_e_luta_pela_terra>. Acesso em 25 mai. 2018

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras.** In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contracapa, 2000

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2013

BITTENCOURT, Circe Maria & LADEIRA, Maria Elisa. **A História do Povo Terena.** Brasília: MEC, 2000.

CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas.** São Paulo: Cosac Naify, 2009

DECRETO nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009. Presidência da República. República Federativa do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7056.htm>. Acesso em 25 mai. 2018.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da Cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2004

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Regime Tutelar, formação do Estado nacional e acumulação capitalista no Brasil.** In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Tutela: Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil.** Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015

LEI nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**. Presidência da República. República Federativa do Brasil, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em 25 mai. 2018.

MACIEL, Laura Antunes. **A Comissão Rondon e a Conquista Ordenada dos Sertões: Espaço, Telégrafo e Civilização**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História. São Paulo: PUC, 1999. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994>>. Acesso em 25 mai. 2018.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de & PEREIRA, Levi Marques. **“Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti**. Revista Eletrônica História em Reflexão: vol. 1 n. 2. Dourados: Editora da UFGD, 2007. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/377>>. Acesso em 25 mai. 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

PORTARIA nº 003/PRES, de 14 de janeiro de 2002. Fundação Nacional do Índio. República Federativa do Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ouvidoria/pdf/acesso-a-informacao/Portaria-n003-2002.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Prefácio à 1ª Edição**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **O governo dos índios sob a gestão do SPI**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995

_____. **Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo**. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Gestar e gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

_____. **O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo**. Revista de Antropologia. v. 55 nº 2. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59301>>. Acesso em 25 mai. 2018

EXPRESSÃO CORPORAL A PARTIR DA VIVÊNCIA NA TRILHA DO CERRO DO JARAU

Maria Elisabeth Valls de Moraes

UNIPAMPA - Campus Uruguaiana, Uruguaiana,
RS

RESUMO: esta investigação é um recorte do artigo de conclusão do curso de especialização em Educação Ambiental (EA). O estudo trata da criação de uma linguagem corporal a partir do processo de sensibilização e percepção, no decorrer da trilha realizada no Cerro do Jarau. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e explicativa estabelecendo aproximações metodológicas com os Estudos Culturais. Utilizando o método sequencial (CORNELL, 2008) e a expressão corporal (STOKOE, 1976), possibilitou-se ao grupo de acadêmicos/as improvisar corporalmente sobre o ambiente vivenciado.

PALAVRAS-CHAVE: expressão corporal, método sequencial, trilha.

BODY EXPRESSION FROM CERRO DO JARAU'S TRAIL EXPERIENCE

ABSTRACT: this research is a clipping of the article required for graduating in the specialization course in Environmental Education. The study deals with the creation of body language based on the process of sensitization and perception during the trail performed in Cerro do Jarau. This is a qualitative and explanatory research

establishing methodological approaches with the Cultural Studies. Using the sequential method (CORNELL, 2008) and body expression (STOKOE, 1976), it was possible for the group of academics to improvise with body expression about experienced environment.

KEYWORDS: body expression, sequential method, trail.

1 | INTRODUÇÃO

Entendo o corpo humano como uma extensão do ambiente. “Ser corpo, [...] é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço, ele é espaço” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 205). A natureza é parte de nós e o que ocorre no ambiente externo nos afeta e vice-versa.

Cornell (1998), criador do método sequencial entende que são populares suas atividades na natureza porque ensina ecologia de uma maneira criativa e lúdica.

De acordo com Stokoe (1976) a expressão corporal é uma forma de dança e sua linguagem corporal objetiva a intracomunicação do/a praticante e a intercomunicação com o grupo. Desenvolve capacidades físicas, ritmo próprio e maneiras de ser de cada um/a sem converter-

se em réplica dos gestos e formas corporais do/a professor/a. Busca refletir modos de pensar, sentir e atuar da atualidade.

Neste trabalho trato da interconexão sensível entre ambiente externo e interno e sua materialização perceptiva em expressões, posturas, movimentos e sensações.

2 | TRILHA NO CERRO DO JARAU

A escolha da trilha no Cerro do Jarau se justifica pela sua importância geológica, histórica e cultural. O local é uma microrregião do Bioma Pampa e está situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Inscrito na Comissão de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) é um Patrimônio Natural da Humanidade. Crosta (2008) explica que o Jarau se originou do impacto de um meteorito que entrou na atmosfera terrestre em alta velocidade e impactando o solo gerou uma cratera de aproximadamente 13 km de diâmetro provocando grandes transformações nessa região há 135 milhões de anos atrás. Sua formação geológica é considerada rara com rochas basálticas e areníticas de formações Guará, Botucatu e Serra Geral. Há comentários sobre a utilização do Cerro como abrigo e tocaia pelos farroupilhas aos inimigos imperiais. Sua projeção cultural deve-se ao escritor Simões Lopes Neto

que imortalizou o gaúcho Blau, um trabalhador do campo que decide, após passar por sete provas e conseguir riquezas enfeitadas, permanecer com sua vida simples, seus amigos e amigas. Sua decisão liberta do feitiço do diabo Anhangá Pitã, uma bela princesa moura que fugindo da guerra entre mouros e cristãos na Espanha, viaja ao Brasil em busca de riquezas e encontra o amor nos pagos do Pampa na figura de um sacristão (MORAES, 2018, p.93).

3 | OBJETIVO GERAL

Construir uma linguagem corporal coletiva, após a realização da trilha no Cerro do Jarau.

4 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar processo de sensibilização aos/às acadêmicos/as do ambiente do Jarau.

Registrar percepções coletivas do Cerro do Jarau utilizando a expressão corporal.

5 | METODOLOGIA

Esta é uma investigação qualitativa e explicativa estabelecendo aproximações com os Estudos Culturais que valorizam a cultura, significações e subjetividades, identidade e relações de poder (SILVA, 2015). Dois momentos foram fundamentais na trilha no Jarau para esta pesquisa: atividades do método sequencial (CORNELL, 2008) com a escuta dos sons do ambiente e o encontro com a árvore a partir do tato, olfato e audição; e a improvisação corporal na UNIPAMPA em três etapas: utilização de fotos da trilha para motivação do grupo de acadêmicos/as, sensibilização utilizando atividade de expressão corporal com percussão de blocos de madeira e, ao final, a improvisação corporal em grupo sobre a trilha no Jarau.



Trilha no Cerro do Jarau - início

6 | ANÁLISES

Ao cursar a especialização em EA deparei-me com um texto de Rita Mendonça (2007, p.117) intitulado Educação Ambiental Vivencial que tratava sobre percepção ambiental, pertencimento e subjetividade. Este escrito apresentava Joseph Cornell e seu método chamado sequencial. Fui pesquisar este naturalista e fiquei seduzida pelo conhecimento da natureza que transbordava do método com inúmeras atividades lúdicas utilizadas em trilhas com crianças, jovens e adultos. Os animais são símbolos para os diversos momentos dos passeios e atividades na floresta. O primeiro momento simbolizado pela lontra, desperta o entusiasmo. O segundo, concentra a atenção e o animal símbolo é o corvo. O terceiro, representado pelo urso é o momento da experiência direta e o último, é o compartilhamento de inspiração simbolizado pelo golfinho. Ele explica em um de seus livros que suas trilhas na natureza são populares porque ensinam ecologia de uma maneira criativa ajudando as pessoas a “experimentarem um profundo sentimento de alegria, serenidade e

pertencimento ao mundo natural” (CORNELL, 1998, p.23). Utilizei neste recorte somente as atividades de Cornell do segundo e terceiro momentos: concentrar a ação e usufruir da experiência direta, os outros foram usados na trilha. As atividades realizadas pelos/as acadêmicos/as de ouvirem em completo silêncio os sons do ambiente (concentrar a atenção) e, em dupla, de encontrarem a árvore que haviam percebido por meio do tato, audição e olfato estando com os olhos vendados (experiência direta), possibilitou a sensibilização do grupo e a conexão interna com o ambiente do Jarau.

Quanto ao método de expressão corporal, eu o conheci em Buenos Aires ao encontrar o livro de Patricia “La Expresion Corporal y el Niño” nas prateleiras da livraria Ateneo. Engajei-me em seu método, possível de ser realizado por todas as idades sem exigências de performance, mas de expressão corporal através de seu movimento, uso da voz e expressão dramática com acompanhamento de sons percussivos ou musicais. Dentre os vários métodos e técnicas de dança que vivenciei, foi o único em que me senti inteira e porta-voz de mim. De acordo com ela, é “uma linguagem que permite ao ser humano colocar-se em contato consigo mesmo e como consequência disto, conhecer-se, expressar-se e comunicar-se com os demais seres” (STOKOE, 1976, p.9).

Após alguns dias do término da trilha, o grupo pesquisado reuniu-se na sala de dança da Unipampa e participou com alegria e disposição dos três momentos que culminaram com a improvisação corporal sobre o Cerro do Jarau. Os/as acadêmicos/as não participavam de grupos de dança e finalizaram a tarefa sem problemas.

Dessa maneira, esses caminhos contribuíram para o grupo pesquisado construir formas corporais que expressavam o Cerro do Jarau, ambiente do Bioma Pampa.

Merleau-Ponty (1999, p.142) confirma que “ser uma consciência, ou antes, ser uma *experiência*, “é comunicar interiormente com o mundo, com o corpo e com os outros, ser com eles em lugar de estar ao lado deles”.

Logo abaixo estão, em sequência, as fotos da improvisação corporal grupal sobre o Cerro do Jarau.



1º e 2º momentos



3º momento

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo de acadêmicos investigado construiu uma linguagem corporal que expressava o ambiente do Cerro do Jarau. Valorizou-o ao perceber sons, árvores, animais, morros, pedras, conversando, relacionando e compartilhando sensações. Dessa maneira, construíram improvisações perceptivas coletivas estabelecendo a interconexão sensível e espacial entre ambientes.

REFERÊNCIAS

- CORNELL, J. **Vivências com a Natureza: guia de atividades para pais e educadores**. São Paulo: Aquariana, 2008.
- CROSTA, A.P., LOURENÇO, F. S., PRIEBE, G. H. **Cerro do Jarau: A new impact crater in southern Brazil**. *Meteoritics and Planetary Science*, 2008.
- FERRARO JÚNIOR, L.A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Educação Ambiental Vivencial**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Departamento de educação Ambiental. Vol. 2. 2007, p. 117.
- LOPES NETO, S. **Lendas do Sul**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2002.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção** – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 142 e 205.
- MORAES, M. E. V. de. **Trilha no Cerro do Jarau: um estudo com acadêmicos/as do Curso de Licenciatura em Educação Física**. In: DINARDI, A. J., CUNHA, Á. L. A. da. CASTRO, L.R.B. (Org.). **Educação Ambiental [recurso eletrônico]: discussões através de práticas pedagógicas em Uruguaiana**. 1 ed. Uruguaiana. Editora da Fundação Universidade Federal do Pampa. 2018, p.93. Disponível em: < <http://dspace.unipampa.edu.br> > ISBN 978-85-63337-81-8
- SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- STOKOE, P. **La Expresion Corporal y el adolescente** – 2ª ed. – Buenos Aires: Barry Editorial, 1976, p. 9.
- STOKOE, P. **La Expresion Corporal y el niño** – Buenos Aires: Ricordi Americana S. A. E. C., 1977, p.8-10.

A PUBLICIDADE E O PÚBLICO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE NA TELEVISÃO

Kewlliane Fernandes de Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades. Redenção - Ceará

RESUMO: Compreende-se por comunicação mercadológica, os veículos que utilizam ferramentas midiáticas para vender. E, dentre elas, o presente trabalho se deterá na abordagem acerca da relação entre publicidade televisiva e infância, pois apresenta-se, ainda, como o contato primeiro e mais intenso de muitas crianças com mensagens sobre o consumo. A parte pragmática sobre as intenções da publicidade, como plataforma que divulga produtos para que possam ser comprados, é facilmente identificada por adultos. Entretanto, as crianças não a compreendem de modo tão claro. Nem em aspectos de objetivo de venda e nem mesmo da diferença entre realidade e fantasia que os efeitos especiais proporcionam. A compreensão desta última é relativa, deve-se levar em conta a maturidade de cada ser. Baseado nestas concepções, o Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014 do Conanda (Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente) consideram que toda publicidade e comunicação mercadológica dirigida à criança são abusivas e devem ser proibidas. Dito isso, a metodológica desta pesquisa deu-se através

da revisão da literatura, por meio dos estudos de Bauman, Barbosa e Campbell, e como fundamentação legal, utilizou-se o Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014. A construção do estudo, se consolida a partir da base sobre os conceitos de consumo de pátina e consumo da moda. Dentro desta segunda categorização que a publicidade surge e ganha legitimidade do setor econômico e financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Publicidade. Consumo.

ADVERTISING AND THE CHILDREN'S AUDIENCE: A DISCUSSION ON THE REGULATION OF TELEVISION ADVERTISING

ABSTRACT: Marketing communication is understood by the vehicles that use media tools to sell. In addition, among them, the present study will be held in the approach about the relationship between television advertising and childhood, as it is also presented as the first and most intense contact of many children with messages about consumption. The pragmatic part about the intentions of advertising, as a platform that discloses products so that they can be bought, is easily identified by adults. However, the children do not understand it so clearly. Neither in aspects of objective of sale nor even the difference between reality and

fantasy that special effects provide. Of this last, the comprehension is relative, one must take into account the maturity of each being. Based on these conceptions, the Bill 5.921/2001 and Resolution 163/2014 of the Conanda (National Council of the Law for Children and Adolescents) consider that all advertising and marketing communication directed to the child are abusive and should be prohibited. So, the methodological approach of this research was carried out through the literature review, by means of the studies by Bauman, Barbosa, and Campbell, and as the legal basis, the Bill 5.921/2001 and Resolution 163/2014 were used. The construction of the study is consolidated from the concepts of patina consumption and fashion consumption. Within this second categorization, advertising emerges and gains legitimacy from the economic and financial sector.

KEYWORDS: Child. Advertising. Consumption.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende elucidar algumas categorias sobre a publicidade, com ênfase, para aquela direcionada ao público infantil no Brasil. O objetivo é estudar quais suas técnicas de divulgação e quais seus impactos positivos e negativos nas crianças. Essas primeiras considerações e motivações são legitimadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda. Os modos de fazer publicidade para os menores têm sido julgados como abusivas, devido aos seus apelos persuasivos, que vão desde a adoção de personagens de desenhos ou ídolos do esporte, por exemplo.

Para compreender a discussão sobre publicidade para criança no Brasil, serão feitos apontamentos sobre esse fenômeno a partir de estudos científicos, como do livro *Children and Television Advertising* (1994), Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014.

O assunto, até então, era particularmente debatido por educadores, psicólogos e empresários do ramo. Sobretudo, após a publicação da Resolução, em 2014, e com a ajuda das redes sociais, o assunto rapidamente ganhou visibilidade e distorções. As opiniões acerca da Resolução, dividem-se em considera-la arbitrárias e censuradoras, é o que consideram alguns veículos de comunicação, como a Revista Veja e o cartunista Maurício de Sousa (criador da Turma da Mônica). Em oposição, outros, a consideração necessária.

Para responder se é abusiva ou não, se merece ou não proibição, é necessário responder a reflexiva: a comunicação mercadológica para a faixa etária de até doze anos, não seria nociva em termos morais e éticos? Caberia aos pais exigirem Resolução ou Lei ao Estado que dispusesse sobre o consumo e propaganda para seus filhos?

Abro um parêntese aqui, para afirmar que a Resolução 163/2014 do Conanda,

prescreve que a publicidade para os adolescentes também deve ser proibida. Porém, como recorte teórico e metodológico, optou-se em avaliar, apenas, como ocorre sua atuação no meio infantil.

A Suécia, desde 2004, acabou com a publicidade para crianças na televisão, baseando-se na pesquisa do sociólogo sueco Erling Bjurtrön (1994). O estudo aponta que apenas aos 10 anos as crianças conseguem diferenciar o programa de TV do comercial, e somente aos 12, obtém senso crítico. A ausência de maturidade até certa idade é fundamental para se compreender as distinções entre quem produz e para quem esses comerciais se direcionam.

Como base teórica para esta discussão são utilizados autores como Bauman, Barbosa e Campell, no que diz respeito às significações atribuídas as sociedades de mercado e sociedade de consumo. É nesta última, que a publicidade se faz necessária e se torna íntima do mundo infantil. Já para este caso, emprega-se como fundamentação legal, o Projeto de Lei 5.921/2001 e a Resolução 163/2014. Tendo como outras referências o Erling Bjuströn e a ONG Instituto Alana.

2 | SOCIEDADE DE MERCADO E SOCIEDADE DE CONSUMO

As características de “necessidades básicas” e “supérfluas” são as mais utilizadas para categorizar os exercícios de consumo nas sociedades ocidentais contemporâneas (BARBOSA, 2003, p.7. Grifo da autora).

Todas as sociedades, em todas as épocas, consomem para fins de reprodução social, ou seja, a troca e a aquisição de produtos e serviços são comuns a todos. No entanto, os modos de fazê-lo e de significá-lo é que mudam. A generalização não é superficial quando pensamos que o compartilhamento de alimentos e de produtos possuíram/possuirão valores importantes em cada tempo e espaço. Autores como Bauman (2001), Barbosa e Campbell (2006) identificam uma característica em comum, defendem que nem todos utilizam o consumo como mecanismo de diferenciação, como é o caso da sociedade de mercado. Já a sociedade de consumo, recebe este nome, pelas circunstâncias que nenhuma outra teve, tais como: fácil descarte, velocidade de troca, desprazer constante, acarretando na pouca preocupação em adquirir bens duráveis e/ou que atravesse gerações.

Na Índia, por exemplo, para a religião fica a incumbência de definir desde o consumo de alimentos, preparo, quanto na designação do cônjuge, tarefa que caberá aos pais sob licença das Escrituras. Esses costumes afetam diretamente as escolhas individuais, majoritariamente valorizadas nas culturas de algumas sociedades ocidentais (BARBOSA, 2003, p.9-10). A progressão de mercadorias do ocidente para o oriente deu abertura para uma nova atmosfera nos modos de

consumir. Gerando a transição, do consumo de patina (familiar) para o consumo da moda (individual) (Ibidem:2003).

Dentro jogo do consumo, Bauman (2001) utiliza de metáfora para comparar os consumidores aos corredores, na busca incessante pela linha de chegada, que neste caso, configura a saciedade em comprar, que nunca chega, na verdade. “Os consumidores podem estar atrás de sensações, táteis, visuais ou olfativas” (BAUMAN, 2001, p.73). Os objetos figuram potencialidade e segurança, e as pessoas sentem-se abrigadas e confiantes, pelo menos temporariamente (Ibidem: p.73). Campbell (2006) ilustra que o consumo moderno tenha como ponto primeiro: a emoção, o desejo e a imaginação. O segundo caractere seria o individualismo e a desenfreada vontade. Pode-se considerar que dentro deste campo, a publicidade exerce efetivamente bem seu trabalho. Quanto ao cuidado em exibir produtos que em pouco tempo possam ser substituídos ou agregados a outros, que consigam preencher a falta funcional do produto antecedente.

(...) Embora possamos dizer que através do consumo “construímos” identidades, um número maior de vezes a confirmamos ao reconhecerno-nos em produtos, objetos e itens da cultura material que são “a nossa cara” ou que reafirmam e satisfazem aquilo que julgo ser meus gostos e preferências. [...] O segundo elemento que marcaria a transição da sociedade da corte, tradicional para uma sociedade de consumo seria a mudança do consumo da pátina para o consumo da moda. A pátina é a marca do tempo deixada nos objetos, indicando que os mesmos pertencem e são usados pela mesma família há gerações. [...] A moda, que caracteriza o consumo do moderno, ao contrário da pátina, é um mecanismo social expressivo de uma temporalidade de curta duração, pela valorização do novo e do individual (BARBOSA, 2003, p.24-25).

Na sociedade de mercado, pátina, a valorização e os modos de consumir estavam associados aos bens herdados pela família. Com o processo imigratório e a expansão das mercadorias, os indivíduos passam a fidelizar seus hábitos ao industrialismo, que será associado à modernidade. Aqui, cada agente procurará por si, como quer se representar, sem necessariamente, perpetuar a identidade familiar. Ela será fluída e corrente, como fundamenta Bauman (2003). Lembrando que sua formulação não é vinculada a partir de um vácuo no tempo, e sim, por mecanismos exteriores conhecidos. Uma das formas de fazê-lo é por intermédio do consumo, que adquire impulso com a publicidade. Mesmo que a aquisição de produtos e serviços seja posta como formadora de identidades, não necessariamente se precisa alistar-se em nenhuma. Qualquer atividade emocional pode ser útil para tal propósito (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

O âmbito de pesquisa em publicidade difere-se de outros estudos das ciências sociais e comportamentais, devido ao seu confronto imediato com interesses de utilidade financeira (Erling Bjström, 1994, p.7). O embate vem tanto do mercado, quanto de estudiosos, que por vezes, associam o consumo além do moderado

como gerador de malefícios, como acreditavam os romanos e gregos (BARBOSA; CAMPBELL, 2006). Porém, as significações e os símbolos construídos em torno do consumo e da publicidade, merecem atenção. Sobretudo, quando estas, direcionam-se e produzem para as crianças, porque seu envolvimento apresenta circunstâncias que não podem ser ignoradas, que são: os menores não têm autorização constitucional para trabalharem, em resultado, não possuem independência financeira para comprarem. Dependendo assim, de seus responsáveis. Já que as ações supracitadas não são diretas para a criança, seria conveniente a comunicação mercadológica para elas? Seria adequado exigir Resolução ou Lei ao Estado que regulamente sobre o consumo e a propaganda de seus filhos? Antes da resposta, é necessário elucidar o que é a publicidade e como se dá sua fixação no mundo infantil.

3 | PUBLICIDADE

Segundo Erling Bjurström (1994, p.31) a publicidade exerce um sentido duplo, que funciona de maneira intencional e não intencional. A aspiração primeira dos anunciantes é vender, essa é a cota intencional. A segunda, consiste em fazer-nos apreciar e pensar de determinada forma, e ainda, acreditar que essa atividade nos leva à felicidade.

Tanto a publicidade exerce a significação dupla, quanto o produto em si. Segundo Drigo (2008, p.175) o automóvel, a roupa, o espaço de convivência assume valor social e profissional de relevância, o sentimento de pertencimento a um grupo e uma classe. A marca terá responsabilidade na promoção pessoal de si mesmo. O consumo moderno não tem como meta a satisfação de ‘necessidade básica’, se adquire pelo prestígio que a marca transfere. Acarretando na demarcação de fronteira entre vencedores e vencidos. O radicalismo pode ser notório em objetos de alto valor como carros e casas. Baudrillard já escrevia sobre o duplo do produto, como instrumento e como signo.

De acordo com Tavares (2006, p.119) a publicidade é uma mensagem privada, presente nos veículos de comunicação, tendo como meta vender um produto ou serviço, relacionado a uma marca comercial. Utilizando como técnica, recursos linguísticos e estilísticos, bem como ferramentas de persuasão e sedução, que serão baseadas de acordo com o público-alvo.

A breve contextualização sobre as sociedades de mercado e de consumo põem-se a oferecer uma determinada perspectiva sobre a publicidade em seu engajamento no mundo contemporâneo. Buscando elucidar como se processam os símbolos associados aos objetos e serviços de consumo. Da estima dos bens do regime de pátina (familiar) ao regime da individualidade (consumo da moda). A atual maneira de consumir também adentra na dimensão infantil, que neste caso,

será pelo viés da publicidade televisiva, pois, mesmo com a inserção de novas tecnologias, a tv ainda é a primeira apresentada às crianças. Partindo desse marco é que a presente designação reflete, e que foram resultantes em manifestações de ONGs como Instituto Alana e Milc (Movimento Infância Livre do Consumismo), na publicação do livro *Children and television Adverting* (1994), Projeto de Lei 5.921/01 e Resolução 163/14.

4 | CRIANÇA, TELEVISÃO E PUBLICIDADE

Além do convívio familiar, as crianças desvendam a realidade a sua volta por meio das brincadeiras. É costumeiro encontra-las com *tablets*, *notebooks* e celulares em casa, na rua e escola. Uma das primeiras constatações levantadas sobre esse fenômeno atual é decorrente da exposição de comerciais para uma faixa etária imatura, acompanhado da facilidade de créditos, que não era hegemônica em décadas passadas. Ou seja, as famílias estão comprando mais e, ainda, são as crianças que repassam aos responsáveis o que querem de presente. Fundamentando seus gostos no que é propagado do comercial, majoritariamente estimulado nos intervalos da programação infantil. O imaginário receberá novos ajustamentos e possibilidades que são absorvidos da dimensão virtual e midiática.

Não é pretensão demonizar a publicidade, mas entender suas técnicas em diálogo com o grupo já citado, no que diz respeito aos seus hábitos e desejos. Até porque suas atividades, bem como o marketing, são valorizadas pela potencialidade de propagar uma mesma mensagem para classes sociais e econômicas diversas. Logo, sua existência é autêntica.

A televisão apresenta-se como ampliação de uma vida fantástica e feliz para as crianças. São excessivas cores, brinquedos, efeitos sonoros e visuais contidos na propaganda, chamando a atenção de qualquer um. São características e funções que fora das telas costumam não existirem, tais como: personagens que voam e desfilam; e a sua incrível força; a energia vinculada aos alimentos calóricos; e carros velozes. Tão envolventes que até parecem a continuação do desenho. O imaginário da comunicação mercadológica, do desenho e a realidade misturam-se de maneira não ordenada dentro de suas cabecinhas. Tamanho é seu nível de ingenuidade sublime.

O sociólogo Erling Bjurtrön (1994) alega que somente aos dez anos, as crianças conseguem diferenciar o programa de televisão do comercial. Contudo, somente aos doze anos é que alcançam o senso crítico. Os números podem variar de acordo com a maturidade de cada indivíduo e sobre qual contexto social está inserida. As crianças norte-americanas passam em frente à tv, pouco mais de uma hora por dia,

em média. As crianças suecas, duas horas. No Brasil, a média sobe para 4h50min. Quase uma hora a mais se comparado a duração de uma aula de meio período. (Painel Nacional de Televisores (IBOPE/2007) - crianças entre 4 e 11 anos, classe ABC. In HENRIQUES, Isabella. Núcleo Alana Defesa e Educação. Criança, consumo de alimentos e publicidade). As estratégias de regulamentação e controle, por si, já deveria ser posta em prática, pela legitimidade e preservação sobre o que se entende o que é criança, definição que assume território a partir da modernidade. O direito à infância é firmado pela Constituição/1998, no artigo 227 e pelo Eca (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A publicidade, neste caso, é injusta por dois propósitos principais: a mensagem deve ser clara e facilmente interpretada pelo público; dirigida a quem possa comprar. Os menores não se encaixam em nenhum desses perfis. Estes argumentos deveriam ser suficientes para proibi-la. Entretanto, isso não convence o mercado, que resiste em não cumprir os acordos legais, baseados na possível falta de liberdade de expressão que estaria em risco. A distorção e o mito ganham força de potentes veículos de comunicação no Brasil, como Veja e O Globo, que conseguem lesar até mesmo alguns pais, que se sentem ofendidos por acreditarem piamente que a atitude é característica de um Estado autoritário que interfere na decisão dos responsáveis. Outro argumento infundado é que a publicidade não persuade. Caso não o fosse, qual seria seu intento? Proibi-la não é censura. O cigarro, por exemplo, seu quinhão são os adultos, mas suas restrições são defendidas por lei desde 1996. E para as crianças, por que é diferente?

Manifestarei, então, os argumentos acerca do Projeto de Lei 5.921/2001 e Resolução 163/2014, a partir de colocações que as assemelham. O PL é de autoria do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly. Sua proposta é que seja expandido uma nova determinação ao Código de Defesa do Consumidor, a fim de extinguir a publicidade diretas às crianças, entendidas como seres de até doze anos de idade pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Em seu conteúdo, a justificativa para a iniciativa no Brasil, dar-se, com base, em países que possuem menção legislativa, como Reino Unido, Canadá, Espanha, Alemanha, Bélgica e Suécia. A pesquisa realizada neste último país que fundamentou cientificamente o PL, que se justifica, ainda, sob o abrigo da ilegitimidade que é fazer publicidade em um país com fortes contratos. Com crianças que tenham tanto, e outras, nada ou quase nada, e mesmo assim, adquiriam/ adquirem vontades consumistas. Gerando constantes conflitos entre o desejo dos filhos, as condições financeiras dos pais e a distinção que as próprias crianças fazem de si e do outro quando não possuem o produto estimado. A Relatora da proposta é a Deputada Federal Maria do Carmo Lara.

A Resolução 163/14 abriga todas as considerações do PL, e aplica mais rigidez. Devido ao acréscimo de dois elementos, que são os adolescentes e a abusividade

de toda comunicação mercadológica, incluindo banners, merchandising, anúncios impressos e internet, embalagens e comerciais televisivos, este último era o único avaliado pelo PL. As campanhas comerciais de utilidade pública não recebem restrições.

Os grandes veículos de comunicação não deram os esclarecimentos necessários sobre o assunto, e como formadores de opinião, fica a seu encargo inteirar-se acerca do assunto e, em seguida, noticiar. Ainda que discordassem da medida, atualizar-se sobre suas bases de sustentação é obrigatório, como na menção de vertentes anteriores que as propostas se alicerçam, ou se existem regulamentações publicitárias em outros países semelhante a esta, e como a labutam, por exemplo. No caso brasileiro, o assunto é acometido por suposições que se baniria os desenhos animados e os programas infantis. Pois, sem a publicidade, o patrocínio acabaria, devido a uma medida que iria em contramão a outros países. O Instituto Alana elaborou uma tabela didática sobre o assunto. Ilustrada a seguir de modo resumido:

Alemanha	Os programas infantis não podem ser interrompidos por publicidade. Não deve também, utilizar crianças para exibirem vantagens e características de um produto que não seja conveniente ao natural interesse e manifestação delas. Anunciantes ou publicitários não podem interromper ou influenciar o programa infantil; devem ser postas em blocos e introduzidas entre os intervalos das transmissões.
Bélgica	Proibido a publicidade para as crianças nas regiões flamengas. Interdição de todo tipo de publicidade cinco minutos antes ou depois dos programas infantis.
Irlanda	É proibido todo tipo de publicidade durante programas infantis em canal aberto.
Luxemburgo	Proibido publicidade nas escolas, valendo para todos os públicos
Noruega	Proibida a publicidade de produtos e serviços direcionadas a quem tem menos de 12 anos. Restrição durante programas infantis. A publicidade não pode invadir mais de 15% do tempo da programação diária.
Suécia	É proibido a publicidade na televisão dirigida à criança inferior aos 12 anos, em horário anterior às 21h. É interdito qualquer comercial, seja de produtos adultos ou infantis, durante, imediatamente ou depois da programação infantil.

Gráfico 1: Regulamentação publicitária por país. (Fonte: Instituto Alana. Porque a publicidade faz mal as crianças. 2009).

Fonte: Instituto Alana. Porque a publicidade faz mal as crianças. 2009.

5 | CONCLUSÃO

Firmado a partir das considerações a respeito do consumo e da comunicação mercadológica, demonstrou-se que é através destes recursos que as crianças

se apropriam dos hábitos consumistas cada vez mais cedo. Como justificado na introdução deste texto, limitei-me somente sobre o público infantil e seu encontro com a publicidade por considerá-la uma discussão emergencial.

Qualquer expressão de comunicação mercadológica, seja qual for o público-alvo, são fomentadas pelo Código de Defesa do Consumidor e Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). Quando se tratam de criança e adolescente, o mercado deve por obrigatoriedade respeitar os artigos 28 e 37 do Conar; a Constituição Federal, no artigo 227 e Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos estes, juntos, legitimam o que foi capitulado no Projeto de Lei e Resolução citados ao longo do trabalho. A surpresa do empresariado e anunciantes se dão pelo descumprimento de normas que antes mesmo de 2001 já estavam prescritas. Então, isso responde à pergunta inicial, que seria compreender se caberia ao Estado impor estes limites? Sim, caberia, pois, fica evidente que não se trata de censura, mas do cumprimento das ferramentas supracitadas.

Os artigos 28 e 37 do Conar, em resumo, deixam evidentes que os anúncios devem ser claramente entendidos como tal – para as crianças isso não é tão fácil – não deverá se dirigir diretamente à criança, quanto ao consumo. Não devem, ainda, se aproveitar da lealdade, inexperiência e falta de discernimento em separar real do imaginário. Já o artigo 227, da Constituição Federal, afirma que criança e adolescente são prioridade absoluta da família e do Estado, reafirmados no ECA.

O PL e a Resolução demonstram iniciativas importantes no Brasil, que funcionam como aparelho adicional que regulamenta responsabilidade propagandista. Todavia, não deixam claro, o que de fato, mudaria na grade televisiva, como os horários da propaganda, quais dias da semana fazê-la etc., porém, uma coisa fica declarado, que é a mudança de direcionamento. Os publicitários não anunciariam mais a estes públicos, e sim aos pais. A Resolução 163/2014 é de iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicada em 13 de março de 2014. Devendo entrar em vigor a partir da data de publicação. Contudo, nota-se que ainda não conseguiu sair do papel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia legislativa. Comissão de Defesa do Consumidor. **Projeto de Lei 5.921/2001**. Acrescenta parágrafo ao art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Acessado em 24 de dez. 2015.

BRASIL. Capítulo II. Seção 6 e 11: **Identificação Publicitária; Crianças e Jovens**. Artigo 28 e 37. CONAR. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. Disponível em < <http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php> >. Acessado em 20 de dez.2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente. **Resolução nº 163**, de março de 2014. Disponível em < http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/publicidadeeconsumo/conanda/resolucao_163_conanda.pdf>. Acessado em 15 de nov. 2015.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BARBOSA, Livia (Org.); CAMPBELL, Colin (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 204p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001, p. 192.

DRIGO, Maria Ogécia. **A publicidade na perspectiva de Baudrillard**. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo), v. 5, p. 171-185, 2008. Disponível em < <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/142/142>>. Acessado em 13 de julh.2015.

ERLING BJURSTRÖN. **Children and Television Advertising**. A critical study of international research concerning the effects of TV-commercials on children, Report 1994/95:8, Stockholm: The Institute for Media and Social Research/The National Swedish Board For Consumer Policies).

Painel Nacional de Televisores (IBOPE/2007) - crianças entre 4 e 11 anos, classe ABC. In HENRIQUES, Isabella. Núcleo Alana Defesa e Educação. **Criança, consumo de alimentos e publicidade**.

PROJETO CRIANÇA E CONSUMO. Instituto Alana. Porque a Publicidade faz mal para as crianças. 2ª edição. 2009. Disponível em< http://biblioteca.alana.org.br/banco_arquivos/Arquivos/downloads/ebooks/por-que-apublicidade-faz-mal-para-as-criancas.pdf >. Acessado em 30 de mai.2015.

TAVARES, Fred. (2006). **Publicidade e consumo: a perspectiva discursiva**. In MELO SOBRINHO, N et al. Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso. Rio de Janeiro, Comum. cap.5, p.117-145.

A CANÇÃO E SUA VERSÃO: PROCEDIMENTOS DE ADAPTAÇÃO/TRADUÇÃO NAS CANÇÕES DE DESENHOS DE PRINCESAS DO ESTÚDIO DISNEY

Viviane Alves Melo Almada
Edson Carlos Romualdo

RESUMO: As canções dos filmes do estúdio Disney têm sido consideradas de excelente qualidade, o que é demonstrado pelo seu sucesso obtido no mundo todo, pelas várias indicações para a categoria de “melhor canção original” no Oscar e pelas estatuetas que doze delas já ganharam nessa premiação. Por sua vez, suas versões para o português brasileiro também fazem sucesso junto ao grande público, o que acaba por perpetuar suas escolhas tradutórias. Dada a importância de tais canções, inclusive mercadológica, esta pesquisa teve por objetivo geral realizar um estudo comparativo das canções originais das animações do estúdio Disney e de suas versões na língua portuguesa, atentando-se para os procedimentos tradutórios referentes a uma análise linguística. Sob uma vertente qualitativa, discutimos o termo “versão”, cotejamos as canções originais com suas versões, procurando analisar a importância da canção para a estrutura narrativa da animação, os aspectos de conteúdo e sentido mantidos entre as duas canções (original e versão) e os aspectos formais mantidos entre elas. Nosso corpus de pesquisa constitui-se de vinte e três canções selecionadas dos filmes de animação das princesas oficiais do estúdio.

Nossas análises demonstram que a versão/tradução das canções tem como prerrogativa a manutenção de seu aspecto musical e de seu papel no enredo, posto que as escolhas tradutórias analisadas apontam para essa perspectiva, ao deixar de lado a tradução termo a termo em favor de uma linguagem que se encaixe com os aspectos musical e narrativo, mantendo o sentido geral da letra original, apesar das alterações necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: canção; tradução; versão; Disney; filme de animação.

1 | INTRODUÇÃO

O tratamento dos gêneros discursivos como objeto de trabalho da Linguística tem seu desenvolvimento a partir dos estudos de Bakhtin (2011), para quem os gêneros se caracterizam a partir de três dimensões: a) o conteúdo temático (objeto de sentido, avaliativo e interacionalmente construído); b) a construção composicional (elemento de estrutura e de significação); c) o estilo (a manifestação de recursos textuais, lexicais e gramaticais ou recursos linguístico-expressivos, também denominados marcas linguístico-enunciativas). Essas características estão combinadas às condições de produção –

locutor, interlocutor, intenção, veículo/local de circulação e momento da produção.

Quaisquer que sejam a extensão, o conteúdo semântico, os recursos linguísticos e a sua composição estrutural, o discurso, materializado na forma de texto, apresenta características que lhe são geralmente comuns, moldadas pelas regras do funcionamento dos gêneros, que, por sua vez, estão articuladas no interior das interações das esferas das relações sociais. Assim, cada esfera de uso da língua, cotidiana ou não, potencializa os seus próprios gêneros, determinando as formas genéricas e relativamente estáveis de manifestação dos discursos, no que tange aos aspectos temático, estilístico e composicional.

A canção é um gênero da esfera literária que, devido às suas características próprias, se marca como “um gênero sincrético que relaciona a linguagem verbal com a musical”, por conseguinte, “deve ser compreendida tendo como princípio essa característica fundamental” (CARETTA, 2009, p. 99). No entanto, para Lopes (2013), embora a canção seja um gênero intersemiótico e se materialize desta forma, ao isolarmos a linguagem não verbal, nossa interpretação e resposta ao sentido produzido realizar-se-ão por meio da linguagem verbal. A autora afirma que os mais variados assuntos podem ser tomados como conteúdo temático ao serem incorporados na dimensão verbal do gênero de forma avaliativa.

Ainda para Lopes (2013), construção composicional, apesar das instabilidades, apresenta regularidades verbais e não verbais que, em sua maioria, se aproximam do gênero discursivo “poema”, tais como: contexto histórico e pessoal normalmente influencia a forma da linguagem empregada, bem como seu arranjo; ritmo; construção da estrutura do enunciado por meio de rimas, estrofes e versos; emprego de figuras de linguagem e pensamento; forte presença de estratos fonéticos; efeitos sonoros de linguagem; intertextualidade; possível emprego de neologismos e repetição de versos e palavras.

É comum e tem sido há muito tempo, no contexto musical, a prática de traduzir canções para outra língua, no caso, o português brasileiro. A essas canções dá-se comumente o nome de versões. Como vimos, uma canção estabelece seus sentidos a partir da combinação entre letra (verbal) e o ritmo, a melodia e a harmonia (não verbal), portanto, as versões buscam manter os aspectos da linguagem musical e podem aproximar-se ou não dos sentidos produzidos pela letra original. Como afirma Jakobson (1959, p. 8), é possível que, ao se traduzir de uma língua para outra, substituam-se não apenas unidades de código separadas, mas mensagens inteiras de outra língua

Este fenômeno pode ser observado, entre muitas outras, em canções como: “Tô Ligado em Você” de Sandy & Junior, versão de “You’re The One That I Want” do clássico Grease - Nos Tempos da Brilhantina; a versão de “Just Give Me A Reason” (P!nk e Nate Ruess) feita, mais recentemente por Lucas Lucco: “Diz O Que É

Preciso”, e a muito popular “É Isso Aí”, versão composta por Ana Carolina a partir da música “The Blower’s Daughter”, de Damien Rice. Desta forma, os “versores” não são considerados, no universo musical, como simples tradutores, mas como compositores, visto que as versões são consideradas outras canções.

Embora o termo aqui usado para tratar desta prática seja “versão”, foi surpreendente a dificuldade na busca por material técnico para defini-lo. O uso do termo é, porém, corrente no sentido de traduções de canções e, por esse motivo, partimos do sentido amplo de que uma versão é uma tradução de uma canção de uma língua para outra.

Um contexto muito comum na ocorrência de versões é o do filme musical, pois este usa as canções para apoiar a narrativa (MORIGI E BONOTTO, 2004) e, muitas vezes, apresentar questões subjetivas das personagens. No universo dos filmes musicais, recortamos para nossa pesquisa os desenhos animados, visto que a introdução de canções no desenvolvimento narrativo é facilmente notado em vários filmes do estúdio Disney, por exemplo, em que muitos dos seus personagens cantam para expressar seus sentimentos, o que se passou ou até mesmo o que vão fazer.

Assim, nosso ponto de partida foi considerar que, apesar de a versão poder tomar certas liberdades, ela não deveria se afastar dos sentidos mais abrangentes da canção original de modo que deixasse de sustentar a narrativa. Nossa afirmação encontrou respaldo em Souza (2005, p. 55), para quem a “estrutura musical de ‘Branca de Neve’ assemelha-se à estrutura das operetas que, como óperas leves, possuíam um caráter cômico e romântico, com diálogos intercalados entre as canções, que revelavam ao espectador os sentimentos dos personagens. Ou seja, as músicas ajudavam a narrar a história.”

Como vimos, a canção é um gênero literário muito rico e devido à sua alta circulação, estudá-la do ponto de vista tradutório torna-se de suma importância, posto que tradução ainda é uma arte muito debatida. O debate de sobre o que é exatamente traduzir parece sempre desaguar na famosa e controversa expressão “Traduttore, Traditore” (BARBEITAS, 2000), que passou a significar para os profissionais do meio que o tradutor sempre vai colocar um pouco de si na obra traduzida e, de certo modo, trair a originalidade desta com seu próprio julgamento e discurso. “A tradução, como a criação artística geral, carrega a marca do tradutor” (Oliveira, 2007, p. 194). Pode-se exemplificar a abrangência das discussões sobre o assunto a partir do contraste entre as afirmações de Jakobson (1959, p. 5): “A tradução intralingual ou *reformulação* consiste na interpretação dos signos verbais por outros signos da mesma língua” (grifo do autor); e de Paz (apud Oliveira, 2007, p. 191): “Toda literatura consiste em traduções de traduções de traduções: cada obra é, simultaneamente, uma realidade única e uma tradução de outras.”

Dessa forma, nosso objetivo neste capítulo é investigar quais são as

semelhanças e diferenças entre as canções originais e suas versões nos desenhos animados do estúdio americano Disney, observando-as no que tange aos aspectos exclusivamente linguísticos, quanto ao conteúdo e à forma.

A análise teve por base uma perspectiva qualitativa, que, para Neves (1996), compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que tem por objetivo descrever e significar os diferentes componentes de um sistema complexo de significados, procurando traduzir e expressar os sentidos do fenômeno no mundo social. Comparativamente, fizemos um cotejamento entre a canção original e sua versão, atentado para as escolhas tradutórias capazes de gerar sentido.

O *corpus* de análise, que inicialmente seria de animações da Disney em geral, sofreu dois recortes. O primeiro, é o de que apenas utilizamos os filmes das princesas oficiais, que são: *Branca de Neve e os Sete Anões* (Branca de Neve), *Cinderela* (Cinderela), *Pocahontas* (Pocahontas), *Aladdin* (Jasmine), *Enrolados* (Rapunzel), *Valente* (Merida), *Mulan* (Mulan), *A Bela e a Fera* (Bela), *A Bela Adormecida* (Aurora), *A Princesa e o Sapo* (Tiana), *A Pequena Sereia* (Ariel) e *Frozen – Uma Aventura Congelante* (Elsa e Anna).

Destes filmes, recortamos duas canções essenciais à construção de sua narrativa, totalizando, assim, vinte e três canções, pois o filme *A bela adormecida* tem apenas uma canção. Assim, as canções escolhidas foram:

VERSÃO BRASILEIRA	ORIGINAL
Sonhando Assim – <i>Branca de Neve e os Sete Anões</i>	I'm Wishing/One Song – <i>Snow White and the Seven Dwarfs</i>
Eu Vou – <i>Branca de Neve e os Sete Anões</i>	Heigh Ho – <i>Snow White and the Seven Dwarfs</i>
A Noite da Arábia – <i>Aladdin</i>	Arabian Nights – <i>Aladdin</i>
Um Mundo Ideal – <i>Aladdin</i>	A Whole New World – <i>Aladdin</i>
Imagem – <i>Mulan</i>	Reflection – <i>Mulan</i>
Não Vou Desistir De Nenhum – <i>Mulan</i>	I'll Make A Man Out Of You – <i>Mulan</i>
Ao Ar Livre – <i>Valente</i>	Into The Open Air – <i>Brave</i>
O Céu Eu Vou Tocar – <i>Valente</i>	Touch The Sky – <i>Brave</i>
Sua Mãe Sabe Mais – <i>Enrolados</i>	Mother Knows Best – <i>Tangled</i>
Vejo Enfim A Luz Brilhar – <i>Enrolados</i>	I See The Light – <i>Tangled</i>
Aqui no Mar – <i>A Pequena Sereia</i>	Under The Sea – <i>The Little Mermaid</i>
Beije A Moça – <i>A Pequena Sereia</i>	Kiss The Girl – <i>The Little Mermaid</i>
Lá Na Curva – <i>Pocahontas</i>	Just Around The Riverbend – <i>Pocahontas</i>
Cores do Vento – <i>Pocahontas</i>	Colors Of The Wind – <i>Pocahontas</i>
Por Uma Vez Na Eternidade – <i>Frozen</i>	For The First Time In Forever – <i>Frozen</i>
Livre Estou – <i>Frozen</i>	Let It Go – <i>Frozen</i>
Sentimentos – <i>A Bela e a Fera</i>	Beauty and the Beast – <i>Beauty and the Beast</i>
Alguma Coisa Acontecer – <i>A Bela e a Fera</i>	Something There – <i>Beauty and the Beast</i>

Um Sonho É Um Desejo – <i>Cinderela</i>	A Dream Is A Wish Your Heart Makes – <i>Cinderella</i>
Bibidi – Bobidi – Bu – <i>Cinderela</i>	Bibbidi – Bobbidi – Boo - <i>Cinderella</i>
Lá Em Nova Orleans – <i>A Princesa e o Sapo</i>	Down In New Orleans – <i>Princess and the Frog</i>
Lá – <i>A Princesa e o Sapo</i>	Almost There – <i>Princess and the Frog</i>
Era Uma Vez no Sonho – <i>A Bela Adormecida</i>	Once Upon A Dream – <i>Sleeping Beauty</i>

Quadro 1: Corpus da pesquisa

Para atendermos ao objetivo proposto, traçamos um caminho que percorre: i) a explicação dos termos versão, tradução e adaptação, necessários para o embasamento de nossas análises; ii) as relações entre o filme de animação, o musical e as canções; e iii) a análise das versões em português das canções dos filmes de animação de princesas da Disney, quanto à sua funcionalidade no enredo, aos aspectos musicais e aos aspectos linguísticos.

2 | O TERMO VERSÃO NO USO POPULAR

Entre os objetivos deste trabalho, um deles foi debater a questão do termo acadêmico que seria utilizado para nos referirmos ao processo de “traduzir”¹ uma canção de uma língua para outra. Simples ao olhar desatento, o tema se torna complexo por falta de material acerca dele em si próprio. Encontramos em textos não acadêmicos esse processo tratado como versões, releituras e cover, mas poucos são os que procuram defini-las.

Para tentar definir como esses termos aparecem popularmente, buscamos na internet, primeiramente, em sites de conteúdo musical e, depois, em sites de conteúdo pop em geral, como o processo de “traduzir” as canções aparece. Nossa escolha pela internet deve-se ao fato de que as pessoas, no mundo globalizado atual, buscam se atualizar sobre o conteúdo musical via esse meio. Hoje em dia, qualquer pessoa em posse de um dispositivo eletrônico é capaz de navegar o enorme acervo musical que existe online e descobrir quais são, por exemplo, as novidades da semana, ou clássicos do passado, além de ouvi-las gratuitamente e compartilhar com seus amigos. Em adição aos sites de notícias e de conteúdo musical específico, existem também aplicativos, como o Spotify² - atualmente um gigante do *streaming* de músicas –, que são constantemente atualizados com os lançamentos do meio

¹ Neste momento, estamos usando o termo “traduzir” em seu sentido vulgar de transpor uma palavra, texto ou discurso de uma língua para outra.

² “**Spotify** é um serviço de música comercial em streaming, podcasts e vídeo comercial que fornece conteúdo provido de restrição de gestão de direitos digitais de gravadoras e empresas de mídia, incluindo a Universal Music, a Sony Music e a Warner Music”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Spotify>>. Acesso em: 27 set. 2016.

³ Placar geral baseado no site SimilarWeb. Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/vagalume.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2016.

e ainda avisam o usuário sobre os lançamentos se este assim preferir. É a internet também a forma como cantores novos e desconhecidos têm buscado para mostrar o seu trabalho, conferindo a ela o *status* de maior representante de veiculação da cultura pop.

Para verificarmos como os termos aparecem em sites, escolhemos dois sites especializados do meio musical: **Vagalume**, referência no Brasil em letras e traduções de canções, e **Revista Cifras**, canal de notícias do Letras.com.br e do Cifras.com.br, dois grandes canais musicais brasileiros, que também apresenta artigos e reportagens sobre o meio musical.

O site **Vagalume** caracteriza-se por ser um portal colaborativo³ de letras e traduções de músicas e que, mais recentemente, passou a veicular também notícias do meio. Ele é o trigésimo sexto (36º) em acessos no Brasil⁴, estabelecendo-se como o site mais acessado da sua categoria.

A Revista Cifras é mais modesta em acessos gerais, ocupando o centésimo septuagésimo oitavo milésimo, septingentésimo quinto lugar (178.705º) no ranking brasileiro⁵, mas ainda assim um dos mais acessados se tratando do meio musical. Seu conteúdo abarca entrevistas, notícias e artigos desta mesma natureza.

Com buscas na internet, podemos verificar que boa parte dos sites coloca o termo versão como uma canção com sua letra cantada em outro idioma, como é o caso, por exemplo, da canção “Feche Os Olhos”, de Renato e Seus Blue Caps, versão de “All My Loving”, do famoso conjunto The Beatles⁶. O termo “cover” é comumente reservado para canções tocadas e/ou cantadas por outros artistas que não o de lançamento inicial, sem mudanças na letra ou no ritmo originais. Um exemplo atual é a banda Boyce Avenue, que além de seu conteúdo autoral, apresenta em seu canal do YouTube vários “covers”.

Contudo, essa classificação varia de acordo com a sua fonte, e nem sempre estas modalidades são diferenciadas entre si. No site **Vagalume**, por exemplo, encontramos as seguintes observações:

De uma forma bem didática, o Vagalume reuniu em seu novo especial as covers e versões mais famosas da história da música.

São canções regravadas e que fizeram tanto sucesso ou mesmo mais do que as versões originais. E para simplificar para você, separamos essa lista com mais de 100 músicas, em um sistema cronológico: músicas que foram originalmente compostas "Até os anos 60", "Anos 70", "Anos 80" e "Anos 90 e 2000".

3 Um portal colaborativo caracteriza-se por ter seus dados enviados majoritariamente por seus usuários, que são livres para editar e corrigir, no caso aqui apresentado, letras. Este conteúdo é, em alguns casos, monitorado por uma equipe editorial.

4 Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/vagalume.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2016.

5 Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/revistacifras.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2016.

6 Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/news/2014/10/16/especial-covers-e-versoes-famosas.html>>. Acesso em: 26 out. 2016

As canções vêm na seguinte forma: oferecemos as músicas originais e respectivas covers e versões juntas. Assim, você pode ouvir as duas versões, comparar e decidir qual você mais gosta!⁵

Na lista apresentada encontramos dois tipos de pares: canções que foram regravadas em sua língua inicial por outros artistas, como é o caso de “Crying In The Rain”, regravada pelo grupo A-Ha, mas originalmente da banda The Everly Brothers; da famosa “Hey Jude”, do quarteto de Liverpool, regravada por Kiko Zambianchi na língua original; e da surpreendente “I Will Always Love You”, originalmente gravada por Dolly Parton e, hoje, mais conhecida na voz de Whitney Houston. A outra categoria apresentada é a de canções que foram regravadas por outros artistas e em outra língua. Alguns exemplos são “Não chores mais”, de Gilberto Gil, versão de “No Woman No Cry”, de Bob Marley, “Não Acredito”, de Lulu Santos, versão de “I’m A Believer”, dos The Monkees, e “O Astronauta de Mármore”, da banda Nenhum de Nós, versão de “Starman”, composta por Bruce Springsteen. Podemos inferir, a partir dos exemplos acima, que essas são as caracterizações das duas modalidades que apresenta: o *cover* e a *versão*, respectivamente.

É importante considerar também que ao afirmar “você pode ouvir as duas versões”, o site coloca o termo como hiperônimo, ou seja, ele abrange tanto a versão no significado de canção em outra língua, ou de *cover*. Desta forma, observando o tratamento dado pelo site, o termo versão pode ser compreendido em sentido amplo, englobando o *cover* e a *versão*, esta tomada no seu sentido estrito.

Além disso, o site também separa o termo versão de tradução. Ao entrarmos na página que apresenta a letra canção na língua original, temos a possibilidade de acessar a tradução por meio de uma aba específica mostrada ao internauta:

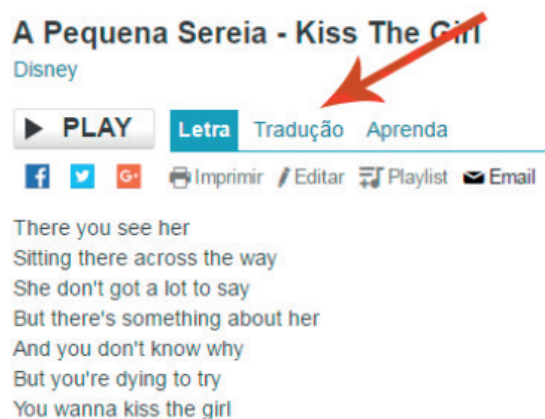


Figura 1: Print da página mostrando a aba da tradução

Acessando a aba, o internauta tem, colocadas lado a lado, a letra original e uma proposta de tradução:⁷

⁷ Afirmamos ser uma proposta de tradução, pois elas são feitas e podem ser modificadas pelos usuários do site, logo não são consideradas oficiais.

The Little Mermaid - Kiss The Girl

Disney

Compositor: Howard Ashman E Alan Menken

▶ **PLAY** Letra **Tradução** Aprenda

[f](#) [t](#) [g+](#) [Imprimir](#) / [Editar](#) [Playlist](#) [Email](#)

The Little Mermaid - Kiss The Girl

(Sebastian)
There you see her
Sitting there across the way
She don't got a lot to say
But there's something about her
And you don't know why
But you're dying to try
You wanna kiss the girl

Yes, you want her
Look at her, you know you do
Possible she wants you too
There is one way to ask her
It don't take a word
Not a single word
Go on and kiss the girl

Sha la la la la, my oh my
Look like the boy too shy
Ain't gonna kiss the girl
Sha la la la la, ain't that sad?
Ain't it a shame?
Too bad, he gonna miss the girl

A Pequena Sereia - Kiss The Girl

(Sebastian)
Lá você vê-la
Sentado lá do outro lado
Ela não tem muito a dizer
Mas há algo sobre ela
E você não sabe por quê
Mas você está morrendo de vontade de tentar
Você quer beijar a garota

Sim, você quer que ela
Olhe para ela, você sabe fazer
Possível ela quer que você também
Existe uma maneira de perguntar a ela
Não tome uma palavra
Sem uma única palavra
Vá em frente e beije a garota

Sha la la la la, oh meu Deus
Parece que o garoto é muito tímido
não vai beijar a garota
Sha la la la la, não é triste?
Não é uma vergonha?
Muito ruim, ele vai perder a garota.

Figura 2: Tradução da canção

Aqui, ao buscarmos pela canção “Kiss The Girl”, canção do filme A pequena Sereia, temos a opção de ler sua tradução em uma das abas. Essa tradução é diferente da versão brasileira da canção veiculada no filme:

A Pequena Sereia - Beije A Moça

Disney

Compositor: Alan Menken/Howard Ashman

|| **PAUSE** **Letra** Aprenda

[f](#) [t](#) [g+](#) [Imprimir](#) / [Editar](#) [Playlist](#) [Email](#)

Sebastião:

Se você quer a coisa bem feita,
Tem que fazer pessoalmente
Primeiro, temos que criar o clima
percussão, cordas, sopros, palavras

Aí está ela, aprendendo a namorar
Nada, nada vai falar mas embora não a ouça
Dentro de você, uma voz vai dizer agora
beije a moça

Eric: Ouviu alguma coisa?

É verdade, gosta dela como vê
Talvez ela de você, nem pergunte a ela
Pois não vai falar, só vai demonstrar
se você a beijar

Figura 3: Versão brasileira da canção Kiss the girl

Grosso modo, comparando a tradução apresentada e a versão da canção em português, podemos ver que a primeira busca manter os significados e baseia seu processo em trocar “palavra por palavra” da letra original, por exemplo em: *There you see her/Lá você vê-la*. Nessa troca, a correspondência de vocábulos se mantém fidedigna: advérbio de lugar (there/lá); pronome pessoal (you/você); verbo (see/vê) pronome oblíquo (her/la). Já a segunda tem como alvo manter a melodia e as rimas, mesmo que o significado acabe se distanciando da tradução termo a termo, mas mantendo o sentido geral da canção original, por exemplo: *There you see her/Aí está ela*.

É possível, portanto, dizer que, de acordo com site **Vagalume**, *cover*, tradução e versão são categorias diferentes e que esta última pode ser também um termo genérico para *cover* ou versão nas definições do próprio site.

O site Revista Cifras tem seu funcionamento bem próximo ao de uma revista, separando seus textos em três categorias: Notícias, Entrevistas e Artigos.



Figura 4: Capa do site *Revista Cifras*

Imediatamente à sua esquerda, podemos ver o mecanismo de buscas do site, onde jogamos, primeiramente, o termo “Versão”, que nos trouxe setecentos e setenta e um resultados⁸, entre eles “Claudia Ohana diz que arrasou em cover de Nirvana, mas volta atrás: “errei””, onde podemos ver o uso dos dois termos tendo o mesmo significado:

#notícia

Claudia Ohana diz que arrasou em **cover** de Nirvana, mas volta atrás: “errei”

9/30/2016 9:56:47 AM

A atriz Claudia Ohana demonstrou dois posicionamentos diferentes com relação à **criticada versão** que fez para “Smells Like Teen Spirit”, do Nirvana. A performance havia sido feita no “Programa do Jô”, na madrugada de quarta-feira (28).

Figura 5: Recorte da notícia sobre Claudia Ohana

Como vemos, no título da notícia encontramos os termos “cover” para se referir à performance da canção feita por Claudia Ohana, já no lead, o termo apresentado

⁸ Disponível em: <<http://revista.cifras.com.br/busca.htm?search=vers%E3o>>. Acesso em: 26 out. 2016.

é versão.

Outra variação que pode se encaixar na nomenclatura popular de versão e *cover* é a de “estilo”: transformar um *rock* em *reggae* ou qualquer estilo em outro se encaixa na mesma nomenclatura. Os exemplos são vários e passíveis de serem encontrados quando fazemos uma busca limitada pelas palavras “versão acústica”⁶ no próprio site Revista Cifras, que nos traz resultados como “Dave Grohl faz cover de ‘Blackbird’ dos Beatles”, “DJ Zedd revela versão acústica de ‘Stay The Night’ com Hayley Williams” e “Corey Taylor grava versão acústica para clássica do The Clash”. Pudemos verificar também, nesse levantamento, que apesar de as variações musicais poderem usar as duas nomenclaturas, a mudança de uma língua para outra raramente é chamada de *cover*⁹.

Procurando mais amplamente, existem algumas repostas de sites de cultura pop e notícias em geral, como é o caso do BuzzFeed Brasil, que cobre novidades de um amplo espectro, indo dos mais recentes “memes¹⁰” da internet a acontecimentos de cunho político, criminal e social. Muito conhecido no Brasil por suas listas bem humoradas, existem também algumas de tema musical, como a chamada “19 Versões Sertanejas Muito Inusitadas de Músicas Internacionais¹¹”. Vemos, nesse caso, o termo versão colocado como a “adaptação” das canções internacionais ao idioma português, sem uma preocupação com a fidelidade da letra.

No site da revista **Backstage**, o produtor musical, publicitário, músico, compositor, sound designer e professor Ticiano Paludo, em uma coluna intitulada “Dando nome aos bois”¹², discute definições para termos que “a mídia utiliza sempre de forma caduca e equivocada”, “sobre os quais não entende nada”. Na sua tentativa de esclarecer conceitos que a mídia usa indiscriminadamente, como nossas observações anteriores mostraram, propõe definições para os termos “cover”, “versão”, “releitura” e “remix”. Sua conceituação baseia-se em seu trabalho de mais de vinte anos no meio musical e apresenta-se da seguinte forma:

- Cover: nessa modalidade, as execuções e timbres procuram reproduzir fielmente as gravações originais;
- Versão: A versão é similar ao cover, na medida em que mantém fidelidade a determinados aspectos da gravação original, no entanto, a “diferença básica

9 Disponível em: <http://revista.cifras.com.br/artigo/lista-musicas-internacionais-que-ganharam-versoes-em-portugues_10750>. Acesso em: 3 out. 2016.

10 A expressão **meme de Internet** é usada para descrever um conceito de imagem, vídeo e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet. O termo é uma referência ao conceito de memes, que se refere a uma teoria ampla de informações culturais criada por Richard Dawkins em 1976, no seu livro *The Selfish Gene*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_\(Internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_(Internet))>. Acesso em: 3 out. 2016.

11 Disponível em:< https://www.buzzfeed.com/otavioo/19-versoes-sertanejas-muito-inusitadas-de-masica-v1cu?sub=4338189_9461613>. Acesso em: 3 out. 2016.

12 Disponível em: < http://www.backstage.com.br/newsite/ed_ant/materias/174/Ticiano%20Paludo.htm>. Acesso em: 31 mar. 2017.

entre cover e versão é que, no caso da versão, mantêm-se fiéis o arranjo e timbragem originais, mantêm-se fiel a melodia vocal e a única coisa que é alterada é a letra (que muda de idioma – lembra da “versão brasileira: Herbet Richards – aqui sim utilizado de forma correta)” (PALUDO, s/d);

- Releitura: nesta modalidade, devem-se manter ao menos a melodia vocal e a letra. “O arranjo é modificado (muitas vezes indo de um estilo extremo ao outro), as progressões de acordes podem sofrer alterações (simplificar um acorde com nona por um power chord ou ainda converter um power chord em acorde com sétima e nona vale se o estilo adotado para a releitura pede isso), assim como o andamento e a sonoridade em geral. Podemos fazer releituras de outros artistas e até de nós mesmos (aqui sim entra o caso dos acústicos, quando o artista não toca seus grandes sucessos em versão acústica, mas sim promove uma releitura acústica de seu material)”;
- Remix: essa modalidade é colocada pelo autor também, em um conceito ampliado, como releitura eletrônica. Para ele, “o remix é uma técnica que foi amplamente desenvolvida e promovida pelos DJs. O remix pode ser encarado como uma roupa nova para uma faixa, sendo esta roupa desenvolvida através da utilização de recortes sonoros. No entanto, ao utilizarmos tais recortes, devemos ter a preocupação de que nossa criação não se distanciará demais daquela que lhe deu origem. Ou seja, o público deve ouvir o remix e estabelecer uma relação direta com a faixa original utilizada como fonte geradora (fonte sonora), por isso mesmo trata-se de uma releitura eletrônica. Não estamos criando uma música nova a partir de uma já existente e sim fazendo-a nascer de novo sob um novo olhar. A fonte sonora, inclusive, deve sempre ser a mesma. Caso utilizemos mais de uma fonte sonora base, o resultado deixa de ser um remix e passa a ser um mashup” (PALUDO, s/d).

As definições apresentadas acima lançam luz ao uso confuso que a mídia faz dos termos e possibilita que possamos nos dedicar a caracterização das unidades de nosso *corpus* de pesquisa. É importante destacar, que os conceitos, ao serem definidos, apresentam um dado fundamental da canção: o seu caráter híbrido. Assim, a versão não se caracteriza apenas por mudar a letra de um idioma para outro, ou seja, um trabalho com a linguagem verbal, mas por manter intactos seus traços da linguagem musical: o arranjo, a timbragem e a melodia vocal originais. Trabalhar com as versões brasileiras das canções das animações de princesas da Disney implica, portanto, em ver como as traduções foram feitas de forma a se enquadrarem no enredo dos filmes.

3 | O USO ACADÊMICO DOS TERMOS “TRADUÇÃO” E “ADAPTAÇÃO”

A tradução não é uma prática nova, porém, seus estudos são relativamente recentes. “Os escritos sobre o traduzir são raríssimos antes da época contemporânea: as operações em jogo parecem tão evidentes que ninguém se dá ao trabalho de descrevê-las.” (OUSTINOFF, 2011, p. 76). Desde o início da prática, sua descrição variou conforme a cultura e entre quais línguas se deu cada processo específico, pois no interior de uma “mesma época, vários modos de tradução podem coexistir: o horizonte não é obrigatoriamente uniforme” (2011, p.70).

Uma variedade de teóricos analisou a prática ao longo dos anos, o que deixou o campo inundado com diferentes teorias e conceitos. Assim, nas tentativas de se diferenciarem traduções, versões e adaptações e de se estabelecer uma hierarquia entre elas, estudiosos tem dispendido tempo e esforços para conseguirem certa “exatidão” em sua diferenciação e conceituação (BASNETT-MCGUIRE *apud* AMORIM, 2005, p. 41).

Um dos primeiros a discutir tradução foi Catford (*apud* Amorim, 2005, p. 67), para quem “a tradução é definida como a ‘substituição de material textual equivalente numa língua (LF [língua fonte]) por material textual equivalente noutra língua (LM [língua meta])’”. Ele foi um dos mais importantes teóricos prescritivistas. Seu pensamento é depois complementado por Eugene Nida, que “define a tradução como ‘o equivalente natural mais próximo em língua meta’” (AMORIM, 2005, p. 67).

Roman Jakobson, em seu “On the linguistic aspects of translation”, de 1959, separa a tradução em três tipos: i) intralingual: “troca” de palavras em uma mesma língua; ii) interlingual (ou tradução “propriamente dita”): a interpretação de signos verbais através de outra língua; e iii) intersemiótica: interpretação de signos verbais através de um sistema de signos não verbais. O linguista não estende sua teoria além disso, subclassificando, por exemplo, alguma outra possibilidade tradutória, o que nos leva a entender que qualquer trabalho que se encaixe em uma dessas três categorias é uma tradução. Desta forma, as versões, quando tomadas em seu aspecto verbal, caracterizar-se-iam como traduções interlinguais.

Ele não foi o único a colocar a tradução em três segmentos. Para Oustinoff (2011), Dryden também distingue três formas de tradução: a primeira é a ‘tradução literal’ (que ele chama de ‘metáfrase’); a segunda é a tradução propriamente dita (inicialmente chamada de ‘paráfrase’, mas rebatizada simplesmente de ‘tradução’ no prefácio de 1697 a suas traduções de Virgílio); a terceira, a ‘imitação’ (posteriormente chamada de ‘paráfrase’). A tradução literal, para o autor, é aquela em que consideramos palavra por palavra, o que é rechaçado por ele. A tradução propriamente dita, por sua vez, “seria a melhor e única maneira verdadeira para se traduzir” (p. 47), pois se concentra mais no sentido do que nas palavras. Já a imitação consiste na liberdade

que toma o tradutor em não repetir nem a palavra, nem o sentido, o que desvirtuaria o autor original, visto que a tradução resta como a criação de algo diverso.

Oustinoff (2011) apresenta ainda a classificação proposta por Goethe, que distingue um ciclo de três tipos de tradução:

- a) aquela que se limita a transmitir a obra tal como ela se apresenta na língua original, como foi feito por Lutero ao traduzir a Bíblia;
- b) a que apresenta a obra de tal maneira como se ela tivesse sido produzida na cultura da língua receptora, como os casos de algumas traduções francesas (*les belles infidèles*), nas quais o tradutor se apropria do texto original, substituindo-o;
- c) aquela em que a tradução não substitui o original, mas tem seu próprio lugar no seio da língua tradutora, permitindo, desta forma, transferir o original de uma língua para outra.

Saindo das divisões em trios, temos também a contribuição de Norman Shapiro, que afirma que levada “ao extremo, a perspectiva pró-alvo visa à transparência absoluta: ‘I see translation as the attempt to produce a text so transparent that it does not seem to be translated.’” (*apud* OUSTINOFF, 2011, p. 54). Ou seja, o tradutor não deve deixar rastros da língua de partida na sua tradução, no texto alvo, sendo a possibilidade de encontramos qualquer traço daquela língua no texto traduzido, como uma inabilidade ou falta de domínio do tradutor da língua de chegada.

Borges, nas palavras de Oustinoff (2011), ao tratar da tradução, a apresenta como uma versão, sendo o original apenas uma versão primordial do texto. O termo versão aqui é utilizado em seu sentido primeiro, que remete a ideia de ser somente outra maneira de se contar um fato. Assim, as traduções não deveriam ser vistas sob uma perspectiva negativa, a partir do adágio amplamente difundido *traduttore, traditore*, que remete a uma visão da tradução como uma traição à obra original.

A variabilidade e a dinâmica que caracterizam a tradução sustentam-se na própria materialidade plural de sua identidade: para Toury (1995), as traduções não têm identidade fixa, na medida em que são concebidas na conjunção de diversos fatores contextuais, tais como as diferenças entre as línguas e entre tradições literárias, e o impulso mercadológico que promove diferentes traduções ao longo da história. (AMORIM, 2005, p.60-1).

Deve ser considerada também a tênue linha entre tradução e adaptação que curiosamente são conceitos bastante comuns no meio da Literatura e do cinema e, mesmo assim, falham constantemente as tentativas de lhes atribuir definições e delineamento. Amorim (2005), ao tratar desse assunto, relativiza os termos, pois a concepção de fidelidade é flexível, já que o que é visto como transgressão segundo uma perspectiva, pode ser considerado como uma leitura aceitável em outros parâmetros. Isso pode ser mais categoricamente afirmado se levarmos em conta

Venuti:

[...] em um contexto, caracteriza-se uma tradução como 'adaptação', associando-se ao termo a noção de transgressão, violação. Já em outro contexto, 'adaptação' deixaria de violar certos limites ao denotar, explicitamente, a modificação do texto original com objetivos definidos. (apud AMORIM, 2005, p.41).

Um olhar mais profundo, porém, nos leva a questionar as “transgressões” e em que se constituem e como podem ser quantificadas e qualificadas. Entretanto, é certo que existe mais nesta discussão que uma simples divergência de opiniões ou dificuldade de delimitação de conceitos. O meio em que esses teóricos se encontram também tem parte em suas opiniões e construções.

O discurso, segundo o qual a 'tradução' promove uma leitura o mais 'fiel' ou mais 'acurada' do texto original e que estabelece que a adaptação seria uma leitura mais 'livre', menos 'rigorosa' e direcionada para fins específicos, exerce influência decisiva na forma como editoras e mesmo certos tradutores articulam esses termos aos textos que produzem. Não são, portanto, termos isolados ou conceitos independentes dos valores que lhes são atribuídos nas diferentes instâncias discursivas. Os conceitos de tradução e adaptação são concebidos com base em uma instância institucional mais ampla, que influencia as próprias opções investidas numa reescritura. (AMORIM, 2005, p. 44).

De fato, a distinção entre tradução e adaptação parece ser mais indefinida quanto mais profundamente olhamos. Os termos se confundem a medida em que tentamos distingui-los de forma definida através de conceitos, tais como literalidade *versus* liberdade, tradução literal *versus* tradução livre, que acabam por mostrar que não existe um método quantitativo ou qualitativo para separar a tradução da adaptação. Os termos tradução e adaptação estão profundamente interligados de forma que é rara a ocasião em que se encontra esta última sem a primeira. Curiosamente, a ocorrência do termo tradução nem sempre é seguido do termo adaptação, o que levanta alguns questionamentos.

Certamente não se pode descartar a hipótese de que a palavra 'adaptação' envolve o reconhecimento da existência de modificações que, geralmente, não são consideradas características de uma 'tradução'. No entanto, tais modificações não significariam, necessariamente, o abandono de qualquer noção de pretensa 'fidelidade' ao texto-fonte. (AMORIM, 2005, p. 70).

Certamente discutir o conceito de fidelidade e sua definição só nos leva de volta ao questionamento quanto ao que separa tradução de adaptação. “Pressupõe-se que a distinção seja muito clara, mas admite-se que ambas as operações, embora distintas, ‘confundem-se’”. (AMORIM, 2005, p.82). Portanto, é de mais valia buscar definir adaptação por si para que possa verificar se o objeto de nosso estudo se encaixa nesses limites. Segundo Amorim, o “termo ‘adaptação’ pode ser empregado com o objetivo de se justificarem modificações que teriam por objetivo tornar mais

‘acessível’ um clássico para um determinado público” (2005, p.70-1), o que coincide com o pensamento de Jakobson (*apud* Amorim, 2005, p. 78) de que a adaptação seria o que ele trata como “tradução intralingual” ou *rewording*, consistente na atualização de textos clássicos ou simplificação de um texto com o objetivo de torná-lo acessível. Semelhante também a essas posições é a de Bastin, que prega “uma tradução preocupada em adequar-se, o máximo possível, às aspirações do leitor e, conseqüentemente, interessada em desvios [écarts] particularmente grandes que envolvem duas realidades sociolinguísticas diferentes” (*apud* Amorim, 2005, p.85). Esse aspecto da adaptação, não corresponde ao que vemos nas canções, pois elas não tem o registro linguístico (erudito na língua de partida, por exemplo) modificado para outro registro (mais popular) na língua de chegada.

Johnson traz outro conceito à tona, tratando a adaptação como a transformação de um formato ou gênero em outro, como encontramos em romances transformados em filmes ou seriados de televisão, obras literárias adaptadas para quadrinhos etc. De qualquer forma,

[...] os aspectos ‘dogmáticos’, ‘políticos’ e ‘estéticos’ em jogo na relação entre traduzir e adaptar revelam que não há uma instância de objetividade com base na qual seria possível ‘descobrir’ fronteiras conceituais dadas de antemão. Fronteiras são construídas e deslocadas, atendendo a certos preceitos, conduzindo o trabalho interpretativo, tornando aceitável uma determinada leitura e excluindo outras, sob determinados limites, que não são universais. (AMORIM, 2005, p.115).

Voltamos, portanto, à perspectiva de Bastin, que apesar de também apresentar suas limitações, é a que serve de melhor impulso para a análise aqui pretendida, pois trata a adaptação como “natural para o tipo de texto em questão, na medida em que seria uma forma de reexpressar os ‘efeitos de sentido do original’, levando-se em consideração a realidade sociolinguística dos destinatários” (*apud* AMORIM, 2005, p.88). E, partindo do pressuposto que as versões são feitas a partir do propósito de se enquadrarem no enredo de um filme e de manter intacto o conteúdo musical ao alterar apenas a linguagem, pensamos que esta definição de adaptação é a que mais satisfatoriamente adequa-se ao nosso intuito de analisar as versões. Dessa forma, o termo versão ganha, em nosso trabalho, o estatuto de adaptação, segundo a discussão feita sobre este termo no meio acadêmico.

4 | A ANIMAÇÃO, O MUSICAL E A CANÇÃO

Para entendermos as relações entre a canção original e sua adaptação precisamos definir a relação da animação com o musical e o papel da canção neste último. Definidos de maneira sintética, podemos entender a animação, como o nome deixa claro, como a arte de animar desenhos para criar uma sequência visual; já o

musical caracteriza-se por ser uma expressão artística do teatro, estendendo-se ao cinema e à televisão. Para Araujo (s/d):

Está no contexto do musical o diferente gênero de óperas, inclusive a ópera chinesa, de musicais modernos, e de cabarés. A base da estrutura cênica do musical é uma narrativa apoiada em composições musicais, que irão acompanhar o diálogo, ser o próprio diálogo, e/ou integrar os números coreográficos do espetáculo. Na apresentação de um musical há uma banda de música, orquestra, ou efeitos sonoros que servem de suporte para o espetáculo.

Ao final da década de 20, o cinema passou a contar com som, o que trouxe muitas mudanças para o meio. A Metro-Goldwyn-Mayer (MGM) passou a produzir musicais – filmes em que há, pelo menos, uma grande sequência musical – no final da década de 30 e logo Walt Disney seguiu a concorrente e

[...] estabeleceu a relação entre o musical e a animação ao lançar seu primeiro longa-metragem ‘Branca de Neve e os sete anões’ (*The Snow White and the Seven Dwarfs* – EUA). A partir desse filme, todas as animações de seu estúdio, até os dias de hoje, passaram a ter pelo menos uma grande sequência musical. (SOUZA, 2005, p.53).

Branca de Neve e os Sete Anões foi o primeiro filme de animação¹³ a trazer a estratégia de roteiro de um filme *live-action* (com atores) para o contexto animado, que antes tinha como o foco situações de comédia que se interligavam como justificativas tênues para a sequência apresentada. Com essa mudança veio a possibilidade do público se identificar e se preocupar verdadeiramente com as personagens, que, a partir desse momento, tinham personalidade. Parte dessa identificação acontece porque conseguimos entender as personagens, o que querem e como se sentem. Quando a Branca canta que “Um dia/ eu serei feliz/ sonhando/ assim” e nos conta que sonha com seu príncipe, nós entendemos e torcemos por ela. Isso, segundo Souza (2005, p.54), é fato sem precedentes na história da animação, ou seja, o estabelecimento de uma heroína com quem o espectador se relacione e que não é feita de carne e osso.

Dessa forma, a canção se torna elemento crucial da estrutura narrativa dos musicais pois

[...] dão informações importantes sobre o estado de espírito dos personagens, suas crenças e seus sonhos. Com canções bem adaptadas, que fluem dando uma continuidade natural à história, é como se os personagens só pudessem expressar seus verdadeiros sentimentos através da música. (SOUZA, 2005, p. 55).

A partir do filme *Branca de Neve e os Sete Anões*, a ocorrência de ao menos um grande número musical que auxilie na construção da narrativa é regra nos longas-metragens com o selo do estúdio Disney (VERAS, 2005, p. 55).

13 *Branca de Neve e os Sete Anões* data de 1937.

Dito isto, parece justo discorrer sobre o gênero canção de forma que possa ser melhor entendido como ele será tratado e analisado nesse trabalho. De acordo com Lopes (2013, p. 29),

A canção é considerada um gênero discursivo **híbrido** devido ao seu caráter de agregar propriedades, quanto ao conteúdo temático, à construção composicional e às marcas linguístico-enunciativas, de outros gêneros discursivos da mesma ou de outras esferas sociais. Isso ocorre em consequência, principalmente, das condições de produção que possibilitam que elementos de gênero distintos, como poemas, contos e fábulas, sejam incorporados à construção de uma determinada canção para a produção de efeitos de sentido. (negrito da autora).

Podemos inferir, a partir desta afirmação, que as canções são geralmente produzidas sob as influências que sofre em seu meio, seja ele um filme ou outra vertente artística. O meio não atua só sobre a letra, sendo a melodia uma construtora de sentido simultânea desta (Lopes, 2013, p. 30) e que pode também mudar o sentido agindo sozinha. Um exemplo dessa faceta da trilha sonora está nos acidentes físicos – mais comumente quedas – que podem ser trágicas ou cômicas, dependendo do som que as acompanha.

Ainda no aspecto puramente musical, Lopes separa três categorias referentes à linguagem musical (aqui apresentadas de forma simplificada):

- a) Harmonia: uma sequência de sons (acordes) que fazem sentido e são audíveis;
- b) Ritmo: demonstra o movimento a partir da duração e intensidade dos sons;
- c) Melodia: combinação de ritmo e harmonia de forma que se produza um sentido único.

Além dos aspectos referentes à linguagem musical, o gênero canção também apresenta regularidades discursivas relativas à linguagem verbal, que são, segundo Perfeito e Vedovato (*apud* Lopes, 2013, p. 33), oriundas do gênero poema:

- Contexto histórico e pessoal normalmente influencia a forma da linguagem empregada, bem como o arranjo do poema;
- Construção da estrutura do enunciado por meio de rimas, estrofes e versos;
- Ritmo (pode ser marcado pela relação do poeta com o seu contexto);
- Emprego de figuras de linguagem e de pensamento;
- Forte presença de estratos fonéticos;
- Efeitos sonoros de linguagem;
- Intertextualidade;
- Possível emprego de neologismos;
- Repetição de versos e palavras.

Ainda sobre o gênero canção, podemos falar de refrão ou estribilho, um recurso de memorização ou de destaque para um ponto preciso da letra.

A inter-relação entre as noções de canção, musical e animação, propostas neste subitem, servem de base para as análises apresentadas a seguir.

5 | AS VERSÕES EM PORTUGUÊS DAS CANÇÕES DE PRINCESAS DA DISNEY

Como vimos, a canção se caracteriza como um gênero sincrético que envolve a linguagem verbal e musical. Para o tratamento da canção neste trabalho, dividimos as linguagens, possibilitando a compreensão de seus aspectos recorrentes nas animações.

5.1 Quanto à funcionalidade no enredo

Como vimos com Araujo (s/d), a base da estrutura cênica do musical é uma narrativa que vai se apoiar nas composições musicais; estas, por sua vez, podem constituir, em nosso *corpus*, diálogos, apresentar contexto(s) geográfico(s) ou indicar reflexões das personagens.

Referente ao primeiro aspecto – a constituição de diálogos – temos três situações diferentes em nosso *corpus*: i) aquelas em que os turnos de fala¹⁴ são únicos, portanto sem troca de turnos; ii) aquelas com troca de turnos cantados entre as personagens; e iii) as que os turnos cantados por uma personagem são respondidos por turnos falados por outra.

No filme *Mulan*, no momento da narrativa em que o comandante Shang se dirige aos homens em treinamento, a canção *Homem ser/ I'll make a man out of you* é composta somente por seu turno de turno de fala¹⁵:

Original	Versão brasileira
Let's get down to business	Vamos à batalha
To defeat the Huns	Guerrear, vencer
Did they send me daughters, when I asked for sons?	Derrotar os hunos
You're the saddest bunch I ever met	É o que vai valer
But you can bet, before we're through Mister,	Vocês não são o que eu pedi
I'll make a man out of you	São frouxos e sem jeito algum
Tranquil as a forest, but on fire within	Vou mudar, melhorar
Once you find your center, you are sure to win	Um por um
You're a spineless, pale, pathetic lot	Calmo como a brisa
And you haven't got a clue	Chamas no olhar
Somehow I'll make a man out of you	Uma vez centrado
	Você vai ganhar
	São soldados sem qualquer valor
	Tolos e sem jeito algum
	Mas não vou desistir de nenhum

Quadro 2: *Homem ser/ I'll make a man out of you*

14 De acordo com Marcuschi (1986), a conversação é o gênero da interação humana e se dá por meio de turnos conversacionais, que se definem como aquilo que o falante faz ou diz enquanto tem a palavra.

15 O turno cantado de Shang é interrompido por turnos de personagens que indicam reflexões pensadas e não verbalizadas.

Como podemos ver, a canção apresenta a fala de Shang para os homens que ainda são colocados nesse início como inaptos para a batalha. No entanto, o comandante já avisa que não desistirá, o que é demonstrado no decorrer da canção, no qual também vamos percebendo o desenvolvimento dos soldados. Assim, em termos narrativos, a canção determina um antes e um depois, envolvendo o credenciamento de cidadãos e a transformação deles em soldados para lutarem contra os hunos.

Da mesma forma, ou seja, com turno cantado apenas por uma personagem, temos as canções: Um sonho é um desejo/*A dream is a wish your heart makes*; Bibidi-Bobidi-Bu/*Bibbidi-Bobbidi-Boo*, de *Cinderela*; Aqui no mar/*Under the sea* e Beije a moça/*Kiss the girl*, de *A pequena sereia*; Cores do vento/*Colors of the Wind*, de *Pocahontas*; Quase lá/*Almost there*, de *A princesa e o sapo*.

O segundo caso, como colocamos, é aquele com diálogos que envolvem trocas de turnos cantados pelas personagens. No filme *Branca de Neve e os Sete Anões*, na canção *Sonhando assim/I'm wishing* estabelece-se dois diálogos entrecruzados: o de Branca de Neve com o poço dos desejos e o do Príncipe com Branca de Neve, como podemos ver no quadro a seguir:

Original	Versão brasileira
(Branca de Neve): When you're standing by a wishing well Make a wish into the well That's all you have to do And if you hear it echoing Your wish will soon come true I'm wishing for the one I love To find me today I'm hoping And I'm dreaming of The nice things he'll say I'm wishing for the one I love To find me today	(Branca de Neve): Ouça então o que eu vou dizer Quem quiser realizar Aquilo que sonhou Basta o eco repetir O que você falou Um dia Eu serei feliz Sonhando Assim Aquele Com quem eu sonhei Eu quero Pra mim Um dia Eu serei feliz Sonhando Assim..
(Príncipe): Today!	(Príncipe): Assim..
(Branca de Neve): Oh!	(Branca de Neve): Oh!
(Príncipe): Now that I've found you Hear what I have to say One Song I have but one song One song Only for you One heart Tenderly beating Ever entreating Constant and true One love That has possessed me One love Thrilling me through One song My heart keeps singing Of one love Only for you	(Príncipe): Ouça, eu lhe peço, O que eu quero dizer Esta canção que eu canto É só para você O amor compôs o tema E o poema vem de você Sinto que algum dia Esta canção que eu fiz Venha fazer o nosso Destino muito feliz!

Quadro 3: *Sonhando assim/I'm wishing*

Como é possível perceber, cada personagem tem um turno de fala cantado bem desenvolvido, mas se diferenciam quanto aos destinatários: Branca de Neve tem o poço como interlocutor, que repete, em forma de eco, os finais de suas falas; já o Príncipe tem como interlocutora a própria Branca de Neve. Esse é o momento em que as personagens se encontram pela primeira vez. Considerando os interlocutores, é possível verificar que o turno da menina tem a função de desencadear os eventos relacionados ao engajamento amoroso, pois é a partir do seu pedido ao poço (Um dia/ Eu serei feliz/ Sonhando/ Assim) que o príncipe aparece, porque a ouve cantando. Já o príncipe expressa em seu turno o desejo pela constituição do par amoroso: Esta canção que eu fiz/ Venha fazer o nosso/ Destino muito feliz!).

Na *Bela Adormecida*, na canção *Once Upon a Dream/Era uma vez no sonho*, Aurora e o príncipe Felipe tem turnos cantados e voltados um para o outro, como podemos ver no quadro abaixo:

Original	Versão brasileira
(Aurora): I know you! I walked with you once upon a dream I know you! The gleam in your eyes is so familiar a gleam Yet, I know it's true That visions are seldom all they seem But If I know you, I know what you'll do You'll love me at once The way you did once upon a dream But If I know you, I know what you'll do... You'll love me at once	(Aurora): Foi você o sonho bonito que eu sonhei Foi você, eu lembro tão bem você na linda visão E me fez sentir que o meu amor nasceu então E aqui está você Somente você A mesma visão Aquela do sonho, que sonhei E aqui está você Somente você A mesma visão
(Phillipe e Aurora): The way you did once upon a dream	(Felipe e Aurora): Aquela do sonho que sonhei
(Phillipe): I know you! I walked with you once upon a dream I know you! The gleam in your eyes is so familiar a gleam	(Felipe): Foi você o sonho bonito que eu sonhei Foi você, eu lembro tão bem você na linda visão

Quadro 4: *Once Upon a Dream/Era uma vez no sonho*

Em termos de narrativa, esse é o momento em que Aurora e Felipe encontram-se pessoalmente pela primeira vez, visto que, como é colocado na canção, eles se conheceriam por sonho, pois ambos desejam o amado ideal: “Foi você o sonho bonito que eu sonhei”. No diálogo que estabelecem, há trechos falados, mas sem mudança dos interlocutores. Nesse momento, temos, assim como em *Branca de Neve*, o sonho como o lugar onde o par amoroso primeiramente se encontra. O desenvolvimento narrativo se desdobrará na luta do príncipe contra a vilã Malévola para salvar seu amor: Aurora, a bela adormecida, que ele conheceu como a camponesa do bosque.

Classificam-se também nesse segundo tópico a canção *Um mundo ideal/A whole new world*, de *Aladdin*, na qual o personagem que o nomeia a animação e a princesa Jasmine se encantam com o mundo que visualizam a partir do encantamento amoroso (Olha/eu vou lhe mostrar/como é belo esse mundo). Como podemos perceber, o encontro dos pares e a conseqüente paixão de se desenvolve a partir daí geralmente são marcados na narrativa por canções. Assim, as canções se mostram como um elemento fundamental na constituição do enredo.

Encontramos somente uma canção em nosso *corpus* em que há turnos cantados por uma personagem e turnos totalmente falados por outra: *Sua mãe sabe mais/Mother knows best*.

Original	Versão brasileira
(Gothel): Look at you, as fragile as a flower Still a little sapling, just a sprout You know why we stay up in this tower	(Gothel): Você é tão frágil como as flores Ainda é uma mudinha e muito nova Sabe porque estamos nesta torre?
(Rapunzel): I know but...	(Rapunzel): Eu sei, mas...
(Gothel): That's right, to keep you safe and sound, dear Guess I always knew this day was coming Knew that soon you'd want to leave the nest Soon, but not yet	(Gothel): Isso aí, para manter você sã e salva Este dia chegaria eu já sabia Ver que o ninho já não satisfaz Mas ainda não
(Rapunzel): But--	(Rapunzel): Mas...
(Gothel): Shh! Trust me, pet	(Gothel): Shh! Confia, coração

Quadro 5: *Sua mãe sabe mais/Mother knows best* .

Nesse momento da narrativa, Rapunzel pede à “mãe” para sair da torre para ver as luzes flutuante que aparecem uma vez ao ano, justamente no dia de seu aniversário. Na canção, da qual selecionamos as primeiras estrofes, Gothel apresenta em seus turnos os argumentos que justificariam a manutenção de Rapunzel trancada na torre, tais como: “Você é tão frágil como as flores”, “Isso aí, para manter você sã e salva” etc. Seus turnos cantados são intercalados por tentativas de tomadas de turno feitas por Rapunzel para contra-argumentar: “Eu sei, mas...”, “Mas...”. No desenvolvimento narrativo, o espectador saberá que a mãe não permite a saída de Rapunzel da torre. Esse fato, desenvolvido pela canção levará a personagem a uma medida mais drástica: recorrer a Flynn Rider, um bandido que invade a torre, a levá-la para a cidade, desencadeando os elementos do enredo.

Quanto a função de apresentar o contexto geográfico em que se dá a narrativa, temos duas canções: *A noite da Arábia/Arabian nights*, de Aladdin e *Lá em Nova Orleans/Down in New Orleans*. Nesses dois casos, as canções vão dar indicações gerais sobre o espaço em que os enredos se desenvolverão. Vejamos:

Original	Versão brasileira
Oh I come from a land, from a faraway place Where the caravan camels roam Where they cut off your ear If they don't like your face It's barbaric, but hey, it's home When the wind's from the east And the sun's from the west And the sand in the glass is right Come on down Stop on by Hop a carpet and fly To another Arabian night Arabian nights Like Arabian days More often than not Are hotter than hot In a lot of good ways Arabian nights 'Neath Arabian moons A fool off his guard Could fall and fall hard Out there on the dunes Arabian nights Like Arabian days More often than not Are hotter than hot In a lot of good ways	Venho de um lugar Onde sempre se vê Uma caravana passar É uma imensidão Um calor e exaustão Como é bárbaro o nosso lar Sopram ventos do leste E o sol vem do oeste Seu camelo quer descansar Pode vir e pular No tapete voar Noite Árabe vai chegar A Noite na Arábia E o dia também É sempre tão quente Que faz com que a gente Se sinta tão bem Tem belo luar E orgias demais Quem se distrair Pode até cair Ficar para trás

Quadro 6: *A noite da Arábia/Arabian nights*

A canção serve, na narrativa, para dar características do espaço no qual o enredo se desenvolverá. As dificuldades do lugar (Sopram os ventos do leste/E o sol vem do oeste/Seu camelo quer descansar), a brutalidade de seus habitantes (Vão cortar sua orelha), bem como seus aspectos agradáveis (Tem belo luar/E orgias demais) são colocados na canção que abre o filme animado, garantindo ao espectador uma imersão no espaço geográfico da narrativa.

Da mesma forma, a canção *Lá em Nova Orleans/Down in New Orleans*, que inicia o filme a princesa e o sapo, descreve o espaço narrativo, como podemos ver nas duas primeiras estrofes apresentadas a seguir:

Original	Versão brasileira
In the southland, there's a city Way down on the river Where the women are very pretty And all the men deliver.	Lá no Sul tem uma cidade Por onde o rio desce Onde as mulheres são beldades E os homens enlouquecem
They've got music, it's always playin'. Starts in the daytime, goes on through the night. When you hear that music playin', Hear what I'm sayin', it makes you feel alright.	Onde a música começa cedo E continua até o sol raiar Quando ela toca não é brinquedo E você também pode experimentar

Quadro 7: Lá em Nova Orleans/*Down in New Orleans*

Traços próprios do espaço, como a localização da cidade no sul dos Estados Unidos (Lá no Sul tem uma cidade), suas características (por onde o rio passa) e traços típicos do seu povo (Onde as mulheres são beldades/E os homens enlouquecem) são apresentados para que o espectador tome conhecimento do ambiente específico que serve de pano de fundo para o desenvolvimento narrativo.

A canção com a função de expressar os pensamentos, as reflexões das personagens, aparece com bastante frequência em nosso *corpus*. Em todos os momentos nos quais esse funcionamento está presente, vemos a personagem imersa em reflexões sobre sua vida ou sobre os acontecimentos que a cercam. De acordo com Souza (2005), as canções dão informações importantes sobre o estado de espírito das personagens, como se elas só pudessem expressar seus verdadeiros sentimentos através da música. Nesse funcionamento, encontramos: Eu vou/*Heigh Ho*, de *Branca de Neve e os Sete Anões*; Sentimentos são/*Beauty and the Beast*, Alguma coisa acontecer/*Something there*, de *A Bela e a Fera*; Lá na curva/*Just around the riverbend*, de *Pocahontas*; Imagem/*Reflection*, de *Mulan*; Ao ar livre/*Into the open air*, O céu eu vou tocar/*Touch the sky*, de *Valente*; e Por uma vez na eternidade/*For the first time in forever*, Livre estou/*Let it go*, de *Frozen – Uma Aventura Congelante*.

A título de exemplificação, selecionamos a estrofe final da canção Lá na curva/*Just around the riverbend*, de *Pocahontas*:

Original	Versão brasileira
Should I choose the smoothest course Steady as the beating drum? Should I marry Kocoum? Is all my dreaming at an end? Or do you still wait for me, dream giver Just around the river bend?	Que caminho vou seguir? Qual a melhor solução? Vou casar com Kokuan Ou devo então casar com quem? Vou só sentir Que meu sonho vive E depois da curva... Há...

Quadro 8: Lá na curva/*Just around the riverbend*

Nesse momento da narrativa, a personagem Pocahontas reflete sobre seus desejos, numa comparação de seu caminho na vida com o de um rio, que deve saber o curso que percorrerá. Assim, a canção mostra um traço típico das culturas ameríndias, ou seja, a simbiose do homem com a natureza. Da mesma forma que o rio que sempre muda, a personagem também se coloca nessa posição e se pergunta o que estará depois da curva. O desconhecido para o rio é o mesmo questionamento que Pocahontas faz para si mesma, sobre com quem deve se casar: Kokuan ou John Smith.

Quando pensamos na importância das canções para o funcionamento da narrativa, vemos que, apesar de as letras em português trazerem alterações que fazem com que elas percam sua literalidade, como pudemos ver no contraste entre o original e suas adaptações em língua portuguesa, já que não encontramos correspondências verso a verso, ambas as canções mantêm a ideia geral do momento em que são inseridas na narrativa.

5.2 Quanto aos aspectos musicais

Estamos considerando a canção em português como uma adaptação da canção original em língua inglesa. A adaptação, por sua vez, está posta como uma versão, tratada no âmbito musical como uma adaptação na qual mantemos a fidelidade ao arranjo, timbragem e melodia originais, mudando apenas a letra.

Um olhar para o *corpus* comprova que, musicalmente, todas as vinte e três canções que o constituem não são alteradas, no tange aos aspectos musicais, para que possam ser reconhecidas em qualquer lugar, independentemente da língua em que são cantadas. Rick Dempsey, vice-presidente criativo da *Disney Character Voices International* afirmou, em entrevista ao *The Hollywood Reporter*¹⁶, que: “O nosso objetivo é fazer com que todas as audiências ao redor do mundo sintam que *Frozen* foi feito em seu país e para o seu povo” (tradução nossa). Nesta mesma matéria, o compositor responsável pela faixa mundialmente famosa “Let it go”, Robert Lopez, relata que a “Disney basicamente diz para não escrever letras baseadas em trocadilhos” (tradução nossa), pois isso dificultaria, ao traduzirmos para outra(s) língua(s), manter o jogo de palavras sem perder o sentido da canção. Ou seja, é fato declarado que as canções são compostas de forma que sejam adaptáveis na linguagem verbal sem modificar a linguagem musical em todas as nacionalidades.

5.3 Quanto aos aspectos linguísticos

Nesse item, detemo-nos na discussão dos dados linguísticos envolvidos nas versões. Para isso, selecionamos algumas canções para mostrar aspectos que

16 Disponível em: <<http://www.hollywoodreporter.com/news/frozen-composer-robert-lopez-peils-683171>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

são recorrentes no conjunto do *corpus*, que envolvem diferenças nas letras e no esquema de rimas, ou seja, no processo de adaptação do original. Como vimos com Lopes (2013), a canção possui esquema de rimas, assim como os poemas. Na canção *Beije a moça/ Kiss the girl*, encontramos o esquema de rimas mostrado na tabela apresentada a seguir:

Kiss the girl		Beije a moça	
There you see her	A	Aí está ela,	A
Sitting there across the way	B	Aprendendo a namorar	B
She don't got a lot to say	B	Nada nada vai falar	B
But there's something about her	A	Mas embora não a ouça	C
And you don't know why	C	Dentro de você	D
But you're dying to try	C	uma voz vai dizer	D
You wanna kiss girl	D	Agora "Beije a moça"	C
Yes, you want her	A	É verdade,	E
Look at her, you know you do	E	gosta dela como vê	D
It's possible she wants you too	E	Talvez ela de você	D
There's one way to ask her	A	Nem pergunte a ela	A
It don't take a word,	F	Pois não vai falar,	B
not a single word	F	só vai demonstrar	B
Go on and kiss the girl	D	Se você a beijar	B

Tabela 1: Comparação das estrofes iniciais da canção e de suas rimas

Algumas mudanças são significativas, como o segundo verso, que é mudado de “sentada ali no meio do caminho” (tradução nossa) para “aprendendo a namorar”. Mas apesar de tirarmos Ariel do caminho para que os aspectos musicais se mantenham, a canção ainda está inserida no contexto do enredo do filme, que é o objetivo primordial da versão. Os quatro versos finais da primeira estrofe também passam por muitas mudanças, mas também se mantém no tema principal: beijar a moça. Outra modificação digna de nota é a de “want” ou “querer” (“Yes, you want her”) por “gostar” (É verdade, gosta dela como vê). Embora essas palavras possam parecer distantes para um falante de língua portuguesa quando o assunto é relacionamento, é muito comum o uso de “querer” em língua inglesa, ao se tratar de interesse romântico. Portanto, ao trocar os termos, o tradutor trabalha em função da canção como um todo, visto que, apesar de todas as palavras terem traduções muito próximas que poderiam ser usadas, ele procura usar aquelas que não deixariam a desejar musicalmente.

As rimas das canções (mostradas à direita das letras na tabela anteriormente apresentada) são levemente alteradas em favor do sentido e da linguagem, que deve ser simplificada devido ao seu público alvo, porém, estabelecem um padrão muito semelhante ao original, de forma que ainda existam quase as mesmas posições, mas

com outros sons. Vejamos, como exemplo, o padrão das rimas da primeira estrofe: *Kiss the girl*: A B B A C C D; *Beije a moça*: A B B C D D C. Vemos que o padrão A B B A muda para A B B C, introduzindo uma nova unidade de rima na canção em português (C), que se repete no último verso da estrofe, o que não acontece no original, cujo padrão de rima termina em D, sem correspondência anterior.

No filme *Mulan*, a canção *Homem ser/I'll make a man out of you* traz escolhas tradutórias que seriam questionáveis em qualquer outro contexto, porém aqui elas são feitas com base na meta de que se mantenha o aspecto musical e se construa uma narrativa com que o espectador possa se identificar. O próprio título, que em tradução literal seria “Vou fazer homens de vocês”, nos traz essa marca de escolhas tradutórias questionáveis que foram feitas em função da musicalidade, fazendo as palavras caberem na melodia. Da mesma forma, outros versos tiveram o mesmo tratamento, caracterizando a canção em português como uma adaptação/versão. Vejamos alguns exemplos:

Original	Versão brasileira	Tradução
Say goodbye to those who knew me	Diga a todos que eu já vou	Diga adeus àqueles que me conheciam
This guy's got'em scared to death	Não deixa ele te bater	Esse cara bota muito medo neles
Mysterious as the dark side of the moon	Que a luz do luar nos traga inspiração	Misteriosos como o lado escuro da Lua

Tabela 2: Comparação de versos da canção *Homem ser/I'll make a man out of you*

Também em *Mulan*, na canção *Imagem/Reflection*, temos dois exemplos deste procedimento: os versos “*Somehow I cannot hide/Como vou desvendar*” e “*Though I've tried/vou tentar*” que, traduzidos são, respectivamente, “De alguma forma não consigo esconder” e “Apesar de ter tentado”. Como podemos verificar, o significado é semelhante, mas a tradução não é literal, confirmando o aspecto de adaptação/versão da canção em português.

Nosso último exemplo é a própria “*Let it go/Livre estou*” (*Frozen – Uma Aventura Congelante*), que traz o verso “*That perfect girl is gone/A tempo de mudar*”, que sem as amarras da musicalidade seria “Aquela garota perfeita se foi”.¹⁷

Curiosamente, o aspecto das rimas, apesar de ser fundamental na construção de ritmo, raramente se mantém o mesmo, como já observamos em *Beije a moça/Kiss the girl*. Contudo, ele não se distancia muito, apresentando-se frequentemente próximo, como é o caso da canção *Ao ar livre/Into the open air*, de Valente:

17 Todas as traduções livres apresentadas como exemplificação são obra dos autores deste tra-

Original		Versão Brasileira	
This love, it is a distant star	A	Como uma estrela é esse amor	A
Guiding us home wherever we are	A	Mostrando o norte seja onde for	A
This love, it is a burning sun	B	Amor que queima como um Sol	B
Shining light on the things we've done	B	Uma luz que parece um farol	B
I tried to speak to you every day	C	Pois conversar não adiantou	C
But each word we spoke	D	São palavras que o vento levou	C
The wind blew away	C		

Tabela 3: Comparação das estrofes iniciais da canção e de suas rimas

É possível observar, pela Tabela 3, que o esquema de rimas muda de A A B B C D C para A A B B C C, desconsiderando apenas o verso em D. Logo, ambos estão muito próximos, garantindo também uma proximidade maior da versão com o original. No entanto, isso nem sempre acontece, pois há canções em que o esquema de rimas se modifica de forma mais acentuada, como em *O céu eu vou tocar/Touch the sky*, do mesmo filme:

Original		Versão Brasileira	
When cold winds are calling	A	Ventos frios me chamando	A
And the sky is clear and bright	B	Vejo o céu azul brilhar	B
Misty mountains sing and beckon	C	As montanhas sussurrando	A
Lead me out into the light	B	Que pra luz vão me levar	B
I will ride	D	Vou correr	C
I will fly	E	Vou voar	B
Chase the wind and touch the sky	E	E o céu eu vou tocar	B
I will ride	D	Vou voar	B
I will fly	E	E o céu eu vou tocar	B
Chase the wind and touch the sky	E		

Tabela 4: Comparação das estrofes iniciais da canção *O céu eu vou tocar/Touch the sky* e de suas rimas

Como é possível verificar, a mudança é mais substancial nessa canção, pois o esquema de rimas da versão apresenta somente três possibilidades – A B C, ao contrário do original no qual temos cinco. Também a ordem não se mantém, pois encontramos A B C B D E E D E E, no original, e A B A B C B B B B, na versão, garantindo a proximidade da versão com o original somente pelos aspectos da melodia. Esses dois exemplos, mais a canção de A pequena sereia apresentada anteriormente, demonstram as possibilidades de proximidade ou afastamento da versão em relação ao original encontradas em nosso *corpus*.

6 | CONCLUSÃO

Podemos ver, a partir de nossas análises, que as adaptações/versões das canções de nosso *corpus* têm como objetivo primordial a manutenção de seu aspecto musical e de seu papel no enredo, posto que as escolhas tradutórias analisadas apontam para essa perspectiva, ao deixar de lado a tradução termo a termo em favor de uma linguagem que se encaixe com os aspectos musical e narrativo, mantendo o sentido geral das letras originais, apesar das alterações necessárias.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. S. Musical. In: **InfoEscola**. Navegando e Aprendendo. Disponível em: <www.infoescola.com/musica/musical/>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. In: _____. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 26-306.

BARBEITAS, F. T. Reflexões sobre a prática da transcrição: as suas relações com a interpretação na música e na poesia. **Per Musi**. Belo Horizonte, v.1, 2000. p. 89-97.

CARETTA, A. A. A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Betriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil (orgs.). **Modelos de análise linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 99-114.

JAKOBSON, R. **On Linguistic Aspects of Translation**. 1959. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic84298.files/Supplementary_readings/JAKOBSON.PDF>. Acesso em: 12 fev. 2016.

LOPES, A. A. **Gênero discursivo canção**: uma proposta de didatização para o Ensino Fundamental. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MILTON, J. A tradução de romances “clássicos” do inglês para o português no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, (24):19-33, Jul./Dez. 1994. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/tla/article/download/3632/4601>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

MORIGI, V. J.; BONOTTO, M. E. K. K. A Narrativa Musical, Memória e Fonte de Informação Afetiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n.1, 2004, p. 143 – 161.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, n.3, 2º sem./1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicasusos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. **Literatura e outras artes hoje**: o texto traduzido. 2007. Universidade de Londres, Londres, Inglaterra. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11949/7363>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

PALUDO, T. Dando nome aos bois. **Revista Backstage**. Disponível em: <http://www.backstage.com.br/newsite/ed_ant/materias/174/Ticiano%20Paludo.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

SOUZA, C. V. **O show deve continuar**: o gênero musical no cinema. 2005. 300f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

VENEZIANO, N. **Melodrama e Tecnologia no Musical Brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Disponível em: <<http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/dramaturgia/Neyde%20Veneziano%20-%20Melodrama%20e%20Tecnologia%20no%20Musical%20Brasileiro.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2016.

LIVRO DE ARTISTA E O UNIVERSO DAS PALAVRAS: MIRA SCHENDEL E TORRES GARCÍA

Priscilla Barranqueiros Ramos Nannini

Instituto de Artes – UNESP

São Paulo – SP

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo traçar relações entre a poética visual da artista brasileira Mira Schendel e do artista uruguaio Joaquín Torres García, demonstrando como ocorre o processo de exploração da palavra e da imagem em suas obras, a partir da produção de Livros de Artista. São traçadas algumas linhas acerca da conceituação teórica, com base nas leituras dos autores Ulises Carrión, Johanna Drucker, Paulo Silveira, entre outros. É feito um levantamento sobre experimentações visuais e materialidades, finalizando com os diálogos entre as obras desses artistas.

PALAVRAS-CHAVE: palavra; imagem; livro de artista.

ARTIST BOOK AND THE UNIVERSE OF WORDS: MIRA SCHENDEL AND TORRES GARCÍA

ABSTRACT: This article aims to trace relationships between visual poetic of Brazilian artist Mira Schendel and Uruguayan artist Joaquín Torres García, demonstrating as it does the process of exploration of word and image in their works, thinking these dialogues from the

artist books production. It starts with a few lines about the theoretical conceptualization, based on readings of authors Ulises Carrión, Johanna Drucker, Paulo Silveira, and others. It made a visual survey of trials and materialities, ending with the dialogues between the works of these artists.

KEYWORDS: word; image; artist book.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa *Palavras e imagens: possíveis diálogos no universo do livro de artista*, cujo objetivo era realizar entrelaçamentos entre verbal e visual, usando como fio condutor dessas reflexões Livros de Artista, suporte que tem relação direta com a visualidade. A contemporaneidade é marcada por uma grande proliferação de imagens, por isso a importância do olhar crítico em relação a este tema.

Quais são os diálogos encontrados entre a produção visual de Mira Schendel e Joaquín Torres García? Nesse artigo vou investigar como estes artistas trabalham a palavra e a imagem em suas obras.

Schendel pesquisou de diversas maneiras a disposição das letras no espaço, explorando

a visualidade de seu suporte. Realizou uma obra centrada na linguagem como materialidade e pensou a palavra como algo verbalmente inteligível, transformando-a em imagem visível. Faço um recorte em trabalhos diretamente relacionados com o uso das palavras, os *Cadernos*.

Torres García é um artista com uma trajetória que vai além das produções artísticas, dedicando-se à pesquisa teórica e reflexões diversas. A partir da leitura de seus *Manuscritos*, onde palavras, imagens e grafismos representam uma só linguagem, busco pontos de encontro com a obra de Schendel. *Manuscritos* podem ser considerados verdadeiros Livros de Artista, obras que foram pensadas com um completo domínio de sua materialidade, técnica e conceito.

2 | LIVRO DE ARTISTA

Durante o século XX, pode-se constatar um forte diálogo entre as artes visuais e a literatura, ocorrendo a diluição dos limites, provocando a aproximação entre essas linguagens. Como exemplo dessa integração entre palavra e imagem, têm-se os Livros de Artista, em que antigas formas de expressão foram retomadas com novos contornos. Obras que romperam as fronteiras atribuídas aos livros de leitura, assumindo-se como objetos de arte, representando uma nova linguagem, entre o linear e o visual, entre a literatura e as artes.

Poetas se conscientizaram da visualidade da escrita e da página, enquanto os artistas plásticos resgatavam a origem visual das palavras, utilizando elementos textuais nas obras: grafismos, letras de diversos alfabetos, fragmentos de textos, impressos, utilizando a escrita como um elemento gráfico/conceitual (Miranda, 2006: 10).

Segundo Drucker (2012: 21), o Livro de Artista não surgiu de maneira linear, havendo pontos simultâneos de origem. Pode-se localizar seus primórdios nas vanguardas artísticas do início do século XX, quando artistas desses movimentos fizeram diversas experimentações entrelaçando palavra e imagem. No Brasil, as experiências dos poetas e artistas visuais no período Concreto (1950 a 1960), são apontadas como o início de uma preocupação com o verbal e sua relação com a estrutura visual, havendo o uso de signos gráficos na poesia. Em 1952 ocorre a formação do Grupo *Noigandres*, com Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos (São Paulo). Poetas se ligam a outras linguagens como as artes plásticas e a música. Das atividades desse grupo emergiu o movimento Poesia Concreta.

Na Poesia Concreta são trabalhados os aspectos formais e sonoros das palavras. Há uma nova sintaxe-visual do texto. Os poetas concretos desenvolveram experiências que se desdobraram em muitas pesquisas relacionadas ao campo

das artes gráficas. Desenvolveram seus próprios livros-objeto, como *Poemóviles* e *Caixa Preta*, de Augusto de Campos e Julio Plaza. Baseando-se nos princípios de relação, justaposição, correlação, escrita ideogrâmica, na Poesia Concreta trabalha-se os elementos gráficos; explorando os fatores gestálticos de proximidade e semelhança visual (Campos; Pignatari; Campos, 2006: 215). Essas experiências foram precedidas por Wladimir Dias Pino e a criação do livro-poema *A Ave* (1956), cuja poética propunha a simultaneidade do visual e verbal e, obteve importância pela participação dada ao fruidor para a obra se completar. Conforme manipulava suas páginas e camadas de códigos, determinava o ritmo da leitura, possibilitando uma experiência poética cinético-temporal.

Durante os anos 1970, dentro do universo do Concretismo, Neoconcretismo e desdobramentos, ocorre uma explosão de Livros de Artista, havendo uma radicalização de experimentações. Artistas se lançaram em múltiplas direções, explorando as mais diferentes possibilidades de expressão. Uma rica produção, em que texto e imagem interagem de maneiras diversas, provocando a dissolução das fronteiras entre poesia e artes, como no livro-poema *Oxigênese* (1977), de Villari Hermann, palavra e imagem estão em contexto único e simultâneo.

A leitura de diversos autores contribuiu para que houvesse uma maior compreensão sobre o campo do Livro de Artista e suas conceituações. A ideia foi buscar o entendimento das especificidades dessa linguagem, evidenciando qual o espaço ocupado pelo Livro de Artista, por ser este um campo de natureza híbrida, com fronteiras fluidas.

Segundo Carrión (2011: 5), um livro é uma sequência de espaços, de momentos. Um livro é uma sequência de espaço-tempo. O Livro de Artista explora sempre as características estruturais do livro, sendo a soma de todas as páginas percebidas em momentos diferentes. As páginas funcionam como espaços ativos para a construção da obra, fazendo parte do processo poético, uma vez que podem gerar significações próprias.

O Livro de Artista pode ser compreendido como obra intermediática, uma vez que possui natureza híbrida. Está situado na interseção entre diferentes mídias: impressão, palavra, escrita, fotografia, imagem, design. Essa expressão artística convive num espaço no qual não cabem definições fechadas. “O Livro de Artista é múltiplo, possibilitando assim diversas formas de aproximação” (Veneroso, 2012: 83).

Quando palavras e imagens dialogam, ocorre a fusão entre códigos, sendo que o elemento visual funde-se conceitual e visualmente com as palavras. Essas relações no Livro de Artista são recorrentes, podendo ocorrer de várias maneiras.

Os trabalhos passam a ser consequência de uma reconfiguração empreendida pela cena contemporânea: a inserção da palavra também como elemento plástico,

levando em conta sua visualidade, impondo-lhe uma ambiguidade entre seu caráter formal e o significado que carrega. Obras que consideram a forma como geradora de conteúdo, sendo a forma livro intrínseca à obra. Sua estrutura física é parte integrante do processo poético.

Todo livro é um objeto, mas quando rompem as fronteiras atribuídas aos livros de leitura e se assumem como objetos de arte, passam a representar uma nova linguagem, entre o linear e o visual, entre a literatura e as artes, extrapolam o conceito livro, pois a “narrativa literária é substituída por uma narrativa plástica” (Doctors, 1994: 4).

O livro existia originalmente como recipiente de um texto, mas pode conter qualquer linguagem, não somente a linguagem literária. Para Carrión, “fazer um livro é perceber sua sequência ideal de espaço-tempo por meio da criação de uma sequência de signos, sejam linguísticos ou não” (2011: 15).

A estrutura livro passa a ser capturada pela estrutura plástica e vemos nascer uma nova forma expressiva. Os livros de artista não se prendem a padrões de forma ou funcionalidade, são obras raras, únicas ou com pequenas tiragens. São objetos de percepção visual, verbal, tátil. Os artistas trabalham em função da espacialidade, questionando o material proposto.

“O espaço é a música da poesia não cantada” (Carrión, 2011: 25). A introdução do espaço na poesia, ou da poesia no espaço com a poesia concreta e visual, permite um desenvolvimento natural da realidade espacial que a linguagem ganhou desde o momento em que a escrita foi inventada.

A forma e a configuração do livro são usadas para exprimir as ideias do artista, que exploram o potencial do veículo, testando seus limites, podendo manter página, sequência, texto, ilustração, impressão dos livros tradicionais ou se tornar quase escultóricos.

Provoca reflexões sobre a história e o papel do livro como fenômeno cultural, aparece com uma nova função: objeto de contemplação. As palavras no Livro de Artista não são portadoras de uma mensagem, nem estão ali para transmitir determinadas imagens mentais com certa intenção.

Silveira trabalha a questão conceitual do Livro de Artista, pensando em suas contradições e conflitos verificados em suas nomenclaturas. Para ele, um livro com o menor grau de violação de sua ordem, causa estranhamento, sendo a premissa do Livro de Artista contemporâneo. Os artistas ao trabalharem com este suporte realizam um equilíbrio entre o “respeito às conformações tradicionais”, como o códice, e a “ruptura ou transgressão às normas consagradas de apresentação do objeto livro” (Silveira, 2008: 21).

A página do livro é matéria expressiva, um local plasmável por sua interação positiva com a palavra e a imagem, e também porque “é rasgada, furada, colada,

feita, desfeita ou refeita, por mutilação ou reciclagem” (Silveira, 2008: 23). Para o autor, o Livro de Artista pode mesmo designar tanto a obra, como a categoria artística; a concepção e execução podem ser apenas parcialmente executadas pelo artista, com colaboração interdisciplinar. Não necessariamente precisa ser um livro; basta ele ser o referente, mesmo que remotamente. Os limites envolvem questões do afeto, expressadas através das propostas gráficas, plásticas ou de leitura. Objeto poético, suporte para experimentações, onde ocorre o diálogo entre palavra e imagem a partir de registros visuais e literários, sendo formado por elementos de natureza e arranjos variados, entrelaçando linguagens e mídias.

3 | MIRA SCHENDEL

Schendel (1919-1988) foi uma artista fortemente intelectualizada, com preocupações em filosofia e metafísica. No campo gráfico, suas especulações estéticas giravam em torno do espaço, como o silêncio ou o vazio, e do puro signo linguístico. Produziu e pesquisou exaustivamente, explorando diversas técnicas (óleo, têmpera, monotipia, tipos transferíveis, grafite, aerógrafo) usando a composição de letras no espaço da tela ou do papel.

Manteve uma forte relação com a linguagem, o que acabou se transformando em sua principal fonte visual, tanto escrita como gesto, ou seja, “como algo verbalmente inteligível e como matéria estritamente visível” (Pérez-Oramas, 2010: 11). A artista realizou uma arte impregnada de linguagem; do alfabeto à poesia, da letra à frase, do silêncio ao diálogo. Buscando uma materialidade escrita e dos signos; sempre muito experimental, gerou um mundo próprio repleto de símbolos, letras e números; livres e desprovidos do conteúdo que carregam.

4 | CADERNOS: NARRATIVAS VISUAIS

Como desdobramento de seus trabalhos, entre 1970 e 1971, Schendel criou mais de 150 *Cadernos*, nos quais utilizou palavras, letras e signos gráficos, aliando transparência às composições geométricas. Essas obras foram divididas em séries: *Cadernos transparentes*, *Desenhos lineares*, *Furinhos*, entre outros, e foram expostos pela primeira vez no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, nessa mesma época. Os *Cadernos* eram feitos com folhas de acetato, papel branco ou transparente (papel vegetal) e eram encadernados com capas de acrílico ou papel mais encorpado.

Segundo Carrión, no livro da nova arte as palavras não transmitem nenhuma intenção, servem apenas para formar um texto, que é elemento do livro. “Este livro,

em sua totalidade, que transmite a intenção do autor” (2011: 52). Emprestando sua definição sobre os livros da nova arte, acredito que as produções *Cadernos* possam ser consideradas verdadeiros Livros de Artista, onde, Schendel trabalhou signos verbais de forma não semântica, sem a preocupação de transmitir uma determinada mensagem.

Uso de letras e palavras despojadas de intencionalidade, que não são portadoras de mensagens e não estão ali para transmitir determinadas imagens mentais com determinada intenção: “estão ali para formar, junto com outros signos, uma sequência de espaço-tempo que identificamos com o nome do livro” (Carrión, 2011: 43).

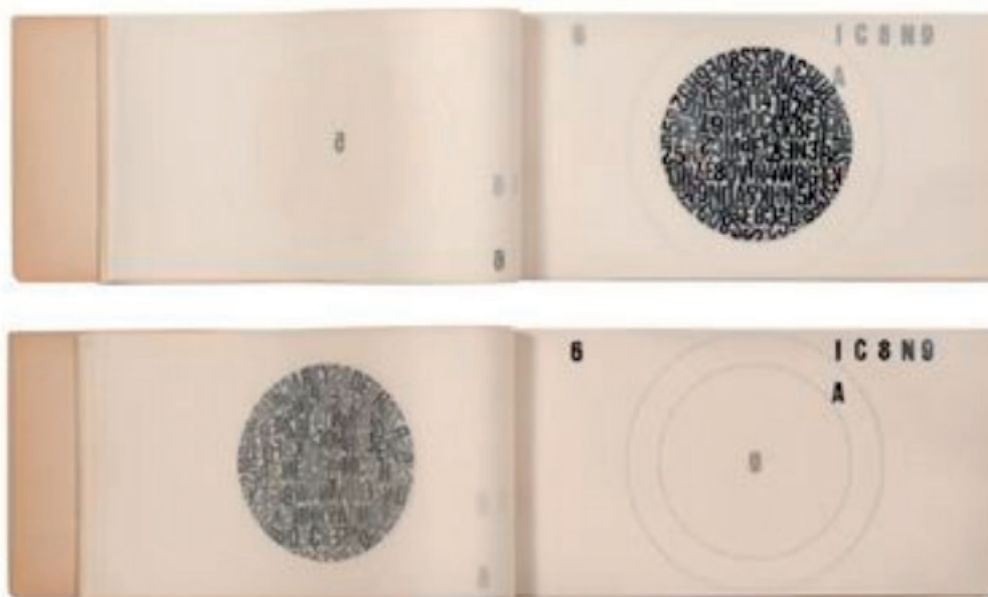


Figura 1: Schendel, s/ título, série *Cadernos*, 1971.

Fonte: <http://www.artnet.de/k%C3%BCnstler/mira-schendel/auktionsresultate>

Cada livro requer uma leitura diferente, conforme o material utilizado, tipo de encadernação, formato, sequencialidade. O leitor precisa de tempo para experienciar cada sensação provocada ao folhear as páginas, tocar e sentir texturas, interferências em forma de relevos, detalhes. Tato, olhar, toque. O ritmo da leitura muda, aumenta, acelera. E nem seria necessário ler o livro inteiro, uma vez que “a leitura pode parar no momento em que se compreende a estrutura total do livro” (Carrión, 2011: 65). Nos *Cadernos* de Schendel, fica evidente a relação com o ritmo e movimento, estabelecendo uma relação cinética ao manusear suas páginas, instigando inúmeras leituras do trabalho.

Ao perceber sequencialmente sua estrutura, apreendendo o livro como um todo, identificando seus elementos, compreendendo sua função; possibilita que o leitor entenda o Livro de Artista, criando signos ou sistemas de signos para uma fruição completa da obra.

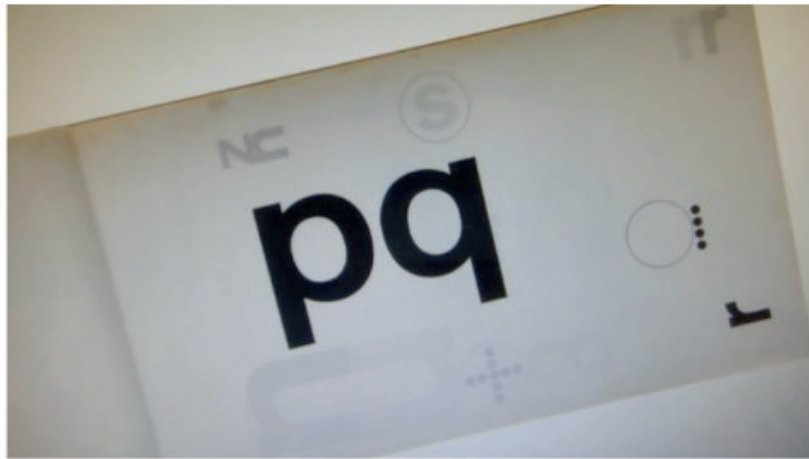


Figura 2: Schendel, s/ título, série Cadernos, 1971.

Fonte: exposição Mira Schendel. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014

Os *Cadernos* tinham páginas sequenciais. Schendel transformou o livro ao introduzir movimento à sua essência, baseado em um novo entendimento, do ato simples de virar as páginas. O uso do papel, transparente ou translúcido, permitiu criar uma experiência de movimento no corpo do livro, com profundidade; também possibilitou que os signos usados nas páginas pudessem interagir uns com os outros, gerando uma sobreposição de letras e formas, criando diferentes leituras. Essas sobreposições permitiam a construção crescente de uma composição serial, progressiva de números, letras (*letraset*) e formas.

Nessas produções há uma forte presença das linhas e de letras emergindo e submergindo no espaço vazio, conforme são folheados; sendo o resultado de suas pesquisas sobre as questões tempo-espaço e transparência. A artista tinha pouco interesse na cor, dando maior importância às variações de densidade. O movimento é orbital, ou seja, volta-se constantemente para si próprio reinventando a noção de velocidade em forma de livro. O aspecto cinético é acentuado ao serem folheados, fazendo com que letras e formas se movimentassem.

Para trabalhar suas questões filosóficas e existenciais, Schendel buscou através da palavra escrita, um meio ao mesmo tempo concreto e poético, em direção à universalidade da linguagem. Em sua obra, a palavra se transforma em imagem, e a imagem é palavra. A leitura de seus *Cadernos* é infinita e experimental; onde pesquisou circularidade, movimento, profundidade, transparência, materiais e encadernações diversas, espaços em branco da página. A maneira como tratou a palavra em suas criações, com valor plástico, permitiu uma abertura visual de letras e signos ao tratá-los como imagens.

Em suas produções, destaca-se a importância visual dada ao espaço branco da página, permitindo que figura e fundo dialogassem. O respiro, a pausa, o silêncio, enfim, o uso do branco do papel como espaço compositivo, conceitos que também são

importantes na Poesia Concreta. “A poesia concreta começa por tomar conhecimento do espaço gráfico como agente estrutural. Espaço qualificado: estrutura espaço-temporal” (Campos; Pignatari; Campos, 2006: 215). Assim como Mallarmé que explorou o caráter plástico das letras, pensando-as como figuras desenhadas no suporte.

A artista nos faz refletir sobre a palavra em seus Livros de Artista. Neles, palavra e imagem dialogam em suas páginas, as letras são tratadas como signos, mas não negadas como fonemas, porque permanece a possibilidade de leitura, embora suas letras e palavras sejam muito mais visuais que legíveis.

5 | JOAQUÍN TORRES-GARCÍA

Artista, escritor, filósofo e professor; uniu arte, ciência e espiritualidade em pinturas, esculturas, textos e manifestos que trouxeram um olhar diferente para a arte latino-americana. Alguns desses artigos tinham a “finalidade do autor pensar a própria obra e questões filosóficas e espirituais com as quais se vinculavam” (Kern, 2012: 154).

Para Torres García (1874-1949), a América Latina deveria construir sua própria arte, criando assim um caminho personalizado, sem copiar a arte europeia. Defendia uma nova mentalidade na arte com um eixo ou direção centrados no universo cultural latino-americano.

O artista uruguaio teve um papel fundamental na definição de novos padrões, artísticos e ideológicos, de valorização da tradição dos povos da América Latina. Em 1935, criou a obra *O Nosso Norte é o Sul*, o mapa invertido da América do Sul, desenhado acima da linha do Equador, e símbolo do que para ele representaria a *Escuela del Sur*. Neste movimento de renovação estética, buscou e pesquisou as culturas pré-colombianas, pensando em uma arte para toda a América, resgatando as raízes culturais latino-americanas e signos primitivos e místicos (Kern, 2012: 158).

Produziu muitos escritos, não somente sobre as suas próprias experiências, mas sobre concepções que deveriam nortear a produção da arte em geral. Cada manuscrito, cada texto produzido eram acompanhados de reflexões, em relação às inúmeras inquietações que permearam sua trajetória, como em *Augusta et Augusta*, *El descubrimiento de si mismo*, *Dialegs*, *New York: impresiones de un artista*, entre outros.

Kern (2012: 154) esclarece sobre a maneira que o artista trabalhou o universo simbólico em sua obra e em seus textos:

O discurso de autonomia da arte moderna e o abandono da representação do mundo visível estimularam o artista a se dedicar à expressão escrita aliada à

imagem, como estratégia para exprimir o pensamento e trazer a palavra para o interior da obra. Os símbolos são inseridos nos textos de Torres García como meios de visualização, expressão e reforço das ideias, bem como de plasticidade. Na pintura, eles exercem papéis semelhantes porque ela se desvincula de sua função referencial em prol da pureza das formas e da criação de linguagem própria. O texto é, assim, uma modalidade de estruturar as suas ideias teóricas, criar conceitos e ordená-los, num momento em que o artista continua a investigação.

6 | MANUSCRITOS

Torres García criou em torno de 25 manuscritos, exemplares únicos encadernados de forma artesanal. Sete dessas obras foram editados em forma de *fac-simile*: *Foi*; *Ce que je sais, et que je fais par moi même*; *Père soleil*; *Raison et nature*; *La tradición del hombre abstracto*; *La ciudad sin nombre* e *La Regla Abstracta*.

Essas brochuras escritas à mão foram costuradas com linhas ou cordões rústicos, possibilitando a reflexão sobre o fazer artesanal e primitivo. Demonstra que o artista, mesmo com todas as novidades gráficas da modernidade, poderia ter o domínio do processo de construção e comunicação da obra, desde a criação até a sua apresentação. *Manuscritos* remetem a um processo manual, detalhado, cuidadosamente pensado e construído.



Figura 3: Ce que je sais, et que je fais par moi même, Paris, 1930 (36 páginas).

Fonte: <http://archives.carre.pagesperso-orange.fr/Torres%20Garcia%20Joaquin.html>

Os *Manuscritos* possuem muitas imagens, seguindo a convicção do artista de que o verbal e o visual se complementavam, devendo permanecer juntos, ou seja, palavras, imagens e grafismos representando uma só linguagem. Nessas obras, o texto não é ilustrado pela linguagem gráfica, e nem esta repete visualmente a escrita; verbal e visual interagem o tempo todo, em um constante diálogo entre linguagens.

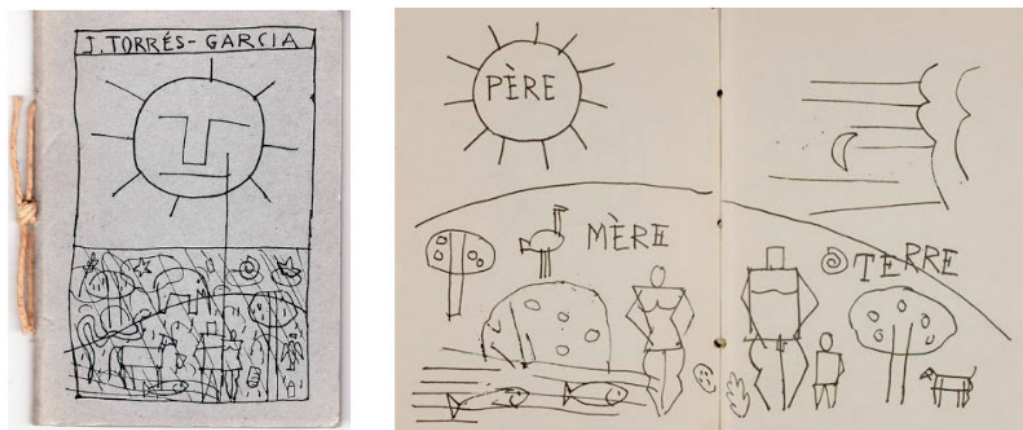


Figura 4: Père Soleil, Paris, 1931 (72 páginas, escrito em francês).

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/migueloks/sets/72157612059835488/with/3167474062/>

Assim como Mallarme (Campos, 2006: 32) no poema *Un coup de dés jamais n'abolira le hasard* (*Um lance de dados jamais abolirá o acaso*), de 1897, o artista usou tamanhos diferentes de letras para determinar a importância de cada palavra ou frase. Esta variedade de tamanhos e posições das letras, além do espaço, passou a fazer parte da composição visual da página. Torres García possuía uma escrita livre de regras formais, ocorrendo uma quebra do espaço regular entre letras e entre linhas, não correspondendo à escrita formal da cultura ocidental.

A espacialidade, desde Mallarmé, é uma grande conquista. O poeta começou a pensar a palavra em relação ao espaço da página, fazendo uso da Gestalt, assim como o fizeram os artistas concretos/construtivos; passaram a ter uma percepção diferente do espaço, ficando cada vez mais conscientes da relação entre eles (visual/espaço). Palavras com tamanhos e posições variadas, geram sentido por semelhança e proximidade.

Escrita, desenhos e grafismos são trabalhados sobre o papel rústico quase como uma partitura visual, traduzindo visualmente aspectos próprios da comunicação oral. Os objetos representados, que viraram sinais abstratos e geométricos, tornam-se escrita pictográfica. Signos e elementos pictográficos formam uma figuração dentro da abstração.

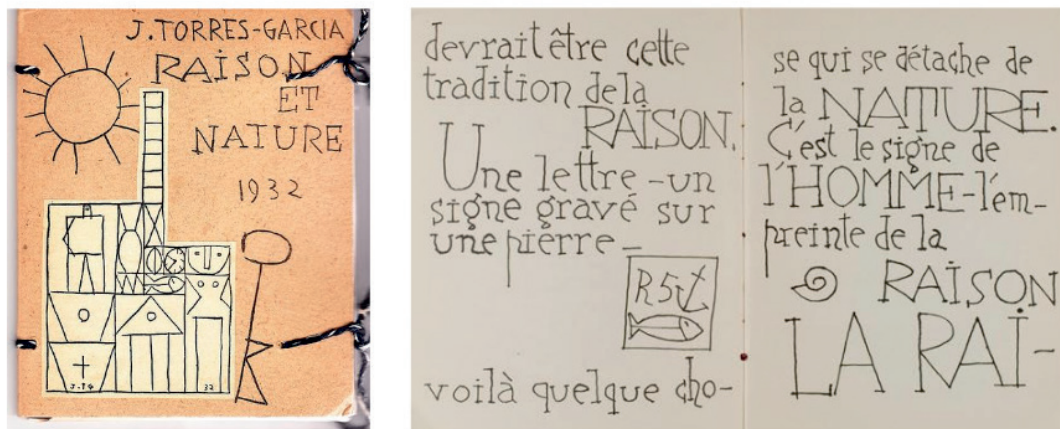


Figura 5: Raison et Nature, Paris, 1932 (46 páginas, escrito em francês).

Primeira edição fac-simile: Montevideú, 1954.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/migueloks/sets/72157612059835488/with/3167474062/>

A escrita, desde seus primórdios, foi desenho, imagem. Os escritos mais antigos, encontrados na Suméria, eram caracteres cuneiformes gravados sobre placas de argila (pictogramas). Depois vieram os hieróglifos egípcios, escrita composta de imagens que mostrava pensamentos simples. Com o tempo, houve uma extensão dos limites das escritas pictográficas, surgindo os ideogramas (escrita chinesa), através de associações lógicas de imagens simples foram criando conceitos novos, até chegar à escrita alfabética, feita a partir de elementos fonéticos, permitindo uma transcrição mais precisa do pensamento a ser traduzido em palavras. Linguagem gráfica, capaz de dar uma verdadeira dimensão espaço-temporal ao pensamento do homem (Santaella e Nöth, 2008: 68).

Assim vejo os signos criados por Torres-García, signos primitivos e místicos onde resgata as raízes culturais latino-americanas, imagens que tem sua correspondência na palavra, tão imbricados um no outro, dialogando e ampliando significações.

Torres García defendia o construtivismo como uma doutrina. Para ele, o artista construtivo deveria comprometer-se a ser eticamente responsável por uma cultura pré-colombiana, enfatizando a importância desta tradição no desenvolvimento da linguagem da arte latino-americana moderna. *La tradición del hombre abstracto* foi um dos livros-chave de seu pensamento, a ideia do universalismo construtivo, que tinha como característica a busca por uma forma de expressão universal do homem, enfatizando seu valor simbólico. O artista organizava símbolos (para representar aquilo que acredita ser a essência do ser humano) dentro de uma estrutura criada a partir de linhas ortogonais e de conceitos matemáticos, de acordo com os três planos que, em seu entendimento, regiam nossa vivência.

A sistematização de palavras, formas geométricas e ícones dentro de uma composição plástica constitui mais do que um estudo sobre questões puramente

estéticas. Trata-se da tentativa em formalizar, a partir de sua obra, uma síntese da existência humana no universo.

7 | CONSIDERAÇÕES

Tanto nos *Cadernos* de Mira Schendel como nos *Manuscritos* de Torres-García, percebe-se a importância visual dada ao espaço branco da página, sendo usado como espaço compositivo, onde figura e fundo dialogam, palavra, imagem, signos interagem. Conceitos importantes para a Poesia Concreta aparecem em destaque nessas obras, como o respiro, a pausa, o silêncio, o espaço gráfico fazendo parte da estrutura desse contexto.

Palavra e imagem recebem um tratamento diferenciado dentro do espaço da página, poetas e artistas brincam com os elementos sógnicos e visuais, explorando a relação entre eles e entre o espaço que os circunda. Ocorre a valorização do suporte como componente sógnico.

Em seus *Manuscritos*, Torres García brinca com as palavras, aumentando-as ou diminuindo-as conforme o destaque que gostaria de dar às passagens do texto. Seus desenhos percorrem as páginas inter-relacionando-se com a escrita, ocorrendo assim um diálogo entre verbal e visual no espaço gráfico das páginas de seus *Manuscritos*. Escrita e imagens são complementares e ao mesmo tempo independentes em seus discursos, possibilitando uma rica leitura e ampliando assim seus significados.

Percebo que ocorre uma unidade perceptiva nessas obras, palavra e imagens estão colocadas para serem vistas como um todo. Assim como os *Cadernos* de Schendel, podemos considerar seus *Manuscritos* verdadeiros Livros de Artista, uma vez que foram obras pensadas com um completo domínio de sua materialidade, técnica e conceito.

Nos Livros de Artista, palavras, imagens e signos transformam-se em organismos plásticos, que se movem ao longo das páginas. Ao folhear uma obra poética, cria-se um fluxo espaço-temporal, uma sequência variável, cinética: no deslocamento através das páginas, o olhar e o tato unem-se aos outros sentidos do fruidor. Para ler um Livro de Artista é preciso usar todos os sentidos. Explorar de maneira diversa, com um olhar sem preconceitos, essa nova forma de expressão, diferente do livro apenas verbal. Olhar, folhear, rever, explorar. O fruidor tem papel primordial para esse tipo de obra, onde sua participação permite que a leitura se concretize.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Augusto de. “Julio Plaza por Augusto de Campos: Poesia “entre”: de Poemóviles a

Reduchamp". In: BARCELLOS, Vera Chaves (org.) Julio Plaza, POETICA. Trad. Helena Dorfman, Maria Margarita Kremer e Baltazar Pereira. Porto Alegre: Fundação Vera Chaves Barcellos, 2013.

CAMPOS, Augusto de. "**pontos-periferia-poesia concreta**". In: CAMPOS, Augusto de, PIGNATARI, Décio e CAMPOS, Haroldo de. Teoria da Poesia Concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006, p. 31-42.

CAMPOS, Augusto de, PIGNATARI, Décio e CAMPOS, Haroldo de. **Teoria da Poesia Concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

CARRIÓN, Ulises. **A nova arte de fazer livros**. Trad. Amir Brito Cadôr. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

DOCTORS, Marcio. "**A fronteira dos vazios**", In: Livro-objeto, a fronteira dos vazios. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

DRUCKER, Johanna. **The century of artists' books**. New York: Granary Books, 2012.

KERN, Maria Lúcia Bastos. **Um artista entre Europa e Novo Mundo: Joaquín Torres-García**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, supl., p. S150-S159, nov. 2012.

PÉREZ-ORAMAS, Luis (org.). **Léon Ferrari e Mira Schendel: o alfabeto enfurecido**. São Paulo: Cosac Naif, Nova York: MOMA, 2010.

MIRANDA, Luís Henrique Nobre de. **Livros-objetos, fala-forma**. Dissertação de Mestrado em Literatura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 5 ed. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SILVEIRA, Paulo. **A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VENEROSO, Maria do Carmo de Freitas. **Palavras e imagens em livros de artista**. Revista Pós: Belo Horizonte, v. 2, n. 3, mai. 2012, p. 82-103.

A PERSPECTIVA FEMININA EM LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS E MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

Evellyn Freitas Bibiano

graduada em Letras, habilitação Português Espanhol, UNIFESP, EFLCH
bibiano.evellyn@gmail.com

Joana de Fátima Rodrigues

professora doutora do curso de Graduação em Letras,
habilitação Português Espanhol, UNIFESP, EFLCH
joanarodrigues2@uol.com.br

RESUMO: Este trabalho consiste na leitura dos contos de Gabriel García Márquez, *La mujer que llegaba a las seis* (1950) e *Maria dos Prazeres* (1979), a partir de uma perspectiva feminina, mais especificamente da temática comum presente em ambos, a prostituição. Partindo dos pontos de contato entre as duas protagonistas, nos foi possível chegar a um cotejamento entre elas, o que nos levou também ao reconhecimento das distintas épocas da escrita de García Márquez. Com base nos estudos de gênero e de crítica literária, recorreremos aos autores Sartre (1999), Butler (2015), Candido (2004), Cortázar (2003) e Piglia (2004) e chegamos ao entendimento que essa temática está presente em seus romances e contos, e que traz à tona traços do realismo mágico, corrente literária na qual a obra de García Márquez está sedimentada.

PALAVRAS-CHAVE: prostituição, Gabriel

García Márquez, contos, literatura latino-americana

LA PERSPECTIVA FEMENINA EN LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS Y MARIA DOS PRAZERES, DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

RESUMEN: Este trabajo consiste en la lectura de los cuentos de Gabriel García Márquez, *La mujer que llegaba a las seis* (1950) y *Maria dos Prazeres* (1979), a partir de una perspectiva femenina, en concreto de la temática común presente en ambos, la prostitución. Partiendo de los puntos de contacto entre las dos protagonistas, nos fue posible llegar a una comparación entre ellas, lo que nos llevó también al reconocimiento de las distinguidas épocas de la escritura de García Márquez. Con base en los estudios de género y de crítica literaria, recurrimos a los autores Sartre (1999), Butler (2015), Candido (2004), Cortázar (2003) y Piglia (2004), y llegamos a la comprensión que el tema está presente en novelas y cuentos, y que saca a la luz trazos del realismo mágico, corriente literaria en la cual la obra de García Márquez está sedimentada.

PALABRAS-CLAVE: prostitución; Gabriel García Márquez; cuentos; literatura latinoamericana

THE FEMALE PERSPECTIVE IN LA MUJER QUE LLEGABA A LAS SEIS AND MARIA DOS PRAZERES, BY GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

ABSTRACT: This work consists of the reading of Gabriel García Márquez's tales, *La mujer que llegaba a las seis* (1950) and *Maria dos Prazeres* (1979), from a female perspective, more specifically from a common theme in both, the prostitution.

Starting from the points of contact between two leading figures, it was possible to come to a collation between them, what brought us also to the recognition of two distinct writing times of García Márquez. Based in the gender studies and the critical literature, we resort to the authors Sartre (1999), Butler (2015), Candido (2014), Cortázar (2003) and Piglia (2004) and reached the understanding that this theme is present in their novels and tales, and it brings us traces of magical realism, literary chain in which García Márquez's work is sedimented.

KEYWORDS: prostitution, Gabriel García Márquez, tales, Latin American literature.

"Dizem que é mulher da vida, mas vale mais que ouro para mim."

Gardênia Branca – Filipe Catto

No período romântico, a inclusão de personagens marginais como a prostituta era bem frequente na literatura. A presença dessa temática, que por vezes desaparecia de uma discussão mais clara e pública na sociedade do século XIX em função dos preconceitos sociais, ganhava espaço nas narrativas literárias, permitindo que essas personagens se tornassem mais evidentes. São justamente essas personagens que aparecem com relevância na obra de Gabriel García Márquez, e a referência pontual aqui está nas obras *Memória de mis putas tristes*, *La increíble y triste historia de la cándida Eréndira y de su abuela desalmada* e *Los funerales de la Mamá Grande*. Tal temática norteia o eixo central deste trabalho, em que analisamos como o escritor retrata duas personagens prostitutas nos dois contos mencionados no título. Para tanto, vale contextualizar o autor nessas épocas distintas.

La mujer que llegaba a las seis foi escrito dois anos depois do ingresso de Gabriel García Márquez no jornalismo – em 1950 –, e que posteriormente foi compilado no livro *Ojos de perro azul* (1974), quando já havia publicado o primeiro de seus contos, *La tercera resignación*, no jornal *El Espectador*, ainda em seu período universitário. Época em que o autor estava no início de sua carreira jornalística se viu contagiado pelo jornalismo, motivo que o fez abandonar o curso de Direito na Universidade Nacional de Bogotá. Nesse período, o escritor colombiano vivia na cidade de Barranquilla e colaborava com o jornal *El Heraldo*, sendo responsável pela coluna diária *La Jirafa*. Foi nesse mesmo ano que começou a escrever seu primeiro romance, *La hojarasca*, publicado em 1955. Esse é o período em que o escritor integrava o Grupo de Barranquilla, liderado pelo livreiro catalão Ramón Vinyes e que reunia intelectuais colombianos, entre eles outros escritores como José Félix

Fuenmayor, Alfonso Fuenmayor e Álvaro Cepeda Samudio, todo com interesses em comum tanto na política, quanto nos meios artísticos e que havia criado o semanário *Crónica*, em que tornou-se redator-chefe.

Em 1979 foi publicado o conto *Maria dos Prazeres*, época em que García Márquez vivia na Cidade do México, com sua esposa Mercedes Barcha e enfrentava o fechamento da revista *Alternativa*, que havia sido lançada em 1974, e se constituiu em uma das publicações mais expressivas na trajetória jornalística de García Márquez, e que devido ao teor das matérias marcadamente políticos, trouxe reações contrárias de alguns setores políticos tradicionais e populares. Foi um ano em que García Márquez se dedicou às causas políticas latino-americanas, intensificando-se assim o número de suas viagens que tinham como intuito intermediações e negociações políticas. *Maria dos Prazeres* está inserido no livro *Doce Cuentos Peregrinos*, lançado em 1992.

Segundo Jean-Paul Sartre (2005, p. 30): “Ninguém é escritor por haver decidido dizer certas coisas, mas por haver decidido dizê-las de determinado modo.” e é sob esse olhar que entendemos como García Márquez faz uso desse determinado modo de abordagem nesses dois textos, ao incluir protagonistas mulheres e prostitutas. Por isso, vamos nos deter em sua faceta como contista, verificando como retrata essas personagens nas distintas obras, e por consequência, em diferentes épocas.

Para que pudéssemos compreender a García Márquez como contista, nos atentamos primeiramente aos estudos de Gotlib:

[...] no século XIX o conto se desenvolve estimulado pelo apego à cultura medieval, pela pesquisa do popular e do folclórico, pela acentuada expansão da imprensa, que permite a publicação dos contos nas inúmeras revistas e jornais. Este é o momento de criação do conto moderno quando, ao lado de um Grimm que registra contos e inicia o seu estudo comparado, um Edgar Allan Poe se afirma enquanto contista e teórico do conto. (GOTLIB, 2002, p.07)

Também recorreremos à breve exposição do próprio autor no prólogo de *Doce cuentos peregrinos*:

[...] el esfuerzo de escribir un cuento corto es tan intenso como empezar una novela. Pues en el primer párrafo de una novela hay que definir todo: estructura, tono, estilo, ritmo, longitud, y a veces hasta el carácter de algún personaje. Lo demás es el placer de escribir, el más íntimo y solitario que pueda imaginarse, y si uno no se queda corrigiendo el libro por el resto de la vida es porque el mismo rigor de fierro que hace falta para empezarlo se impone para terminarlo. El cuento, en cambio, no tiene principio ni fin: fragua o no fraga. Y si no fragua, la experiencia propia y la ajena enseñaran que en la mayoría de las veces es más saludable empezarlo de nuevo por otro camino, o tirarlo a la basura. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p.07)

Somamos a essas duas fontes a reflexão de Julio Cortázar (2013), ao afirmar que o conto deve possuir uma tensão devidamente manifestada desde as primeiras

palavras ou desde as primeiras cenas. No conto *La mujer que llegaba a las seis*, García Márquez insere uma situação de tensão com a seguinte frase: “La puerta oscilante se abrió.”. O que de pronto, nos abre a indagação, “abriu-se?”, com o vento, sozinha? Alguém havia entrado? Logo em seguida, porém, constatamos que não havia ninguém no local. Essa ideia fica clara com a frase “A esa hora no había nadie en el restaurante”. Um mistério é, então, instaurado. De acordo com os estudos de Ricardo Piglia (2004, p. 89), em primeiro lugar “um conto sempre conta duas histórias.”, em segundo lugar (2004, p. 91): “A história secreta é a chave da forma do conto e de suas variantes” e nesse conto constatamos tais afirmações, já que se verifica um primeiro plano de diálogo entre os personagens e uma suposta história secreta.

Constatamos ainda que esse conto apresenta traços de uma trama policial. Tal constatação veio respaldada pela informação do próprio García Márquez em uma carta endereçada ao amigo Gonzalo Fuenmayor, da qual reproduzimos parte aqui:

O conto que te mandei para o *Dominical* – “A mulher que chegava às seis” – é o resultado de uma aposta perdida; um vitorioso fracasso. Acontece que Alfonso Fuenmayor apostou que eu não saberia escrever um conto policial. Aceitei o repto, planejei o conto e me decidi a escrevê-lo. Na metade do caminho, meu velho romantismo interferiu na minha experiência policialesca, e então o projeto, o álibi, a investigação e a aposta foram para o diabo, e deixei o conto como te envio, pela metade, repleto de devaneios e de sugestões sentimentais. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2006, p. 693)

Já em *Maria dos Prazeres*, a tensão é inserida quando um agente funerário chega ao apartamento da protagonista para tratar de um assunto absolutamente natural, que é a morte. Essa aparição, logo no início do texto, nos remete a algo inusitado, pois ainda segue sendo um preconceito o assunto morte, em particular quando se trata das providências práticas no tocante à chegada da morte, e portanto, na aquisição de um kit, que reúne caixão, sepultamento e jazigo. A surpresa e o espanto surgem nessa visita quando a protagonista, sem nome, traz para a cena o seu cachorro de estimação. E o animal, dotado de traços somente possíveis por conta do realismo mágico, passa a agir como muita semelhança aos humanos, e igualmente se emociona ao se ver diante de tal situação.

De acordo com Irlemar Chiampi (2012, p. 21), o conceito de realismo mágico “revelava a preocupação elementar de constatar uma ‘nova atitude’ do narrador diante do real”. Esse fato pode ser constatado quando observamos como a protagonista, *María dos Prazeres*, lida com a realidade, diante desse pacto de realidade e magia, incorporando um novo olhar para o seu dia a dia, como é possível confirmar no seguinte trecho do conto:

El animal se encogió, la miró asustado, y un par de lágrimas nítidas resbalaron

por su hocico. Entonces María dos Prazeres volvió a ocuparse del vendedor, y lo encontró perplejo.

–¡Collons! –exclamó él–. ¡Ha llorado!

–Es que está alborotado por encontrar alguien aquí a esta hora– lo disculpó María dos Prazeres en voz baja–. En general, entra en la casa con más cuidado que los hombres. Salvo tú, como ya he visto.

–!Pero ha llorado, coño! –repitió el vendedor, y enseguida cayó en la cuenta de su incorrección y se excusó ruborizado –: Usted perdone, pero es que esto no se ha visto ni en el cine.

–Todos los perros pueden hacerlo si los enseñan –dijo ella. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 125)

Para Chiampi, o “realismo mágico veio a ser um achado crítico-interpretativo, que cobria, de um golpe, a complexidade temática (que era realista de um outro modo) do novo romance e a necessidade de explicar a passagem da estética realista-naturalista para a nova visão (“mágica”) da realidade” (2012, p.19). A realidade do conto, portanto, é aceita por meio de um pacto de leitura e o leitor passa a entender essa situação real, porém mágica. Assim o que é “estranho ou complexo” passa a ser real.

Considerando também as questões de gênero como um dos pontos norteadores do trabalho, levantamos o pensamento de Judith Butler para compreender o universo feminino que o autor representa em seus contos:

Se alguém “é” uma mulher, isto certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnica, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2015, p. 21)

Com essa leitura, observamos que a protagonista possui um discurso feminino e que é construído através desse enunciado. Vale observar que García Márquez, antes mesmo da publicação dos estudos de gênero, em particular aos estudos de Butler, ao criar suas personagens, já possibilitava aos seus leitores a alternativa de tal chave de leitura. Por isso entendemos que essas personagens podem ser lidas e interpretadas sob esse viés de gênero.

Em *La mujer que llegaba a las seis* constatamos marcas dessa personalidade feminina na seguinte afirmação (2011, p. 118): “Es que ninguna mujer soportaría una carga como la tuya ni por un millón de pesos”. A protagonista, mulher e prostituta, recebe dinheiro para estar com outros homens, porém, com José (o personagem masculino do conto com quem ela dialoga e mantém uma relação de mais proximidade), afirma que não ficaria – ou seja, ela escolhe com quem quer ficar.

Já em *María dos Prazeres*, tais marcas, ficam igualmente reconhecíveis quando recortamos neste trecho da conversa entre a protagonista e o agente funerário,

imediatamente após a entrada do funcionário no apartamento da veterana: (2012, p. 126): “– Soy puta, hijo. ¿O es que ya no se me nota?”, ou seja, não existe nela nenhum pudor em assumir-se como prostituta.

APROXIMAÇÕES

Prosseguindo nessa linha de leitura, no que se refere ao outro ponto de contacto entre os dois contos, iremos nos fixar na forma como as personagens femininas são apresentadas a partir dos títulos. Às seis horas, como lemos no título do primeiro conto, é o horário em que a mulher chegava. Nele, podemos observar uma pontualidade e uma rotina apresentada e que é confirmada já no primeiro parágrafo (2011, p. 115): “Tan conservadora y regular era su clientela, que no había acabado el reloj de dar la sexta campanada cuando una mujer entró, como todos los días a esa hora [...]”. Ela, portanto, é pontual e participa de uma rotina que parte do personagem José.

No segundo conto, há, no título o nome da personagem e sim María dos Prazeres, uma marca bem explícita. Porque mesmo que estamos tratando de uma obra em espanhol, pertencente à literatura latino- americana, o nome vem em português. Tal detalhe nos é explicado no decorrer da leitura, quando descobrimos que:

[...] su madre la vendió a los catorce años en el puerto de Manaos, y que el primer oficial de un barco turco la disfrutó sin piedad durante la travesía de Atlántico, y luego la dejo abandonada sin dinero, sin idioma y sin nombre, en la ciénaga de luces del Paralelo. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 133).

Encontramos assim, marcas de duas nacionalidades: a brasileira, constatada pela leitura de fatos de sua infância em Manaus, como no trecho (2012, p. 123): “Una mañana, siendo muy niña, el Amazonas desbordado amaneció convertido en una ciénaga nauseabunda, y ella había visto los ataúdes rotos flotando en el patio de su casa con pedazos de trapos y cabellos de muertos en las grietas” e a catalã, tendo em vista que a personagem vivia (2012, p. 122): “... más de cincuenta años en Catalunya (...)” e que (2012, p. 127) “...había escogido como refugio final el muy antiguo y noble pueblo de Gràcia, ya digerido por la expansión de la ciudad.”. E por fim, quando no seguinte trecho, temos a informação de que ela (2012, p. 122): “Hablabá un catalán perfecto con una pureza un poco arcaica, aunque todavía se le notaba la música de su portugués olvidado.”

Prosseguindo com as aproximações, notamos que, no conto La mujer que llegaba a las seis, no segundo parágrafo, o personagem José caminhava para o outro extremo do balcão e limpava com um pano seco a superfície envidraçada, sempre que alguém entrava. Com esse gesto, observamos que, além de ter clientes habituais, ele tem ações habituais, ou seja, essa rotina é observada no personagem em seu

espaço de trabalho. Em *María dos Prazeres*, essas ações habituais são observadas com a atuação do personagem Conde de Cardona, que são compartilhadas pela protagonista:

[...] como siempre, el conde de Cardona fue a cenar en su casa.

La visita se había convertido en un rito. El conde llegaba puntual entre las siete y las nueve de la noche con una botella de champaña del país envuelta en el periódico de la tarde para que se notara menos, y una caja de trufas rellenas. María dos Prazeres le preparaba canelones gratinados y un pollo tierno en su jugo, que eran los platos favoritos de los catalanes de alcurnia de sus buenos tiempos, y una fuente surtida de frutas de la estación. Mientras ella hacía la cocina, el conde escuchaba en el gramófono fragmentos de óperas italianas en versiones históricas, tomando a sorbos lentos una copita de oporto que le duraba hasta el final de los discos.

Después de la cena, larga y bien conversada, hacían de memoria un amor sedentario que les dejaba a ambos un sedimento de desastre. Antes de irse, siempre azorado por la inminencia de la media noche, el conde dejaba veinticinco pesetas debajo del cenicero del dormitorio. Ese era el precio de María dos Prazeres cuando él la conoció en un hotel de paso del Paralelo, y era lo único que el óxido del tiempo había dejado intacto. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 132)

Como podemos perceber, a rotina e a pontualidade são fatores que se misturam nesse segundo conto.

Quando voltamos nosso olhar às caracterizações dos personagens, ainda nas primeiras páginas de ambos os contos, encontramos no primeiro, parte da caracterização de José (2011, p. 115): “... el gordo y rubicundo mesonero representaba su diaria comedia de hombre diligente.”. Observamos, portanto, um homem gordo, de faces avermelhadas, dedicado ao trabalho, pois o desempenha de forma ágil, e que a somatória dessas características provocam o riso a quem o observa, porque inclui ações repetitivas, assim como Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos* (1936).

No segundo conto, encontramos a caracterização do agente funerário (2012, p. 121): “...un joven tímido con una chaqueta a cuadros y una corbata con pájaros de colores.”. Fazendo com que imaginemos um tipo incomum, e assim como José, também desempenhava seu trabalho de forma repetitiva, pois durante a negociação (2012, p. 124): “...explicó, con la precisión de un discurso aprendido de memoria, y muchas veces repetido, (...)”.

A caracterização da mulher em *La mujer*, no entanto, aparece de forma distinta, ela é descrita sob o olhar do personagem José e só aparece no sétimo parágrafo (2011, p. 116): “José vio el abundante cabello de la mujer, empavonado de vaselina gruesa y barata. Vio su hombro descubierto, por encima del corpiño floreado. Vio el nacimiento del seno crepuscular [...]”.

Percebemos, então, através do olhar do personagem José, que essa mulher não é uma mulher comum, ela não se veste de forma recatada, pelo contrário, partes de

seu corpo ficam à mostra. José se dirige a ela com a palavra “reina” e ao verificarmos que esta palavra está escrita em letras minúsculas (2011, p 115): “–Hola, reina –dijo José cuando la vio sentarse.”, a entendemos em sua função de adjetivo, deixando sua identidade (nome) incógnito, podendo-se conhecê-la apenas diante de suas ações. Nessa primeira descrição, não podemos confirmar quem é essa mulher, ou a que se dedica. Só podemos identificá-la como prostituta após alguns parágrafos no seguinte trecho (2011, p. 120): “– Lo que pasa es que te quiero tanto que no me gusta que hagas eso –dijo José. – ¿Qué? –dijo la mujer –. Eso de irte con un hombre distinto todos los días –dijo José.”. Essa identificação é realizada através da fala do personagem, de forma indireta.

Em *María dos Prazeres*, no entanto, de maneira direta, a própria personagem se declara como prostituta (2012, p. 126): “*María dos Prazeres le contestó muerta de risa: – Soy puta, hijo. ¿O es que ya no se me nota? El vendedor enrojeció. – Lo siento. – Más debía sentirlo yo –dijo ella (...)*”. Sua atuação, portanto, não é algo de que tenha que se omitir ou esconder, e faz parte de sua identidade, tendo em vista que ela ri e não tem dificuldade de se apresentar como tal para o agente funerário.

A caracterização dessa personagem, por sua vez, já aparece no primeiro parágrafo (2012, p. 121): “*Acababa de cumplir setenta y seis años y estaba convencida de que iba a morir antes de Navidad.*”, no terceiro parágrafo (2012, p.122): “*A pesar de sus años y sus bucles de alambre seguía siendo una mulata esbelta y vivaz, de cabello duro y ojos amarillos y encarnizados (...)*” e sob o olhar do jovem representante da agência funerária (2012, p. 122): “*... una anciana sin misericordia que a primera vista le pareció una loca fugitiva de las Américas.*”.

Atentando-nos ao enredo dos contos, observamos que, no décimo quinto parágrafo do conto *La mujer que llegaba a las seis*, temos na fala da personagem feminina o primeiro indício de que algo tenha acontecido, já que sua fala rompe a rotina que é apresentada desde o início do conto (2011, p.116): “– Hoy es distinto –dijo la mujer, sombríamente, todavía mirando hacia la calle.”.

Em *María dos Prazeres*, essa rotina é quebrada quando há uma divergência de ideias políticas entre a protagonista e o conde, um cliente antigo:

Fue una deflagración. El conde de Cardona estaba escuchando el dueto de amor de *La Bohème*, cantado por Licia Albanese y Beniamino Gigli, cuando le llegó una ráfaga casual de las noticias de radio que *María dos Prazeres* escuchaba en la cocina. Se acercó en puntillas y también él escuchó. El general Francisco Franco, dictador eterno de España, había asumido la responsabilidad de decidir el destino final de tres separatistas vascos que acababan de ser condenados a muerte. El conde exhaló un suspiro de alivio.

–Entonces los fusilarán sin remedio–dijo– porque el Caudillo es un hombre justo.

María dos Prazeres fijó en él sus ardientes ojos de cobra real, y vio sus pupilas sin pasión detrás de las antiparras de oro, los dientes de rapiña, las manos híbridas de animal acostumbrado a la humedad y las tinieblas. Tal como era.

–Pues ruégale a Dios que no –dijo–, porque con uno solo que fusilen yo te echaré veneno en la sopa.

El Conde se asustó.

–¿Y eso por qué?

–Porque yo también soy una puta justa.

El conde de Cardona no volvió jamás, y María dos Prazeres tuvo la certidumbre de que el último ciclo de su vida acababa de cerrarse. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 133-134)

Além disso, encontramos um pouco mais das características da protagonista – sus ardientes ojos de cobra real – e também as do conde – pupilas sin pasión detrás de las antiparras de oro, los dientes de rapiña, las manos híbridas de animal acostumbrado a la humedad y las tinieblas. Tal como era –. Contudo, a posição política de María dos Prazeres é claramente exposta quando lemos, já na segunda página do conto, que ela buscava ser enterrada perto da tumba de Buenaventura Durruti e outros dois dirigentes anarquistas mortos na Guerra Civil. Seu primeiro ato político ocorre quando ela, no terceiro domingo, rapidamente põe em ação uma fantasia:

[...] el tercer domingo aprovechó un descuido para cumplir uno más de sus grandes sueños, y con el carmín de labios escribió en la primera lápida lavada por la lluvia: Durruti. Desde entonces, siempre que pudo volvió a hacerlo, a veces en una tumba, en dos o en las tres, y siempre con el pulso firme y el corazón alborotado por la nostalgia. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 129)

Nesse ato, observamos na personagem um comportamento anárquico, que nos faz refletir que as prostitutas podem ser politizadas e que suas opiniões e escolhas podem ser expressadas.

Outro ponto a ressaltar é a discussão que ocorre entre María e o conde pareceu-nos necessária para que terminasse aquele seu ciclo de encontros. A ruptura do ciclo de La mujer que llegaba a las seis, entretanto, ocorre quando, sem explicação, ela resolve não dormir com mais ninguém. E com suas próprias palavras declara “... Sólo hace un momento me di cuenta de que eso es una porquería” : (2011, p.124). Temos, então, nas personagens, rupturas que, mesmo distintas, expressam a autonomia de ambas.

Podemos constatar a tensão mencionada por Cortázar, no 17º. parágrafo do conto La mujer que llegaba a las seis, quando a protagonista instaura o mistério na narrativa (2011, p. 117): “Expulsó el humo y siguió hablando con palabras cortas, apasionadas -. Hoy no vine a las seis, por eso es distinto, José.” Por que ela diz que não chegou às seis? No conto María dos Prazeres, porém, o mistério vem à tona já nos primeiros parágrafos quando sabemos que a personagem estava convencida de que morreria antes do Natal e isso nos é confirmado nas páginas seguintes do conto (2012, p. 126): “... había tenido en sueños la revelación de que iba a morir...”.

Entretanto, não se sabe ao certo como havia sido tal revelação.

Percebemos, a partir dessa análise, que as duas mulheres mudam seus comportamentos. Em *La mujer que llegaba a las seis*, quando há um silêncio no restaurante, notamos que antes a personagem olhava para a rua e de repente desvia seu olhar para José. Nesse primeiro contato, sua voz nos é apresentada pelos seguintes adjetivos: “apagada, tierna, diferente.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 119). E no segundo contato, o narrador descreve que ela desejava contar algo, mas se conteve, como lemos no seguinte trecho: (2011, p. 119) “... luego, con cautela y picardía, mordiéndose la lengua antes de decirlo, como si hablara en puntillas [...]”.

Verificamos, também, comportamentos oscilantes quando José lhe dirige certas palavras:

–Te quiero tanto que todas las tardes mataría al hombre que se va contigo.

En el primer instante la mujer pareció perpleja. Después miró al hombre con atención, con una ondulante expresión de compasión y burla. Después guardó un breve silencio, desconcertada. Y después rió estrepitosamente. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 120).

Essas ações demonstram seus pensamentos ocultos e nos confirma se constituir em uma personagem desconhecida, não somente a nós leitores, mas também ao personagem que interage com ela. Essa mulher, que não sabemos porque nega haver chegado às seis, muda seu comportamento a partir dessa negação.

Já em *María dos Prazeres*, sua mudança se dá a partir de sua revelação (2012, p.126): “Tres meses antes había tenido en sueños la revelación de que iba morir...”. Da mesma forma, não sabemos detalhes de tal sonho/revelação, ou se houve a participação de alguém.

EM SE TRATANDO DA LINGUAGEM

Voltando-nos mais proximamente ao plano da linguagem, no 74º. parágrafo, em *La mujer que llegaba a las seis*, quando o diálogo dos personagens havia chegado a uma situação mais íntima, podemos notar a transposição dos adjetivos, a partir de algumas marcas expressadas na voz da mulher: “baja, suave, fascinada”, levando-nos a pensar que há nos personagens uma intimidade, e que a mulher utiliza para convencer o homem, como no trecho a seguir (2011, p. 121): “Tenía la cara casi pegada al rostro saludable y pacífico del hombre, que permanecía inmóvil, como hechizado por el vapor de las palabras”. Nesse trecho, percebemos o deslumbramento do homem em relação às palavras que escuta da mulher, assim como na obra *Dom Casmurro*, Machado de Assis descreve a Bentinho, quando é enfeitiçado pelos olhos de Capitu, nomeando-os de olhos de ressaca:

Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros; mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me. (ASSIS, Machado de, 1997, p. 54)

José é, de certa forma, enfeitiçado pelas palavras da mulher, aceitando suas solicitações e deixando-se influenciar por ela.

No entanto, em *María dos Prazeres*, o processo se inverte, pois a protagonista ao se encontrar com um jovem desconhecido, que lhe oferece carona, consegue que ele fique de certa forma enfeitiçado, a ponto de se dirigir até o interior de seu apartamento:

Ella soltó el perrito, trató de salir del automóvil con tanta dignidad como el cuerpo se lo permitiera, y cuando se volvió para dar las gracias se encontró con una mirada de hombre que la dejó sin aliento. La sostuvo por un instante, sin entender muy bien quién esperaba qué, ni de quién (...) (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 137)

Em *La mujer que llegaba a las seis*, além de observarmos o olhar do personagem José para a protagonista e, constatamos também o olhar atento dessa mulher ao homem:

Vio alejarse al hombre. Lo vio abrir la nevera y cerrarla otra vez, sin extraer nada de ella. Lo vio moverse después hacia el extremo opuesto del mostrador. Lo vio frotar el vidrio reluciente, como al principio. Entonces la mujer habló de nuevo, con el tono enternecedor y suave de cuando dijo:

¿Es verdad que me quieres, Pepillo? (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 121)

Há uma troca de olhares bem marcada entre os personagens, assim como ocorre em *María dos Prazeres*, quando a protagonista ao aceitar a carona do desconhecido, dentro do automóvel, quando ambos se observam:

Lo examinó de soslayo, iluminado de verde por el resplandor del tablero de mandos, y vio que era casi un adolescente, con el cabello rizado y corto, y un perfil de bronce romano. (...) No volvieron a hablar en todo el trayecto, pero también María dos Prazeres se sintió examinada de soslayo varias veces, (...) (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 136)

Verificamos, contudo, semelhanças e diferenças entre os dois contos. O primeiro conto é narrado em um dia não específico, em um espaço único – o restaurante – e o autor trabalha predominantemente com a linguagem em diálogos. O segundo conto se desenvolve em mais de um dia e em diversos espaços: o apartamento da protagonista, as escadas do edifício, o cemitério, as ruas da cidade e o carro luxuoso, e com uma linguagem predominantemente narrativa.

Outro aspecto a ressaltar é que, no primeiro conto, não temos a informação

da época em que este se desenrola. No segundo, no entanto, confirmamos tal informação através de uma notícia de jornal, em que se anuncia estar o ditador espanhol Francisco Franco no poder.

Por fim, constatamos uma capacidade de autonomia em ambas as protagonistas. Em *La mujer que llegaba a las seis*, é possível reconhecer tal traço em seu discurso (2011, p.118): "...Qué descubrimiento, José. ¿Crees que me quedaría contigo por un millón de pesos?", ou seja, mesmo trabalhando como prostituta, ela escolhe com quem se relaciona.

Em *María dos Prazeres*, essa autonomia da mesma maneira é constatada no seguinte trecho, em que podemos observar a protagonista obtendo suas escolhas e agindo por conta própria.

Se había retirado por voluntad propia con una fortuna atesorada piedra sobre piedra pero sin sacrificios demasiado amargos, y había escogido como refugio final el muy antiguo y noble pueblo de Gràcia, ya digerido por la expansión de la ciudad. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 127)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gabriel García Márquez parece haver trabalhado com essas personagens de maneira continuada. Diante do primeiro conto, em que a protagonista não possui um nome, verificamos, nitidamente, uma escrita menos elaborada, com períodos curtos e mais diálogos. Já no segundo conto, a protagonista é nomeada e já encontramos, na escrita do autor, um trabalho mais desenvolvido com períodos longos e mais narração do que diálogos.

Como leitores do século XXI, conseguimos interpretar as duas personagens sob o viés de gênero, verificando que o autor constrói as protagonistas sob um discurso feminino.

Outro ponto observado nos dois contos é o tema da solidão, presente em ambas narrativas. Em *La mujer que llegaba a las seis*, sua chegada solitária no restaurante, diária e no mesmo horário. Em *María dos Prazeres*, sua vivência sem companhia humana no apartamento nos é revelada logo nas primeiras linhas. A solidão que ambas disfrutam acaba colaborando para a condução de uma autonomia, sustentada por um discurso feminino construído para ambas. No discurso de *La mujer que llegaba a las seis*, a autonomia é constatada quando lemos que ela escolhe com quem terá relações sexuais e, no decorrer do conto, constatamos o seu desejo de não ter mais tais relações. Igualmente, no conto *María dos Prazeres*, essa situação é perceptível quando lemos que ela, autonomamente, cuida de seu futuro, planejando seu enterro.

Pensando por fim que, mesmo nos deparando com a solidão dessas e de outras personagens do autor, García Márquez nos mostrou nunca abandoná-las. O autor,

de alguma maneira, os resgata em outras obras, como é o caso da personagem Isabel do conto *Monólogo de Isabel viendo llover en Macondo* que depois também aparece em *Cien años de soledad*.

Em consonância com essa perspectiva, verificamos que *La mujer que llegaba a las seis* é uma prostituta que já exerce sua função há um determinado tempo, mas não obtemos a precisão exata, somente sabemos que o personagem José não a aprova, como constatamos no trecho (2011, p. 120): “– Lo que pasa es que te quiero tanto que no me gusta que hagas eso –dijo José. – ¿Qué? –dijo la mujer –. Eso de irte con un hombre distinto todos los días –dijo José.”, e que ambos já desfrutavam de certa intimidade que é adquirida com um determinado tempo (2011, p. 115): “con la mujer con quien había llegado a adquirir un grado de casi intimidad.”.

Um fato importante a ressaltar é que, quase no final do conto, essa mulher informa que não exercerá mais sua função e que irá viajar, mas não informa o local exato:

–Te dije que mañana me voy y no me has dicho nada – dijo la mujer.

–Sí – dijo José-. Lo que no me has dicho es para dónde.

–Por ahí – dijo la mujer-. Para donde no haya hombres que quieran acostarse con una. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2011, p. 127).

María dos Prazeres, por sua vez, está em sua velhice e é descrita nesse seu momento presente. Temos também algumas informações sobre sua infância, mas não sobre sua adolescência. Nessa fase atual, ela já se declara prostituta, diferentemente da primeira protagonista, que não se assume da mesma maneira – sabemos somente que ela é prostituta por meio da fala do personagem José.

Tendo em vista que a personagem foi “... abandonada sin dinero, sin idioma y sin nombre...”, (2012, p.133): podemos ver aqui indícios de que *La mujer que llegaba a las seis* poderia vir a ser *María dos Prazeres* no futuro. Possibilidade de leitura que poderá ser aprofundada em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado. “Capítulo XXXII: Olhos de ressaca” in *Dom Casmurro*. São Paulo: Globo, 1997, pp. 52-54.

BUTLER, Judith. “Sujeitos do sexo/gênero/desejo” in *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, pp. 169-191.

CHIAMPI, Irlemar. *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispanoamericano*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto in Valise de cronópio. Tradução: Davi Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2013.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. “Autocrítica” in: Textos caribenhos – Obra jornalística I. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, pp. 693-695.

_____. Cem anos de solidão. Tradução: Eric Nepomuceno, 81ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

_____. “La mujer que llegaba a las seis” in: Ojos de perro azul. 7ª ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2011, pp. 113-129.

_____. “María dos Prazeres” in: Doce cuentos peregrinos. 20ª ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2012, pp. 119-138.

_____. Doce cuentos peregrinos - Disponível em: <http://www.liceonapolitano.cl/libros/12_cuentos_gmarquez.pdf> Acesso em 08/09/2015.

_____. Doze contos peregrinos - Tradução: Eric Nepomuceno Disponível em: <<https://iedamagri.files.wordpress.com/2014/07/gabriel-garcia-marquez-doze-contos-peregrinos.pdf>> Acesso em 08/09/2015.

_____. Ojos de perro azul -. Disponível em: <http://www.issfam.gob.mx/archivos/sala_lectura/archivos/pdf/ojos_perro.pdf> Acesso em 08/09/2015.

_____. Olhos de cão azul -. Tradução: Remy Gorga, filho. Disponível em: <<http://baixarebook.com/2016/07/15/olhos-de-cao-azul-gabriel-garcia-marquez/>> Acesso em 08/09/2015.

GOTLIB, Nádía Battella. Teoria do Conto. 10.ª edição. São Paulo: Editora Ática. 2002.

MARTIN, Gerard. Gabriel García Márquez – uma vida. Disponível em: < https://books.google.com.br/books/about/Gabriel_Garc%C3%ADa_M%C3%A1rquez.html?id=29cNR2fg1qMC&redir_esc=y> Acesso em 08/03/2016.

PIGLIA, Ricardo. “Teses sobre o conto” in Formas breves. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES. Joana de Fátima. Literatura e jornalismo em García Márquez: uma leitura de crônicas. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-08012008-102243/en.php>> Acesso em 08/03/2016.

SARTRE, Jean Paul. Que é a literatura? Tradução: Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

A(S) CIÊNCIAS(S) DA RELIGIÃO E A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO CIENTÍFICA E AUTÔNOMA SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO

Eduardo Marcos Silva de Oliveira
PUC Minas

PALAVRAS-CHAVE: Religião, Ciências da religião, Interdisciplinar, Sociedade.

RESUMO: Ciências da religião ou ciência da religião? O fato é que independentemente da nomenclatura utilizada para denominar esta área do conhecimento, o caráter interdisciplinar é uma das principais características para sua abrangência. Acompanhamos nas últimas décadas que a compreensão do fenômeno religioso vem sendo difundida na comunidade acadêmica com maior amplitude, e um dos principais fatores para essa condição é o envolvimento de variadas áreas do conhecimento. O que torna as ciências da religião uma área de estudos interdisciplinar. Nossa proposta é apresentar como a diversificação da compreensão científica auxiliando as ciências da religião contribui para a ampliação do seu campo de pesquisa. Para isso, faz-se necessário compreender a importância de sua estruturação na comunidade acadêmica corroborada com as diversas interpretações, fruto dos confrontos epistemológicos que as ciências da religião se submetem. O fenômeno estudado mostra que o campo de pesquisa das ciências da religião abrange um rico leque interdisciplinar que compõe a sua instrumentalização. É neste percurso que se pretende desenvolver a presente pesquisa.

THE SCIENCE(S) OF RELIGION AND THE IMPORTANCE OF INTERDISCIPLINARITY: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC AND AUTONOMIC UNDERSTANDING ON THE RELIGIOUS PHENOMENON

ABSTRACT: Sciences of religion or science of religion? The fact is that regardless of the nomenclature used to name this area of knowledge, interdisciplinary character is one of the main characteristics for its comprehensiveness. We have observed over the last decades that the understanding of the religious phenomenon has been widespread in the academic community, and one of the main factors for this condition is the involvement of various areas of knowledge. What makes the sciences of religion an interdisciplinary field of study. Our proposal is to present how the diversification of scientific understanding assisting the sciences of religion contributes to the broadening of its research field. For this, it is necessary to understand the importance of its structuring in the academic community corroborated with the various interpretations, fruit of the epistemological confrontations that the sciences of religion submit to. The phenomenon studied shows that the field of

religious science research encompasses a rich interdisciplinary range that makes up its instrumentalization. It is in this course that we intend to develop this research.

KEYWORDS: Religion, Sciences of religion, Interdisciplinary, Society.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade expor uma questão significativa no estudo sobre religião: *a importância da interdisciplinaridade nas Ciências da Religião*. Sendo este um dos assuntos proeminentes no campo de pesquisa religioso, é influenciador nos procedimentos da comunidade acadêmica e um dos pilares da estruturação da disciplina.

A análise de um sistema ou subsistema dentro da comunidade científica tende a querer se estruturar visando uma melhor contextualização. Mas afinal, Ciências da Religião, ciência das religiões ou ciência(s) para a compreensão da religião?

O conhecimento religioso nos permite que se encontrem valores essenciais à organização dessa sociedade, já que não existem falsas religiões, pois todas remetem as condições dadas aos homens para sua existência. A religião é uma unidade de referência valorativa fundamental dos seres humanos, trata-se de um *edifício regulador* e é sobre esta edificação que a legitimação do estudo das Ciências da Religião se concretiza.

2 | A AUTONOMIA DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Deve-se ter em mente que Ciências da Religião não é teologia, sendo que essa trabalha o fenômeno religioso em uma abordagem científica mais aberta de forma a compreender sua funcionalidade. Conforme nos aponta João A. Mac Dowell,

à dimensão funcional da religião é a única que é acessível às ciências da religião, enquanto, por seu método, não podem senão analisar os dados empíricos e, portanto, não podem pronunciar-se sobre a existência do sagrado/divino enquanto conteúdo da experiência religiosa e referente de sua linguagem, já que esta realidade, por definição, não seria objeto da experiência meramente sensível. (MAC DOWELL, 2017, p.23).

Por existir diversas denominações religiosas, este novo campo de pesquisa iniciou-se oficialmente em meados do século XIX (embora existam registros de propostas do estudo da religião na antiguidade), visando investigar empiricamente não apenas as religiões tradicionais (cristianismo, judaísmo, budismo e ou islamismo), mas as diferentes formas de entender o conceito de religião/religiosidade, suas contradições e manifestações.

Ao estudarmos as Ciências da Religião, percebemos que o homem não é um ser isolado do mundo, ou seja, abstrato. Ao contrário, ele se integra com a sociedade e com ela se estrutura. Dentre as diversas formas de estruturação que o homem possa realizar, existe a da religião. Esta que muitas vezes, diferentemente dos demais conhecimentos (científico, artístico e filosófico), surge como um produto de um mundo dividido, uma ideologia.

Para melhor entender o fenômeno religioso, faz-se necessário um diálogo das Ciências da Religião com outras ciências (filosofia, teologia, antropologia, psicologia, sociologia, etc), para com isso, obter outras formas de perceber a religião. A(s) Ciência(s) da Religião em si, apresentaria uma possibilidade “fechada” ou possivelmente “viciada” do que realmente é este fenômeno. Sendo assim, a necessidade de uma interdisciplinaridade com outros campos complementam a amplitude sem diminuir a autonomia que à disciplina necessita.

Ao longo da história percebemos que a religião teve papel preponderante nos diversos acontecimentos da sociedade. Mas por quê? Como? O que leva ao homem legitimar uma religião e ou seus profissionais do sagrado? Como certos acontecimentos influenciam viementemente o comportamento e as relações entre as diversas sociedades? No intuito de responder estas e outras questões, as ciências da religião realiza uma interface com as demais áreas do conhecimento.

Estrategicamente, sua importância foi de comparar e classificar informações sobre mitos, rituais e crenças, a fim de descobrir padrões e regularidades que edificassem a vida religiosa da sociedade, ilustrando o fenômeno religioso em sua globalidade e totalidade, mas o real papel das Ciências da Religião é explicar o fenômeno conhecido como religião, como este funciona e buscar verificar os dados apresentados. Por exemplo, o rito como manutenção da religião, manifestações religiosas, necessidades de símbolos, o reflexo do agir religioso e sua interferência na conduta dos seguidores de determinada denominação.

Para que exista uma pesquisa coerente, cientistas da religião buscam embasamentos e apoios em áreas do conhecimento que possibilitam um entendimento melhor elaborado. Isso se faz necessário, principalmente quando o objeto de estudo não é uma religião do “livro”, dos textos sagrados já pré-estabelecidos. Sobre estas religiões, os cientistas recorrem aos seus adeptos – fonte de conhecimento da religião –, suas comunidades, doutrinas e ritualísticas. Parafraseando Usarski (2006), é através das Ciências da Religião que é possível haver um resgate das religiões minoritárias, contribuindo assim para uma “diminuição das tensões” entre os grupos que constituem uma sociedade multicultural.

Por este e outros motivos, o diálogo da disciplina com outras ciências se faz necessário para compreender o real significado da religião e suas influências. Por exemplo, os trabalhos de Marx, Durkheim e Freud mostraram que a religião é muito

mais que um subproduto de equívocos intelectuais, ou seja, o fenômeno religioso foi e ainda é uma das principais tendências na abordagem dos estudos religiosos. O estudo das Ciências da Religião não se simplifica ao *homo religiosus*, mas vislumbra o objeto fenomenológico.

Neste contexto, as interferências de outras disciplinas consolidam a abrangência com que a Ciências da Religião possibilita em sua investigação do fenômeno religioso.

A importância das Ciências da Religião frente às demais ciências e ao crescimento do fenômeno religioso, nos remete a uma abordagem do assunto com profissionais comprometidos com o verdadeiro sentido que a disciplina deve tomar no campo acadêmico.

É interessante perceber o estudo sobre as religiões é algo moderno, livre de concepções ideológicas doutrinárias. Fica evidente que a ideia de “norma” não pode sobrepor aos pesquisadores. Onde a necessidade da colaboração de profissionais de diferentes disciplinas e subdisciplinas é fator defendido pelas novas gerações de pesquisadores das Ciências da Religião.

Exemplificando, segundo Russell, em sua obra *Religião e ciência*, foi através do desenvolvimento científico que se pode perceber com base em fundamentos de outras ciências – em especial, à medicina – que no final do século XIX, o medo do mau, atribuídos a demônios não passava de uma histeria coletiva que os membros da sociedade sofriam devido às atribuições que davam os religiosos. Devemos novamente ressaltar que são os fenômenos que estruturam os verdadeiros objetos de estudo das Ciências da Religião.

Devido o desenvolvimento dos estudos das religiões, seus fenômenos e suas características, percebe-se que existe uma necessidade do equilíbrio entre o conflito da religião enquanto objeto de estudo e suas manifestações, pois, enquanto a ciência que é uma forma de se aproximar da “realidade” busca desvelar para conhecer melhor e se ocupa como as coisas são, a religião trabalha e se ocupa como as coisas devem ser, sendo estabelecido uma conduta de repetição e uma postura incorruptiva. Segundo Otto, ao se referir a religiões cristãs, “momentos irracionais protegem-na da tendência de se tornar racional, enquanto elementos racionais protegem-na do fanatismo e do misticismo” (*apud* GRESCHAT, 2006, p. 114).

Em virtude das diversas interpretações, fruto dos confrontos epistemológicos que a disciplina se submete, o fenômeno estudado mostra que o campo religioso abrange um rico leque interdisciplinar (subdisciplinas clássicas) que compõe a instrumentalização das Ciências da religião. Esta instrumentalização é fortalecida pelos pontos de partida que a disciplina utiliza juntamente com os demais campos científicos. Ou seja, sua base de investigação.

Como seria impossível apresentar todas, ou a maioria das ciências que colaboram para o desenvolvimento das ciências da religião, limitaremos nossa

exemplificação às ciências mais conhecidas, ou clássicas. Contudo, ressaltamos que o campo disciplinar é amplo, abarcando tanto ciências clássicas (antropologia, história, sociologia, etc) quanto ciências modernas (geografia e tecnologia da informação), por exemplo.

No que tange a sociologia da religião, Durkheim descreve que o primado ontológico do social, agora já configurado na existência da vida religiosa, faz desta a força geradora dos traços gerais do social na sua totalidade naquilo que é primordial na vida humana. “Não existe religião que não seja uma cosmologia ao mesmo tempo em que uma especulação sobre o divino” (DURKHEIM, 1983, p. 37).

A antropologia da religião é uma ciência que se preocupa com a natureza da religião. Iniciando suas pesquisas com as antigas comunidades que a sociedade europeia denominava de “selvagem” ou cultura primitiva, foi se desenvolvendo e se estruturando com os estudos sobre os fatores que influenciavam as relações de seus integrantes com o mundo religioso, como seus mitos, ritos, sacrifícios, o sagrado e o profano. Temos que diferenciar que o que pode ser sagrado para uma sociedade pode ser profano para outra. Segundo Durkheim (1999), o sagrado é uma categoria que se sobrepõe a coisas, pessoas, etc. Justamente nestas contradições que a antropologia da religião se apresenta como disciplina essencial.

A história das religiões nos mostra que os registros que a humanidade elaborou ao longo de sua formação, seus métodos, suas mudanças e adaptações embasaram a pesquisa que no campo religioso foram voltadas para a afirmação de crenças e por outro lado, no “desaparecimento da religião que ocorreria fatalmente com a expansão do progresso da ciência e da indústria” (USARSKI, 2007, p. 24).

A psicologia da religião (que foi se desenvolvendo ao longo dos tempos e possuía outras terminologias como: psicologia da espiritualidade ou psicologia religiosa) por sua vez, procura explicar a problemática entre a religião e o psiquismo. Temática esta que vem se desenrolando ao longo da história é que é influenciada pelo distinto retrato multicultural e sociopolítico que cada sociedade apresenta.

A geografia da religião e a estética da religião (subdisciplinas complementares) são disciplinas pouco definidas na comunidade acadêmica. Embora os estudos dos espaços religiosos complementam os estudos das Ciências da Religião e a estética trabalhe o imaginário do *homo religiosus*, ainda são disciplinas que individualmente são discutidas no estudo do campo religioso com um certo retardo. Ambas possui um particular papel no “assessoramento” das disciplinas clássicas. Constituindo assim, mais um fundamento no campo das Ciências da Religião.

Percebe-se que existe em todas estas ciências – disciplinas clássicas e complementares – lideradas pela Ciência da Religião uma integralidade que possibilita uma inovação com outras disciplinas ainda ignoradas. Ou seja, “a ciência da religião mostra sua competência em liderar com tal riqueza fenomenológica [e com isso

contribuindo] direta ou indiretamente para um saber mais profundo e completo sobre a religião e suas manifestações múltiplas” (USARSKI, 2007, p. 10).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, poder-se-ia dizer que a religião transforma as necessidades humanas, ela é capaz de transformar a convivência social. Isto se faz possível devido ela renovar-se na sociedade e manifestar-se através da mesma. A religião busca dar sentido para vida de seus adeptos. Atualmente, apesar de todo o avanço científico e tecnológico, o fenômeno religioso sobrevive e cresce. A religião continua a promover diversos movimentos humanos e mantendo *status* cultural, político e social. Seus valores correspondem às condutas e normas que influenciam o convívio social. Neste contexto que a importância das Ciências da Religião consagra-se. No estudo da forma imanente que a religião desempenha sua função reguladora e estruturante do ordenamento social.

REFERÊNCIAS

CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciências da Religião – Polêmicas e interlocuções**. São Paulo: Paulinas, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Os Pensadores. São Paulo. Abril: Cultural, 1983.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FILHO, Paulo Gonçalves Silva. **Considerações Teóricas em Torno do Reduccionismo Funcionalista em Ciências da Religião**. Disponível em < http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/t_silva.htm> acesso em 02/03/2010.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é Ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2006.

MAC DOWELL, João A. Experiência religiosa e cultura moderna. **Interações**. v.3, n.4, 2008. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/download/6706/6133>. Acesso em 12 jul 2017.

RUSSEL, Bertrand. **Religión y Ciencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

USARSKI, Frank (Org.). **O espectro disciplinar da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2007.

USARSKI, Frank. **Constituintes da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2006.

WEBER, Max. Sociologia da religião. In: WEBER, Max: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999. v. 1.

O CARDEAL JOSEPH RATZINGER E A CRÍTICA A ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Bruno Fernandes Mamede

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
História Econômica da Universidade de São Paulo.

bruno.mamede@usp.br

RESUMO: Neste artigo procuraremos analisar os detalhes das críticas feitas pelo então Cardeal Joseph Ratzinger a alguns aspectos da Teologia da Libertação (TdL), especificamente quanto à utilização do marxismo. Esta reflexão é pertinente, sobretudo, por três razões: em primeiro lugar, pela reflexão do Cardeal sobre o conceito de “libertação”, compreendido na América Latina a partir desta nova teologia; em segundo lugar porque Ratzinger identifica o subcontinente como sendo o “centro de gravidade”¹ da Teologia da Libertação, embora esta não fosse um fenômeno exclusivamente latino-americano. Além disso, Ratzinger analisa a TdL como “uma forma de imperialismo cultural”, lembrando que não se trata de um produto original, mas apropriado de “intelectuais nascidos ou formados no Ocidente opulento”². O objetivo é, portanto, compreender melhor a crítica da Igreja à Teologia da Libertação.

PALAVRAS-CHAVE: Ratzinger; Teologia da Libertação; América Latina.

ABSTRACT: This article aims to analyze the details of the criticisms made by the then Cardinal Joseph Ratzinger of some aspects of Liberation Theology (LT), specifically its usage of Marxism. This reflection is relevant specially for three reasons: firstly, the Cardinal's reflection on the concept of "liberation", which is understood in Latin America from this new theology; secondly because Ratzinger identifies the subcontinent as the "center of gravity" of liberation theology, although it was not an exclusively Latin American phenomenon. Furthermore, Ratzinger analyzes the liberation theology as "a form of cultural imperialism", bearing in mind that this is not an original product, but appropriate of "intellectuals born or formed in the affluent West." Therefore, the goal to be achieved is the better understanding of the criticism of the Church to liberation theology.

KEYWORDS: Ratzinger; Liberation Theology; Latin America.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo utilizaremos três documentos essenciais, ao redor dos quais toda a análise da posição de Ratzinger e, conseqüentemente, de Roma quanto à Teologia da Libertação será

1 MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. *A Fé em Crise?: O Cardeal Ratzinger se interroga*. Trad.: Pe. Fernando José Guimarães. São Paulo: E.P.U., 1985. p. 136.

2 *Ibid.* p. 145.

construída, a saber: o capítulo XII do livro-entrevista *A Fé em Crise?* (1984), onde Ratzinger respondeu a uma série de questões importantes sobre o tema, feitas pelo jornalista e escritor italiano Vittorio Messori, e onde também está contida uma reflexão pessoal de Ratzinger chamada *Algumas Observações Preliminares*³; a conhecida, mas frequentemente sub-analisada, *Instrução sobre Alguns Aspectos da “Teologia da Libertação”* (1984), ou *Libertatis Nuntius*⁴, onde a postura da Igreja, perante essa nova corrente teológica, é definida; e a *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.* (1985), na qual a *Congregação para a Doutrina da Fé* (CPDF)⁵, comandada por Ratzinger, concluiu o processo contra ele iniciado em 1982, cujo resultado foi a condenação do religioso a um ano de “silêncio obsequioso”. Percebe-se, portanto, que em um curto período a *Congregação para a Doutrina da Fé* e o Cardeal Ratzinger, pessoalmente, esforçaram-se para barrar o desenvolvimento deste ramo teológico, sobretudo na América Latina; o empenho rendeu frutos, pois a partir disso os teólogos ligados à TdL foram paulatinamente retirados de suas cátedras universitárias e seus trabalhos perderam o crédito para muitos católicos.

Essa perseguição densa e sistemática foi um desejo de João Paulo II (1978-2005), ávido por desestruturar o comunismo na Polônia, sua terra natal, e a própria URSS. Se o marxismo passou a ser o grande alvo do Vaticano, não era possível admitir que uma teologia o utilizasse como instrumento de análise ou sequer que oferecesse perspectivas para qualquer aprofundamento teológico; ou esta é apenas a primeira conclusão a que podemos chegar. No campo político, João Paulo II se aliou aos Estados Unidos, bem como procurou fortalecer de todas as formas a Democracia Cristã italiana e o Sindicato autônomo polonês *Solidarność*⁶; mas, no campo teológico, o Papa contava com um dos nomes mais prestigiados da teologia após o Concílio Vaticano II, o Cardeal Joseph Ratzinger. Três anos após ter se tornado o Prefeito da *Congregação para a Doutrina da Fé* (1981), Ratzinger iniciou uma sequência de intervenções e questionamentos sobre as bases gerais da Teologia da Libertação de corte marxista. O primeiro texto consistente ficou conhecido com o título *Eu vos explico a Teologia da Libertação*, mas como este foi popularizado a partir de uma entrevista concedida ao jornalista Vittorio Messori, onde encontramos seu conteúdo, faremos referência ao texto com o título utilizado nesta versão, *Algumas Observações Preliminares*.

3 *Ibid.* p. 135-145.

4 Mensagem de Liberdade.

5 Denominação atual do antigo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

6 “Solidariedade”. Conf.: BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo*. Trad.: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996. p. 239-396.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Na época em que Ratzinger concedeu a entrevista a Vittorio Messori, posteriormente transformada em livro, a Instrução *Libertatis Nuntius* já estava escrita, mas ainda aguardava a sua publicação. Entretanto, no lugar desta, já havia sido publicada, em março de 1984, uma reflexão teológica pessoal do Cardeal sobre a TdL, suas “Observações Preliminares”. Nesta análise Ratzinger se interroga sobre o que é propriamente a teologia da libertação.⁷ Em resumo:

Podemos dizer que a teologia da libertação pretende dar uma nova interpretação global do cristianismo: explica o cristianismo como uma práxis de libertação e pretende constituir-se, ela mesma, num guia para tal práxis. Mas, uma vez que, segundo esta teologia, toda realidade é política, também a libertação é um conceito político e o guia rumo à libertação deve ser um guia para a ação política. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 136).

Assim ficou construída a primeira definição de uma TdL com viés marxista, um caminho para a “libertação”, sendo este conceito variavelmente compreendido dependendo do lugar. No caso da América Latina, o termo “libertação” está relacionado à libertação social, política e econômica. É importante salientar que, teologicamente, a expressão “libertação” está ligada à salvação dos pecados, à “redenção”, realidade que, segundo a análise do cardeal, a TdL considerava secundária. Aparentemente, Ratzinger retirou suas conclusões da obra de Gustavo Gutiérrez (1928)⁸, e a partir desta encontrou duas raízes principais da TdL: uma interpretação distorcida do Concílio Vaticano II e a teologia de Rudolf Bultmann (1884-1976)⁹, além da expressiva situação de miséria latino-americana, a qual destoava do estilo de vida que a América do Norte e a Europa ostentavam.

Para Ratzinger, o grande perigo da TdL é que esta contém em si uma “verdade que se esconde sob o erro”, e por isso considera que

Indubitavelmente, é preciso ter presente que um erro é tanto mais perigoso quanto maior for a proporção do núcleo de verdade que ele contém. Além disso, o erro não poderia apropriar-se daquela parte de verdade se tal verdade fosse suficientemente vivida e testemunhada em seu lugar próprio, isto é, na fé da Igreja. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 135).

Este “núcleo de verdade” que a TdL, utilizando-se da análise marxista, contém, é a crítica severa ao sistema capitalista, com a qual o cardeal concorda. Ratzinger chegou a afirmar que “é infernal a cultura do Ocidente quando persuade as pessoas

7 É importante destacar que o autor, no início do texto, esclarece que quando utiliza a expressão “teologia da libertação” faz referência à teologia que se apropria da “opção fundamental marxista”.

8 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

9 Teólogo luterano alemão. Bultmann fez uma separação radical entre o “Jesus histórico” e o “Jesus da fé”, negou o Magistério da Igreja e defendeu o uso da hermenêutica como forma de atualizar as Escrituras. A trilogia, *Jesus de Nazaré*, escrita por Ratzinger já como Papa Bento XVI, foi uma resposta a Bultmann.

de que o único objetivo da vida são o prazer e o interesse privado” (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 146). A força de atração desta teologia se concentraria no fato de que suas críticas são verdadeiras e seus métodos parecem eficazes, coerentes com a fé cristã. É por este mesmo motivo que o marxismo é mais perigoso do que o hedonismo e o consumismo ocidentais:

É que, na ideologia marxista, aproveitando-se também a tradição judaico-cristã, transformada porém em um profetismo sem Deus, instrumentalizam-se para fins políticos as energias religiosas do homem. (...) É tal perversão da tradição bíblica que leva ao erro muitos crentes, convencidos, em boa fé, de que a causa de Cristo seja a mesma da que é proposta pelos anunciadores da revolução política. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 146-147).

A TdL retoma, portanto, o antigo encontro entre fé e política, há muito evitado, teoricamente, pela Igreja.

A primeira e principal crítica de Ratzinger é, portanto, a transformação do sentido escatológico da “redenção” ou “salvação”, os quais fazem referência à vida eterna, em “libertação”, o que no caso latino-americano foi compreendido como libertação política e econômica. Além disso a nova vertente teológica foi acusada de criar uma dicotomia entre a expressão “Povo de Deus”, muito utilizada no Concílio Vaticano II, e “Hierarquia”, colocando o Clero contra os fiéis leigos; os conceitos de Deus e Revelação também teriam sido substituídos por uma hermenêutica da História, a qual seria a única capaz de validar, cientificamente, as Escrituras e até mesmo o papel de Jesus Cristo; o conceito de “Verdade”, tão caro ao dogmatismo católico, foi submetido à “Ação”, pois esta só se realizaria na História e na *práxis*, uma tentativa, portanto, de substituir a “ortodoxia” pela “ortopráxis”.

Os irmãos Boff¹⁰, em um artigo escrito na Revista Eclesiástica Brasileira (REB)¹¹, responderam com muita cautela às críticas do cardeal. Os apontamentos foram acolhidos como sendo pertinentes, porém ambos não se reconheceram neles, afirmando que há um claro equívoco entre a “letra” e as “intenções” na TdL. Por outro lado, justificam a falta de compreensão do cardeal dizendo que este permanecera na lógica da “teologia clássica”; segundo eles, a TdL é apenas o desenvolvimento da teologia clássica, portanto a atual e verdadeira teologia; entretanto, os teólogos que não conseguiram perceber essa transição, também não conseguirão entendê-la na sua complexidade e nos seus objetivos. Quanto ao uso da perspectiva marxista, os Boff reconheceram que houve “certas fusões e confusões entre conceitos marxistas e teológicos”, mas esta não era a marca decisiva da TdL, sendo o marxismo apenas uma “ferramenta intelectual” que fez com que a figura do “pobre” tomasse “uma

10 Teólogos católicos brasileiros Clodovis e Leonardo Boff.

11 BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista*. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 44, n. 173, p. 115-120, mar. 1984.

densidade material mais concreta”. Após esta autocrítica os teólogos defenderam a conveniência da TdL, pois esta vê o fenômeno da pobreza não apenas como um desafio ou uma situação econômica, mas também como uma “experiência ética, mística e teológica”.

O texto chamou a atenção de muitos teólogos; entretanto, o impacto foi relativamente leve, pois tratava-se de uma reflexão pessoal de um cardeal, não tinha poder normativo ou disciplinar. Mas, em setembro do mesmo ano, veio a público um documento oficial da *Congregação para a Doutrina da Fé*, o que representava muito mais do que um simples exercício intelectual.

Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”

Em setembro de 1984 foi publicada a *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*, o principal documento oficial da Igreja sobre este tema, cujo objetivo era:

Chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista. (CPDF, 1984, Introdução).

O documento refaz uma espécie de caminho trilhado pela Igreja sobre temas sociais ao longo do século XX, o mesmo feito por muitos teólogos da libertação, onde reconheceu a situação escandalosa “das gritantes desigualdades entre ricos e pobres”, bem como denunciou a “gigantesca corrida armamentista” daquele período. Reconheceu também a legitimidade do tema da libertação e fez uma breve análise dos seus fundamentos bíblicos, recorrendo principalmente ao velho testamento, recurso também utilizado por Gustavo Gutiérrez¹². Tais temas, lembrou a *Instrução*, foram expostos pelo Magistério da Igreja em diversos pronunciamentos pontifícios e na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II; portanto é notável a preocupação de esclarecer que a *Instrução* trataria

Somente das produções daquela corrente de pensamento que, sob o nome de “teologia da libertação”, propõem uma interpretação inovadora do conteúdo da fé e da existência cristã, interpretação que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé. (CPDF, 1984, VI; 9).

A preocupação da Igreja nesse momento era, portanto, apenas quanto à análise marxista presente em determinados modelos de TdL. Tal análise, segundo a *Instrução*, é tida como “científica” para estes teólogos e seriam, por essa razão, aplicáveis à situação latino-americana. Mas alguns elementos que a CPDF compreendia como

12 Gustavo Gutiérrez, *op. cit.*, p. 130-136.

sendo próprios e inseparáveis do marxismo não se encaixavam à perspectiva cristã, tais como a “concepção totalizante do mundo”, “o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos” (CPDF, 1984, VII; 6 e 9), bem como a “lei da luta de classes” e “a contra-violência revolucionária” (CPDF, 1984, VIII; 6-7), elementos contrários ou incompatíveis de alguma forma com a visão de mundo cristã-católica. As características elencadas teriam conduzido a TdL de corte marxista a erros graves, como uma relevância exacerbada da História e a subordinação da fé e da teologia a critérios políticos, fatos que colocavam “em xeque a estrutura sacramental e hierárquica da Igreja”, esvaziava-a de sua “realidade específica (...), dom da graça de Deus e mistério de fé”.

A TdL era vista, portanto, como uma “nova interpretação que atinge todo o conjunto do mistério cristão”, sobretudo quanto à estrutura da Igreja e sua representatividade. Isso seria fruto de uma leitura parcial e exclusivista da Bíblia, uma “releitura essencialmente política”, que prometia uma verdadeira unidade eclesial não mais provinda de Deus, mas da revolução, da luta da “classe histórica dos pobres”; tratava-se da substituição de uma realidade escatológica por uma utópica. São erros, segundo a *Instrução*, que partem de uma reinterpretação, a partir do ponto de vista marxista, da figura do “pobre”:

Perverte-se deste modo o sentido *cristão* do pobre e o combate pelos direitos dos pobres transforma-se em combate de classes na perspectiva ideológica da luta de classes. A *Igreja dos pobres* significa então Igreja classista, que tomou consciência das necessidades da luta revolucionária como etapa para a libertação e que celebra esta libertação na sua liturgia. (CPDF, 1984, IX; 10)

Desta forma o documento denunciava uma tentativa de “amalgama pernicioso entre o *pobre* da Escritura e o *proletariado* de Marx”. Tal visão globalizante e que acabava transformando o “pobre” em “objeto de fé”, terminaria por partidizar o cristianismo, elementos que tornam “extremamente difícil, para não dizer impossível, (...) um verdadeiro diálogo”.

O teor geral da *Instrução* é a crítica aos pressupostos teológicos da TdL, sua eclesiologia, certo relativismo da fé feito em função do conceito de luta de classes, etc. Porém, ao final do documento, pode-se notar o peso que a Guerra Fria tinha nas análises do Magistério. Nas “Orientações” da *Instrução*, a CPDF procurou mostrar que a mudança das estruturas por si mesmas, não era capaz de gerar uma sociedade melhor, para tanto mirou no exemplo soviético:

Um fato marcante de nossa época deve ocupar a reflexão de todos aqueles que desejam sinceramente a verdadeira libertação dos seus irmãos. Milhões de nossos contemporâneos aspiram legitimamente a reencontrar as liberdades fundamentais de que estão privados por regimes totalitários e ateus, que tomaram o poder por caminhos revolucionários e violentos, exatamente em nome da libertação do povo. Não se pode desconhecer esta vergonha de nosso tempo: pretendendo

proporcionar-lhes liberdade, mantêm-se nações inteiras em condições de escravidão indignas do homem. Aqueles que, talvez por inconsciência, se tornam cúmplices de semelhantes escravidões, traem os pobres que eles queriam servir. (CPDF, 1984, XI; 10).

Não há, como se pode ver, uma separação clara entre as críticas teológicas dirigidas à TdL e às políticas dirigidas à União Soviética, fortemente combatida por João Paulo II; isto apesar da defesa do apoliticismo, feita pela CPDF, que a fé católica deveria apresentar.

O Pe. João Batista Libânio observou em seu artigo, intitulado *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*¹³, que a Igreja estava preocupada com a manutenção da fé dos países do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina, já que estes representariam “dentro de alguns anos a parte viva da Igreja Católica”. Porém, esse esforço foi realizado sem conhecimento básico da realidade latino-americana; o contexto europeu, nesse período, era o da secularização acelerada, a descrença ou simples indiferença religiosa começava a incomodar a Igreja e forçá-la a encontrar soluções; o mesmo não se dava na América Latina, onde as práticas religiosas continuavam fortes, a maior ameaça para a fé no contexto latino-americano não era a indiferença, mas sim a “injustiça social existente”, que se tornou “o grande perigo secularizante e ateizante”, a verdadeira ameaça à “credibilidade da Igreja” (LIBÂNIO; VÁZQUEZ, 1985, p. 163). Libânio chegou a reconhecer e citar elementos positivos contidos na *Instrução*, mas destacou o uso distorcido que setores conservadores da sociedade e da imprensa fizeram dele. Este uso poderia ser muito perigoso, pois as ditaduras militares estavam em um processo de desestabilização na América Latina; um documento que oferecia mais medos sobre a questão do marxismo significava um suporte para o retardamento deste processo.

Comentários, artigos e capítulos inteiros de livros foram dedicados à análise deste texto; uma relação destes exigiria um trabalho maior, portanto passaremos a um breve estudo dos resultados práticos do documento, através de uma leitura da *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Ecclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.*; na sequência tentaremos uma síntese interpretativa.

Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Ecclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M

Poucos teólogos da libertação, de fato, receberam notificações da CPDF e/ou foram condenados pessoalmente por esta. Leonardo Boff, entretanto, é um caso grave, pois além da notificação chegou a ser condenado a um ano de “silêncio obsequioso”. A razão do “silêncio” está na sua obra *Igreja: Carisma e Poder*, onde o

13 LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 17, n. 42, p. 151-178, maio/ago., 1985.

teólogo não economizou críticas à estrutura hierárquica e burocrática da Igreja, bem como ao que ele chama de “dogmatismo”. Boff não acreditava que a Igreja fosse uma vontade explícita de Jesus, mas que tenha sido gerada de uma necessidade humana de institucionalização; se a Igreja, a partir deste ponto de vista, é apenas uma organização humana, deveria estar em constante adaptação ao tempo e ao lugar onde está presente. Considerando a mesma perspectiva, a separação entre as igrejas cristãs, principalmente entre protestantes e católicas, não teria sentido teológico; para explicar esta realidade, Boff utilizou um trecho aparentemente dúbio da *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II; Ratzinger, no texto da *Notificação*, analisou que “a subversão do significado do texto conciliar sobre a subsistência¹⁴ da Igreja está na base do relativismo eclesiológico de Boff”, o que invalidaria seu argumento sobre a essência da Igreja.

O teólogo também fez uma diferença entre “dogma” e “dogmatismo”, identificando o termo “dogma” como sendo uma realidade é válida somente “para um determinado tempo e circunstâncias”, enquanto “dogmatismo” seria quando o “dogma” excede os seus limites de validade e se torna apenas um resquício vazio da Tradição. A diferença e a ressignificação dos termos não foram aceitas, naturalmente, pela CPDF, a qual lembrou que “o sentido das fórmulas dogmáticas permanece sempre verdadeiro e coerente, determinado e irreformável”, afirmando que a “a verdade expressa pelas palavras de fé não só não oprime o homem, mas o liberta”, enquanto que “uma concepção dialética e relativizante o expõe a um decisionismo arbitrário”. Tratava-se, portanto, de um embate aberto entre uma postura de conservação do “depósito da fé” contra outra que valorizava, na compreensão deste, um processo dialético da história, com acento no primado da *práxis*, elementos da análise marxista.

Por fim, foi denunciada, na *Notificação*, a apropriação do princípio de “luta de classes” na estrutura hierárquica da Igreja. Boff inseriu o conflito exposto por Marx, entre o capitalista e o trabalhador, no seio da Igreja, contrapondo o “Povo de Deus” e o “Magistério”, sendo este último o produtor dos sacramentos, ou seja, do “material simbólico”, enquanto o “Povo de Deus” seria um mero consumidor, dependente da hierarquia eclesial; era uma associação direta entre fé e sociologia. Embora tenha reconhecido o “perigo de abusos”, nos quais os fiéis poderiam ter dificuldades de participar da “vida da Igreja”, Ratzinger esclareceu:

Mas interpretar a realidade dos sacramentos, da hierarquia, da palavra e de toda a vida da Igreja em termos de produção e consumo, de monopólio, expropriação, conflito com o bloco hegemônico, ruptura e ocasião para um modo assimétrico de produção, equivale a subverter a realidade religiosa. (CPDF, 1985, p. 4).

14 O termo “subsistência”, oficialmente, teria sido usado no texto para dizer que as outras igrejas cristãs possuem apenas elementos eclesiais, ou seja, não são “igrejas” por completo, mas mantêm características que as aproximam da “Igreja”; enquanto isso a única Igreja de Cristo, propriamente dita, subsistiria apenas na Igreja Católica. Boff interpretou que o termo “subsistência” se relacionava ao fato de que a Igreja Católica é uma igreja ao lado das demais, sendo que a Igreja de Cristo apenas “subsiste” e não “é” pura e simplesmente a Igreja Católica.

Mais uma vez estava posto o problema considerado na *Libertatis Nuntius*, o marxismo não seria tolerado nas reflexões teológicas da Igreja.

Apesar de todo esse esforço para evitar o marxismo, algumas contradições providas até mesmo do Papa João Paulo II chamam a atenção. O filósofo, Enrique Dussel, em seu artigo intitulado *Teología de la Liberación y Marxismo*¹⁵, faz uma comparação entre a encíclica *Laborem Exercens* (1981) e certas categorias de análise marxista. Dussel observou que a encíclica possuía um “conocimiento muy inteligente de Marx” e identificou algumas coincidências quase literais entre um e outro. Por exemplo, um trecho do número seis da encíclica: “Algunos trabajos realizados por el hombre pueden tener un *valor* objetivo..., sin embargo...ellos se miden con el metro de *la dignidad del sujeto* mismo del trabajo, o sea de la persona.” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 138), comparado com um trecho do *Grundrisse* de Marx: “El trabajo como *pobreza absoluta*...existe sin mediación, ... y sólo puede ser una objetividad no separada de la *persona*, (...) de la *persona viva* de un ser humano” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 138); se até mesmo o Papa, em um texto oficial, demonstrou domínio e se utilizou de um vocabulário próprio de Marx, por que a teologia da libertação latino-americana não pôde fazer o mesmo? O caso de Leonardo Boff era específico, pois a própria essência da Igreja Católica foi questionada; mas as observações que Ratzinger faz da obra não se dissociam do uso que este faz do marxismo, como o “materialismo dialético” ou o princípio da “luta de classes”; o momento no qual a *Laborem Exercens* foi publicada não era neutro, pois o começo da década de 1980 também fora o começo da perseguição sistemática à Teologia da Libertação. Considerando que Dussel deu apenas um exemplo dos muitos que o mesmo disse poder encontrar, tais fatos parecem obscuros ou até mesmo contraditórios; vamos procurar um caminho para elucidá-los.

O Pensamento de Joseph Ratzinger na Raiz da Perseguição

O Cardeal Ratzinger, enquanto procurava se afastar da TdL, utilizava-se das suas bases em várias intervenções, da mesma forma que João Paulo II; por exemplo, quando disse:

A Teologia tenta responder (...) ao problema mais dramático do mundo hoje, isto é, o fato de que, apesar de todos os esforços, o homem não está redimido, não é de forma alguma livre; pelo contrário, conhece uma crescente alienação. E isso transparece em todas as atuais formas da sociedade. A experiência fundamental de nossa época é justamente a da ‘alienação’ (...). É a experiência de uma humanidade que se separou de Deus e, dessa forma, não encontrou a liberdade, mas tão somente a escravidão. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 133).

A mesma ideia se encontra elaborada no seu artigo, intitulado *Política y*

15 In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990. p. 115-144.

*Salvación: Acerca de la relación de la fe, lo racional y lo irracional, en la llamada Teología de la Liberación*¹⁶ (1987), onde, nas primeiras linhas, afirmou:

Cuando hay hombres que padecen hambre y mueren de hambre; cuando su pobreza y su impotencia son también privación de derechos; cuando hay niños que nacen con un futuro sin esperanza a la vista, se hace difícil afirmar que han sido “salvados”. A la luz de este trasfondo debe entenderse la teología de la liberación. (RATZINGER, 1987, p. 1).

Por isso é necessário compreender os detalhes das críticas do Cardeal acerca da TdL, para entender o que, de fato, fez Roma se manifestar com tanta ênfase. Dividiremos as análises de Ratzinger em dois grupos temáticos (embora pudessem ser ampliados).

A Teologia da Libertação e seus aspectos culturais: Ratzinger observou que, apesar de a América Latina ser considerada o berço da TdL, esta “não é, de forma alguma, um produto autóctone”, mas que

Europeus são os teólogos que a iniciaram, europeus ou educados em universidades europeias são os teólogos que a fazem crescer na América do Sul. Por trás do espanhol e do português dessa pregação, pode-se perceber, na realidade, o alemão, o francês e o anglo-americano. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 145).

Nesse sentido, seria muito importante um estudo mais aprofundado sobre a influência que a Universidade Católica de Lovaina (belga) e, especificamente, o teólogo François Houtart, tiveram na formação de teólogos como Gustavo Gutiérrez, Juan Luis Segundo, Clodovis Boff, entre outros. Além desta ligação, Ratzinger citou em seu artigo, *Política y Salvación*, o texto do filósofo colombiano Ricardo Veléz Rodríguez, chamado *Messianismo Político e Teologia da Libertação*¹⁷, o qual buscou as origens da TdL no conceito de “religião civil” de Rousseau (1712-1778) e, através deste, nas obras de Saint-Simon (1760-1825), segundo o qual a religião deveria impulsionar a igualdade social, e Hugo Lamennais (1782-1854), que destacou o papel de libertação política da religião; todos teriam concebido, a seu modo, maneiras de utilizar a religião de forma imanente, como um meio que teria apenas a função de ordenar e pacificar o contexto social. A TdL, portanto, seria apenas mais uma tentativa de adaptação do pensamento europeu à realidade latino-americana, e não uma construção totalmente original.

A Teologia da Libertação e seus aspectos políticos: diferente do Papa Paulo VI (1963-1978), o qual tentou manter boas relações com os países comunistas¹⁸, João Paulo II (1978-2005), testemunha da opressão do regime comunista na

16 In: Revista *Tierra Nueva* 60, (1987) p. 38-51. A versão do texto utilizada neste artigo foi retirada da Internet. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/apologetica/teologia/salvacion.htm>

17 In: Revista Internacional de Teologia e Cultura *Communio* 6 (1983): 32-61.

18 Conf.: MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad.: Maria José Figueiredo. São Paulo: Ed. Caminhos Romanos, 2012. p. 486-490.

Polônia, fez tudo o que estava ao seu alcance para derrubar a “cortina de ferro”, principalmente em seu país de origem. A América Latina, como já foi visto mais acima, não poderia sofrer os mesmos processos revolucionários, mesmo que, para isso, o Vaticano tivesse que se aliar aos Estados Unidos. A Revolução Cubana (1959), no entanto, mostrava-se uma porta de entrada do comunismo para todo o continente; curiosamente, em uma viagem feita à Cuba em 1985, Frei Betto relatou que, em uma conversa com Fidel Castro, ele teria dito que “a Teologia da Libertação é mais importante que o marxismo para a revolução latino-americana”¹⁹; acrescenta-se a isso a seguinte reflexão de Gustavo Gutiérrez:

Conceber a história como processo de libertação do homem é perceber a liberdade como conquista histórica, é compreender que a passagem de uma liberdade abstrata a uma liberdade real não se realiza sem luta – cheia de escolhos, de possibilidades de extravios e tentações de evasão – contra tudo o que oprime o homem. Este fato implica não apenas melhores condições de vida, radical mudança de estruturas, revolução social, mas muito mais: a criação contínua e sempre inacabada de nova maneira de ser do homem, uma *permanente revolução cultural*. (GUTIÉRREZ, 1975, p. 40).

Os convites à “revolução social” e “cultural” presentes na reflexão teológica do sistematizador da TdL não passariam despercebidas pelo Vaticano. Tratava-se, portanto, de uma luta política em campo teológico. A partir disso, pode-se compreender que quando o Magistério da Igreja utilizou algumas perspectivas de análise marxistas, o fez acreditando que estas estavam esvaziadas de teor ideológico, enquanto na América Latina as mesmas estavam embebidas de uma conotação verdadeiramente revolucionária. O teólogo Clodovis Boff, outrora importante promotor da TdL ao lado de seu irmão, Leonardo Boff, entrevistado pela *Folha de S. Paulo* em março de 2013²⁰, fez uma profunda autocrítica, confirmando que muitas vezes a TdL se degenerou em ideologia²¹.

Ratzinger, por sua vez, percebia a relação entre teologia e política, no caso da TdL, como um erro fundamental:

La falla propiamente teológica me parece que está en la ordenación sistemática del problema político-social, el cual no puede encontrar su lugar apropiado en la doctrina de la salvación, a partir de la lógica y de las posibilidades de la teología. (RATZINGER, 1987, p. 12).

Segundo ele, a junção entre teologia e política só poderia gerar uma “utopia”,

19 Frei Betto. *O Paraíso Perdido*. Ed. Geração, 1993. p. 166.

20 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/03/1244071-essencia-da-teologia-da-libertacao-foi-defendida-pelo-papa-diz-irmao-de-leonardo-boff.shtml>

21 Em 2007, Clodovis Boff publicou um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB) afirmando que o erro de fundo da TdL fora ter feito da “opção pelos pobres” seu eixo epistemológico, realizando, desta maneira, uma “viragem antropológica”, ou seja, quando “o princípio de base operativo da teologia deixa de ser Deus e passa a ser o pobre”. Conf.: BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e Volta ao Fundamento*. Revista Eclesiástica Brasileira, 268 (2007), p. 1001-1022.

cuja divindade própria é a história, onde supostamente se realiza. Através desta união, não será mais Deus aquele que trará um mundo melhor, o Paraíso, mas o homem pobre e oprimido que, em sua luta histórica, conseguirá alcançar tal estado de bem-estar por si mesmo. Ratzinger procurou esclarecer porque esta mudança é errônea:

En el intento teológico de la liberación de poner en juego la utopía como campo medio entre la razón empírica y la fe, se percibe algo justo, pero erróneamente aplicado, por cuanto el predominio de la utopía se traga la razón, y a la fe la vacía de contenido. (RATZINGER, 1987, p. 15).

Tratava-se, portanto, de um erro que esvaziava a fé, por um lado, e “engolia” a razão, por outro. Mas, neste sentido, Ratzinger elaborou uma consideração importante. Embora não reconhecesse que a TdL tivesse raízes latino-americanas, como visto anteriormente, afirmava que

En ninguna otra parte, la fusión entre la religión y la política, entre la fe y la utopía, podría desarrollar una evidencia tan inmediata y un poder de penetración tan claro, emocional e intelectual, como en Latinoamérica, llena de religiosidad vital y de problemas sociales y políticos elementales, y ambas cosas entrelazadas en una vieja tradición teo-política. (RATZINGER, 1987, p. 11-12).

A raiz da TdL poderia não ser europeia, mas seus galhos, folhas e frutos só poderiam ter se desenvolvido na América Latina. Seria o primeiro passo de um reconhecimento de autonomia teológica latino-americana? Qual foi o papel que esta originalidade teológica teve na produção intelectual do cardeal? Estas reflexões serão feitas em uma pesquisa posterior.

CONCLUSÕES

Como as intervenções da CPDF e do Cardeal Ratzinger interferiram na produção intelectual dos teólogos da libertação? Evidentemente a perseguição representou obstáculos muito difíceis e, de certa forma, atrasou o desenvolvimento e a maturidade da TdL na América Latina; mas a Igreja, como instituição universal, acabou gerando resultados que foram além dos mais óbvios. Por exemplo, Clodovis Boff, em seu artigo *Epistemología y Metodo*²², disse que “Con sus documentos oficiales sobre la teología de la liberación, dirigidos a toda la Iglesia, Roma ha contribuido decisivamente a transformar esta teología en teología universal, es decir, ‘católica’” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 83); a perseguição, ao menos, contribuíra para a divulgação, a nível global, da TdL. Por outro lado, as críticas do Magistério, embora pouco construtivas em muitos aspectos, ajudaram a posterior autocrítica de vários

22 In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990. p. 79-113.

teólogos da libertação, oportunidades de amadurecimento teológico e intelectual.

Outra observação que consideramos importante: as análises de Ratzinger são coerentes e possuem argumentos sólidos. O medo manifestado pela Igreja de que a TdL pudesse ser um auxílio aos projetos revolucionários na América Latina, apoiados pela União Soviética, tinha fundamento, assim como também era real o contra-argumento de que setores da Direita se aproveitaram das críticas da Igreja à TdL; a politização do período era praticamente inevitável. Mas findada a URSS, imediatamente as críticas da Igreja se voltaram contra os Estados Unidos, sobretudo com relação às guerras no Oriente Médio; vale recordar, da mesma forma, que Ratzinger, após ser eleito Papa, chegou a nomear para um dos postos mais importantes da Igreja, o de Prefeito da CPDF (seu antigo cargo), um discípulo de Gustavo Gutiérrez, o bispo alemão Gerhard Ludwig Müller. O medo da ideologia e politização somado às enormes diferenças culturais entre América Latina e Europa, portanto, estão na raiz do desentendimento teológico da década de 1980; contudo, o tempo e a crescente abertura de ambas as partes enriqueceram o pensamento social da Igreja Católica no final do século XX e abrem cada vez mais perspectivas neste início de século.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo*. Trad.: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista*. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 44, n. 173, p. 115-120, mar. 1984.

BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e Volta ao Fundamento*. Revista Eclesiástica Brasileira, 268 (2007), p. 1001-1022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Notificação sobre o Livro "Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Eclesiologia Militante" de Frei Leonardo Boff, O.F.M.*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850311_notif-boff_po.html. Acesso: agosto/2016.

ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 17, n. 42, p. 151-178, maio/ago. 1985.

MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad.: Maria José Figueiredo. São Paulo: Ed. Caminhos Romanos, 2012.

MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. *A Fé em Crise?: O Cardeal Ratzinger se interroga*. Trad.: Pe. Fernando José Guimarães. São Paulo: E.P.U., 1985.

RATZINGER, Joseph. *Política y Salvación: Acerca de la relación de la fe, lo racional y lo irracional, en la llamada Teología de la Liberación*. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/apologetica/teologia/salvacion.htm>. Acesso: julho/2016.

SUA EMPRESA PODE ESTAR DOENTE

Sandra Oliveira Ferrão

Psicóloga Clínica e Especialista em Pedagogia
Empresarial

Rio de Janeiro - RJ

Vanderlei Souto dos Santos

Pedagogo Licenciado e Especialista em
Pedagogia Empresarial.

Porto Alegre - RS

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é sensibilizar o empresariado sobre os aspectos organizacionais que podem influenciar negativamente na produtividade e nos lucros desejados pela organização empresarial. Estes aspectos são detectados a partir dos seguintes cenários apresentados: Quais os sintomas apresentados, Entrada e saída de colaboradores em espaço curto de tempo, Falta de treinamentos, Avaliação de desempenho insatisfatória, Metas não alcançadas, Qualidade baixa nos serviços e/ou trabalhos realizados, Baixo lucro, Baixa autoestima dos colaboradores e Dificuldades de relacionamento interpessoal. Por meio de procedimentos metodológicos e específicos da Pedagogia Empresarial, busca-se analisar os cenários acima citados para detectar a existência de indicadores sintomáticos de uma “doença organizacional” e a partir disso propor as soluções adequadas ao contexto do negócio. Uma organização poderá apresentar

esses sintomas, dessa forma, um “diagnóstico empresarial”, feito através de ferramentas específicas da Pedagogia Empresarial, poderá indicar que, de fato, sua empresa está doente e precisa de tratamentos específicos que trarão as soluções para seu negócio, trazendo benefícios para a organização. A partir do desenvolvimento desse artigo, concluiu-se que manter uma organização saudável implica em ter colaboradores, gestores, diretores e demais membros da empresa com saúde emocional e racional, expressando um equilíbrio comportamental na sua atuação profissional. Assim, evitam-se conflitos desnecessários e evidencia a influência prática das inteligências intra e interpessoais no cotidiano de trabalho. De igual modo, as múltiplas inteligências, somadas à Inteligência emocional no trabalho, podem contribuir na sanidade organizacional e nos relacionamentos entre os colaboradores da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico, doença, profilaxia, produtividade, lucro.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário atual da economia mundial, como se sabe, engloba todas as empresas, independentemente de seu tamanho e negócio. Esse fato, dissemina uma dinâmica no

ambiente empresarial que pode afetar profundamente os negócios de uma empresa.

Atualmente, o conceito de Empresa contrasta-se com o de Organização. Aquela se relaciona à parte administrativa e burocrática e esta envolve funções, relacionamentos profissionais, desempenhos, resultados, performance e toda a dinâmica do meio empresarial.

Assim sendo, é de grande importância para a empresa manter-se bem estruturada, organizada e planejada, inclusive com sua documentação jurídica e financeira em dia, evitando complicações futuras, traduzidas em “doenças crônicas”.

O objetivo do presente trabalho é sensibilizar o empresariado sobre os aspectos organizacionais que podem influenciar negativamente na produtividade e nos lucros desejados pela organização empresarial. Estes aspectos são detectados a partir dos seguintes cenários apresentados: Quais os sintomas apresentados, Entrada e saída de colaboradores em espaço curto de tempo, Falta de treinamentos, Avaliação de desempenho insatisfatória, Metas não alcançadas, Qualidade baixa nos serviços e/ou trabalhos realizados, Baixo lucro, Baixa autoestima dos colaboradores e Dificuldades de relacionamento interpessoal.

Dessa forma, por meio de procedimentos metodológicos e específicos da Pedagogia Empresarial, busca-se analisar os cenários acima citados para detectar a existência de indicadores sintomáticos de uma “doença organizacional” e a partir disso propor as soluções adequadas ao contexto do negócio.

A solução encontrada, após o diagnóstico, deverá ser personalizada e individualizada de acordo aos princípios filosóficos e éticos, os valores, os objetivos e a missão da organização, em função de uma execução das sugestões propostas.

A partir do desenvolvimento desse artigo, concluiu-se que manter uma organização saudável implica em ter colaboradores, gestores, diretores e demais membros da empresa com saúde emocional e racional, expressando um equilíbrio comportamental na sua atuação profissional. Assim, evitam-se conflitos desnecessários e evidencia a influência prática das inteligências intra e interpessoais no cotidiano de trabalho.

De igual modo, as múltiplas inteligências, somadas à Inteligência emocional no trabalho, podem contribuir na sanidade organizacional e nos relacionamentos entre os colaboradores da empresa. Portanto, na gestão de mudanças o conhecimento é fundamental para a gestão de pessoas, tudo isso alicerçado pela comunicação eficaz.

A consultoria tem papel importante na função de ser a mediadora entre um problema encontrado na organização e a solução proposta.

Assim sendo, o Pedagogo Empresarial é um agente imprescindível para executar essa função. Cabe ainda ressaltar, a necessidade constante e profilática com a intenção de manter a qualidade, o lucro e a saúde organizacional da empresa,

de treinamentos, aperfeiçoamentos e avaliações periódicas dos desempenhos dos colaboradores.

Por último, o trabalho revelou a importância do recrutamento e seleção, para que quando contratado o colaborador tenha um perfil profissional adequado às competências requisitadas pelo cargo em questão.

2 | UM POSSÍVEL CENÁRIO ORGANIZACIONAL

Atualmente, muitas são as queixas sobre “os problemas encontrados dentro das organizações”, na sua grande maioria estes problemas estão relacionados às pessoas membros das organizações e não ao trabalho em si – este facilitado pelas tecnologias modernas.

O cenário acima traz à evidência a importância do desenvolvimento da inteligência interpessoal. Segundo Campbell et al (2000, p.151),

“(...) Os indivíduos que demonstram um compromisso autêntico em relação às outras pessoas e a capacidade para melhorar a vida do outro exibem uma inteligência interpessoal positivamente desenvolvida”.

Assim sendo, o desenvolvimento dessa inteligência permite ao profissional um melhor trabalho em equipe, evitando ou minimizando possíveis queixas e conflitos interpessoais dentro da Organização.

Por outro lado, um processo de Recrutamento e Seleção bem estruturado e elaborado evitará uma série de incompatibilidades e falta de adequação entre o cargo e as funções exercidas pelo colaborador, possibilitando melhor desempenho da organização e evitando eventuais conflitos.

Portanto,

“(...) Qualquer falha causará grandes impactos no investimento realizado, na motivação dos empregados e no desenvolvimento dos processos de trabalho, podendo, conseqüentemente, gerar desestabilização no sistema, aumentando os custos e quebrando a cadeia fornecedor\cliente internos” (Carvalho et al, 2010, p. 56).

Dessa forma, empresas que contratam e descontratam colaboradores em períodos muito curtos refletem que algo não está adequado no ambiente organizacional. Reclamações e reclamações por parte dos colaboradores são simplesmente ignoradas e as influências disso se pode observar na produtividade baixa dos serviços e de todo trabalho realizado pelo corpo empresarial que não traz lucros suficientes para a empresa.

Lucros suficientes aqui referem-se à capacidade da organização de ser competitiva com ética, ter capital de giro positivo, contas em dia, honrar seus compromissos com seus colaboradores e contábeis.

Todavia, no processo de Recrutamento e Seleção, o currículo é apenas uma parte da seleção. A outra parte, que se refere às competências, está relacionada ao perfil do cargo que deverá ser ocupado por um profissional com os requisitos exigidos pelas funções a serem desenvolvidas.

Uma organização tem personalidade e identidade, é assim, portanto, um organismo vivo e dinâmico.

Às vezes, o simples treinamento não solucionará os desempenhos inadequados por parte de alguns colaboradores, visto que a questão pode ser de relacionamento interpessoal ou de cunho emocional, por exemplo. Estes aspectos podem indicar falta de satisfação, interesse, proatividade, autonomia e motivação. Dessa maneira, uma campanha para motivar pessoas deve começar no seio decisório da organização e desse ponto se irradiar pelo corpo social desta.

No treinamento, objetiva-se o aperfeiçoamento técnico das tarefas a serem executadas pelos colaboradores, sendo esse a parte técnica. A comportamental relaciona-se às características que o colaborador possui de maneira adequada às tarefas a serem executadas, podem ser observadas através de testes, avaliações, entrevista e exames.

Ribeiro (2010, p. 65), afirma que “Por meio das atividades de treinamento, a empresa viabiliza a obtenção dos seus propósitos”.

Dentro do mesmo contexto, a realização da Avaliação de Desempenho, instrumento usado para avaliar o desempenho dos colaboradores e da organização, pode revelar uma série de conhecimentos e informações que trazem as explicações sobre Metas não alcançadas, Qualidade baixa, Baixo lucro, Baixa autoestima dos colaboradores e Dificuldades de relacionamento interpessoal.

De acordo com SPECTOR (2011, p.80):

Uma avaliação de desempenho bem projetada baseia-se em uma análise do trabalho fundamentada em critérios que irão determinar os principais componentes a serem avaliados, objetivando o acompanhamento do desempenho do funcionário em exame.

Portanto, esta avaliação traz conhecimentos importantes sobre aspectos do desempenho dos colaboradores, sobretudo, em relação à produtividade do profissional examinado, possibilitando um feedback a este e uma abordagem para que sua performance venha a ser melhorada.

Sendo assim, sobre o tema acima RIBEIRO (2010, p. 58) afirma que:

Cabe ao Pedagogo Empresarial auxiliar o desenvolvimento de instrumentos e a capacitação quanto à observação sistemática do funcionário, à obtenção de dados e informações a respeito dos funcionários em termos do seu desempenho, assim como quanto à proposição de medidas com vistas a corrigir os desvios constatados.

Dessa forma, um “diagnóstico empresarial”, feito através de ferramentas específicas da Pedagogia Empresarial, poderá indicar que, de fato, sua empresa está doente e precisa de tratamentos específicos que trarão as soluções para seu negócio, trazendo benefícios para a organização.

O aspecto “doente” discutido aqui neste presente artigo tem origem nas relações entre os membros de uma determinada organização. Essa peculiaridade implica em saber que no próprio ambiente de trabalho se projetam as origens e efeitos de improdutividade, baixa eficiência e pouca ou nenhuma lucratividade, de modo que as origens, bem como seus efeitos precisam ser identificadas e neutralizadas, na medida do possível.

Entende-se que a “doença”, em termos genéricos tratada aqui, refere-se a uma série de reflexos que tem origem nas relações empresariais dentro da organização. Dessa forma, altos lucros não significam que uma organização está sadia.

No ambiente de trabalho, as emoções são relevantes. Segundo (Spector, 2011, p. 364), “(...) Emoções negativas no trabalho estão associadas a comportamentos nocivos às organizações, enquanto as emoções positivas são associadas às coisas positivas”.

Sendo assim, essas emoções negativas tendem a potencializar os conflitos interpessoais, tornando o ambiente empresarial estressante e exaustivo, podendo adoecer a organização.

Nesse cenário, o Pedagogo Empresarial tem o papel de identificar\diagnosticar comportamentos e atitudes que estejam interferindo no desempenho dos colaboradores, em suas funções.

Em outra perspectiva, manter o lucro não é uma tarefa fácil, já que este está vinculado à produtividade dos colaboradores. Dessa maneira, é necessário que eles estejam comprometidos, motivados e satisfeitos com o que a organização lhes oferece em termos de benefícios, reconhecimento, ambiente de trabalho, segurança e projeção profissional.

Outrossim, Spector (2011, p. 284) afirma que (...) “A motivação é geralmente descrita como um estado interior que induz uma pessoa a assumir determinados tipos de comportamento. (...)”.

Visto assim, o microcosmo empresarial traz uma série de situações novas para a vida cotidiana dos colaboradores, são relações totalmente diferentes de outros ambientes sociais, ainda que mantenham relações próximas com estes. Esse ambiente é sério em sua essência e não se dá ao luxo de perder tempo ou dinheiro nas relações que projeta e realiza.

Ele se veste dessa seriedade por que sabe que, caso não siga as leis que lhe são impostas por sua própria natureza de existir, poderá sofrer sérias consequências, inclusive sua decadência total em determinada sociedade.

Uma empresa pode não está se percebendo em um contexto conflituoso e desprovido de valores fundamentais do trabalho e assim afundar-se em resultados negativos na execução de seus negócios, não trazendo benefícios para a organização.

Por outro lado, um Especialista em Pedagogia Empresarial poderá detectar “coisas” imperceptíveis aos olhos dos membros envolvidos e, dessa maneira, propor soluções isentas e adequadas ao negócio da organização, em conjunto com os gestores da empresa que muito podem contribuir nesse processo.

Visto desse modo, os gestores têm papel fundamental de agregar conhecimentos em função das soluções para os problemas encontrados.

Essa visão externa é a mais adequada porque focaliza apenas o problema em si e não as pessoas, tenta entendê-lo, identificar suas causas e origens e elaborar soluções viáveis e reais a esse cenário empresarial.

Entretanto, essa visão externa, por sua vez, necessita ser compatível com a Missão, Visão, Valores e Estratégia da Organização (MVVE).

Portanto, as competências comportamentais do perfil do colaborador precisam ser compatíveis com as do cargo da empresa. Assim sendo, o inventário comportamental e os indicadores de competências são imprescindíveis durante a realização do Mapeamento de Competências.

Nesse sentido, LEME (2010, p. 45) define:

O Inventário Comportamental para Mapeamento de Competências é uma **Lista de Indicadores de Competências** que traduz a conduta do Comportamental Ideal desejado e necessário para que a Organização possa agir alinhada ao MVVE.

Assim sendo, as organizações atuais, em sua grande maioria, clama, ainda que em silêncio, por especialistas capazes de propor soluções objetivas e éticas para resolver os problemas que irão surgir, evitar os que podem vir e controlar e sanar os existentes

Todavia, a Gestão do Conhecimento pode muito contribuir nesse processo, pois ela permite uma Tomada de Consciência da realidade da dinâmica empresarial e assim possibilita decisões mais assertivas e adequadas às necessidades da organização, com seus objetivos estratégicos.

Sendo assim, LOPES (2009, p. 52) escreveu que:

Utilizamos também a Pedagogia para organizarmos, de forma útil e dinâmica, o conhecimento construído dentro das empresas. Conhecimento este que, se valorizado, lapidado e sempre renovado, dará suporte para novos investimentos, novas formatações de atuações, novas frentes de aprendizagens.

Seguindo uma mesma linha de raciocínio, a comunicação é a ferramenta básica para que a liderança exerça seu papel de forma decisiva na condução da organização, por isso, o entendimento/esclarecimento do que o líder irá informar

comunicando tem relevante importância nos resultados dos trabalhos realizados.

Dessa forma,

“A confiança outorgada a um líder só se conquista e se mantém se for arquitetada uma ponte com as outras pessoas, por meio da comunicação. Logo, a comunicação é sempre a melhor da decisão no processo da Gestão de Mudanças”.(Assad, 2010, p. 107)

Assim sendo, a comunicação eficaz é aquela que não provoca doenças emocionais, conflitos, confusão, relações interpessoais desarmoniosas e improdutividade, gerando baixo lucro nos negócios da empresa.

Por outro lado, a Gestão de Mudanças e a Gestão de Pessoas são instrumentos imprescindíveis para a gestão de uma Organização no mundo atual, dirigido pela globalização na sociedade do conhecimento e da informação.

Assim, Assad (2010, p. 129) escreveu que:

O processo da Gestão de Mudanças não se esgota, mas se renova constantemente, pois cada vez mais teremos novas demandas e novos desafios exigindo mudanças e transformações no cerne das empresas.

Portanto, o movimento que se verifica no âmbito empresarial e os constantes contatos com culturas diferentes ao redor do mundo produz a necessidade da mudança e esse fato torna o processo de Gestão de Mudanças imprescindível.

3 | CONCLUSÕES

A partir do desenvolvimento desse artigo, concluiu-se que manter uma organização saudável implica em ter colaboradores, gestores, diretores e demais membros da empresa com saúde emocional e racional, expressando um equilíbrio comportamental na sua atuação profissional. Assim, evitam-se conflitos desnecessários e evidencia a influência prática das inteligências intra e interpessoais no cotidiano de trabalho.

De igual modo, as múltiplas inteligências, somadas à Inteligência emocional no trabalho, podem contribuir na sanidade organizacional e nos relacionamentos entre os colaboradores da empresa.

Portanto, na gestão de mudanças o conhecimento é fundamental para a gestão de pessoas, tudo isso alicerçado pela comunicação eficaz.

A consultoria tem papel importante na função de ser a mediadora entre um problema encontrado na organização e a solução proposta. Assim sendo, o Pedagogo Empresarial é um agente imprescindível para executar essa função.

Cabe ainda ressaltar, a necessidade constante e profilática com a intenção de manter a qualidade, o lucro e a saúde organizacional da empresa, de treinamentos,

aperfeiçoamentos e avaliações periódicas dos desempenhos dos colaboradores.

Por último, o trabalho revelou a importância do recrutamento e seleção, para que quando contratado o colaborador tenha um perfil profissional adequado às competências requisitadas pelo cargo em questão.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Nancy Alberto. **As cinco fases da comunicação na gestão de mudanças**. Editora Saraiva. São Paulo, 2010.

CAMPBELL, Linda et al. **Ensino e Aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas**. Artmed Editora, Porto Alegre. 2000.

CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni et al. **Recrutamento e Seleção por Competências**. FGV editora. Rio de Janeiro. 2008.

LEME, Rogerio. **Aplicação Prática de Gestão de Pessoas por Competências**. 2ª Edição, Editora QualityMark, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Izolda (Organizadora), TRINDADE, Ana Beatriz, CADINHA, Marcia Alvim. **Pedagogia Empresarial: Formas e Contextos de Atuação**, Editora Wak, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia Empresarial: atuação do Pedagogo na empresa**, 6ª edição, Editora Wak, Rio de Janeiro, 2010.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**, 3ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2011.

O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: A PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

Rafael Silveira da Mota
Jaison Marques Luiz
Veronice Camargo da Silva
Mauricio Aires Vieira
Rafael Silveira da Mota

RESUMO: Em uma sociedade de constantes mudanças e infinitas incertezas, as cobranças para o exercício da docência têm sido mais desafiadoras, onde questionamo-nos, qual o perfil de docentes que se pretende formar? As universidades por sua vez têm sido mais acessíveis em diversas áreas, com os programas de incentivo, bolsas e financiamentos, dando suporte e democratizando o acesso. Sendo assim, o presente trabalho traz reflexões das abordagens e complexidades da docência no campo da Educação Física (EF), buscando identificar a visão real, quanto à importância do profissional na formação destes docentes, e averiguar as abordagens/tipos de estratégias dos acadêmicos e egressos do curso de E.F, em sua atuação. Diante disso, este estudo estrutura-se com uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, com a elaboração de questionário semiestruturado, aplicado com quatorze profissionais, formados/em formação, no curso de Licenciatura/Bacharelado em EF de uma universidade privada, localizada em Alegrete/RS. A pesquisa nos mostra a

disparidade dos perfis dos entrevistados, pois há uma composição curricular vigente diferenciada, entre graduados e acadêmicos. Este de perfil do egresso é nítido, por parte dos acadêmicos, no momento da reflexão acerca da sua formação e dos profissionais que contribuem para esta, pois os graduados demonstram uma conformidade com o que lhe foi oferecido. Contudo, essa reformulação do currículo, na busca de aperfeiçoamento que atenda suas especificidades das áreas, contribuindo para uma melhor qualidade na formação dos sujeitos, é relatado pelos entrevistados, que alguns docentes não acompanham a evolução das metodologias e as inserções de novas práticas nos espaços de trabalho, pois estes professores são reflexo de uma formação passada, a qual não acompanha essa atualidade. Além disso, questões como, intolerância/arrogância, o despreparo didático, a falta de planejamento, o constrangimento e o professor como detentor do saber, foram afirmativas levantadas pelos entrevistados em relação ao que repudiam e não aceitam enquanto metodologia para suas abordagens. Por fim, a responsabilidade de mostrar as várias possibilidades de empregar essa didática, conciliando sua práxis, o compromisso de exigir uma aprendizagem significativa de seus docentes, deve ser de ambas as partes, onde não podemos negar a existência de uma parcela

do quadro docente que não proporciona esses saberes significativos, dificultando o preparo docente, culpabilizando a falta de recursos e suporte do sistema, quanto este se depara com as realidades impostas pela prática, contrapondo essa minoria, temos professores que estimulam seus discentes à práxis, transpassando os conceitos abstratos e construindo conhecimentos concretos.

PALAVRAS-CHAVE: Docência; educação física; licenciatura; bacharelado; universidade.

A formação em docência é uma atividade árdua e desafiadora, que exige do educador uma constante disposição para aprender, reinventar, questionar e investigar sobre como e por que ensinar “mediar e construir”. Em uma sociedade de constantes mudanças e infinitas incertezas, as cobranças para o exercício da docência têm sido mais desafiadoras, onde questionamo-nos, qual o perfil de docentes que se pretende formar?

Para Tardif (2002), a prática reflexiva pode ajudar o professor a responder às situações incertas e flutuantes, dando condições de criar soluções e novos modos de agir e interagir com o mundo e suas transformações. Todavia, a reflexão por si só significa pouco, o aluno deve entender a complexidade e o processo de docência, tornando-se um profissional que reflete o porquê dessa abordagem e entende a essência do profissional, enquanto formador.

As universidades por sua vez têm sido mais acessíveis em diversas áreas, com os programas de incentivo, bolsas e financiamentos, dando suporte e democratizando o acesso. Percebe-se uma gradatividade das produções acadêmicas em relação à docência, visto que a maioria destas produções é proveniente das universidades públicas, as quais fomentam a pesquisa e a busca por novas e diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão, no contexto universitário, proporcionando uma reflexão ampla do mundo e de seus desafios.

Partindo desse pressuposto, na maioria das realidades privadas, percebe-se que a maior parte dos professores não procura e não incentiva à pesquisa educacional para melhorar suas práticas, nem sequer dando essa possibilidade, fora deste contexto.

Tem-se conhecimento que a maior parte dos professores não procura a pesquisa educacional para instruir e melhorar as suas práticas. Em decorrência disso, a participação dos discentes nos movimentos dos professores como pesquisador tem sido, preferencialmente, para produzir uma literatura acadêmica sobre a pesquisa de professores (MITCHEL, 1985, p. 81-96).

Contrapondo essa afirmativa, em partes, na realidade pública, nem todos os docentes têm esse olhar, há muitos que buscam incentivar seus alunos unicamente pelas suas áreas de afinidade, já no contexto privado se torna restrito esse acesso,

desconhecida inclusive pelos docentes, pois essas possibilidades de iniciação científica são insuficientes e não contemplam a amplitude da vida acadêmica.

Por outro lado, muitos universitários não buscam inserir-se nessas ações, por desconhecerem a relevância profissional que estas têm, pois contará para qualquer seleção pública ou privada, concurso, seleções de programas de pós-graduação, vindo a se preocupar com sua formação extracurricular, apenas no término da graduação.

Os professores formados pelas instituições de ensino superior refletem na educação básica, a formação que obtiveram inicialmente, visto que a profissionalização é apenas um complemento da primeira. Daí a importância de se pensar e analisar como e quem é o profissional que está sendo formado nas licenciaturas. Vale lembrar que este profissional, por vezes, reflete o processo de formação a que se submeteu na educação básica e superior. Essa formação inicial deve proporcionar ao professor, conhecimentos para saber lidar com a complexidade da profissão, preparando-o para entender a realidade, dar respostas e projetar ações que favoreçam a aprendizagem.

Nesse sentido, é necessário propiciar ao professor, em sua formação, subsídios para que ele seja “capaz de analisar, criticar, refletir, de uma forma sistemática, sobre sua prática docente, com o objetivo de conseguir uma transformação escolar e social e uma melhora na qualidade do ensinar e de inovar” (IMBERNÓN, 1994, p. 50).

Para esse autor, a formação inicial do professor precisa ajudá-lo a enfrentar os desafios que irá encontrar no seu campo de trabalho, frente às frequentes mudanças da realidade. É necessário que o professor saiba entender as transformações que ocorrem na sociedade, a fim de que possa atuar com responsabilidade, comprometendo-se com a educação dos seus alunos.

No Brasil, as propostas curriculares dos cursos de formação inicial têm apresentado poucos avanços com relação a favorecer sólidos conhecimentos teórico-práticos para atuar no campo de trabalho. Por essa razão, segundo Gatti (2010, p. 21) deve haver uma revolução nas estruturas institucionais, nos currículos e nos conteúdos formativos, para que a formação docente responda às demandas da educação básica que se questione.

Para que essa revolução aconteça, é preciso que os cursos de formação de professores deixem de ter seu currículo fundamentado em uma concepção transmissiva de conhecimento. O professor pesquisador tem sido associado à oportunidade de prática reflexiva, daquele professor que busca a pesquisa como forma de melhorar sua pedagogia acadêmica, estimulando seus alunos ao senso crítico, através de pesquisas. A pesquisa é primordial para as atividades do docente, pois o professor que assume a postura de pesquisador compromete-se com a elaboração própria, o questionamento, a crítica e a descoberta.

Desta maneira, a universidade enquanto instituição de ensino deve resgatar

e incentivar seus acadêmicos a participarem de grupos de pesquisa/extensão, possibilitando sua inserção e incentivo dos futuros profissionais a questionar-se, tendo à consciência do ser pensante, o comprometimento com o futuro e a formação de opiniões, corpo e mente.

Na direção de enfrentar as questões apresentadas, interpretamos Educação Física (E.F) como um jogo hermenêutico de perguntas e respostas, fazendo a referência ao que Berticelli (2004, p. 303) traz para o campo da educação “As perguntas é que nos levam a retroceder para além do dito. Este deve ser entendido como uma resposta para uma pergunta.” Nessa perspectiva, resgatar o significado da multiplicidade da docência é considerar as práticas executadas nos mais variados ambientes de aprendizagem, buscando respostas às perguntas sobre como se dá a construção do conhecimento para sua formação. Tendo entendimento de que não há uma singularização do saber, mas sim um rol de competências que transpassam, auxiliam e dão suporte às suas práticas diárias.

Quando se analisa a prática pedagógica de um professor, pode-se perceber que, por trás de suas ações, existe sempre um conjunto de ideias que as orienta. Mesmo não tendo consciência desse conjunto de concepções e teorias, elas estão presentes em sua atuação. Portanto, cabe questionar se a sua formação inicial proporcionou as melhores condições para acompanhar as mudanças sociais inseridas no mundo contemporâneo e nelas atuar, assim como questionar se sua formação universitária foi significativa, a ponto de romper com os laços de uma formação escolar à qual foi submetido. (GOMES, 2006, p. 3)

Para que a formação universitária cumpra seu papel de formar um profissional preparado para atuar na escola, sem pré-conceitos e aberto a mudanças metodológicas - e por que não dizer também ideológicas - é preciso repensar a especialização do formador de professores. Como esse profissional se responsabiliza por aqueles que estão formando? Como trata a sua prática pedagógica? Este busca atualizar-se enquanto profissional da educação, com a imensa responsabilidade de formar novos educadores?

Neste sentido, entendemos que o docente formador de discentes, deve estar ligado com os eixos da pesquisa, comprometido com a educação, e as contribuições que pode fazer para ampliá-la e transformá-la através das pesquisas desenvolvidas nos mais variados contextos. Quando emitimos a responsabilidade do papel do professor Sua atuação deve ser refletida,

[...] quando pensamos o nosso ser Professor e o associamos com a nossa especialização, muito provavelmente nos convençamos de que usamos este conhecimento, do qual nos dizemos (ou nos dizem) especialistas para fazer Educação. Não há em nós, usualmente, a pretensão de sermos transmissores de conhecimento (CHASSOT, 2003, p. 373).

É necessário mudarmos as concepções da identidade do professor, perante a sociedade, desmistificando a visão limitada desta profissão, a qual vai para além da sala de aula, das academias, laboratórios, clubes e quaisquer espaços. Ser professor é considerar o espaço inserido, proporcionar vivências na construção do ser pertencente ao mundo, assim como, satisfazer e proporcionar uma melhor qualidade de vida, mudanças de hábitos, socialização, compreensão de movimentos e entendimento do organismo.

Sendo assim, o presente trabalho traz reflexões das abordagens e complexidades da docência no campo da Educação Física (EF), buscando identificar a visão real, quanto à importância do profissional na formação destes docentes, e averiguar as abordagens/tipos de estratégias dos acadêmicos e egressos do curso de E.F, em sua atuação.

Diante disso, este estudo estrutura-se com uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, com a elaboração de um questionário semiestruturado, aplicado com quatorze profissionais, formados/em formação, no curso de Licenciatura/Bacharelado em EF de uma universidade privada, localizada em Alegrete/RS. Os entrevistados apresentam faixa etária que varia dos 23 aos 42 anos de idade, sendo dez do sexo feminino e quatro do masculino.

Para melhor compreendermos a entrevista, foram elaboradas dez perguntas para os profissionais, diferenciando desde a sua formação inicial e dos docentes que fizeram parte desta, passando pela composição curricular, promovendo uma reflexão e avaliação das metodologias e didáticas aplicadas pelos seus formadores, verificando se estas repercutem/repercutiram em suas aulas.



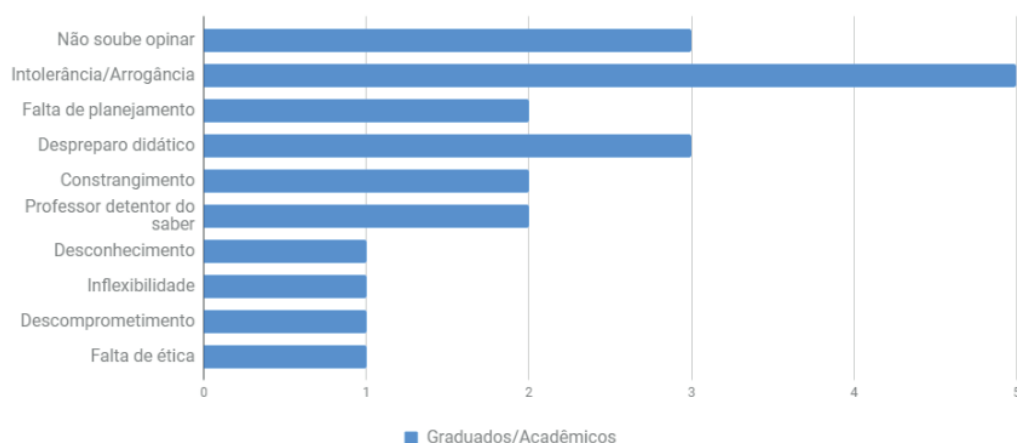
(Imagem referente à questão 10 do questionário aplicado)

Ao analisarmos os dados, a pesquisa nos mostra a disparidade dos perfis dos entrevistados, pois há uma composição curricular vigente diferenciada, entre graduados e acadêmicos. Este de perfil do egresso é nítido, por parte dos acadêmicos,

no momento da reflexão acerca da sua formação e dos profissionais que contribuem para esta, pois os graduados demonstram uma conformidade com o que lhe foi oferecido.

Contudo, essa reformulação do currículo, na busca de aperfeiçoamento que atenda suas especificidades das áreas, contribuindo para uma melhor qualidade na formação dos sujeitos, é relatada pelos entrevistados, que alguns docentes não acompanham a evolução das metodologias e as inserções de novas práticas nos espaços de trabalho, pois estes professores são reflexos de uma formação passada, a qual não acompanha essa atualidade.

Além disso, questões como, intolerância/arrogância, o despreparo didático, a falta de planejamento, o constrangimento e o professor como detentor do saber, foram afirmativas levantadas pelos entrevistados em relação ao que repudiam e não aceitam enquanto metodologia para suas abordagens.



(Imagem referente à questão 10 do questionário aplicado)

Por fim, a responsabilidade de mostrar as várias possibilidades de empregar essa didática, conciliando sua práxis, o compromisso de exigir uma aprendizagem significativa de seus docentes, deve ser de ambas as partes, onde não podemos negar a existência de uma parcela do quadro docente que não proporciona esses saberes significativos, dificultando o preparo docente, culpabilizando a falta de recursos e suporte do sistema, quanto este se depara com as realidades impostas pela prática, contrapondo essa minoria, temos professores que estimulam seus discentes à práxis, transpassando os conceitos abstratos e construindo conhecimentos concretos.

REFERÊNCIAS

BERTICELLI, I. **A Origem normativa da prática educacional na linguagem**. Ijuí: Unijuí, 2004.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 3ª edição.

COUTINHO, Regina Teles. **A prática pedagógica do professor-formador**: desafios e perspectivas de mudanças. 24^a REUNIÃO DA ANPEd. Caxambu, Minas Gerais, 2001. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/P0896101862597.doc. Acesso em: 07 set, 2018.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GOMES, Rita de Cássia Medeiros. **Formação de professores**: um olhar ao discurso do docente formador. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 2, n. 1, dez. 2006.

IMBERNÒN, Francisco. **La Formación y el desarrollo profesional del profesorado**: Hacia una nueva cultura profesional. Barcelona: Graó, 1994.

MITCHELL, P. (1985) **A teacher's view of Educational Research**. In M. Shipman (Ed.) Educational Research: Principles, Policies and Practices (p.81-96). London: Falmer Press. Rio Grande do Sul. Editora Unijuí. 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos - Mestra em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Licenciada em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2016). É Professora de Literatura no Ensino Fundamental do Colégio Externato Santa Dorotéia, João Pessoa. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direitos humanos, direitos sociais, direitos das minorias), Literatura (literatura e sociedade, literatura e cultura, literatura e história, estudos pós-coloniais, guerra de independência, literatura portuguesa, literaturas africanas de língua portuguesa), Linguística (ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Vinculada a grupo de pesquisa devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0003-1179-999X. E-mail: <thamiresvasconcelos.adv@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agir comunicativo 116, 118, 127

América latina 16, 25, 26, 32, 35, 66, 73, 107, 137, 166, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 249, 275, 276, 277, 281, 284, 285, 286, 287

Áreas urbanas 88

Argentina 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 32, 33, 64

Assistência estudantil 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Avaliação 82, 84, 87, 90, 99, 103, 104, 108, 113, 119, 120, 121, 289, 290, 292, 301

B

Brasil 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 32, 34, 36, 37, 39, 44, 47, 48, 69, 73, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 110, 113, 117, 118, 126, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 180, 182, 186, 187, 196, 197, 199, 204, 209, 211, 218, 222, 240, 241, 243, 254, 299, 303, 304

C

Cataluña 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Ciências humanas 57, 60, 100, 101, 142

Colonização 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 175, 177, 182, 183, 187, 188, 195

E

Educação 14, 22, 23, 33, 46, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 149, 196, 198, 200, 202, 209, 212, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304

Empresa 2, 5, 66, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Espaço 7, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 40, 46, 51, 53, 58, 59, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 97, 111, 118, 119, 122, 125, 126, 131, 142, 167, 168, 173, 176, 181, 188, 189, 197, 198, 205, 207, 234, 235, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 256, 261, 265, 289, 290, 301

Estado 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 51, 52, 53, 55, 59, 64, 65, 78, 88, 102, 107, 110, 116, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 142, 150, 154, 160, 162, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 204, 207, 209, 211, 228, 235, 248, 286, 293, 304

F

Feminismo 27, 28, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 267

G

Gênero 25, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 45, 46, 48, 136, 139, 142, 214, 215, 227, 228, 229, 230, 240, 241, 255, 259, 266, 267

I

Identidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 56, 74, 139, 149, 166, 176, 178, 179, 182, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 197, 200, 202, 206, 212, 225, 262, 267, 292, 301, 304
Infantil 31, 149, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 211

L

Liberdade 18, 21, 31, 39, 71, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 169, 171, 178, 183, 209, 225, 226, 276, 280, 281, 283, 285
Livro 16, 31, 36, 74, 78, 184, 201, 204, 208, 222, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 254, 256, 257, 271, 276, 277, 281, 287

M

Machismo 38, 39, 40, 41, 43
Maternidade 30, 151, 152, 153
Migrações transnacionais 1

P

Plano diretor 62, 63, 64
Prática 5, 11, 16, 30, 31, 53, 57, 58, 71, 74, 119, 120, 121, 123, 126, 130, 136, 137, 174, 175, 179, 183, 191, 192, 193, 196, 209, 214, 215, 224, 240, 279, 289, 290, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304
Publicidade 74, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

R

Religioso 11, 168, 170, 171, 174, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276

S

Saúde 32, 33, 64, 103, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 154, 289, 290, 295
Sociologia 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 142, 271, 273, 274, 282
Subjetividade 38, 39, 41, 45, 47, 200
Suicídio 15, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

T

Teologia da libertação 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 285, 287
Teoria 4, 7, 22, 28, 31, 36, 45, 58, 75, 102, 127, 171, 182, 193, 222, 224, 254, 268, 304

